

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LUIZ FRANCISCO BORGES

**PERFIL DOS INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO
GROSSO: IMPLICAÇÕES DO SISU NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO**

Cáceres-MT

2017

LUIZ FRANCISCO BORGES

**PERFIL DOS INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO
GROSSO: IMPLICAÇÕES DO SISU NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa: **Formação de professores, Políticas e Práticas Pedagógicas**, sob a orientação da professora Dr^a. Elizeth Gonzaga dos Santos Lima.

Cáceres – MT

2017

© by Luiz Francisco Borges, 2017

Borges, Luiz Francisco

Perfil dos ingressantes na Universidade do Estado de Mato Grosso: implicações do SISU no processo de democratização do acesso./Luiz Francisco Borges. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017.

175f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

Orientadora: Elizabeth Gonzaga dos Santos Lima

1. Acesso à Educação Superior. 2. SISU – Sistema de Seleção Unificada. 3. Perfil acadêmico. 4. Democratização da IES. I. Título.

CDU: 378.046(817.2)

Ficha catalográfica elaborada por Tereza Antônia Longo Job CRB1-1252

LUIZ FRANCISCO BORGES

**PERFIL DOS INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO
GROSSO: IMPLICAÇÕES DO SISU NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO**

BANCA EXAMINADORA

Dr.^a Elizeth Gonzaga dos Santos Lima
(Orientadora – PPGEduc/UNEMAT)

Dra. Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso
(Membro – PPGEduc/UFMT)

Dr. Fernando César Vieira Malange
(Membro – PPGEduc/UNEMAT)

APROVADA EM: 01/02/2017

Dedico à **Deus**, pela perseverança e força que me deste nesta jornada. “A perseverança deve terminar seu trabalho, para que sejais perfeitos e completos, não faltando nada”. (Tiago 1:4)

Dedico ao meu filho **Luiz Henrique do Rosário Borges**, guerreiro desde o nascimento, incentivo para minha qualificação, a fim de assegurar lhe um futuro melhor.

Dedico a minha esposa **Michele do Rosário Borges**, amiga, companheira que a todos os momentos esteve presente.

Dedico a minha mãe **Terezinha Maria da Silva**, que sempre acreditou em mim e sempre me deu forças para continuar meus estudos.

Dedico a **todos os meus familiares** pelo incentivo neste trabalho.

Por fim, dedico ao meu pai **Francisco Marcelino Borges** (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora orientadora Elizeth pela dedicação, por compartilhar seus conhecimentos de modo sereno no desenvolver da pesquisa, e pela compreensão diante de minhas faltas, falhas, dificuldades.

Agradeço aos professores do programa que contribuíram na pesquisa (Dr^a. Heloisa Salles, Dr. Irton Milanesi, Dr^a Jaqueline Pasuch, Dr^a Maria D'Horto e Dr^a Marilda Costa.)

Agradeço aos amigos (Aguinaldo, Amanda, Elei, Henrique, Maria Aparecida e Maldonado “*in memoriam*”) que sempre estavam dispostos em colaborar com minha pesquisa.

Agradeço aos colegas pelas riquíssimas contribuições nas disciplinas (Andréia, Diana, Emerson, Haroldo, Lourdes, Luana, Rosani e Silbene.)

Agradeço aos servidores da Secretaria de Apoio Acadêmico da UNEMAT – Campus Universitário de Cáceres por nos atender com a lista de todos os ingressantes nos cursos regulares no período de 2013 a 2015.

Agradeço aos servidores da Comissão Vestibular – COVEST, por compartilhar conosco o banco de dados com todos os inscritos nos vestibulares dos anos de 2013 a 2015.

Agradeço ao secretário do programa Jhonatas pelo excelente trabalho junto à comunidade acadêmica.

Agradeço ao professor Weily pela apresentação dos programas estatísticos que facilitaram encontrar os dados que precisava para a minha pesquisa.

Agradeço a banca examinadora, constituída pelos professores Dra. Elizeth Gonzaga dos Santos Lima, Dra. Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso e Dr. Fernando Cezar Vieira Malange pelas contribuições nesse processo.

Por fim, agradeço ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, por disponibilizar *online* os bancos de dados com microdados do Censo da Educação Superior.

“[...]é inescapável a conclusão de que as políticas de inclusão dos últimos anos estão trazendo ao câmpus legiões de estudantes que representam a primeira geração da família a ter oportunidade de ser aluno de graduação. Os impactos destas medidas com certeza se farão sentir para muito além da valorização das oportunidades educacionais, devendo refletir diretamente e quase que imediatamente na qualidade de vida das pessoas e ao longo dos anos no desenvolvimento do País”.
(RISTOFF, 2014, p. 741-742)

RESUMO

A Política Nacional de Democratização do Acesso à Educação Superior do MEC, instituída pelo Sistema de Seleção Unificada – SiSU, traz consigo, mecanismos com propósito de democratizar as vagas nos cursos superiores públicos nas Instituições de Educação Superior. Neste contexto em 2012 a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT aderiu ao SiSU. Assim em 2013 a UNEMAT passa a ter duas principais formas de seleção (SiSU no primeiro semestre e Vestibular no segundo semestre) a cada ano. Pesquisas realizadas afirmaram que a UNEMAT já tinha um processo de acesso, que era considerado democratizado, quando nos referimos a ingresso. A questão que levantamos nesta pesquisa é: com a adesão ao SiSU, o ingresso continua democratizado? Assim, o objetivo desta pesquisa é compreender a adesão ao SiSU no Câmpus Universitário de Cáceres e sua relação com o processo de democratização da IES. Adota como tipo de pesquisa a abordagem quanti-qualitativa. O procedimento metodológico ocorreu em quatro etapas: na primeira realizamos o balanço de produção; na segunda análise de documentos; na terceira, análise do banco de dados, especificamente dos microdados do ENEM, cruzando-os com o banco de dados da instituição; na quarta etapa analisamos os dados do vestibular. Os instrumentos de pesquisa foram os questionários socioeconômicos do ENEM e do Vestibular. Foram analisados 1.414 questionários do ENEM no período de 2012 a 2014 e 1.445 questionários do Vestibular no período de 2013 a 2015, totalizando em 2.859 questionários dos ingressantes nos 13 cursos de graduação (Agronomia, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Educação Física, Enfermagem, Geografia, História, Letras, Matemática, Medicina e Pedagogia) ofertados pela UNEMAT/Cáceres. Para análise de dados, adotamos o procedimento da estatística descritiva. Os resultados evidenciaram que houve várias mudanças na UNEMAT após a implementação do SiSU como forma de ingresso. Assim: na estrutura da prova do vestibular, implementação de auxílios alimentação e moradia, criação de mecanismos para preenchimento de vagas ociosas, implementação de política afirmativa para estudantes oriundos de escolas públicas. Em relação ao perfil dos ingressantes apresentamos os seguintes resultados: mudança no perfil quando comparado o “número de pessoas que residem no mesmo domicílio”, os ingressantes pelo vestibular são estudantes que em sua maioria, residem com até três pessoas, já pelo SiSU, os ingressantes residem em sua maioria com números de indivíduos acima de três pessoas, isto é, pelo SiSU ingressam famílias com maior número de pessoas. A variável “exerce atividade remunerada” houve diferença no perfil. Pelo vestibular ingressaram mais estudantes que declararam que exerciam atividade remunerada, enquanto pelo SiSU ingressaram mais estudantes que na época da inscrição afirmaram que não exerciam atividade remunerada. Verificamos ainda que o SiSU possibilitou a inserção das famílias com menor poder aquisitivo. Famílias estas, com rendimentos de até dois salários mínimos. O Vestibular por sua vez, teve um aumento de percentual de ingressantes com renda familiar de três a cinco salários mínimos. O perfil mudou após adesão ao SiSU, pois encontramos mais estudantes de classe baixa inseridas nos cursos superiores ofertados no Câmpus universitário de Cáceres. Concluímos que após a implementação do SiSU o ingresso continua sendo democratizado. É necessário analisar se esses ingressantes permanecem no curso, se concluem no tempo mínimo de integralização. Dessas questões devem emergir novas pesquisas em relação as políticas de permanência.

Palavras-chave: Acesso à Educação Superior; Democratização; SiSU; Perfil acadêmico.

ABSTRACT

The National Policy of Democratization of Access to Higher Education, instituted by the Unified Selection System - SiSU, Brings with it, mechanisms with the purpose of democratizing the vacancies in the public superior courses in the Institutions of Higher Education. In this context in 2012 the State University of Mato Grosso - UNEMAT joined the SiSU. Thus in 2013 UNEMAT will have two main forms of selection (SiSU in the first semester and Vestibular in the second semester) of each year. Research carried out stated that UNEMAT already had an access process, which was considered democratized, when referring to admission. The question that we raise in this research is: with the adhesion to the SiSU, the ticket remains democratized? Thus, the objective of this research is to understand the adherence to SiSU in the University Campus of Cáceres and its relation with the process of democratization of HEI. It adopts as a type of research the quanti-qualitative approach. The methodological procedure took place in four stages: in the first one, we performed the production balance; In the second analysis of documents; In the third, analysis of the database, specifically of the ENEM microdata, crossing them with the database of the institution; In the fourth stage we analyzed the vestibular data. The research instruments were the socioeconomic questionnaires of the ENEM and the Vestibular. A total of 1,414 ENEM questionnaires were analyzed during the period from 2012 to 2014 and 1,445 Vestibular questionnaires from 2013 to 2015, totaling 2,859 questionnaires from the 13 undergraduate students (Agronomy, Biology, Accounting, Computer Science, Law, Education Physics, Nursing, Geography, History, Letters, Mathematics, Medicine and Pedagogy) offered by UNEMAT / Cáceres. For data analysis, we adopted the descriptive statistics procedure. The results showed that there were several changes in UNEMAT after the implementation of SiSU as a form of entry. Thus: in the structure of the vestibular test, implementation of food aid and housing, creation of mechanisms to fill idle vacancies, implementation of affirmative policy for students from public schools. In relation to the profile of the students, we present the following results: a change in the profile when comparing the "number of people living in the same household", the students entering the university entrance examination are students who, for the most part, reside with up to three people, by SiSU, The majority of the students are enrolled with more than three people, ie SiSU enrolls families with larger numbers of people. The variable "exerts paid activity" there was difference in the profile. By the vestibular more students entered that declared that they exercised activity remunerated, whereas by the SiSU more students entered that at the time of the inscription they affirmed that they did not exercise paid activity. We also verified that the SiSU allowed the insertion of families with lower purchasing power. These families, with incomes of up to two minimum wages. The Vestibular, in turn, had an increase in the percentage of new entrants with a family income of three to five minimum wages. The profile changed after joining the SiSU, as we found more low-class students enrolled in the higher courses offered at the University Campus of Cáceres. We conclude that after the implementation of the SiSU, the ticket continues to be democratized. It is necessary to analyze if these students stay in the course, if they finish in the minimum time of payment. From these questions, new research should emerge regarding the policies of permanence.

Keywords: Access to Higher Education; Democratization; SiSU; Academic profile.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRUEM - Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
CAMOSC - Curso de Agronomia para os Movimentos Sociais do Campo
CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEACD - Centro de Educação Aberta e Continuada a Distância
CEAD - Centro de Educação Aberta a Distância
CEE/MT - Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso
CFE - Conselho Federal de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP - Conselho de Ensino, Pesquisa e extensão
COVEST – Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibular
CPERA - Curso de Pedagogia para professores da reforma agrária
DIPES - Diretoria de Políticas e Programas de Graduação
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EM – Ensino Médio
ES – Ensino Superior
FADAFI - Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras
FDMT - Faculdade de Direito de Mato Grosso
FACUC - Fundação Centro Universitário de Cáceres
FCESC - Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres
FESMAT - Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso
FIES – Financiamento Estudantil
FURG - Fundação Universidade de Rio Grande
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Educação Superior
IESC - Instituto de Ensino Superior de Cáceres
IC – Iniciação Científica
IF - Institutos Federais
IFES – Institutos Federais de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MB – Mobilidade Acadêmica

MEC - Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

PIIER - Programa de Integração e de Inclusão Étnico-racial

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil para as instituições federais de ensino superior

PNAEST - Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais

PNE - Plano Nacional de Educação

PRAE - Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis

PROIES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESU - Secretaria de Educação Superior

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SiSU - Sistema de Seleção Unificado

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UCPel - Universidade Católica de Pelotas

UEMT - Universidade Estadual de Mato Grosso

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UFPel - Universidades Federais de Pelotas

UNEMAT - Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual das Pesquisas encontradas com base nos descritores -----	26
Gráfico 2 - Evolução da quantidade de concluintes do ensino médio e evolução da quantidade de ofertas das vagas nos cursos de graduação presencial – 1996 a 2014 -	50
Gráfico 3 - Acadêmicos matriculados nos cursos de graduação presencial e a distância, segundo Cor/raça – 2011 a 2014 no Brasil -----	55
Gráfico 4 – Percentual de acadêmicos matriculados na educação superior por faixa etária 2011 a 2014 – Brasil -----	57
Gráfico 5 - Percentual da procedência de estudantes na Educação Superior, segundo categoria administrativa 2011 – 2014 - Brasil-----	59
Gráfico 6 - Número de matrículas na graduação à distância 2001 a 2014 – Brasil ---	62
Gráfico 7 - Evolução da Bolsas concedidas por meio do Financiamento Estudantil – Fies (2003-2015) – Brasil -----	73
Gráfico 8 - Distribuição dos percentuais de matrículas dos ingressantes por vias e formas de seleção no período de 2013 a 2015 -----	112
Gráfico 9 - Distribuição de percentual - Qual seu Sexo? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	113
Gráfico 10 - Distribuição do percentual “Qual sua Idade?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	115
Gráfico 11: Distribuição do percentual “Cor/Raça?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	118
Gráfico 12: Distribuição do percentual “Qual seu estado civil?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015-----	119
Gráfico 13: Distribuição do percentual “Como fez seus estudos do Ensino Fundamental?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	120
Gráfico 14: Distribuição do percentual “Como fez seus estudos do Ensino Médio?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	122

Gráfico 15: Distribuição do percentual “Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	123
Gráfico 16: Distribuição do percentual “Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	125
Gráfico 17: Distribuição do percentual “Qual o nível de instrução de seu pai? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	126
Gráfico 18: Distribuição do percentual “Qual o nível de instrução de sua mãe? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	127
Gráfico 19: Distribuição do percentual “Qual é o tipo de residência de sua família? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	128
Gráfico 20: Distribuição do percentual “Quantas pessoas moram em sua casa? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	129
Gráfico 21: Distribuição do percentual “Você exerce atividade remunerada? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015-----	130
Gráfico 22: Distribuição do percentual “Qual é a renda mensal da sua família? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	133
Gráfico 23: Distribuição do percentual por região que residem os ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	135
Gráfico 24: Variáveis Cor/Raça x Sexo do SiSU e Vestibular -----	137
Gráfico 25: Variáveis Cor/Raça x Renda Familiar do SiSU e Vestibular -----	139
Gráfico 26: Variáveis Cor/Raça x Origem Escolar do Ensino Médio do SiSU e Vestibular -----	140
Gráfico 27: Variáveis Atividade Remunerada x Origem Escolar do Ensino Médio do SiSU e Vestibular -----	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Títulos das pesquisas que tiveram relação com a temática -----	27
Quadro 2: Divisão dos documentos para análise -----	33
Quadro 3: Dispositivos sobre acesso à Educação Superior na Lei nº. 9.394 de 1996 - LDBEN -----	45
Quadro 4: Distribuição das matrículas dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio ou fora da escola, ano base 2013 – Brasil -----	51
Quadro 5: Vagas oferecidas, inscritos, inscrição/vagas, ingressos, nº de vagas não preenchidas, % de vagas não preenchidas nos cursos de graduação presencial e a distância no período de 1996 a 2014 – Brasil -----	53
Quadro 6: Vagas oferecidas, inscritos e concorrência pelo SiSU, 2010 -2014 – Brasil -----	60
Quadro 7: Dispositivos que mudaram no Fies em 2010 -----	71
Quadro 8. IES privadas criadas no período de 2000 – 2008 e localização - MT -----	81
Quadro 9 – Cidades atendidas e cursos ofertados pela UNEMAT via Programa Parceladas (2016) -----	90
Quadro 10 – Cidades polos e cursos ofertados pela UNEMAT via Universidade Aberta do Brasil (2015) -----	92
Quadro 11: Distribuição de vagas nos cursos de graduação para os indígenas, conforme etnias – 2011-2016 -----	94
Quadro 12: Questões analisadas dos questionários do ENEM/SiSU e Vestibular/UNEMAT no período de 2013 a 2015 -----	107
Quadro 13: UF da cidade que reside? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015 -----	134
Quadro 14: Correlação Perfil SiSU x Perfil Vestibular -----	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dissertações e teses encontradas na pesquisa -----	26
Tabela 2: Resumos das dissertações e teses relevantes -----	27
Tabela 3: Percentual dos acadêmicos matriculados nas IES, considerando cor/raça por categoria administrativa 2011 a 2014 no Brasil -----	56
Tabela 4: Recursos Financeiros destinados para o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES - 2011 a 2015 – Brasil -----	65
Tabela 5: Número de alunos com matrículas trancadas e desvinculadas em relação ao total de alunos matriculados nas IFES - 2011 a 2014 – Brasil -----	66
Tabela 6: Evolução do número total de IES públicas estaduais, número de IES habilitadas para adesão ao PNAEST e número de IES aderidas ao PNAEST entre o período de 2011 e 2014 por Organização Acadêmica - Brasil -----	67
Tabela 7: Bolsas concedidas por meio do Programa Universidade para Todos - Prouni (2005-2015) – Brasil -----	69
Tabela 8: Percentual da Titulação e Regime de Trabalho dos professores da educação superior por categoria administrativa – (2002 – 2014) – Brasil -----	76
Tabela 9: Quantidade de vagas oferecidas, inscritos e concorrência por categoria administrativa nos cursos de graduação presencial 1996 a 2014 - MT -----	83
Tabela 10: Número de matrículas nos cursos de graduação presencial, por categoria administrativa no período de 1996 a 2014 - MT -----	84
Tabela 11: Distribuição dos percentuais das vias de ingresso do Vestibular e SiSU no período de 2013 a 2015-----	110
Tabela 12: Correlação das variáveis Origem Escolar do Ensino x Renda Familiar do SiSU e Vestibular -----	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	18
CAPÍTULO I	
CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA -----	21
1.1 Abordagem e Pressupostos da Pesquisa -----	22
1.2 Lócus da Pesquisa -----	24
1.3 Procedimentos e Etapas da Pesquisa -----	25
1.3.1 Balanço da Produção Científica -----	25
1.3.2 Análise Documental -----	30
1.3.3 Coleta de Informações nos Bancos de Dados -----	31
1.4 Procedimentos de Análise dos Dados -----	33
CAPÍTULO II	
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ACESSO -----	37
2.1 Contextualização Histórica sobre as Formas de Ingresso na Educação Superior no Brasil -----	37
2.2 Acesso à Educação Superior: LDBEN em pauta -----	45
2.3 Democratização do Acesso à Educação Superior: breve esboço teórico -----	46
2.4 Acesso à Educação Superior no Brasil pós LDBEN: dimensões e políticas -----	49
2.4.1 O Ingresso à Educação Superior no Brasil -----	49
2.4.2 A permanência na Educação Superior no Brasil -----	62
2.4.3 A questão Qualidade na Educação Superior no Brasil -----	74
CAPÍTULO III	
A UNEMAT E A EXPANSÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO INTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO -----	78
3.1 Educação Superior em Mato Grosso Pós LDBEN -----	81

3.2 Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT -----	84
3.2.1 Políticas de Acesso à Educação Superior na UNEMAT -----	89
3.2.2 Formas de Ingresso na UNEMAT -----	97
3.2.3 UNEMAT após implementação do SiSU nas análises documentais-----	102
CAPÍTULO IV	
PERFIL DOS INGRESSANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DO CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES -----	106
4.1 Procedimentos Metodológicos -----	106
4.2 Análise do Perfil dos ingressantes -----	112
4.2.1 Dados Pessoais -----	112
4.2.2 Dados Escolares -----	120
4.2.3 Dados Familiares e Econômicos -----	125
4.3 Correlações -----	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	148
REFERÊNCIAS -----	153
APÊNDICE I - INDICADORES ACADÊMICOS DA UNEMAT 1996 – 2014 -	160
APÊNDICE II - INDICADORES ACADÊMICOS DA UNEMAT 2011 – 2014	161
APÊNDICE III – TABELAS ANALISADAS NA PESQUISA -----	162
APÊNDICE IV – GRAFICOS – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON -----	167
ANEXO I – DICIONÁRIO DAS VARIÁVEIS DO ENEM -----	170
ANEXO II – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DA UNEMAT -----	176

INTRODUÇÃO

A Educação Superior é um campo de pesquisa muito amplo, dada à complexidade que se coloca atualmente, inserida nas múltiplas transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas que a leva ao redesenho de sua identidade em relação às questões como: a avaliação, a internacionalização, a mercantilização, a permanência, a qualidade, o acesso, dentre outras. Esta pesquisa está inserida na temática das políticas de acesso à educação superior pós a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A LDBEN passa a ser, a mais nova norma norteadora da educação brasileira, trazendo consigo, um conjunto de transformações no sistema educacional. No que se refere a Educação superior, em particular, a LDBEN flexibiliza e diversifica as formas de seleção, das instituições selecionadoras e dos cursos ofertados. Essa flexibilização de modo geral, serviram para reforçar a mercantilização da educação superior e da expansão das instituições privadas.

Em relação ao acesso, a LDBEN não estabelece a forma ou tipo de exame que as instituições de educação superior (IES) devem adotar, mas admite que as mesmas devem realizar classificação por processo seletivo, dando liberdade para as IES escolherem a ferramenta mais adequada para seleção. No artigo 5º estabelece que, “acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”, reforça desta maneira a meritocracia, ou seja, capacidade individual para o sucesso.

A democratização do acesso à educação superior como direito, somente começou a ser discutida na Reforma Universitária em 2004 na gestão do ministro da educação na época, Tarso Genro (2004, p.1) entendia “a educação superior como um direito público, gratuito e comprometido com a qualidade”. Neste momento, o governo admite que a educação superior é um direito de todos e decisivo para o desenvolvimento do Brasil. Nesta Reforma Universitária continha ações a serem implantadas no país nos próximos anos, a fim de fortalecer a universidade pública, gratuita, garantir qualidade dos cursos e democratizar o acesso.

A Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, em 2012, aderiu a política do governo federal de democratização do acesso à educação superior através do Sistema de Seleção Unificado – SiSU. A primeira turma a ingressar via SiSU na UNEMAT foi em 2013/1,

a partir deste momento a UNEMAT passou a ter duas formas principais de acesso, o SiSU no primeiro semestre, que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como parâmetro de seleção e o tradicional vestibular no segundo semestre de cada ano. A UNEMAT oferece ainda, as vagas remanescentes, com o propósito de preencher as vagas ociosas nos cursos de graduação da UNEMAT.

A escolha desta temática emergiu em virtude das minhas experiências profissionais na UNEMAT, nas participações de conselhos, comissões, congressos, colegiados, aproximando me cada vez mais, das discussões sobre as políticas de acesso e permanência implementadas pela instituição. Participações como: integrante no projeto de pesquisa Acesso e Permanência no Processo de Expansão da Educação Superior na UNEMAT (PROAPES), do Grupo de pesquisa Políticas de Acesso e Permanência na Educação Superior (GPAPES) e do OBEDUC/CAPES através do Projeto de pesquisa interinstitucional, em nível nacional, sobre Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil, subprojeto 5: Políticas de Expansão da Educação Superior e suas Implicações para o Acesso e a Permanência de Estudantes, possibilitou me levantar alguns questionamentos sobre a implementação do SiSU na UNEMAT, pois anteriormente havia apenas o vestibular como forma de seleção.

Considerando que a UNEMAT já tenha um processo de ingresso, por meio do vestibular democratizado. Pesquisas anteriores conforme Lima, Malange e Barbosa (2015, p. 1033) ao afirmarem que “[...] sua expansão teve um processo que pode ser considerado democratizado, na medida em que, a ampliação do ingresso atingiu todas as camadas sociais da população (negros, índios, brancos, alunos oriundos de escolas públicas)”. A questão que levantamos nessa pesquisa é: **com a adesão ao SiSU, o ingresso continua democratizado?**

Esta pesquisa requer um olhar crítico reflexivo, para compreender o principal objetivo do SiSU na Universidade do Estado de Mato Grosso e suas relações com o processo de democratização do ingresso. Para maior compreensão deste objeto, é importante analisarmos as dimensões/indicadores que constituem esta política. Indicadores como: as políticas nacionais, institucionais, a LDBEN, o ENEM e o perfil dos ingressantes nos cursos de graduação presencial no período de 2013 a 2015, a fim de elucidar e dar respostas a comunidade acadêmica sobre a implementação desta nova política de acesso na UNEMAT.

O *locus* de pesquisa é o Campus Universitário de Cáceres, o primeiro Campus da Universidade do Estado de Mato Grosso iniciado em 1978. Atualmente a Universidade possui 13 câmpus, distribuídos estrategicamente nas cidades do interior do Estado. A escolha deste *locus* de pesquisa, se deu por ser o maior campus em números de alunos, de cursos de graduação presencial ofertados, da diversidade de acadêmicos das cidades circunvizinhas que utilizam

como transporte o ônibus para chegar na universidade, totalizando 9 municípios e seus distritos. O município de Cáceres está localizado a 217 km da capital do Estado de Mato Grosso a cidade de Cuiabá. Tem uma população de 90.106 habitantes segundo o IBGE em 2014 e faz fronteira com o país da Bolívia. É o principal polo da Educação superior na região sudoeste de Mato Grosso. Cáceres também é o principal município mato-grossense abrangido pelo pantanal brasileiro, banhado pelo rio Paraguai e conhecida como a “Princesinha do Rio Paraguai”.

Esta pesquisa iniciou com a minha aprovação no curso de mestrado em educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso em 2015, na linha de pesquisa: Formação de professores, Políticas e Práticas Pedagógicas e adota como tipo de pesquisa a abordagem quanti-qualitativa.

O procedimento metodológico ocorre em 4 etapas: na primeira realizamos o balanço de produção; na segunda análise de documentos; na terceira, análise do banco de dados, especificamente dos microdados do ENEM no período de 2012 a 2014, disponíveis pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cruzando-os com o banco de dados da instituição e na quarta etapa analisamos os dados do vestibular disponibilizado pela Comissão de Vestibular (COVEST).

Para sistematização dos dados adotamos o procedimento da estatística descritiva, para organizar, sistematizar e analisar os dados obtidos nos bancos de dados utilizando o programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS*, versão 22, anos 2013, programa este, recomendado pelo INEP e para fazer os cruzamentos utilizamos outro programa estatístico chamado de *STATA*. Utilizamos ainda, a planilha eletrônica *Microsoft Office Excel* 2013. Por meio desta organização e sistematização os dados foram: classificados, agrupados, tabulados e apresentados em tabelas de frequência, gráficos e médias, a fim de, uma melhor verificação dos resultados. Os dados foram analisados numa perspectiva da pesquisa qualitativa.

Esta pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos as concepções teórico-metodológico da pesquisa. No segundo, abordamos a educação superior no Brasil e as políticas públicas para o acesso. No terceiro, trazemos em foco a UNEMAT e a expansão do acesso à educação superior no interior do Estado de Mato Grosso. E finalizamos a pesquisa com o quarto capítulo, onde apresentamos o perfil dos ingressantes nos cursos de graduação na UNEMAT, Campus Universitário de Cáceres e nas considerações finais apresentamos a síntese conclusiva da pesquisa.

CAPÍTULO I

CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Esta pesquisa está inserida na temática da Educação Superior, de modo especial, na política de acesso instituída pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Cáceres. A UNEMAT, em 2012, aderiu a política do governo federal no processo de democratização do acesso à educação superior através do Sistema de Seleção Unificado – SiSU¹. A primeira turma a ingressar via SiSU foi em 2013/1, a partir deste momento a UNEMAT passou a ter duas formas principais de ingresso, o SiSU no primeiro semestre, que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM²) como parâmetro de seleção, e o vestibular no segundo semestre de cada ano. A UNEMAT ainda adota como ingresso a ocupação das vagas remanescentes.

Antes da implementação do SiSU a UNEMAT já tinha um processo de ingresso considerado democratizado, conforme pesquisa realizada por Lima, Malange e Barbosa (2015, p. 1033) que afirmaram “[...] sua expansão teve um processo que pode ser considerado democratizado, na medida em que, a ampliação do ingresso atingiu todas as camadas sociais da população (negros, índios, brancos, alunos oriundos de escolas públicas)”. Os autores salientam ainda que,

Podemos afirmar que a expansão da Unemat teve como foco a democratização. Sua história comprova que, em relação ao ingresso, a IES vem cumprindo sua missão de ser democrática à medida em que prioriza nas suas políticas, diferentes modalidades de oferta da Educação superior o que a diferencia, se comparado à trajetória das demais universidades brasileiras. (LIMA, MALANGE e BARBOSA, 2015, p. 1040)

Questionamentos diversos começaram surgir no meio da comunidade acadêmica com a implementação do SiSU como nova política de ingresso. Nesse contexto surge o problema de

¹ O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). A cada edição, as instituições públicas de ensino superior que optam por participar do Sisu ofertam vagas em seus cursos. Ao final do período de inscrições, são selecionados os candidatos mais bem classificados dentro do número de vagas ofertadas.

² O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. O planejamento e a implementação do Exame competem ao Inep.

pesquisa deste estudo: **com a adesão ao SiSU, o ingresso continua democratizado?** Para isso, buscamos responder as questões que seguem:

- Quais as formas de ingresso a UNEMAT disponibiliza à sociedade?
- Como se deu o processo de expansão da UNEMAT e quais as interfaces com as Políticas de expansão e democratização da educação superior no Brasil?
- Qual o perfil do acadêmico ingressante na UNEMAT pelo SISU e pelo vestibular (Campus de Cáceres) no período de 2013 a 2015?
- Como tem sido o processo de matrícula dos ingressantes pelo SISU e pelo vestibular?

Assim, o objetivo desta pesquisa foi buscar compreender o ingresso na Universidade do Estado de Mato Grosso e sua relação com o processo de democratização da IES. Este objetivo se desdobra em questões mais específicas e operacionais da pesquisa:

- Conceituar acesso e democratização do acesso à educação superior;
- Contextualizar as formas de acesso à educação superior no Brasil ao longo do seu desenvolvimento, a partir de um panorama histórico, político e econômico, pós-LDBEN/1996;
- Contextualizar o processo de expansão da UNEMAT e suas interfaces com o processo de democratização do acesso à educação superior;
- Traçar o perfil do acadêmico ingressante pelas duas formas de ingresso, o vestibular e o SiSU no período de 2013 a 2015;

1.1 Abordagem e Pressupostos da Pesquisa

Esta pesquisa está caracterizada como um estudo quanti-qualitativo numa perspectiva crítica. No que se refere, ao entendimento do nosso objeto, podemos afirmar que a pesquisa considera o objeto em permanente transformação, sendo determinados pela sua historicidade. “Para serem compreendidos é necessário revelar sua dinâmica e suas fases de transformação” (SÁNCHEZ GAMBOA, 2008, p.74). Deste modo, para entendermos a dinâmica do SiSU, precisaremos percorrer o contexto histórico, social, econômico, cultural a partir da LDBEN/1996, do novo ENEM e de outros mecanismos que contribuíram para sua implementação.

O pressuposto gnosiológico do objeto em estudo, está relacionado à primazia do sujeito, ou do objeto; ao entendimento do objeto; à compreensão do objeto do conhecimento.

Em relação à primazia do sujeito, ou do objeto, a abordagem crítico dialética considera a relação entre o sujeito e o objeto, assim:

[...] é elaborada na síntese das dimensões objetivas e subjetivas. O concreto é construído por meio de um processo que se origina na percepção empírico-objetiva passa pela abstração de características subjetivas para, com base nos anteriores processos construir uma síntese no pensamento, o concreto no pensamento (MARX, 1983, p. 218 *apud* SÁNCHEZ GAMBOA, 2008, p. 81).

Em relação ao entendimento do objeto é preciso levar em consideração os contextos sociais, culturais, políticos, econômicos, governamentais, educacionais, institucionais, etc., como fatores determinantes do próprio objeto, sem os quais é impossível a compreensão, pois o mesmo está inserido num conjunto de significados dados pelo contexto cultural onde acontece à relação cognitiva.

Em relação à compreensão do objeto do conhecimento:

[...] supõe uma construção que tem como base dados empíricos sobre uma dada realidade ou um determinado fenômeno, através da sensação e percepção do sujeito essas informações e dados são lidos e interpretados. O todo resulta do processo de articulação entre os dados objetivos e a interpretação do sujeito. O conceito de produção do objeto se torna mais claro, pois, em tese não existem objetos, existem realidades empíricas que o sujeito percebe. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2008, p.82).

Assim a compreensão do objeto, está na interpretação da realidade do sujeito, levando em consideração sua visão de mundo e a prática social.

Quanto ao pressuposto ontológico da pesquisa, o sujeito é concebido, como ser social e histórico determinado por contextos econômicos, políticos e culturais e ao mesmo tempo como um ser transformador desses contextos. Sanchez Gamboa descreve:

O homem é considerado um ser social, no sentido, do indivíduo incluído no conjunto das relações sociais. Dependendo da formação social na qual se situe e da correlação de forças existente, o homem se converte em força de trabalho, mão de obra, especialista, capital humano, sujeito capaz de transformar a realidade, ator e criador da história etc. Apesar de ser histórica e socialmente determinado também é capaz de tomar consciência de seu papel histórico, de educar-se por meio das ações políticas e de liberar-se através da prática revolucionária. (SANCHEZ GAMBOA, 2008, p. 96)

Neste contexto, o sujeito é essencial para compreensão do Sistema de Seleção Unificado, seja no sentido, socioeconômico, étnico, cultural e local de origem. Todas as ações para a implementação do SiSU, o sujeito foi/é o agente transformador neste processo, pois as ações realizadas são para colaborar com seu ingresso na educação superior.

Sobre a pesquisa quanti-qualitativa, Lima destaca:

[...] a literatura científica subdivide as pesquisas em quantitativa e qualitativa, podendo também ser empregadas técnicas conjuntas das duas abordagens, sem perder o foco teórico e epistemológico de cada uma. A pesquisa quantitativa normalmente se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população. Esse tipo de pesquisa usa medidas numéricas para testar constructos científicos e hipóteses, ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos. A Pesquisa qualitativa caracteriza-se, principalmente, pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo. Essa abordagem exige do pesquisador uma habilidade ou aprendizagem para observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, grupos e entre pessoas e instituições. Se bem utilizada, a abordagem qualitativa possibilita um conhecimento mais profundo e subjetivo do problema pesquisado. (LIMA, 2008, p. 109)

O emprego das duas técnicas, a quantitativa e qualitativa em uma pesquisa, Minayo (2000, p. 22) afirma que “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage, dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

1.2 Lócus da Pesquisa

O *locus* de pesquisa é o Campus Universitário de Cáceres, o primeiro Campus da Universidade do Estado de Mato Grosso iniciado em 1978 e mantido pelo governo estadual. Atualmente a universidade possui 13 câmpus, distribuídos estrategicamente nas cidades do interior do Estado. A escolha deste *locus* de pesquisa, se deu por ser o maior Campus em números de alunos, de cursos de graduação ofertados, maior quantidade de cursos de pós graduação *stricto sensu*, da diversidade local de acadêmicos das cidades circunvizinhas que utilizam como transporte, o ônibus, para chegar na universidade diariamente. Somam-se o total de 9 municípios circunvizinhos e seus distritos, sem contar o atendimento no âmbito nacional.

O Município de Cáceres está localizado a 217 km da capital do Estado de Mato Grosso a cidade de Cuiabá. Tem uma população de aproximadamente 90.518 habitantes segundo o IBGE/2015 e faz fronteira com a Bolívia. É o principal polo da educação superior na região sudoeste de Mato Grosso. A Cidade de Cáceres está inserida em um dos mais belos biomas do planeta, “o pantanal³”, riquíssimo em diversidade de fauna e flora, banhado pelo rio Paraguai e conhecida popularmente com a “Princesinha do Paraguai”.

³ Maiores informações acessem: <http://www.sobiologia.com.br/conteudos/bio_ecologia/ecologia15.php>

Na economia destacam-se a pecuária e o turismo. A pecuária é a principal atividade econômica da cidade, que possui um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil. A indústria do turismo vem crescendo muito nos últimos anos pela divulgação da pesca esportiva que atrai milhares de pessoas anualmente, onde o mês de junho, é realizado o Festival Internacional de Pesca em Água Doce. Em 1992 garantiu o *Guinness Book* - o livro dos recordes - como o maior festival de pesca embarcada em água doce do mundo.

1.3 Procedimentos e Etapas da Pesquisa

O procedimento metodológico foi organizado em 4 etapas: na primeira foi o balanço de produção; na segunda análise de documentos; na terceira, manuseio dos questionários socioeconômicos respondidos pelos candidatos no ato da inscrição do ENEM no período de 2012 a 2014, disponíveis pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cruzando os com o banco de dados da instituição e na quarta etapa, manuseio e análise dos dados dos questionários socioeconômicos do vestibular disponibilizado pela Comissão de Vestibular (COVEST) no período de 2013 a 2015.

1.3.1 Balanço da Produção Científica

O balanço de produção foi realizado com o objetivo de levantar as produções já existentes, relacionadas ao objeto de estudo por meio de levantamento no Banco de Teses CAPES⁴ com produções desenvolvidas período de 2010 a 2015⁵. A Escolha deste banco, se fez em virtude de ser de um órgão oficial do governo federal, responsável pelas pesquisas científicas no Brasil e que agrega pesquisas de nível de mestrado e doutorado das principais universidades brasileiras. Segundo (MILHOMEM, 2012) no início de uma pesquisa é comum e recomendável, que se faça, um levantamento sobre as produções científicas existentes com relação ao assunto a ser pesquisado, possibilitando ao pesquisador conhecer o que vem sendo desenvolvido sobre o assunto, se este é inédito, e se suas inquietações já foram respondidas por outras pesquisas. Foram utilizados os seguintes descritores para a pesquisa: Acesso à Educação Superior; Democratização e SiSU.

⁴ <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

⁵ Pesquisas publicadas no Banco de Teses da CAPES até junho de 2015.

No Balanço foi realizado em todos os momentos a utilização da categoria “assunto” nas áreas de Educação e Sociais e Humanidades. Primeiramente encontramos 364 pesquisas, divididas em dissertações (acadêmicas e profissionais) e teses. Assim, obtivemos os seguintes resultados, apresentados na tabela a seguir:

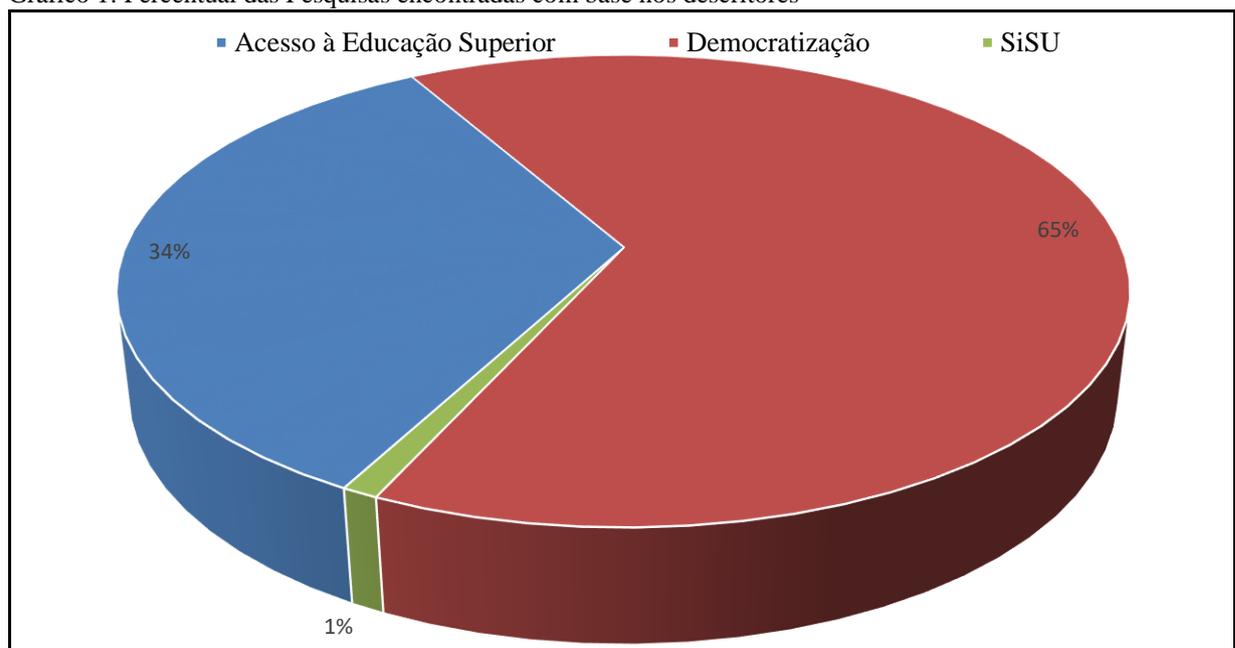
Tabela 1: Dissertações e teses encontradas na pesquisa

Descritores	Dissertação Acadêmica	Dissertação Profissional	Teses	Frequência
Acesso à Educação Superior	79	18	28	125
Democratização	170	12	54	236
SiSU	03	00	00	03
TOTAL				364

Fonte: CAPES (acesso livre) em 20/07/2015.

Nas pesquisas realizadas, podemos observar que a maior parte se encontra no descritor “Democratização”, representando 65% pesquisas. O balanço revelou ainda, o baixíssimo percentual sobre as pesquisas com o descritor “SiSU”, representando apenas 1% das pesquisas. O Sistema de Seleção Unificado – SiSU, começou a ser implementado nas universidades federais em 2010, dando possibilidades para outras IES públicas aderirem. A Universidade do Estado de Mato Grosso aderiu no final de 2012. O assunto ainda recente, pode ser uma das possibilidades/razões de encontrarmos poucas pesquisas.

Gráfico 1: Percentual das Pesquisas encontradas com base nos descritores



Fonte: CAPES (2015).

Após esta etapa, realizou-se leitura, nos títulos e resumos das pesquisas encontradas, para filtrar os trabalhos que poderiam contribuir com o nosso trabalho. Assim obtivemos os seguintes quantitativos de resumos relevantes para a pesquisa, conforme mostra a tabela 2:

Tabela 2: Resumos das dissertações e teses relevantes.

Descritores	Dissertação Acadêmica	Dissertação Profissional	Teses	Frequência
Acesso à Educação Superior	06	02	02	10
Democratização	08	01	03	12
SiSU	03	00	00	03
TOTAL				25

Fonte: CAPES (2015).

As pesquisas que encontramos que tiveram relação com a temática, encontra-se no quadro 1, dividido por descritor.

Quadro 1: Título das pesquisas que tiveram relação com a temática

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
01	ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR À EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES NA UFT CAMPUS DE PALMAS
02	A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROLETARIADO: O ACESSO AS UNIVERSIDADES PELA CLASSE OPERARIA NO ABC PAULISTA
03	A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: ESTUDO SOBRE INGRESSO E PERMANÊNCIA NA ÓTICA DOS ALUNOS, DOCENTES E ADMINISTRADORES
04	ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: POLÍTICAS DE ACESSO E SEUS SIGNIFICADOS
05	O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PELAS POPULAÇÕES DO CAMPO, NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DO PRONERA, PROCAMPO E PAR-FOR, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
06	OS JOVENS PROVENIENTES DO SEGMENTO POPULAR E O DESAFIO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: A EXCLUSÃO QUE ANTECEDE O VESTIBULAR
07	POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
08	POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ACESSO DO NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA. ALÉM DAS COTAS?
09	PROGRAMA REUNI: AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR?
10	UM ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR EM RONDÔNIA: O CASO DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA EM JÍ- PARANÁ.
DEMOCRATIZAÇÃO	
01	AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DE 2001 A 2011
02	A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO PR
03	A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO?
04	AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS DA UEPG: DESVELANDO O DIREITO A IGUALDADE E À DIFERENÇA
05	CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO: A LUTA DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO PELO ACESSO À EDUCAÇÃO
06	DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UFSCAR CAMPUS SOROCABA
07	EU FALO: OS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA
08	O PROCESSO DE EXPANSÃO DO IFES: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL
09	O PROGRAMA REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
<i>CONTINUA...</i>	

DEMOCRATIZAÇÃO	
10	POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCIAMENTO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVALIAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS (UFT)
11	PROCESSO DE EXPANSÃO E DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS) E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (1993 - 2010)
12	PROUNI: UMA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR?
SISU	
01	ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: A UTILIZAÇÃO DO ENEM/SISU NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA.
02	AVALIAÇÃO DE PROGRAMA SOCIAL DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O NOVO ENEM NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS.
ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
03	O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – CAMPUS CUIABÁ – E A RELAÇÃO COM A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da leitura dos títulos e resumos das pesquisas encontradas.

Após a leitura dos trabalhos sobre a temática, nos possibilitou conhecer teóricos que puderam contribuir com o nosso objeto de estudo e mostrar a relevância da pesquisa sobre o SiSU, pois ainda é tímida a discussão na comunidade acadêmica. E quando se trata de teses, observamos as pouquíssimas produções de trabalhos.

Encontramos trabalhos que contribuíram substancialmente para a nossa pesquisa. Dentre os trabalhos vamos compartilhar os resultados dos seguintes pesquisadores: Fernandes, Flores, Luz e Santos, todos publicados em 2013. O primeiro trabalho de mestrado foi realizado na Universidade Federal de Lavras – MG, no período de 2010 a 2012, com o objetivo de analisar, sob a óptica dos atores internos (gestores, docentes e técnicos) as repercussões da política de democratização do acesso ao ensino superior, “novo Enem”, e a sua associação junto a Universidade Federal de Lavras. De acordo com o resultado da pesquisa, Fernandes descreve que:

[...] nas três instâncias em que o processo de seleção unificado foi analisado, os gestores da Universidade procuraram se certificar que, ao deixar de elaborar o vestibular tradicional e adota o SiSU, a instituição continuaria atingindo também o seu objetivo de selecionar de forma satisfatória os ingressantes, conseguindo também reduzir custos, além de aumentar o repasse dos recursos do Pnaes. Embora atualmente ingressem na instituição alunos oriundos de uma diversidade maior de regiões os estados de São Paulo e Minas Gerais continuam sendo a origem da maior parcela desses estudantes, assim como ocorria nos três anos antes da implantação da Política. Não obstante, os resultados demonstram que, após a adoção da política, houve uma maior inserção de alunos procedentes de instituições públicas de ensino. [...] no entanto se por um lado o “novo Enem” populariza o acesso às vagas federais de ensino superior, por outro ele não seleciona adequadamente os ingressantes, pois permite a entrada de alunos que apresentam um rendimento acadêmico inferior, quando comparados ao antigo sistema de seleção e que muitas vezes não possuem o interesse em continuar nos cursos. (FERNANDES, 2013, p. 80-81)

O segundo trabalho de mestrado tem por objetivo de analisar o processo de ingresso acadêmico no curso de enfermagem na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus

Universitário de Sinop, tomando como base o período acadêmico de 2012/1, ressaltando o processo de decisão dos estudantes pelo curso, em face da nova forma de seleção proposto pelo Ministério da Educação constituído do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o Sistema de Seleção Unificada - SiSU. Os resultados da investigação segundo Flores (2013, p. 166), “estudante acaba sendo influenciado na escolha de um determinado curso de acordo com a nota obtida no ENEM, o que poderia não ser condizente com seu desejo”. Flores (2013, p.167) ainda afirma em sua investigação que “a utilização do processo seletivo constituído pelo ENEM/SiSU tem influenciado na escolha do curso superior, havendo certa “banalização” nessa escolha, devido o foco do estudante querer ingressar no ensino superior independente do curso”.

O terceiro trabalho de mestrado, pesquisou os ingressantes pelo SiSU nos anos 2011 e 2012 na Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá MT, onde aborda a análise do processo de implantação e desenvolvimento do Sistema de Seleção Unificado - SiSU na UFMT, relacionando à democratização do acesso. O resultado da implantação do SiSU na UFMT - Campus Cuiabá, conforme Luz (2013, p. 166) “É possível avaliar com base na pesquisa realizada que o SiSU na UFMT caminha na contramão de uma política efetiva de democratização do acesso”.

A pesquisa ressalta que, após três anos de implementação do programa, ainda não sabem os resultados desta política de acesso ao ensino superior:

Até o momento nada se divulgou sobre quem está ingressando na instituição, ou que leve em consideração a importância desse dado já que o pressuposto desse novo modelo é a democratização a oportunidade de ingresso e a mobilidade estudantil. [...] na nossa concepção, o SiSU carrega consigo, assim como todos os modelos de ingresso já utilizados nas universidades brasileiras, o critério do mérito e da igualdade de oportunidades de participar do processo seletivo, o que acarreta a ‘competição’ e a ‘responsabilização individual’ de seu sucesso ou fracasso. [...]O discurso de uma possível democratização do acesso disseminada para a defesa do ENEM e SiSU, apresentando-os como uma política que inibiria a desigualdade do acesso, não consegue alcançar os objetivos de uma democratização. Seus critérios continuam os mesmos, e a lógica da ‘igualdade de oportunidade’ continua a mesma construída historicamente no ingresso ao ensino superior brasileiro (LUZ, 2013, p. 166;167;168)

A última dissertação, teve dois questionamentos sobre o perfil do ingressante, numa análise comparativa dos dois modelos de acesso utilizados pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (vestibular e SiSU). O primeiro questionamento é se entre o período de 2009 a 2010 o SiSU mudou o perfil do ingressante e promoveu a democratização? O segundo questionamento é se o modelo de seleção utilizado pela UFRB através do SiSU pode se caracterizar como uma política de democratização do acesso à educação superior. Segundo Santos os questionamentos tiveram as seguintes respostas:

Ao trazer a atenção os questionamentos que permearam a investigação, pode-se afirmar que: a adoção do Enem/Sisu não alterou o perfil do ingressante no período analisado. Quanto à segunda questão, que envolve a democratização do acesso, viu-se que promoveu a democratização na medida em que permitiu que um maior número de pessoas tivesse oportunidade de participar no processo, uma democratização de oportunidades de acesso que favoreceu, sobretudo, um perfil de candidatos cuja origem geográfica, fora da capital, foi alcançada pela UFRB. (SANTOS, 2013, p. 119)

Um dos objetivos específicos da nossa pesquisa é identificar quais são os perfis dos ingressantes via vestibular e via SiSU nos cursos de graduação presencial do campus de Cáceres – UNEMAT no período de 2013 a 2015 e verificar se houve alteração no perfil dos ingressantes após a implementação do SiSU. Os resultados da análise sobre o perfil dos ingressantes encontra-se no capítulo IV desta pesquisa.

1.3.2 Análise Documental

Tem por objetivo entender as políticas de democratização do acesso à Educação Superior, implementadas no Brasil, pós LDBEN. Analisamos documentos no âmbito nacional e institucional:

- a) Lei nº 9.394 de 20/12/96 (LDBEN);
- b) Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – PROUNI;
- c) Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Educação à Distância;
- d) Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 – UAB;
- e) Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 – REUNI;
- f) Portaria Ministerial nº 109, de 27 de maio de 2009 – Novo ENEM;
- g) Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010 - Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 – FIES;
- h) Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010 – SiSU;
- i) Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – PNAES;
- j) A Portaria Normativa nº 25, de 29 de dezembro de 2010 – PNAEST;
- k) Portaria Normativa nº 21 de novembro de 2012 – SiSU;
- l) A Lei nº 12.711/2012;
- m) Editais de seleção para cursos de graduação presencial na UNEMAT via Sisu;
 - ✓ Edital nº 003/2012 – UNEMAT/COVEST – Entrada em 2013/1;
 - ✓ Edital nº 003/2013 – UNEMAT/COVEST – Entrada em 2014/1;
 - ✓ Edital nº 003/2014 – UNEMAT/COVEST – Entrada em 2015/1;
- n) Editais de seleção para cursos de graduação presencial na UNEAMT via Vestibular;

- ✓ Edital nº 001/2013 – UNEMAT/COVEST – Entrada em 2013/2;
- ✓ Edital nº 001/2014 – UNEMAT/COVEST – Entrada em 2014/2;
- ✓ Edital nº 001/2015 – UNEMAT/COVEST – Entrada em 2015/2;
- o) Resolução nº 024/2012 – CONEPE – Adesão ao SiSU.

1.3.3 Coleta de Informações nos Bancos de Dados

a) Banco de Dados do ENEM

Para identificar os acadêmicos ingressantes⁶ via SiSU na Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Cáceres, não foi uma tarefa fácil. Baixamos os microdados do ENEM do período 2012 a 2014 disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para posteriormente filtrar os dados da pesquisa. O objetivo de identificar os ingressantes, foi para podermos ter acesso ao questionário socioeconômico, que os mesmos preencheram no momento que se inscreveram no ENEM. Os números de inscrição do ENEM nos microdados são “mascarados⁷”. Além de serem mascarados, os microdados não disponibilizam informações das variáveis como: nome do candidato, cadastro de pessoa física – CPF ou do registro geral - RG. Estas variáveis facilitariam a nossa busca pelos ingressantes.

A universidade não tem acesso aos questionários socioeconômico do ENEM, porém através do sistema “Sisu Gestão⁸”, foi possível adquirir algumas informações, exemplos: nome, unidade federativa, sexo, idade, notas das áreas do conhecimento exigida pelo ENEM (Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias e Redação), dentre outras, dos matriculados na UNEMAT via SiSU.

Diante destas informações fizemos cruzamentos por anos correspondentes (ex.: ENEM 2012 vs SiSU 2013/1)⁹, para identificar os ingressantes nos microdados do ENEM e ter acesso aos questionários. As variáveis utilizadas para fazer os cruzamentos foram, (TP_SEXO “Sexo”, Idade, NOTA_CN “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”, NOTA_CH “Ciências

⁶ Consideramos ingressantes para esta pesquisa, os candidatos aprovados no SiSU ou Vestibular que efetuaram as matrículas na Supervisão de Apoio Acadêmico, assim estão regularmente matriculados.

⁷ Termo utilizado pelo INEP que significa substituir o número real da inscrição do ENEM, por um fictício, mas conservando todas as informações do candidato.

⁸ Plataforma eletrônica onde os gestores da instituição têm acesso a alguns dados do Sisu, não do ENEM.

⁹ Os ingressantes nos cursos de graduação em 2013/1 na UNEMAT, fizeram o ENEM 2012, logo para encontrar os questionários precisamos fazer o cruzamento dos dados de cada SiSU com ENEM anterior.

Humanas e suas Tecnologias”, NOTA_LC “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”, NOTA_M “Matemática e suas Tecnologias” e NU_NOTA_REDACAO “Redação”. Após o cruzamento, conseguimos identificar os acadêmicos e seus respectivos questionários.

Para analisar o perfil dos ingressantes via SiSU e via vestibular, foi necessário estudar os dicionários do ENEM e o questionário do vestibular para verificar possíveis variáveis idênticas ou semelhantes para compará-las. Desta maneira, foram verificadas as seguintes variáveis possíveis de comparações e análise do questionário socioeconômico do ENEM: (TP_SEXO “Sexo”, IDADE “Idade”, IN_TP_ENSINO “Tipo de instituição que concluiu ou concluirá o Ensino Médio”, TP_ESTADO_CIVIL “Estado Civil”, TP_COR_RACA “Cor/raça”, Q1 “Até quando seu pai estudou?”, Q2 “Até quando sua mãe estudou?”, Q3 “Qual é a renda mensal de sua família?”, Q4 “ Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você)?”, Q5 “A residência de sua família é?”, Q22 “Você exerce ou já exerceu atividade remunerada?”, Q32 “Em que tipo de escola você cursou o Ensino Fundamental?”, Q33 “Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?” e Q35 “Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio?”)

Para extrair os dados do ENEM foi utilizado programa estatístico como o *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS*, versão 22, ano 2013, programa este, recomendado pelo INEP e para fazermos os cruzamentos utilizamos o programa estatístico *STATA*.

b) Banco de Dados da COVEST

Ao realizarmos a busca de dados dos questionários socioeconômico dos ingressantes pelo vestibular no banco de dados da COVEST, deparamos com a seguinte situação: a COVEST tinha os questionários socioeconômico de todos os inscritos nos vestibulares, porém não tinha como saber qual deles ingressaram nos cursos de graduação, em virtude, das sucessivas chamadas dos candidatos classificados. A COVEST nos disponibilizou os questionários socioeconômicos dos inscritos do período de 2013 a 2015, conforme nossa solicitação. Logo fomos para a secretaria acadêmica do Campus de Cáceres, e a mesma também nos disponibilizou a relação de todos os candidatos/ingressantes matriculados no período citado acima.

Assim, fizemos os cruzamentos *merge*¹⁰ com o *STATA* com apenas uma variável, “nome” e encontramos todos os questionários socioeconômicos dos acadêmicos matriculados no período de 2013 a 2015 via vestibular. Selecionamos as seguintes variáveis do questionário: Qual seu sexo; Qual seu Estado Civil; Qual sua idade; Como você se considera; Em que Estado concluiu ou concluirá o Ensino Médio; Como fez seus estudos do Ensino Fundamental; Como fez seus estudos do Ensino Médio; Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio; Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio; Você exerce atividade remunerada; Quantas pessoas moram em sua casa; Qual o nível de instrução de seu pai; Qual o nível de instrução de sua mãe; Qual é o tipo de residência de sua família; Qual é a renda mensal da sua família?

1.4 Procedimentos de Análise dos Dados

Utilizamos, a estatística descritiva para organizar, sistematizar os dados obtidos nas manipulações dos bancos de dados utilizando *software* de planilha eletrônica. Por meio desta organização e sistematização os dados foram: classificados, agrupados, tabulados e apresentados em tabelas de frequência, gráficos e médias, a fim de, uma melhor visualização dos resultados.

Os documentos foram analisados qualitativamente atendendo as finalidades da pesquisa. Para Gil (1991, p. 87), uma análise de documentos muito se assemelha a uma pesquisa bibliográfica, a diferença encontra-se somente quanto às fontes de informação que serão analisadas para a obtenção dos dados, na análise documental “as fontes são muito mais diversificadas e dispersas”.

Para a análise dos documentos, foi necessário dividi-los, para auxiliar na compreensão do objeto de estudo. Assim o quadro foi estruturado em documento, assunto e finalidade do pesquisador, conforme o próximo quadro:

Quadro 2: Divisão dos documentos para análise

DOCUMENTO	ASSUNTO	FINALIDADE DO PESQUISADOR
Lei nº 9.394 de 20/12/96 -LDBEN	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é a legislação que regulamenta o	
<i>Continua...</i>		

¹⁰ Merge é o comando que cruzam registros de dois ou mais bancos de dados, com objetivo de comparar as informações iguais e armazená-las em uma nova base de dados.

DOCUMENTO	ASSUNTO	FINALIDADE DO PESQUISADOR
	sistema educacional (público e privado) do Brasil (da educação básica à educação superior).	
Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – PNAES	O Plano Nacional de Assistência Estudantil, apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.	Buscar compreender nestes documentos, os conceitos de acesso e democratização, empregado pelo Estado na Educação Superior.
A Portaria Normativa nº 25, de 29 de dezembro de 2010 – PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais	
Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – PROUNI	O Programa Universidade para Todos, é um programa do Ministério da Educação, criado em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.	
Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005	Regulamenta a Educação à Distância, como modalidade educacional.	Verificar as ações, que o Estado vem desenvolvendo para colaborar com o processo de democratização do acesso à Educação Superior.
Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006	Criação da Universidade Aberta da Brasil - UAB	
Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 – REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação.	
Portaria Ministerial nº 109, de 27 de maio de 2009	Reestruturação do ENEM, incluindo a possibilidade de utilizar sua nota como parâmetro para ingresso em	
<i>Continua...</i>		

DOCUMENTO	ASSUNTO	FINALIDADE DO PESQUISADOR
	cursos superiores.	
Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010	Modifica as condições de financiamento do programa FIES	
Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010	Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificado. Sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes.	
A Lei nº 12.711/2012	Lei das Cotas nas universidades federais, com previsão de reserva de no mínimo 50% das vagas.	
Edital nº 003/2012 – UNEMAT/COVEST	Seleção de acadêmicos nos cursos de graduação ofertados pela UNEMAT, Campus de Cáceres - Entrada em 2013/1 – SiSU	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificar quais as condições para se inscrever; ✓ Verificar a distribuição das vagas (ver se há política de reserva de vagas); ✓ Identificar as formas de matrícula: presencial ou a distância; ✓ Verificar como se dão as chamadas e tempo para matrícula.
Edital nº 003/2013 – UNEMAT/COVEST	Seleção de acadêmicos nos cursos de graduação ofertados pela UNEMAT, Campus de Cáceres - Entrada em 2014/1 – SiSU	
Edital nº 003/2014 – UNEMAT/COVES	Seleção de acadêmicos nos cursos de graduação ofertados pela UNEMAT, Campus de Cáceres - Entrada em 2015/1 – SiSU	
Edital nº 001/2013 – UNEMAT/COVEST	Seleção de acadêmicos nos cursos de graduação ofertados pela UNEMAT, Campus de Cáceres - Entrada em 2013/2 – Vestibular	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificar quais as condições para se inscrever; ✓ Verificar a distribuição das vagas (ver se há política de reserva de vagas); ✓ Identificar as formas de matrícula: presencial ou a distância; ✓ Verificar como se dão as chamadas e tempo para matrícula.
Edital nº 001/2014 – UNEMAT/COVEST	Seleção de acadêmicos nos cursos de graduação ofertados pela UNEMAT, Campus de Cáceres - Entrada em 2014/2 – Vestibular	
Edital nº 001/2015 – UNEMAT/COVEST	Seleção de acadêmicos nos Cursos de graduação ofertados pela UNEMAT,	

Continua...

DOCUMENTO	ASSUNTO	FINALIDADE DO PESQUISADOR
	campus de Cáceres – Entrada em 2015/2 - Vestibular	
Microdados do ENEM 2012 x Sisu gestão 2013	Possuem várias informações dos candidatos que foram submetidos ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, tais como: notas, provas, Questionários socioeconômico, origem geográfica dos candidatos, quantidade de inscrito, etc.	Analisar as seguintes variáveis: Sexo, Idade, Sigla da Unidade da Federação de residência, Tipo de instituição que concluiu ou concluirá o Ensino Médio, Estado Civil, Cor/raça, Até quando seu pai estudou?, Até quando sua mãe estudou?, Qual é a renda mensal de sua família?, Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você)?, A residência é de sua família é?, Você exerce ou já exerceu atividade remunerada?, Em que tipo de escola você cursou o Ensino Fundamental?, Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio? e Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio?
Microdados do ENEM 2013 x Sisu gestão 2014		
Microdados do ENEM 2014 x Sisu gestão 2015		
Banco de dados da COVEST x Sagu 2013 a 2014	Possuem as informações dos candidatos submetidos ao vestibular da UNEMAT, tais como: notas, origem geográfica dos candidatos, questionário socioeconômico, etc.	Analisar as seguintes variáveis: Qual seu sexo; Qual seu Estado Civil; Qual sua idade; Como você se considera; Em que Estado concluiu ou concluirá o Ensino Médio; Como fez seus estudos do Ensino Fundamental; Como fez seus estudos do Ensino Médio; Em que ano concluiu ou concluirá o Ensino Médio; Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio; Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio; Você exerce atividade remunerada; Quantas pessoas moram em sua casa; Qual o nível de instrução de seu pai; Qual o nível de instrução de sua mãe; Qual é o tipo de residência de sua família; Qual é a renda mensal da sua família?

Fonte: Elaboração realizada pelo autor, a partir dos dados pesquisados.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ACESSO

Iniciaremos com o contexto histórico sobre as formas de ingresso à educação superior ocorrida no Brasil, analisaremos ainda neste capítulo, o que se entende por acesso à Educação Superior nos dias atuais, na concepção do Estado através de análise da LDBEN/96. Abordaremos também, os mecanismos adotados pelo Estado na tentativa de tornar o acesso democrático e compreender “acesso à educação Superior”, alicerçados nos seguintes referenciais teóricos: Coutinho 2008, Dias Sobrinho 2011, Luz 2013, Ristoff 2008, Silva e Nogueira 2011 e Silva e Veloso 2013). Para tanto, estudamos o conceito de “acesso” e “democratização”, no âmbito da educação superior.

Descreveremos em seguida o perfil da educação superior com dados obtido no censo da educação superior, nas seguintes dimensões do acesso: Ingresso, Permanência e Qualidade. Buscamos identificar as políticas públicas para o ensino superior nas legislações governamentais. Dentre as políticas públicas destacam-se, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES¹¹/2010, destinado para as instituições da educação superior federais, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAEST¹², destinado para as instituições da educação superior públicas estaduais, o Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior – REUNI, o Financiamento Estudantil – FIES, o Programa Universidade para Todos – Prouni, o Sistema de Seleção Unificado – SiSU, dentre outros.

2.1 Contextualização Histórica sobre as Formas de Ingresso na Educação Superior no Brasil

O ingresso na educação superior no Brasil, sofreu várias transformações desde a época do Brasil Colônia. O primeiro registro de cursos superiores no Brasil, foi no período colonial,

¹¹ Apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. Criado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – PNAES

¹² Apoiar financeiramente ações de assistência estudantil com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes na educação superior pública estadual, instituído por meio da Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010, o Pnaest.

datado de 1572, com a criação dos cursos de artes e teologia no colégio dos jesuítas da Bahia (CUNHA, 2007a). Tratava-se do primeiro colégio que ministrava curso superior. Fundado na Bahia, em 1550, onde também residia a sede do governo-geral. Os cursos eram para formação de mão de obra sacerdotal, pois a atividade educacional principal era a catequese dos indígenas. Eram os filhos dos fidalgos¹³ que ingressavam nesses cursos sem a necessidade de seleção.

Estes cursos foram extintos com a expulsão dos padres jesuítas em 1759. Esta expulsão para Conceição (2013, p. 17), é considerada a primeira grande desastrosa reforma educacional realizada no sistema de ensino do Brasil. A partir deste momento, a Colônia não tinha nenhum curso de nível superior, fazendo com que os filhos dos fidalgos se deslocassem para Portugal em busca de instrução.

Assim a educação de modo geral, passou das mãos dos jesuítas para as mãos do Colônia/Estado. Na época do fechamento dos colégios dirigidos pelos jesuítas de acordo com Cunha (2007, p. 37), somava-se 300 alunos matriculados no Curso de Filosofia. O Estado limitou-se a ofertar disciplinas isoladas de 1759 a 1776. O reino de Portugal não via a necessidade de criar cursos superiores em suas colônias, pois o objetivo principal era a exploração. Fávero (2006, p. 20), descreve que Pombal¹⁴ “não via justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar os seus estudos superiores”.

Em 1776 segundo Cunha (2007, p. 54) “os frades franciscanos criaram, autorizados por alvará régio, um curso superior no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro”. Desde então não houve mudança em relação a oferta de vagas no curso superior até o final do período imperial. De acordo com Cunha (2003, p. 3), a partir de 1808, com a transferência da sede do governo metropolitano para o Brasil, é que se inicia a preocupação em fundar um novo ensino superior sob o controle do estado nacional. Cursos estes que poderiam colaborar com o êxito na guerra que vinham travando com Napoleão Bonaparte¹⁵. Assim o estado nacional criou cátedras de ensino superior visando à formação profissional, por meio de cursos como o de medicina na Bahia em 1808 e de Engenharia na Real Academia Militar no Rio de Janeiro em 1810.

O ensino superior brasileiro ganhou densidade durante o período imperial entre os anos

¹³ Hidalgo foi introduzido em Portugal no reinado de D. Afonso III, pronunciando-o nós fidalgo, para distinguir os cavaleiros e escudeiros de nobreza herdada ou linhagem, de aqueles que apenas gozavam tais títulos em virtude de graça especial do soberano. Fidalgo quer dizer filho d'algo, isto é, que tem alguma coisa em bens ou em condição nobre. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/dicionario/fidalgo.html>>. Acessado em 21/07/2015.

¹⁴ Mais informações: <<http://www.infoescola.com/biografias/marques-de-pombal/>>

¹⁵ Mais informações <<http://www.suapesquisa.com/biografias/napoleao.htm>>

de 1822 a 1889. De acordo com Martins (2014, p. 52) “no ano de 1827 são inauguradas, em Olinda e em São Paulo, as cátedras de cursos jurídicos, formando a chamada tríade do ensino superior brasileiro: medicina; engenharia; e direito”. Após 189 anos (2016) estes cursos ainda são elitizados, voltado para a população com alto poder aquisitivo.

A procura do ensino superior aumentou em virtude das transformações econômicas, ideológicas e institucionais. Cunha (2003, p. 158) relata que no período de 1891 até 1910, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; oito de Direito; quatro de Engenharia; três de Economia e três de Agronomia.

Segundo Flores (2013) neste momento houve a necessidade de selecionar os estudantes interessados em ingressar no ensino superior. Esta seleção constituía pela conclusão do ensino secundário e aprovação nos “exames preparatórios”. Não que essa seleção fosse em decorrência do número de interessados, mas sim para comprovar se os estudantes ingressantes tinham realmente condições para cursar o ensino superior. Antes deste processo de seleção, não eram exigidos requisitos mínimos para ingresso no ensino superior. Muitas vezes os estudantes do ensino superior não tinham sequer iniciado o nível secundário. No final do período imperial a facilidade de acesso aos cursos superiores tornou-se um problema. Essa situação segundo Flores era preocupante:

Para enfrentar a situação, Rui Barbosa propôs, já no final do período Imperial, em 1889, a substituição dos “exames preparatórios” pelos “exames de madureza”, que seriam realizados nas próprias escolas secundaristas para os alunos concluintes dessa modalidade de ensino, e a aplicação da prova seria supervisionada por representantes do ensino superior. (FLORES, 2013, p.33)

Os estudantes que concluíam o ensino secundário em escolas mantidas pelo governo federal gozavam do privilégio que poderiam se inscrever em qualquer curso superior sem a exigência de “exame de madureza”, pois o Estado considerava que o currículo do ginásio nacional era suficiente. Mas segundo Cunha (2003) a reforma educacional de 1891, considerou que as escolas secundárias (estaduais e privadas) que adotassem o currículo do ginásio nacional poderiam gozar dos mesmos direitos:

As reformas educacionais de 1891 criaram a figura da equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário e superior ao Ginásio Nacional e às faculdades mantidas pelo governo federal. No primeiro caso, os ginásios criados e mantidos pelos governos estaduais que tivessem o currículo do Ginásio Nacional e se submetessem à fiscalização do governo federal gozariam do mesmo privilégio daquele: os alunos que tivessem concluído seus estudos poderiam se inscrever em qualquer curso superior do país, sem exigência de exames de estudos preparatórios. Em 1901, a equiparação foi

estendida aos ginásios criados e mantidos por particulares. (CUNHA, 2003, p. 157 – 158)

O resultado dessa medida foi uma grande expansão do ensino superior, alimentada pela facilitação das condições de ingresso. Diante da expansão do ensino superior pela facilitação do acesso, os latifundiários iniciavam a resistência a esse processo. A expansão do ensino superior possibilitou que os filhos dos trabalhadores urbanos e dos colonos estrangeiros pudessem estudar e aumentar as chances destes alcançarem melhores condições de vida.

As funções no Estado, com maior remuneração, prestígio e poder, estavam ameaçadas com a expansão e facilitação do ensino superior. Cunha (2003, p. 159) descreve esta situação, “aos cargos conferidores de maior remuneração, prestígio e poder, chegou a ser ameaçada por aquele processo de expansão/facilitação: os diplomas das escolas superiores tendiam a perder a raridade e, em consequência, deixavam de ser um instrumento de discriminação social eficaz e aceito como legítima”. O ensino superior deveria cumprir com seu objetivo fundamental, em formar os intelectuais da classe dominante.

No Brasil não havia ainda regulamentação sobre as formas de ingresso no ensino superior. Mas em 1911 com a reforma educacional denominada Rivadávia Corrêa instituída pelo Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior da República. Nos artigos abaixo descrevem as exigências para o ingresso de alunos nos cursos superiores:

“Art. 64. Para requerer matricula nos institutos de ensino superior os candidatos deverão provar: a) idade minima de 16 annos; b) idoneidade moral.

Art. 65. Para concessão da matricula, o candidato passará por exame que habilite a um juizo de conjunto sobre o seu desenvolvimento intellectual e capacidade para emprehender efficazmente o estudo das materias que constituem o ensino da faculdade. § I. O exame de admissão a que se refere este artigo constará de prova escripta em vernaculo, que revele a cultura mental que se quer verificar e de uma prova oral sobre línguas e sciencias;

Art. 69. Para matricularse, o alumno terá de contribuir com as seguintes taxas: 1ª, taxa de matricula; 2ª, taxa de frequencia dos cursos, por anno escolar.

Paragrapho unico. Os cursos privados serão remunerados, de accôrdo com as condições estabelecidas pelos professores e livres docentes”. (Decreto nº 8.659/11)

Assim, foram criados em 1911 com a reforma Rivadávia Corrêa os “exames de admissão”, ou seja, exames de entrada ao ensino superior, realizados pelas próprias instituições superiores de ensino. Neste período o ensino superior passou a ser procurado pelos filhos dos burgueses industriais, aumentando assim a demanda pela profissionalização superior.

Segundo o anuário estatístico brasileiro de 1908 – 1912, com a implementação deste novo exame houve uma redução de aprovação nos cursos superiores. Em 1911 havia 4.028

alunos matriculados e no ano seguinte 3.683 alunos, uma redução de 8,6%. A população brasileira era respectivamente 24.010.916 e 24.618.429 habitantes nos anos 1911 e 1912.

Em 1915 com a reforma Carlos Maximiliano alterou o nome de “exames de admissão” para “exames vestibulares” não havendo mudanças significativas em relação ao número de vagas, pois não havia quantidade de vagas estipuladas por curso, logo todos os aprovados poderiam se matricular. Os Exames Vestibulares eram realizados uma vez ao ano e avaliavam os candidatos com uma prova escrita e uma prova oral em que o conteúdo variava de acordo com o curso pleiteado. A mudança significativa na reforma Carlos Maximiliano sobre o acesso aos cursos superiores, Cunha (2003, p. 159) esclarece que “para a classe dominante era reservado os cursos de ensino artístico liberal “bacharéis” e aos outros o ensino artístico profissional”.

Somente em 1925 fixou o número de vagas para ingresso ao ensino superior. A partir deste momento não bastava a aprovação no exame vestibular pelo candidato, deveria este apresentar o histórico escolar com aprovação das disciplinas cursadas no ensino secundário. Assim, as vagas dos cursos eram preenchidas de acordo com a classificação do candidato. De acordo com Cunha (2003 p. 161), “os estudantes aprovados eram matriculados por ordem de classificação, até estarem completas as vagas. Os demais não teriam direito à matrícula nem nos anos seguintes, a menos que, novamente examinados, obtivessem classificação favorável”.

Já na Era Vargas no período provisório houveram mudanças nas políticas de ingresso ao ensino superior. Ao promulgar o Decreto 19.851, em 11 de abril de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileira, o candidato para ser admitido nos cursos superiores continuaria dependente de aprovação nos exames vestibulares, da apresentação do histórico escolar secundário e acrescentaria a prova de idoneidade moral (Cunha, 2003, p. 167). O estatuto defendia que as universidades fossem abertas a todos, que diminuíssem as "elevadíssimas e proibitivas" taxas de exame e de matrícula, as quais faziam a seleção pelo nível de renda em vez das "capacidades comprovadas cientificamente”.

O Ministério de Educação criado em 1931 veda a criação de novos estabelecimentos privados com intuito de ofertar cursos superiores, pois era exigida uma lei do governo estadual para a criação desse tipo de estabelecimento de ensino coordenado pelas instituições confessionais. Todo curso superior de instituição privada, universidade ou não, precisava ser credenciado pelo Ministério da Educação para que os diplomas outorgados pudessem ser registrados nos órgãos estatais competentes.

Os egressos do ensino secundário “hoje conhecido como propedêutico” grifo do autor, poderiam candidatar a qualquer curso superior, porém os egressos do ensino secundário profissionalizante poderiam candidatar-se somente aos cursos relacionados com a sua formação anterior.

Segundo Cunha (2007a) em 1942 criou um novo instrumento para ingresso ao ensino superior, chamado de “exames de licença”, que eram realizados no término do segundo grau e davam direito ao estudante aprovado de matricular-se em qualquer curso superior. Estes “exames de licença” foram extintos em 1946.

Em 1964 as Universidades do Estado de São Paulo realizaram os primeiros exames de vestibular unificado, exames estes que aplicava uma única prova para todos os candidatos independente da escolha do curso superior, exames com caráter eliminatório.

Em 1968 de acordo com Flores (2013) “exame vestibular” alterou e passou a se chamar “concurso vestibular”, a partir de então, as provas deveriam ser formuladas de acordo com o conteúdo ministrado no ensino médio, para avaliar os conhecimentos desses estudantes, assim como garantir que os mesmos tivessem conhecimento suficiente para ingressar no ensino superior. Para Pinho (2001) a mudança da nomenclatura não mudou a característica de classificação, pois,

[...] ainda não ocorreu uma verdadeira mudança no que já vinha sendo praticado desde o início do século passado. Para ele o concurso vestibular continua sendo um espelho fiel das distorções e das iniquidades que caracterizam a sociedade brasileira e sendo o seu objetivo precípua selecionar os candidatos mais bem preparados para preencher as poucas vagas oferecidas, o resultado não poderia ser outro. (PINHO 2001 *apud* NODARI, 2016, p. 54)

A partir da Reforma Universitária de 1968, as instituições isoladas da educação superior só existiriam de forma excepcional, mas na realidade estas instituições tiveram uma aceleração no crescimento passando a ser a majoritária no Brasil. De acordo com Cunha (2003);

A Reforma Universitária, determinou que a universidade fosse a forma de organização por excelência do ensino superior, restando à instituição isolada o *status* de excepcional e transitória. No entanto, as afinidades políticas eletivas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista. Assim, no momento em que a reforma do ensino superior proclamava sua preferência pela universidade como forma própria de organização do ensino superior, o CFE já se empenhava em propiciar a aceleração do crescimento dos estabelecimentos privados, a grande maioria isolados, contrariando a lei recentemente promulgada. (CUNHA, 2003, p. 180)

A partir deste momento o Brasil viveu um novo cenário do ingresso em virtude da expansão privada da educação superior que já em 1970 de acordo com o Censo Estatístico da educação Superior, as matrículas das instituições privadas correspondiam em 50,5% do total das matrículas na educação superior no Brasil. Deste ano em diante as instituições privadas tiveram um crescimento exponencial, alcançando seu ápice em 2008 com representatividade de 89,52% das instituições de ensino superior e 73,3% das matrículas na educação superior. (Censo Estatístico do Ensino Superior 2008)

Com a política de interiorização do ensino superior implementado pelo governo federal na década de 70, a fim de democratizar o acesso a população que residiam fora das capitais, as instituições privadas viam uma oportunidade de crescimento nos centros urbanos. Segundo Cunha (2013, p. 183), “Assim, ao mesmo tempo em que as universidades públicas abandonavam os centros urbanos, as universidades privadas expandiam aí suas instalações. Utilizavam o espaço urbano disponível até o limite máximo possível, erguendo edifícios sobre os terrenos existentes”.

A crise no final da década de 70, que se arrastou até o início da década de 90, fizeram com que muitos jovens abandonassem os estudos para auxiliarem os pais na sobrevivência familiar. O Brasil neste período sofria estagnação econômica com inflação surpreendente. Martins (2013, p. 66-67) descreve que neste período de estagnação “O baixo número de egressos do ensino médio fez diminuir o número de matrículas e, como consequência, temos o acirramento dos sistemas públicos e privados, a estagnação em ambos, com estagnação mais acentuada no ensino privado”.

Na década de 80 iniciou o período democrático que segundo Luchmann (2007, p. 26) foi marcado por muitas discussões e várias propostas de reformas no sistema educacional, “discussões sobre formas de aplicação do vestibular, com inserção de provas seriadas, ou mesmo a extinção do vestibular” em 1987. Iniciaram-se também as primeiras discussões sobre as vagas ociosas nas universidades em decorrência da crise econômica.

No final da década de 1980 e início da década de 1990 de acordo com Nodari (2016 p. 40), o sistema educacional superior brasileiro passa a ser orientado por organismos internacionais, “No Brasil as questões econômicas, a desestatização e as privatizações passaram a compor a agenda também do sistema educacional e as orientações assumidas dos organismos internacionais determinaram profundas transformações no sistema de ensino”. O neoliberalismo estava em plena ascensão na América Latina, reflexo da globalização econômica.

Assim, Luchmann (2007) descreve que o neoliberalismo, orienta a abertura e a expansão das IES privadas com foco principal nos resultados (lucro) e inseri o modelo empresarial/gerencial as relações educacionais.

Essa visão de universidade como empresa se acentua ainda mais nos anos 1990 e tem interferência direta na relação professor-aluno, em que o aluno passa a ser um cliente. Suprime-se em grande parte a ideia de mestre e discípulo e a aula ganha um aspecto de relação comercial, em que o professor é visto como um prestador de serviço e o aluno, um cliente. (LUCHMANN, 2007, p. 23).

Em 1995 é marcado pela volta do crescimento da expansão do ensino superior, em especial, dos estabelecimentos privados apoiado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN criada em 1996, garante novas formas de ingresso à Educação Superior e nomeando tais formas de “processo seletivo”. Após dois anos em 1998 implementou o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM¹⁶, com objetivo inicial de avaliar o ensino médio por meio do desempenho do estudante no final do ensino médio. Após a implementação do ENEM começam ganhar força os projetos de lei destinados a fazer com que o desempenho dos alunos no ensino médio passe a ser determinante no processo de seleção dos candidatos aos cursos superiores.

Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), nota-se uma tentativa no processo de democratizar o acesso à educação superior com a inclusão das pessoas de todas as classes sociais. Segundo Luchmann (2007),

[...] há uma maior inclusão de pessoas de todas as classes em geral no nível superior, mas ainda há uma profunda seletividade social no que toca à escolha e às oportunidades de carreira. A posição social, o acesso à informação e à qualidade de ensino do sujeito predisporá sua entrada na universidade. Não existe possibilidade de competição e o ideal de educação igualitária, democrática e socializada na verdade não acontece. (LUCHMANN, 2007, p. 26).

Em 2005 o governo Lula, implementou o Programa Universidade para Todos – Prouni¹⁷, que utiliza as notas do ENEM para a seleção dos candidatos nos cursos superiores. O

¹⁶ Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Em 2009, sofreu uma mudança no formato para que também atendessem ao ingresso às instituições públicas de ensino.

¹⁷ É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Disponível em <http://siteprouni.mec.gov.br/index.php>. Acessado em 28/07/2015.

principal objetivo era democratizar o acesso à Educação superior, atendendo aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais; Estudantes com deficiência; e Professores da rede pública de ensino do quadro permanente que concorrerem a cursos de licenciatura, nesse caso não é necessário comprovar renda.

Em 2009 com a reformulação do ENEM, gera a possibilidade de utilização dos resultados desse exame para a seleção de candidatos aos cursos superiores ou validação do ensino médio para aqueles que ainda não concluíram. Esta reformulação ficou conhecido como “ENEM -2009” ou “novo Enem”. O Ministério da Educação desenvolveu também em 2009 o Sistema de Seleção Unificado - SiSU¹⁸ visando selecionar a princípio, alunos para os cursos de graduação em instituições públicas federais utilizando as notas do ENEM. Posteriormente foi estendido para quaisquer universidades públicas que quisessem aderir ao SiSU.

2.2 Acesso à Educação Superior: LDBEN em pauta

No Brasil onde as desigualdades sociais é a sua característica marcante, muitos jovens veem na educação superior o caminho para a ascensão social, profissional e pessoal. Desde então, buscamos saber qual a concepção do acesso reservados aos jovens que desejam ser inseridos neste nível de ensino. Começamos a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394 de 1996), onde ocorreram mudanças nos processos de seleção das Instituições de Ensino Superior - IES. A partir desta Lei, o ingresso à educação superior, passa a ser por processo seletivo, portanto, não é mais realizado exclusivamente por concurso vestibular. Vejamos alguns dispositivos sobre o acesso à educação superior na LDBEN/96:

Quadro 3: Dispositivos sobre acesso à Educação Superior na Lei nº. 9.394 de 1996 - LDBEN

Art. 4º - inciso V	Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
Art. 44º - inciso II	[...] graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
<i>Continua...</i>	

¹⁸ O Sistema de Seleção Unificada -SiSU é o recurso eletrônico criado pelo Ministério da Educação para gerenciar o processo seletivo das instituições que aderiram ao Enem/2009. A partir dos dados dos candidatos no ENEM e das informações prestadas por cada instituição participante, este sistema processaria os resultados com as notas devidas e a classificação por curso. Além disso, o sistema permite que a instituição preserve qualquer forma de políticas afirmativas, bônus diferenciado para os candidatos e pesos para as provas.

Art. 44º - Paragrafo Único	Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do <i>caput</i> deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital.
Art. 50º	As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.
Art. 51º	As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do documento analisado.

Diante do exposto, primeiro verificamos que acesso é igual ingresso. Verificamos ainda que a mudança de “concurso vestibular” para “processo seletivo”, não houve mudança em sua essência e continua a “valorização da meritocracia”. Quando se trata do ensino superior, a LDBEN/96 carrega consigo valores individuais e competitivos, (“segundo a capacidade de cada um”, “demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito”, “tenham sido classificados em processo seletivo”, “divulgação da relação nominal dos classificados”). Isso nos mostra, que o Estado joga a responsabilidade para o indivíduo e culpabiliza-o pelo seu sucesso ou fracasso na tentativa de ingresso nas IES.

Assim, o acesso à educação superior para o Estado, segundo a LDBEN/96, significa competitividade, meritocracia, capacidade individual, classificação, exposição obrigatória dos (sucedidos e fracassados) entre os indivíduos que veem na educação superior como forma de ascensão pessoal e profissional, sem que o Estado leve em consideração o processo histórico da educação básica brasileira. Não há nenhuma tentativa de democratizar a educação superior nos dispositivos da LDBEN/96.

2.3 Democratização do Acesso à Educação Superior: breve esboço teórico

Atualmente a sociedade discute caminhos para democratizar o acesso à educação superior, ou torna-lo mais democrático, com finalidade de inserção dos jovens de classe baixa nas universidades brasileira. Ristoff (2008, p. 45) afirma que, “se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a dessa década precisa ser democratizar”. O termo “democratização” traz o seu sentido na democracia liberal, que segundo Vieira (1992), “[...] organiza-se com base na

igualdade de oportunidades, conforme a capacidade de cada indivíduo, não tencionando a igualdade real na sociedade”. De acordo com o mesmo autor:

[...] igualdade de oportunidades significa admitir como certo o direito de todas as pessoas participarem da competição, ou seja, expõem os indivíduos em uma disputa com base na ideia de que a sua capacidade e seu esforço são requisitos chaves para alcançar, por exemplo, o ingresso na educação superior. (VIEIRA,1992, p. 70)

Na última década, diante de várias discussões sobre democratização, o termo, teve mudanças substanciais em seu significado, pois segundo Ristoff (2008, p. 45), significa “criar oportunidades para que milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes de escolas públicas tenham acesso à Educação Superior”. Neste sentido, podemos compreender a democratização como um bem público e como direito social. Para Dias Sobrinho (2011),

[...] a democratização é um núcleo dos mais importantes e urgentes da agenda atual da educação superior, pois é a partir do reconhecimento, enquanto princípio, de que a educação é um bem público, direito social e dever do estado que faz sentido falar em democratização do acesso e garantia de permanência dos estudantes em cursos superiores. (DIAS SOBRINHO 2011, p.121)

Dias Sobrinho (2011), enfatiza ainda que,

[...] é também necessário esclarecer que a democratização da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso, criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência, isto é, as condições adequadas para realizarem os seus estudos. (DIAS SOBRINHO 2011, p.122)

Assim, a democratização do acesso à educação superior é no sentido de universalização. Universalizar no sentido de possibilitar o acesso à educação superior as diferentes classes sociais, étnicas e econômicas. Atender ainda, as diversidades religiosa, política, de gênero, cultural, ... e acima de tudo, possibilitar condições para o sucesso acadêmico.

Coutinho (2008), afirma que “[...] o que tem valor universal, é esse processo de democratização, que se expressa essencialmente numa crescente socialização”.

O termo “acesso” à educação superior para Silva e Veloso (2013), entendem o “acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao

senso de coletividade/universalidade e a *práxis* criativa”. Para Silva e Nogueira (2011), acesso e expansão são ações complementares:

Concebe-se expansão e acesso à educação superior como fenômenos interligados, com reflexos mútuos, razão porque, neste trabalho, são evidenciados de forma integrada. Por acesso entende-se a participação na educação superior, o que implica, idealmente, em considerar as dimensões de ingresso, permanência, conclusão e formação/qualidade desse nível de ensino. Tais dimensões, vistas no conjunto, segundo os indicadores e na sua complexidade (a quem, a que fins, como) sinalizam o caráter democrático (ou não) do acesso. A expansão, por sua vez, tem relação com o acesso na medida do crescimento quantitativo (instituições, vagas, docentes, financiamento) e das características que apresenta (organização acadêmica, categoria administrativa, qualificação, etc). (SILVA e NOGUEIRA, 2011, p. 14).

Nessa perspectiva das autoras, a lei se restringe apenas a uma dimensão do acesso que é o ingresso. Logo democratizar o acesso à educação superior é torna-lo universal, é dar o direito da pessoa ingressar e concluir o curso. Entendemos por universalizar é inclusão dos excluídos que ao longo do tempo foram segregados da educação pelo governo. Universalizar é criar possibilidades de sucesso acadêmico aos pretos, brancos, pobres, homens e mulheres que deixaram os estudos para sustentar suas famílias e hoje voltam as salas de aula, em busca de mudanças nas condições sociais e profissionais. Universalizar é encontrar nas universidades, o branco, preto, pardo, amarelo, indígena, integrantes de todas as classes sociais em cursos de qualidade. Para Santois (2010) universalizar é,

[...] proporcionar mudanças, conscientização e expansão de universidade para toda a população sem distinção, ou seja, todos têm direito de educação superior e de qualidade. Desta maneira haverá uma multiplicidade do conhecimento que não ficará apenas a um seletivo grupo, inclusive os elitizados. [...] Universalizar é incluir os excluídos, tentar corrigir preconceitos e desrespeitos com os negros que sofreram em sua trágica história de escravidão, é valorizar os pobres, marginalizados, e todos que até então não poderiam fazer parte de discussões em Universidades por esta pertencer a elite. [...] Universalizar é expandir conhecimento, e tornar um leigo em um pensante, questionador, reivindicador de tudo que o cerca em sua sociedade. É, antes de tudo, politizar para as lutas, para a democratização e para a valorização de todos com equidade e dignidade. [...] É preciso que haja a democratização para que haja Universalização. (SANTOIS 2010, p.2-4 *apud* BARBOSA, 2013, p. 42)

O “processo de democratização é uma ação utilizada como forma de lutas para a melhoria do atendimento as demandas sociais, e que se torna pauta de lutas pelos direitos sociais”. Luz (2013, p.33)

2.4 Acesso à Educação Superior no Brasil pós LDBEN: dimensões e políticas

As discussões sobre o acesso à educação superior no Brasil vêm ganhando espaço nos últimos anos, seja através de grupos de pesquisas ou pelos órgãos governamentais. As discussões envolvem diferentes dimensões e olhares sobre o assunto. Nesta pesquisa vamos considerar o acesso nas dimensões de ingresso, permanência e qualidade, conceituado pelas autoras Silva e Nogueira (2011).

Na dimensão ingresso por exemplo, representam os indicadores: expansão, ofertas de vagas, inscritos, concorrência, vagas ociosas, vagas preenchidas, perfil e políticas públicas para o ingresso, com olhar democrático ou não democrático, como direito social ou mercadológico, etc. Os indicadores da dimensão permanência são: matrículas, conclusão, retenção, evasão, matrículas trancadas, matriz curricular, programas de fixação de estudantes, dentre outras. Já na dimensão de qualidade temos: qualificação docente, organização acadêmica, conceito preliminar de curso, categoria administrativa, infraestrutura, índice geral de cursos avaliados da instituição, enade, conhecimentos produzidos e transmitidos no ensino, pesquisa e extensão, programa pedagógico, internacionalização, etc.

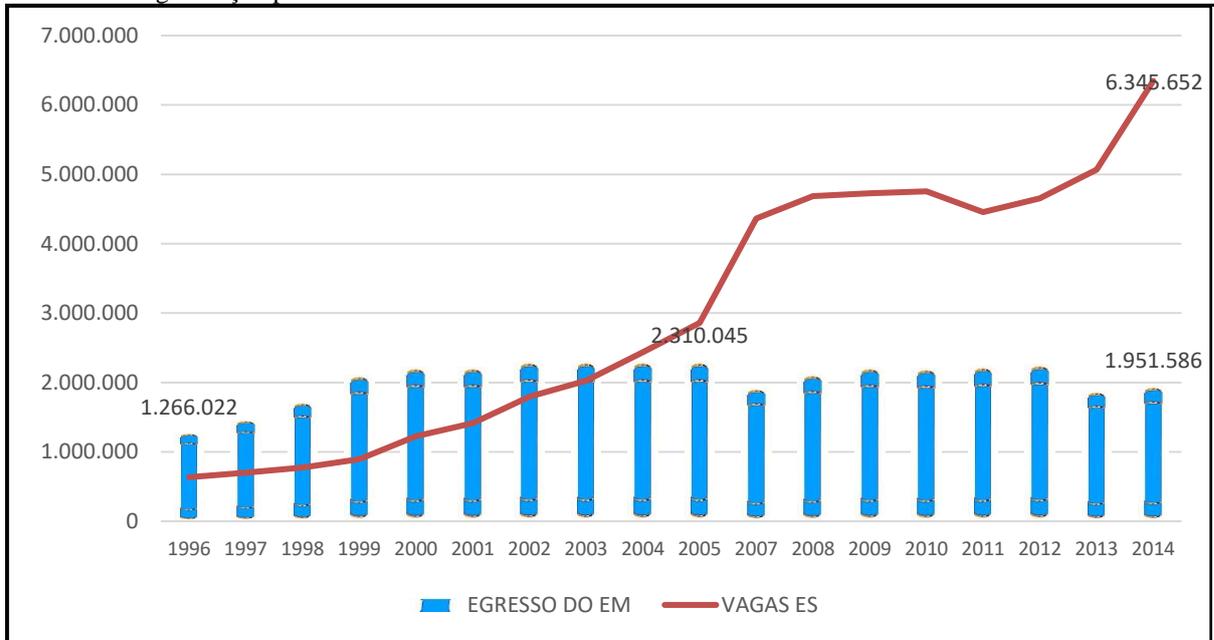
2.4.1 O Ingresso à Educação Superior no Brasil

O ingresso na educação superior está reservado às pessoas que concluíram o ensino médio. Conforme o art. 44 da LDBEN/96, “[...] graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo”. Assim podemos estabelecer que o primeiro indicador, são os concluintes do ensino médio.

No período de 1996 a 2003 as instituições de educação superior ofertavam vagas abaixo do número dos egressos do ensino médio. Em 2004 foi o ano em que as vagas oferecidas nos cursos superiores ultrapassaram a quantidade dos concluintes do ensino médio. Entre os anos de 1996 a 2014 o número de concluintes do ensino médio teve um crescimento de 164,87%, chegando no seu ápice em 2005 com 2.310.045. Neste mesmo período as vagas nos cursos superiores tiveram um crescimento de 1.000,52%. De 634.236 vagas em 1996 para 6.345.652 em 2014. Este crescimento exponencial das vagas nos cursos superiores é em virtude da expansão das IES privadas, das diferentes modalidades de ensino, da implementação do Reuni pelo governo federal, dentre outros fatores.

O próximo gráfico, podemos observar a evolução da quantidade de concluintes do ensino médio em relação a evolução da quantidade de vagas ofertadas nos cursos de graduação presencial e a distância.

Gráfico 2: Evolução da quantidade de concluintes do ensino médio e evolução da quantidade de ofertas das vagas nos cursos de graduação presencial – 1996 a 2014 - Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do censo da educação superior e censo da educação básica 1996 a 2014.

Os dados nos revelam preocupações neste nível de ensino, pois há grandes oscilações. Vejamos que, em 1999 formou mais jovens no ensino médio, do que em 2014. Um dos motivos que podemos verificar é o grande número de jovens inseridos no mercado de trabalho. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais que analisa as condições de vida da população brasileira 2014¹⁹, indica que 44,8% dos jovens com idade entre 16 a 24 anos exercem atividade remunerada. Deixando assim os estudos, em busca da sobrevivência.

A educação básica de modo geral, precisa de um grande debate nacional sobre o tema, e encontrar meios para a universalização da educação pública. O Plano Nacional de Educação²⁰ (PNE), sancionado em junho de 2014, define as diretrizes e estratégias para o País alcançar melhores resultados na Educação no prazo de dez anos. Possui a meta de “universalizar, até

¹⁹ Síntese de Indicadores Sociais – Dados disponíveis pelo IBGE que analisa periodicamente os indicadores: Aspectos Demográficos, Família, Educação, Trabalho, Distribuição de Renda e Domicílios da população brasileira. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2014/default_tab_xls.shtm>

²⁰ Acesse o www.observatoriodopne.org.br

2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%”. De acordo com o anuário brasileiro da educação básica 2015, a taxa líquida²¹ de matrículas no ensino médio está em 55,5% e a taxa bruta²² em 81,5%. Isso significa que no Brasil em 2014 tínhamos 10.644.789 jovens com idade entre 15 a 17 anos que deveriam estar matriculados no ensino médio, porém apenas 5.903.692 destes jovens estavam matriculados na escola série correspondente a sua idade. No quadro 4, mostramos a distribuição das matrículas dos estudantes com idade entre 15 a 17 anos, assim como aqueles que estão segregados pelo sistema.

Quadro 4: Distribuição das matrículas dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio ou fora da escola, ano base 2013 – Brasil

Níveis de Ensino	População	%
Ensino Fundamental	2.425.672	22,8
Ensino Médio	5.903.692	55,5
Alfabetização de jovens e adultos	10.103	0,1
Educação de Jovens e Adultos – Fundamental	130.326	1,2
Educação de Jovens e Adultos – Médio	29.257	0,3
Ensino Superior	181.359	1,7
Pré-Vestibular	20.707	0,2
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	1.523.220	14,3
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	420.453	3,9
Total	10.644.789	100,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação 2015.

Outros problemas que o sistema educacional enfrenta, são as altas taxas de abandono e de retenção. O motivo de abandono da sala de aula, com mais relevância neste cenário, como dito anteriormente é a luta pela sobrevivência, pois segundo Ristoff (2013, p. 2) muitos jovens exercem atividade remunerada para ajudar na renda familiar.

A taxa média de conclusão dos alunos de 15 a 17 anos, matriculados no 3º ano do ensino médio e 4º ano do ensino médio integrado é de aproximadamente 88%. Já para os jovens de até 19 anos em 2014 foi de 56,7%, implicando diretamente na demanda do acesso à educação superior. De um lado há um crescimento/expansão das vagas nos cursos superiores e do outro, estagnação dos egressos do ensino médio.

Ações de crescimento das vagas públicas para cursos superiores, foram implementadas em 2007, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino

²¹ Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola no ano/série correspondente à idade

²² Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola, independentemente de ano/série

Superior – REUNI, cujo principal objetivo é ampliar o ingresso, com aumento das vagas, criando condições para a expansão física da rede federal de educação superior. De acordo com o Ministério de Educação (2015),

A expansão trouxe um expressivo crescimento não somente das universidades federais, mas também de câmpus no interior do país. De 2003 a 2014, houve um salto de 45 para 63 universidades federais, o que representa a ampliação de 40%, e de 148 câmpus para 321 câmpus/unidades, crescimento de 117%. [...] a expressiva expansão global de 117% no número de vagas ocorrida em uma década não encontra paralelo em história da existência do ensino superior no Brasil. O número de IFES foi ampliado em 31%, a graduação presencial em 86% e o número de matrículas em 86%. (MEC, 2015, p.32)

Outra política fundamental para expandir a educação superior pública federal foi o Decreto Federal 6.095/2007, que transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), criados pelo Decreto 5.224/2004 a partir da transformação das Escolas Técnicas Federais, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

Mesmo com os esforços do governo federal em democratizar o acesso através da expansão das IFES, há grande disparidade na quantidade de IES, seja pela categoria administrativa ou organização acadêmica. Em 1996 o Brasil possuía 922 instituições de nível superior, destas 711 privadas, e 211 públicas, representando respectivamente 77,11% e 22,89%. Segundo o censo 2014, esta representação passou a ser de 87,42% para as IES privadas (2.070) e 12,58% para as IES públicas (298), totalizando 2.368 instituições. Ristoff (2008), também mostra esta preocupação em democratizar o acesso à educação superior ao afirmar que,

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado – as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público – elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados. (RISTOFF, 2008, p.45)

Diante da expansão das IES privadas, podemos verificar que a educação superior está inserida numa política neoliberal de privatização e mercantilização deste nível de ensino, ou seja, educação para o mercado. Este exponencial crescimento das IES privadas tem respaldo na LDBEN/96, ao flexibilizar os tipos de instituições que podem ofertar o ensino superior pela diversidade de organização acadêmica, (Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos e Centro de Educação Tecnológica).

É de se pensar que o Brasil, um país constituído pelo contraste social, em sua maioria pobres, a educação superior fica alicerçada nas instituições privadas. De acordo com Ristoff (2013),

A democratização do acesso à educação superior está profundamente relacionada às precárias condições socioeconômicas de parcela majoritária dos nossos jovens. Em um país tão desigual como o Brasil, os jovens sofrem consequências particulares dessa desigualdade – como a baixa escolarização; a dificuldade para entrar e permanecer no ensino médio; e as enormes barreiras para entrar e permanecer no ensino superior. (RISTOFF, 2013, p. 02)

Apesar de todos os obstáculos encontrados pelos jovens, principalmente pela desigualdade econômica, nota-se anualmente um crescimento no número de inscrição nas IES e para atender esta demanda, de modo especial, as IES particulares triplicam suas vagas. No quadro 5, em 2014 as instituições de ensino superior ofereciam 6.345.652 vagas nos cursos de graduação presencial e a distância. Destas vagas 90,80% eram oriundas das instituições privadas e apenas 9,20% das instituições públicas. As vagas no setor privado tiveram um crescimento expressivo de 1278,37% entre o período de 1996 a 2014 e o crescimento do setor público de 318,08%.

Quadro 5: Vagas oferecidas, inscritos, inscrição/vagas, ingressos, nº de vagas não preenchidas, % de vagas não preenchidas nos cursos de graduação presencial e a distância no período de 1996 a 2014 – Brasil.

ANO	VAGAS OFERECIDAS	INSCRITOS	INSCRIÇÃO/VAGAS	INGRESSOS	VAGAS NÃO PREENCHIDAS	% DAS VAGAS NÃO PREENCHIDAS
1996	634.236	2.548.077	4,02	513.842	120.394	18,98
1997	699.198	2.711.776	3,88	573.900	125.298	17,92
1998	776.031	2.858.016	3,68	651.353	124.678	16,07
1999	894.390	3.344.273	3,74	744.024	150.366	16,81
2000	1.222.717	4.047.912	3,31	902.844	319.873	26,16
2001	1.415.348	4.274.228	3,02	1.043.308	372.040	26,29
2002	1.797.476	5.014.111	2,79	1.225.825	571.651	31,80
2003	2.026.758	4.921.896	2,43	1.277.187	749.571	36,98
2004	2.433.500	5.104.698	2,10	1.328.116	1.105.384	45,42
2005	2.859.398	5.294.582	1,85	1.524.295	1.335.103	46,69
2006	3.443.148	5.611.928	1,63	1.630.755	1.812.393	52,64
2007	4.365.012	5.729.719	1,31	1.784.480	2.580.532	59,12
2008	4.684.626	6.243.473	1,33	1.936.078	2.748.548	58,67
2009	4.726.394	6.889.269	1,46	1.819.728	2.906.666	61,50
2010	4.754.310	7.389.823	1,55	1.922.240	2.832.070	59,57
2011	4.453.431	7.569.355	1,70	2.093.368	2.360.063	52,99
						Continua...

ANO	VAGAS OFERECIDAS	INSCRITOS	INSCRIÇÃO/VAGAS	INGRESSOS	VAGAS NÃO PREENCHIDAS	% DAS VAGAS NÃO PREENCHIDAS
2012	4.653.814	8.165.032	1,75	2.478.660	2.175.154	46,74
2013	5.068.142	13.374.439	2,64	2.425.816	2.642.326	52,14
2014	6.345.652	15.358.726	2,42	2.802.497	3.543.155	55,84

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Censo da Educação Superior (1996 a 2014).

No quadro acima, identificamos que a quantidade de inscritos²³ para as vagas nos cursos de graduação presencial e a distância, aumentaram em todos os anos. Entre os anos de 1996 a 2007 a concorrência²⁴ foi diminuindo gradativamente até atingir 1,31. Entre 2008 a 2013 houve aumento na concorrência, mas voltou a reduzir em 2014.

As vagas nos cursos de graduação das IES públicas são mais concorridas em relação as instituições privadas. A concorrência para os cursos de graduação presencial nas IES privadas no período de 1996 a 2014 tem média de 1,65, ou seja, a cada 5 vagas ofertadas, há 8 inscritos. Enquanto nas instituições públicas a média de concorrência no mesmo período é de 8,22, isso significa que a cada 5 vagas ofertadas, há 41 inscrições.

Outra categoria que ajuda a entender o ingresso na educação superior, corresponde a quantidade de ingressantes. O quadro 5 mostra que a quantidade de ingressantes são inferiores à quantidade de vagas ofertadas nos cursos de graduação. Essas vagas não preenchidas, denominamos de vagas ociosas.

Notemos, que em 1998 foi o ano que mais preencheu vagas nos cursos de graduação, com preenchimento de 83,93% das vagas ofertadas, ficando assim 16,07% vagas ociosas. Ao contrário do ano de 2009 que as vagas preenchidas alcançaram apenas 38,50%, ficando 2.906.666 vagas ociosas. A maioria das vagas não preenchidas estão nas IES privadas, pois entre 1996 a 2014, a média de preenchimento de suas vagas foi de 58,38%. Já nas IES públicas, a média de preenchimento ficou em 91,51% das vagas oferecidas.

Não é a intenção deste trabalho, comprovar o motivo do não preenchimento das vagas, mas podemos citar alguns indicadores como (demanda do curso, preferência pela categoria administrativa, organização acadêmica, local do curso, prazo para a matrícula, questões financeiras, pessoais, ..., institucionais, mobilidade regressiva, etc.)

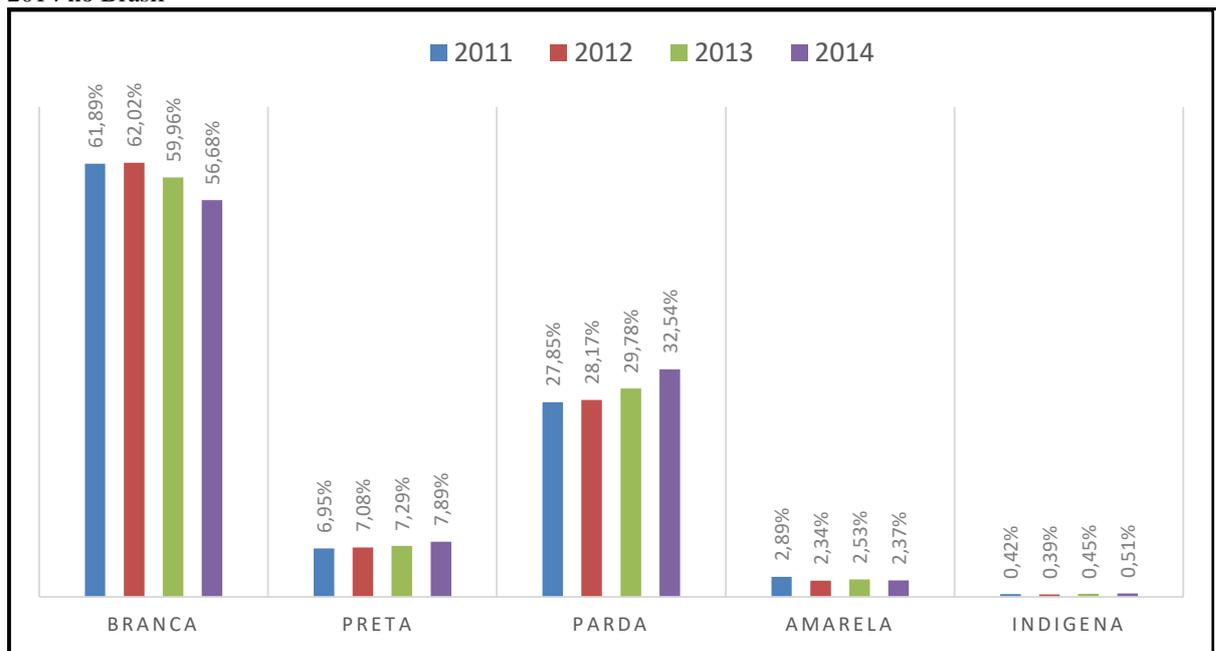
²³ É oportuno esclarecer que a quantidade de inscritos, não significa que é a mesma quantidade de pessoas, pois uma pessoa pode ter várias inscrições por semestre/ano, nas mais diferentes organizações acadêmicas, categorias administrativas, por vestibular, SiSU, diferentes cidades, etc.

²⁴ É a relação dos candidatos inscritos por vagas oferecidas.

Digo Mobilidade Regressiva ao me referir a candidatos que são aprovados nos processos seletivos em mais de um curso no semestre. Estes fazem as matrículas em um curso, são chamados em outros, desistem do curso que foram chamados primeiro e matriculam-se no segundo. Para o preenchimento destas vagas que eles desistiram, são convocados os candidatos classificados, que por sua vez, encontram-se na mesma situação, desistem da primeira matrícula e matriculam-se em outra. Assim, sucessivamente até chegar o momento que não se pode fazer novas chamadas, em virtude do calendário acadêmico das IES. Nestas condições, muitos cursos altamente concorridos podem não preencher suas vagas. Este fato acontece anualmente nas instituições que selecionam os candidatos pelo SiSU, pois em sua estrutura seletiva possui duas opções de cursos, e uma não elimina a outra, caso o candidato seja aprovado.

Um fato histórico, aconteceu em 2012 na educação superior brasileira, pela primeira vez, a quantidade de ingressantes (2.478.660) na educação superior supera a quantidade de egresso (2.263.303) do ensino médio. Deste então, o número de ingressantes na ES vem aumentando ao contrário do número de egresso do EM que vem reduzindo. Em 2014 os ingressantes na ES era de 2.802.497 enquanto os egressos do EM de 1.951.586, uma diferença de 850.911. Se esta situação continuar neste ritmo, nos próximos anos a educação superior no Brasil entrará em um novo cenário como nunca visto antes, haverá vagas e não haverá demanda, impossibilitando assim, o alcance das metas do PNE/2014.

Gráfico 3: Acadêmicos matriculados nos cursos de graduação presencial e a distância, segundo Cor/raça – 2011 a 2014 no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados pesquisados, Censo da Educação Superior (2011 a 2014).

No gráfico anterior mostra outro fato histórico, o crescimento do percentual das pessoas consideradas pretas ou pardas inseridas no ensino superior. Entre os anos de 2011 a 2014, as representações destas raças aumentaram, passando de 6,95% para 7,89% e 27,85% para 32,54% respectivamente no Brasil. A população considerada branca, vem reduzindo o seu percentual a cada ano, mas ainda, é a cor dominante neste nível de ensino.

A tabela 3 a seguir, traz a constituição da população brasileira (cor/raça), conforme os dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010 e a representação destes grupos nas IES, segundo a categoria administrativa no período de 2011 a 2014. Vejamos que o percentual das matrículas das populações branca, preta, amarela e indígena na educação superior estão acima das suas representações demográficas.

Ao compararmos por categoria administrativa, verificamos que nas instituições privadas, houve a maior mudança na cor/raça. Nas privadas em todos os anos a cor/raça branca diminuiu, contrapondo a preta e parda que aumentaram neste período.

Tabela 3: Percentual dos acadêmicos matriculados nas IES, considerando cor/raça por categoria administrativa 2011 a 2014 no Brasil

COR/RAÇA	CENSO 2010	MÉDIA ES	PRIVADA				PÚBLICA			
	%	%	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Branca	47,73	58,78	64,76	64,12	61,84	58,02	55,42	57,28	55,70	53,10
Preta	7,61	7,97	5,51	5,75	6,25	7,57	10,20	10,09	9,64	8,76
Parda	43,13	30,23	26,74	27,43	28,89	31,51	30,35	29,85	31,78	35,30
Amarela	1,09	2,54	2,60	2,37	2,62	2,46	3,53	2,27	2,34	2,14
Indígena	0,43	0,48	0,39	0,34	0,41	0,44	0,50	0,51	0,54	0,71
TOTAL	100	-----	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados pesquisados, Censo da Educação Superior (2011 a 2014) e Censo Demográfico Brasileiro – 2010.

Nas IES públicas, o percentual de matrículas na educação superior das pessoas consideradas brancas e pretas reduziram, com aumento das matrículas das pessoas pardas. Em síntese, a educação superior conseguiu alcançar a representatividade nas matrículas entre as pessoas pretas, amarelas e indígenas em relação com os dados do censo demográfico. E está no caminho para a equalização entre as matrículas dos acadêmicos brancos e pardos.

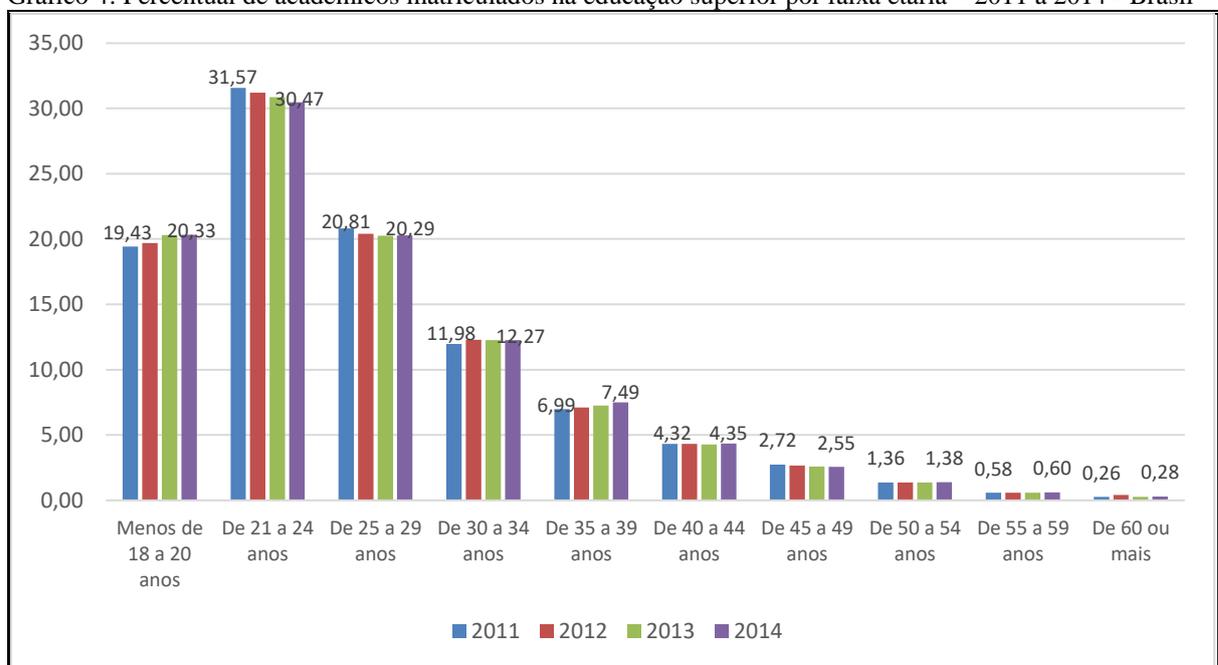
A idade destes matriculados é outro indicador que merece ser analisado. Segundo o PNE 2014-2024, tem por meta “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público”. Porém apenas

16,5% da população brasileira com idade compreendida entre 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior, (Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2015, p. 96). Para alcançar tal meta e elevar a taxa de matrículas na educação superior, o Estado precisa priorizar o ensino médio, entendemos que este, é o alicerce da educação superior. Compartilho da afirmação de Ristoff (2013),

[...]parece evidente que, enquanto os jovens de 15 a 17 anos não estiverem todos matriculados no ensino médio e enquanto a evasão precoce dos jovens desta faixa etária não for contida por políticas públicas agressivas e eficazes, a educação superior terá dificuldades para atingir suas metas e o país não conseguirá utilizar plenamente as energias criativas que esses jovens representam. (RISTOFF, 2013, p. 23)

Portanto, o Brasil encontrará dificuldade de alcançar a taxa líquida estabelecida no PNE 2014-2024, se não implementar políticas públicas que assegure a inclusão e permanência dos jovens neste nível de ensino. Como dito anteriormente, um dos motivos que temos 83,5% dos jovens brasileiros com idade compreendida entre 18 a 24 anos fora do ambiente universitário é a “escolha” pela sobrevivência familiar, ao desenvolverem atividades remuneradas em detrimento a escolarização.

Gráfico 4: Percentual de acadêmicos matriculados na educação superior por faixa etária – 2011 a 2014 - Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados pesquisados, Censo da Educação Superior (2011 a 2014).

No gráfico 4, verifica-se que a população compreendida entre 18 a 29 anos, representa em média 71,41% das matrículas nos cursos de graduação. Verifica-se ainda, um declínio das

matrículas entre 21 a 29 anos no mesmo período, contrapondo-se ao aumento das matrículas das pessoas entre 30 a 44 anos. Nota-se, que os jovens que estão na categoria “menos de 18 a 20 anos”, estão acessando a educação superior, com aumento na matrícula.

Há diferença neste perfil, quando se trata de categoria administrativa. Nas instituições privadas 50,28% das matrículas entre as pessoas com idade entre 21 a 29 anos e nas públicas as matrículas predominam a faixa etária de 18 a 24 anos, com 60,64%.

A procedência dos estudantes na educação superior, é assunto muito discutido na comunidade acadêmica. Estas discussões têm por finalidade a implementação de políticas de ações afirmativas para estudantes oriundos das escolas públicas e baixa renda. Identificamos que a maioria dos estudantes da educação superior no Brasil, são oriundos das escolas públicas, independente da categoria administrativa. As matrículas dos estudantes oriundos das escolas públicas nas IES privadas, representava em 2011, 58%, passando para 2014, 72%. Conforme os dados, verifica-se uma tendência dos estudantes ao concluir o ensino médio na rede pública de ensino, e buscar sua inserção na educação superior, através das instituições privadas. Silva e Nogueira (2012), esclarece que tendência está pautada na desigualdade do ensino básico:

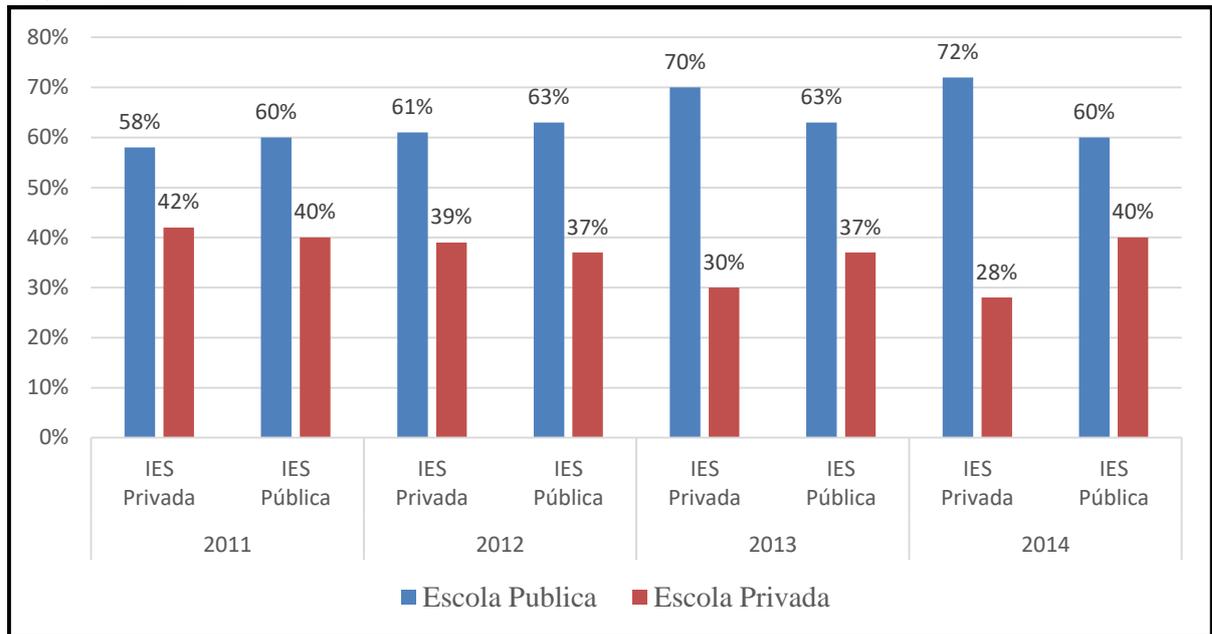
As desigualdades do ensino básico brasileiro escancaram essa realidade, onde os mais favorecidos economicamente vão colocar seus filhos na escola privada e, posteriormente, estes conseguirão mais facilmente uma vaga na universidade pública, e àqueles menos favorecidos economicamente, com trajetória escolar na rede pública, terão muito mais dificuldade de ingressarem em uma universidade pública. (SILVA e NOGUEIRA, 2012, p.54 Apud DOUGLAS 2016, p.55)

Logo, a busca por inserção nas IES privadas, se concretiza pela má qualidade do ensino básico, ofertada para os menos favorecidos.

No gráfico 5 a seguir, observamos que nas instituições públicas, há grande representatividade de estudantes que concluíram o ensino médio em escolas particulares, mas ainda prevalece o número de estudantes oriundos das escolas públicas.

Na última década verificamos várias ações através de políticas pública na tentativa de democratizar o acesso. Principalmente com ações de inclusão nos corredores das universidades, grupos historicamente desassistidos pelo poder público. A Lei de Cotas, o SiSU, a regulamentação da educação a distância e a criação da Universidade Aberta do Brasil, foram alguns dos programas implementados pelo governo. Assim o perfil dos ingressantes na Educação superior vem alterando lentamente. A reforma universitária no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi a principal causa no processo da transformação do perfil da educação superior no Brasil.

Gráfico 5: Percentual da procedência de estudantes na Educação Superior, segundo categoria administrativa 2011 – 2014 – Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados pesquisados, Censo da Educação Superior (2011 a 2014)

A Lei de Cotas nº 12.711 aprovada em 2012, instituída como política de ingresso, reserva 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para ampla concorrência e 50% é distribuída em quatro tipos de vagas:

- ✓ Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- ✓ Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- ✓ Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- ✓ Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

O resultado deste programa, em incluir jovens de baixa renda nas IES, ainda que precoce, tem surtido efeitos, pois em 2001 a renda familiar dos estudantes na educação superior, com renda até 1,5 salário era de 6,32%, passando para 22,38% em 2013, de acordo com os dados da “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, ano 2014”.

Vale ressaltar que muitas IES, Brasil a fora, já desempenhavam ações na tentativa de mudar este cenário ocupado pela classe rica e branca na educação superior, muito antes da lei de cotas. Exemplo de IES, é Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT que a partir do segundo semestre de 2005, reserva 25% do total das vagas ofertadas em todos os cursos, para candidatos autodeclarados negros (de cor preta ou parda), que tenham concluído a educação básica nas escolas públicas e residem no Estado de Mato Grosso pelo menos 3 anos, através da implementação do Programa de Integração e Inclusão Étnico-racial da Universidade do Estado de Mato Grosso – PIIER/UNEMAT. Caso o candidato concluiu o ensino médio em estabelecimento particular, deve comprovar que estudou na condição de bolsista.

O Sistema de Seleção Unificado – SiSU, como política de ingresso, utiliza como parâmetro, as notas do novo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2009. É um programa do governo federal, que visa democratizar as vagas dos cursos de graduação. Com a implementação do SiSU trouxe uma expectativa diferente ao cenário do acesso à educação superior brasileira, na medida em que possibilitou que o processo seletivo de diversas instituições públicas e gratuitas, de norte ao sul do Brasil, se realizasse de forma unificado. Assim, candidatos dos lugares mais longínquos da nação, sem condições financeira, passaram a ter a oportunidade de concorrer para uma instituição do território nacional sem que, para isso, tivessem que se deslocar para o processo seletivo no local desejado.

Segundo o MEC (2015, p.61), o principal foco do SiSU é a “democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior público”. Silva e Nogueira (2011, p. 23), afirma considerar que isso significa “meramente o direito a candidatar-se, a competir”, por uma vaga, agora no âmbito nacional. Luz (2013, p. 166), reforça esta ideia ao descrever que, o “SiSU carrega consigo, assim como todos os modelos de ingresso já utilizados nas universidades brasileiras, o critério do mérito e da igualdade de oportunidades de participar do processo seletivo, o que acarreta a ‘competição’ e a ‘responsabilização individual’ de seu sucesso ou fracasso”. O quadro a seguir mostra a evolução das vagas ofertadas e da quantidade de inscritos pelo SiSU.

Quadro 6: Vagas oferecidas, inscritos e concorrência pelo SiSU, 2010 -2014 – Brasil

Ano	Vagas Oferecidas	Inscritos	Concorrência
2010	64.486	1.025.841	15,91
2011	109.461	1.526.701	13,95
			<i>Continua...</i>

Ano	Vagas Oferecidas	Inscritos	Concorrência
2012	139.108	2.400.277	17,25
2013	169.043	2.738.777	16,2
2014	222.813	3.774.246	16,94

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados pesquisados, Censo da Educação Superior (2010 a 2014).

As ofertas de vagas aumentaram em 345,52% desde a primeira edição, alcançando, em 2014, a quantia de 222.813 vagas. Na mesma proporção das vagas, a quantidade de inscritos aumentaram, pois em 2014, representava 367,92%. A média da concorrência nos processos de seleção é de 16,05, ou seja, dezesseis candidatos por vagas ofertadas, sendo que, maioria das vagas são ofertadas no primeiro semestre de cada ano. Apesar que no Brasil 90,8% das vagas são ofertadas pelo setor privado, a concorrência no SiSU revela que as vagas públicas são a primeira opção dos brasileiros.

A Educação à Distância – EaD, como modalidade de ensino, cujos objetivos, é atender a demanda reprimida por modelos alternativos de oferta da educação superior e elevar a taxa de matrícula. Esta política de ingresso, teve duas ações distintas, a primeira, foi regulamentar a Educação à Distância como modalidade educacional, garantida na LDBEN/96 e a segunda, criação da Universidade Aberta da Brasil – UAB pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. A principal vantagem desta modalidade para o estudante é a flexibilidade de horário.

O conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, (BRASIL, 2005):

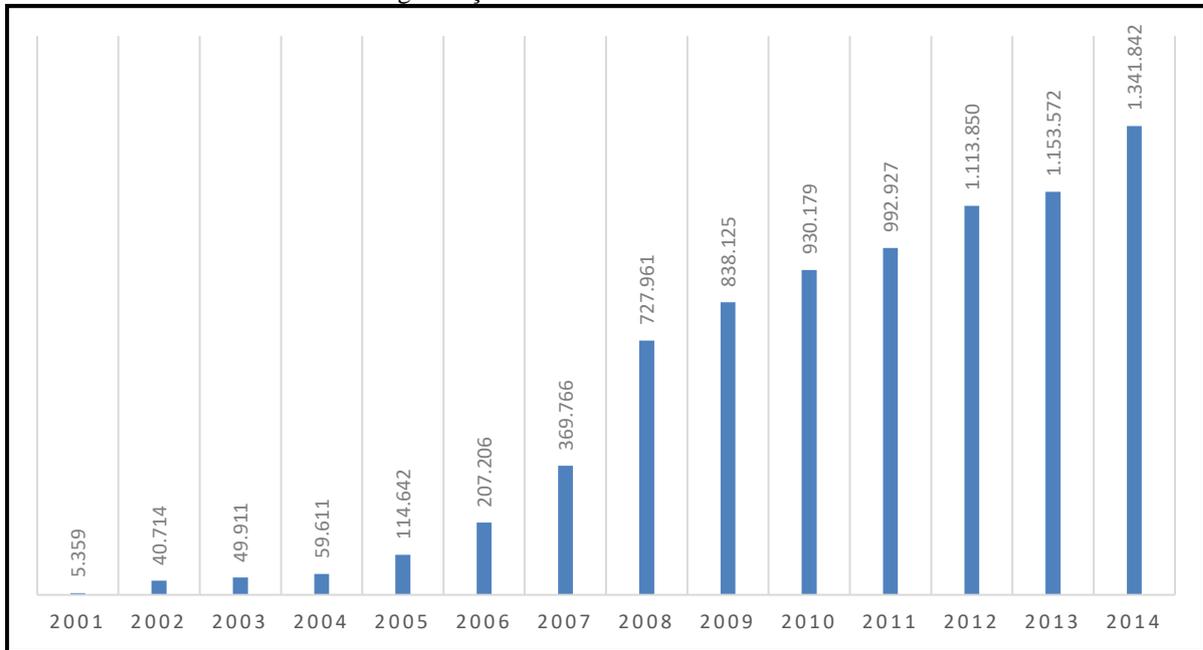
Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A expansão desta modalidade educacional é facilitada pelas novas tecnologias da informação e comunicação, em especial, a internet. Segundo IBGE (2014), cerca de 32 milhões de domicílios possuem acesso à internet, atingindo 50% dos brasileiros e 85,6 milhões de brasileiros acessam a internet pelo celular. É indiscutível em não relacionar a expansão da internet com o aumento das matrículas na graduação à distância.

A matrícula na graduação à distância evoluiu em 1.170,46%, desde sua regulamentação em 2005. Em 2008 as matrículas tiveram a maior evolução em relação ao ano anterior de 312,45% e a menor entre os anos de 2012 a 2013. Em 2014 foram 1.341.842 matrículas nesta modalidade, com tendência de crescimento a cada ano, pois está diretamente ligada ao acesso

à internet pela população brasileira e aos avanços de novas tecnologias de informação e comunicação. As IES privadas representam 87,4% das matrículas nesta modalidade de ensino.

Gráfico 6: Número de matrículas na graduação à distância 2001 a 2014 - Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados pesquisados, Censo da Educação Superior (2001 a 2014).

2.4.2 A permanência na Educação Superior no Brasil

A expansão da educação superior pós LDBEN/96, evoluiu em 1.000,52% em quantidade de vagas ofertadas e 545,40% de ingressantes em relação ao ano 2014. Foram implementadas políticas afirmativas, focalizadas aos grupos que historicamente foram impossibilitados de ingressar na educação superior, em virtude das desigualdades educacionais, socioeconômicas, de gênero e raça/cor. A nova realidade da educação brasileira, agora se depara com o desafio de garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses ingressantes.

Esta nova realidade alicerçada em diferentes desafios, Marques, Rosa, Oliveira, Almeida (2015, p. 702), descreve que são dois, “o desafio da permanência material, referente aos aspectos financeiros, os ingressantes pretos, pardos e indígenas enfrentam ainda, a permanência simbólica, com as dificuldades de adaptação, num espaço que historicamente atendeu a população majoritariamente branca”.

De acordo com Santiago, Norberto e Rodrigues (2008) os desafios e o processo de exclusão inicia se antes mesmo do ingresso desses jovens no ensino superior, pois segundo os autores, a maioria dos potenciais candidatos à universidade pertencem à classes de baixa renda

sendo proveniente da rede pública de ensino, o que esclarece as causas das dificuldades de permanência destes grupos:

[...] não tem condições financeiras para arcar com os custos de uma universidade, nem tão pouco consegue enfrentar a elevada concorrência nas universidades públicas. O resultado desta falta de perspectiva, é que entre os 40% mais pobres da população, praticamente inexistente demanda para o ensino superior (público ou privado). (SANTIAGO, NORBERTO e RODRIGUES, 2008, p.139).

Assim, podemos considerar que a inclusão, sem garantias de permanência e sem formação básica de qualidade implica em sérios obstáculos na vida acadêmica. De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), cerca de 70% dos estudantes universitários precisam de algum apoio da instituição para assegurar a sua permanência nela, e em torno de 48,2% estão em risco de vulnerabilidade social. (GOMEZ, 2015, p. 96)

Políticas de permanência e programas de assistência estudantil devem ser implementadas para auxiliar no sucesso acadêmico. De acordo com Menezes (2012) a assistência estudantil pode ser traduzida como:

[...] um mecanismo de direito social que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior. É composta por ações universais e/ou focalizadas em determinados segmentos com necessidades específicas. Tais ações buscam apoiar a permanência dos estudantes na universidade para que possam concluir sua graduação com bom aproveitamento acadêmico. (MENEZES, 2012, p. 73)

No parágrafo 4º, art. 62 da LDBEN/96, possui dispositivo que garante políticas de permanência aos estudantes matriculados em cursos de licenciaturas, “a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública”.

As políticas de permanência para a formação docente estão sendo executadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID²⁵, pelo Plano Nacional de

²⁵ Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (Capes), é um programa que oferece bolsa para estudantes de cursos de licenciatura plena, para que eles exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de ensino básico

Formação de Professores – PARFOR²⁶, e pelo Programa de Consolidação das Licenciaturas - PRODOCÊNCIA²⁷, com a oferta de bolsas,

Tais programas, voltados aos Cursos de Licenciatura, constituem-se em importantes políticas de permanência e êxito acadêmico, não apenas pelo expressivo número de bolsas de auxílio direcionadas aos licenciandos e docentes envolvidos, como também por propiciar a aplicação prática dos conceitos desenvolvidos durante os anos de formação à realidade das escolas públicas participantes. (IFRJ, 2010, p.57).

Outras políticas de permanência foram implementadas pelo governo federal, com a finalidade de elevar a taxa de diplomação e minimizar a taxa retenção dos jovens de baixa renda independente da habilitação do curso. Podemos destacar, o Financiamento Estudantil – FIES, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o Programa de Bolsa Permanência – PBP²⁸, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais – PNAEST, ainda encontramos programas institucionais de assistência estudantil que muitas IES executam.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES/2010, criado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, com finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”, tem os seguintes objetivos:

- ✓ Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior;
- ✓ Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- ✓ Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- ✓ Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Para alcançar tais objetivos, foram sugeridas, ações de assistência estudantil nas seguintes áreas (moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação).

²⁶ Destinado aos professores da rede pública da educação básica, em exercício há pelo menos 3 ano, sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os professores devem se inscrever nos cursos correspondentes às disciplinas que ministram na rede pública.

²⁷ Ação da Capes cuja finalidade é o fomento à inovação e à elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da Educação Básica, na perspectiva de valorização da carreira.

²⁸ Ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior com finalidade em minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Criado pela Portaria nº. 389/2013.

Deste modo, as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, devem elaborar um plano de trabalho com as ações de acordo com sua realidade, pois, estas ações serão executadas pela própria instituição da educação superior.

O Ministério da Educação - MEC, transfere recursos financeiros para assegurar a efetividade do programa na instituição. Segundo AdUFRJ (SEMINÁRIO...,2010, não paginado *apud* Silva e Nogueira, 2011, p. 28) “[...] os recursos são divididos de maneira diferenciada entre as instituições, considerando uma série de especificidades, como número de alunos, número de diplomados, duração média de curso, bônus por turno, entre outras”. Na tabela abaixo, mostra o quantitativo de recursos financeiros para a efetividade do programa:

Tabela 4: Recursos Financeiros destinados para o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES - 2011 a 2015 - Brasil

ANO	RECURSOS EM R\$	% DE VARIAÇÃO
2011	417.424.924,71	
2012	512.809.338,68	22,85%
2013	637.604.349,32	24,33%
2014	713.567.760,01	11,91%
2015	895.026.718,00	25,42%

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados do SIAFI.

A tabela 4, mostra que o governo vem aumentando os recursos financeiros a cada ano, com intuito de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e elevar a taxa de diplomação através das ações de assistência estudantil. No período de 2011 a 2015 houve um aumento de repasse de 114,41% dos recursos destinados ao PNAES/2010, com o propósito de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial nas IFES, com a principal estratégia de combater as situações de repetência e evasão.

Buscamos informações na base de dados dos censos da educação superior (2011 a 2014), sobre a quantidade de alunos desistentes e trancados no período em que o PNAES/2010 está vigente nas instituições federais de ensino superior onde os recursos financeiros foram executados.

Na tabela 5 a seguir, podemos verificar que as quantidades de alunos que desistem do curso de graduação aumentam a cada ano. Em 2011, desistiram 137.176 alunos, representando 13,28% dos alunos matriculados. Já no ano 2014 o total de alunos desistentes chega a 186.393 alunos, ou seja, 15,04% dos matriculados das IFES. Neste período (2011 a 2014) a taxa de desistência foi a 35,88%. É oportuno informar, que os dados apresentados são absolutos, isto é, todas as IFES executam o programa, mas não garante que todas as matrículas trancadas e

desvinculadas foram beneficiadas pelo PNAES/2010. Desta maneira pode-se verificar apenas que as ações com implementação do programa ainda não surtiram efeitos desejados.

Tabela 5: Número de alunos com matrículas trancadas e desvinculadas em relação ao total de alunos matriculados nas IFES - 2011 a 2014 - Brasil

ANO	MATRICULADOS	MATRÍCULAS TRANCADAS	% VAR	MATRÍCULAS DESVINCULADAS ²⁹	% VAR
2011	1.032.936	65.270	6,32	137.176	13,28
2012	1.087.413	85.811	7,89	160.496	14,76
2013	1.137.851	99.067	8,71	171.164	15,04
2014	1.180.068	120.030	10,17	186.393	15,80

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos dados do censo da educação superior (INEP – 2011 a 2014).

Podemos notar que as matrículas trancadas também aumentam a cada ano. A matrícula trancada, impossibilita que o acadêmico integralize seu curso no tempo mínimo estipulado pela IES. Entre os anos de 2011 a 2014 o aumento do percentual das matrículas trancadas em comparação as matrículas desvinculadas é mais que o dobro, pois acumula um aumento de 83,90%, enquanto as matrículas desvinculadas acumularam 35,88%.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais – PNAEST, instituída pela Portaria Normativa - MEC nº 25, de 28/12/2010, tem por finalidade o “combate às desigualdades sociais e regionais e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual”.

O PNAEST traz consigo a discussão de “fomentar a democratização das condições de acesso” através da adesão das universidades e dos centros universitários públicos estaduais utilizando o Sistema de Seleção Unificada – SiSU.

As ações e os objetivos para a permanência são os mesmos indicados no PNAES/2010, porém a especificação da demanda é mais clara no PNAEST, “atenderão prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições estaduais de ensino superior gratuito em ato próprio”.

O apoio financeiro para as IES aderidas, é distribuído em conformidade com a quantidade de vagas a serem ofertadas através do SiSU. De acordo com o artigo 5º da portaria nº 25 (28/12/2010) – PNAEST, os recursos são distribuídos das seguintes forma:

²⁹ Refere-se as matrículas desvinculadas, os acadêmicos que não se encontram matriculados, trancados, transferidos, concluintes, falecidos, ou seja, evasão, desistência do curso.

- ✓ Instituições que ofertem, por meio do SISU, até 200 (duzentas) vagas: até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- ✓ Instituições que ofertem, por meio do SISU, entre 201 (duzentas e uma) e 1.000 (mil) vagas: até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);
- ✓ Instituições que ofertem, por meio do SISU, acima de 1.000 (mil) vagas: até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Além desses recursos, as IES estaduais recebem bonificações de 30% sobre o montante, caso ofertem entre 50% e 80% das suas vagas anuais por meio da primeira edição do SISU e, uma bonificação de 50% caso ofertem acima de 80% das vagas. A Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, onde está sendo realizada esta pesquisa, oferta 50% das vagas no primeiro semestre do ano, a partir de 2013/1, logo recebe a bonificação de 30%. Verificamos na tabela 6 a evolução do número das IES aderidas ao PNAEST.

Tabela 6: Evolução do número total de IES públicas estaduais, número de IES habilitadas para adesão ao PNAEST e número de IES aderidas ao PNAEST entre o período de 2011 e 2014 por Organização Acadêmica – Brasil

Organização Acadêmica	2011			2014		
	Total IES	Habilitadas para adesão	Aderidas	Total IES	Habilitadas para adesão	Aderidas
Universidade	37	37	3	38	38	10
Centro Universitário	1	1	1	2	2	1
Demais IES ³⁰	72	0	-	78	0	-
	110	38	4	118	40	11

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de documentos analisados (INEP/Censo Educação Superior - 2011 a 2014 e MEC/SESU - 2015)

Podemos verificar na tabela acima que em 2011 o Brasil tinha 110 IES públicas estaduais, dessas 38 eram habilitadas para adesão ao SiSU, pois o PNAEST é vinculado a esta adesão. Já em 2014 o número de IES públicas estaduais aumentou para 118, e 40 dessas habilitadas para adesão ao SiSU/PNAEST.

Notemos que das 38 IES públicas estaduais habilitadas para aderir ao SiSU/PNAEST em 2011, apenas 4 aderiram ao programa, representando 10,52% das habilitadas. Em 2014, havia 40 instituições habilitadas, destas 11 aderiram ao PNAEST, representando 27,50%, sendo 10 universidades e 01 centro universitário. Dentre as universidades, 4 (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Estadual do Piauí

³⁰ Faculdades e Institutos públicos estaduais, não são habilitadas para adesão ao PNAEST.

e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) ofertam acima de 80% do total de vagas anuais em cada um dos cursos habilitados a participar do SiSU.

Em 2014 ingressaram 142.096 acadêmicos nos cursos de graduação oferecidas nas IES públicas estaduais, destes acadêmicos, 14.241 ingressaram nas IES que aderiram ao PNAEST, representado 10,02% dos ingressantes à nível nacional.

Logo, a política pública para democratizar o acesso à educação superior, com vistas ao PNAEST, mesmo que isso significa transformar o processo seletivo local, regional ou estadual, das universidades e centros universitários públicos estaduais em processo seletivo nacional, utilizando o sistema de seleção unificado, podemos considerar que é uma política de democratização de ingresso, pela reserva de vagas nos cursos de graduação aos estudantes oriundos das escolas públicas da educação básica e consideramos ainda, política de permanência em contribuir com a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais, na redução de taxas de retenção, evasão e contribuir para a promoção da inclusão social, mecanismo assegurados em seu artigo primeiro.

O Programa Bolsa Permanência, pode ser pago aos estudantes cumulativamente a outras modalidades de bolsas. Tem por objetivos:

- I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
 - II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e
 - III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.
- (BRASIL, 2013).

Este programa de bolsa permanência é executado pelas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, com transferência direta de recursos financeiros para o acadêmico.

O PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado em 2004 e implementado em 2005 com intuito de promover a democratização do acesso à educação superior e a justiça social. Concede bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, para atender a seguinte demanda:

- I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;
- II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei. (BRASIL, 2005)

As IES privadas que aderem ao Prouni, recebem em contrapartida, isenção de impostos, chamado pelo direito tributário, de renúncia fiscal³¹. São vagas propriamente ditas, “compradas³²” e executadas através de bolsas³³ no setor privado para possibilitar a permanência das minorias no ensino superior, tendo em vista, que muitos não têm condições financeiras. Ressalto que este programa é de permanência e não de ingresso, pois para ser beneficiado pela bolsa, o estudante deve estar regularmente matriculado em uma IES privada. E no tocante as vagas “compradas” para Luchmann (2007),

[...] é uma forma de o governo aumentar o número de alunos estudando gratuitamente como se estivessem em universidades públicas, mas sem utilizar-se da estrutura pública, o que naturalmente lhe custa muito menos do que construir novas universidades públicas, pois não incidem em gastos como pessoal administrativo, encargos trabalhistas com professores, manutenção da estrutura, etc. (LUCHMANN, 2007, p. 57)

O Prouni evoluiu em 283,37% em número de vagas. Os ingressantes por meio das bolsas (integrais e parciais) no ano de 2014 corresponderam a 10,94% do número total na educação superior e a 13,29% dos ingressos nas IES privadas. Outro dado importante é que das 5,8 milhões de matrículas nas IES privadas o Prouni representa 18,96% das mesmas. A tabela 7, verifica-se que a maioria das vagas ofertadas são de bolsas integrais.

Tabela 7: Bolsas concedidas por meio do Programa Universidade para Todos - Prouni (2005-2015) – Brasil.

Ano	Total	Integral	%	Parcial	%
2005	112.275	71.905	64,0	40.370	36,0
2006	138.668	98.698	71,2	39.970	28,8
2007	163.854	97.631	59,6	66.223	40,4
2008	225.005	99.495	44,2	125.510	55,8
2009	247.643	153.126	61,8	94.517	38,2
2010	241.273	125.922	52,2	115.351	47,8
2011	254.598	129.672	50,9	124.926	49,1
					Continua...

³¹ São valores renunciados em forma de incentivos fiscais pela receita pública em prol do desenvolvimento do Estado. Mais informações: sefaz-mt.jusbrasil.com.br

³² Deixar de receber impostos em troca de vagas, é permuta financeira neste caso caracteriza compra.

³³ É um desconto no valor da mensalidade oferecido por instituições de ensino particular que pode ser parcial ou total.

Ano	Total	Integral	%	Parcial	%
2012	284.622	150.870	53,0	133.752	47,0
2013	252.374	164.379	65,1	87.995	34,9
2014	306.726	205.237	66,9	101.489	33,1
2015	318.152	197.358	62,0	120.794	38,0
Total	2.545.190	1.494.293	60,1	930.103	39,9

Fonte: Nodari 2016, atualizado pelo autor (BRASIL, 2015b)

A qualidade de algumas vagas oferecidas no início do programa pelo governo federal, à população mais pobre foram questionadas na época. Segundo Areque (2014, p. 168) das vagas ofertadas no primeiro semestre de 2006, “[...] do total de 91.100 vagas oferecidas a estudantes de baixa renda pelo Prouni, cerca de 1.100 são em 87 cursos superiores reprovados em sistemas de avaliações do Ministério da Educação (MEC), pelo Exame Nacional de Estudantes (ENADE³⁴)”. Isso provou que o governo financiou em 2006 cursos que ele mesmo reprovou nas avaliações, tornando-se cúmplice da má qualidade da formação oferecidos ao menos favorecidos. “Se o sentido é permitir que o estudante mais necessitado obtenha qualificação pelo saber, e o saber é ofertado em cursos de péssima qualidade, há uma contradição”. (WEBER, 2006 apud AREQUE, 2014, p.168)

Atualmente os cursos oferecidos pelo Prouni, deve ter no mínimo nota 3 na avaliação do ENADE. As IES privadas diante das novas regras de nota do Prouni (cursos \geq 3), fazem um verdadeiro intenso pré ENADE com os estudantes, para elevar a nota de seus cursos, com finalidade de permanecer ou ingressar no programa.

Percebe-se que o programa se tornou a saída para o problema de vagas ociosas pelo qual o setor educacional privado estava enfrentando após o intenso processo de expansão ocorrido durante o período de 1998 a 2004. Para auxiliar ainda mais o mercado educacional, em 2010 ocorreu o redesenho do Financiamento estudantil - FIES³⁵, com objetivo de flexibilizar as condições para adesão aos contratos.

Em suma, o desenvolvimento das políticas afirmativas PROUNI/FIES “constituem ações para ampliar a relação Estado/Mercado e impulsionar a expansão do setor privado na educação superior”. (GUIMARÃES; MONTE; MORAES, 2012, p. 12).

No quadro abaixo é possível conferir as principais mudanças nas condições de financiamento estudantil a partir de 2010, com intuito de fomentar a mercantilização da

³⁴ Avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados.

³⁵ Criado em 1999 por Medida Provisória, posteriormente convertida na Lei nº 10.260/2001, é um programa destinado a financiar, prioritariamente, o ensino superior de estudantes matriculados em instituições de ensino superior não gratuitas, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

educação Superior, com base no discurso de democratização do acesso e permanência, com finalidade de elevar a taxa líquida de matrícula da população de 18 a 24 anos.

Quadro 7: Dispositivos que mudaram no Fies em 2010

TEMA	NOVO FIES	ANTIGO FIES
Taxa de Juros	3,40%	Entre 3,5% e 6,5%
Carência	18 meses	6 meses
Prazo para amortização	3X o período financiado + 12 meses	2X o período financiado + 12 meses
Pagamento com trabalho	É possível a atuação como professor da rede pública de educação básica ou como médico do Programa Saúde da Família.	Não existia.
Carência na residência médica	Pode ser estendida durante a residência.	Não existia.
Valor máximo financiado	Entre 50% e 100%.	Entre 50% e 100%.
Limitação de renda para contratar	Renda bruta familiar de até 20 salários-mínimos.	Sem renda máxima.
Inscrição	Pela internet, a qualquer momento.	Inscrição em processo seletivo em datas definidas pelo MEC.
Exigência de idoneidade cadastral	Somente de fiadores.	De fiadores e do estudante.
Alternativa à apresentação de fiador	Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC).	Não existia.

Fonte: DIPES/MEC

O FIES possui a particularidade de poder ser combinado à bolsa do Prouni, ou seja, o estudante que faz jus a bolsa parcial do Prouni pode solicitar o financiamento do montante por meio do Fies. Assim, o governo federal assume os gastos com matrícula e mensalidades do estudante durante toda a graduação.

De acordo com o perfil e o interesse do contratante, o valor financiado varia de 50% a 100% do montante total. Para ter acesso a este financiamento, os estudantes devem estar matriculados em cursos financiados pelo FIES em instituições privadas e conveniadas ao MEC e selecionados pelas melhores notas obtidas no Enem.

As áreas e cursos escolhidos pelo governo são estratégicos para o desenvolvimento do País. São cursos de graduação para saneamento das áreas com déficit de profissionais que

demonstram a necessidade destas formações específicas. Na Lei nº 12.202/2010³⁶, descreve as áreas prioritárias para financiamento:

Áreas prioritária.

Área da Saúde: Biologia – Bacharelado, Biomedicina, Educação Física – Bacharelado, Enfermagem – Bacharelado, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Área da Engenharia: Todos os cursos do Cadastro e-MEC que possuam “Engenharia” na nomenclatura.

Área da Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior: Pedagogia, Normal Superior, Português, Biologia, Matemática, Educação Física, História, Geografia, Língua Estrangeira, Química, Física, Filosofia, Artes, Sociologia e demais licenciaturas. (MEC, 2010)

Em 2010 os contratos de financiamento de cursos aumentaram 232,65% em relação a 2009. Outro aumento significativo foi entre o ano de 2011 para 2012 com 244,93% na concessão de bolsas. Em 2014 o Fies representava 24,65% do total das matrículas na educação superior brasileira (pública e privada), ou seja, 1.9 milhões das 7.8 milhões. Segundo o Censo da Educação Superior 2014, o Brasil tem 5,8 milhões de matrículas na educação superior nas IES privadas e o FIES financia 32,89% dessas matrículas. Dentre os ingressantes no setor privado 28,74% dos estudantes foram beneficiados pela concessão de bolsas. O gráfico 06, mostra que entre 2010 a 2014, o crescimento das bolsas concedidas pelo Fies atingiu 870,92%.

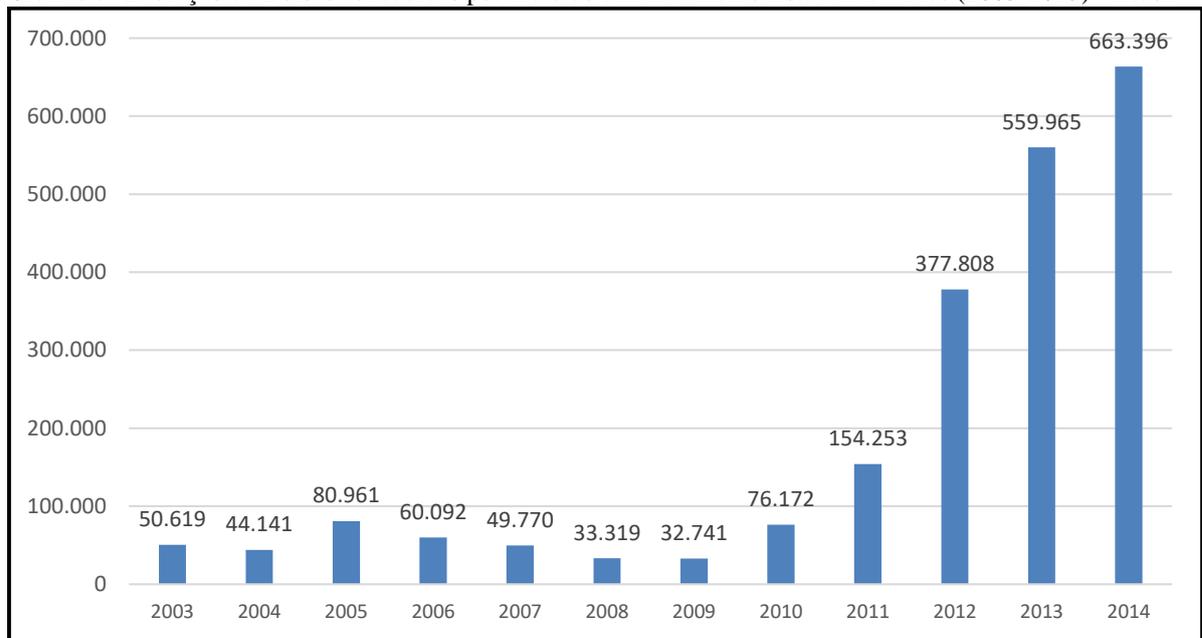
O Fies passou a ser o melhor remédio no combate as vagas ociosas no setor privado. Diante das políticas implementadas no processo para a democratização do acesso à educação superior, em particular, o Fies/Prouni, representavam em 2014, 51,85% das matrículas nas IES privadas, isto é, mais da metade das matrículas dependem de programas governamentais. Com a implementação destes programas, o Estado exime da responsabilização em ampliar a oferta da educação superior pública, fortalece a lógica imperativa do mercado e acima de tudo fortalece as relações comerciais.

Entre os cursos mais financiados estão o ‘Direito’ e a ‘Administração’, com 26,24% dos 1,9 milhões de contratos em 2014. Verifica-se neste caso que o mercado dita as regras, pois são os cursos mais ofertados pelas IES privadas e não estão entre áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do País. Os cursos de engenharia civil, enfermagem e pedagogia, ocupam o terceiro, quarto e quinto lugar respectivamente.

³⁶ Lei que modificou as condições de financiamento do programa FIES.

No gráfico a seguir podemos notar a evolução do quantitativo de bolsas concedidas por meio do Financiamento Estudantil – Fies no período de 2003 a 2015. Notemos ainda, que a partir de 2010 com a flexibilização do financiamento estudantil houve um aumento significativo na concessão de bolsas.

Gráfico 7: Evolução da Bolsas concedidas por meio do Financiamento Estudantil – Fies (2003-2015) - Brasil



Fonte: DIPES/MEC 2015.

Outra questão na educação superior, refere-se à taxa de conclusão, considerado o indicador mais importante para avaliar a permanência. A pesquisa de Nodari (2016), apresenta os dados relativos a taxa de sucesso na educação superior dos ingressantes no período de 1991 a 2011:

[...] a taxa de sucesso da ES no Brasil tem apresentado relativa queda. Em média as gerações com ingresso no período 1991-2000 registraram sucesso de 55,5%, enquanto que as gerações com ingresso no período 2001-2010 foi de somente de 49,1%. A geração com ingresso em 2001 registrou a maior taxa de sucesso com 60,7% e a geração com ingresso em 2008 a menor com 43,5%.

A partir de 2009 o ENEM/SISU passou a ser adotado como forma de seleção para ingresso de parte das vagas da ES, principalmente nas IES federais. Coincidindo com a sua adoção, observarmos que as taxas de conclusão nas três gerações após o início da utilização dessa forma de seleção, apresentou queda de 50,9% para 43,8%. Esse resultado pode indicar que a seleção por meio do ENEM/SISU apresenta influência sobre a permanência na ES. (NODARI, 2016, p. 78)

A permanência dos estudantes na educação superior é um assunto importantíssimo para discutir na comunidade acadêmica e na sociedade em geral. Nos últimos anos a taxa de conclusão vem reduzindo gradativamente.

Não podemos afirmar que o motivo da redução da taxa de conclusão tem relação com a implementação do SiSU, mas pode ser, um dos diversos fatores que precisamos identificar. Em 2010 e 2011 os ingressantes via SiSU, representavam 2,95% e 4,66% respectivamente do total de ingressos. Estas taxas e tempo (2010 e 2011) são insignificantes para concluirmos que o motivo seja a nova forma de seleção, apenas por análise de quantitativos globais.

Verificamos que a taxa de diplomação começou a reduzir a partir dos ingressantes de 2003, onde a taxa de sucesso foi inferior a 50%. Desde então a taxa de conclusão média dos ingressantes no período de 2003 a 2011 é de 47%. Ainda a inserção dos mais pobres na educação superior, oriundos da má formação na educação básica, ligado a ausência/insuficiência de políticas de assistência, devem ser considerados como indicadores da não permanência.

Nas pesquisas bibliográficas que realizamos, identificamos que nas instituições públicas da educação superior, há uma preocupação com esta temática, onde as mesmas implementam diversas políticas de permanência, seja em nível nacional (PNAES, PNAEST, PBP), ou pelas políticas institucionais de assistência estudantil. Enquanto nas IES privadas não encontramos pesquisas a fim de auxiliar a permanência dos estudantes, em alguns casos, permanência é sinônimo de bolsa (integral ou parcial) para os estudantes mais bem preparados, com objetivo de contribuir na melhoria das notas nas avaliações do MEC.

2.4.3 A questão Qualidade na Educação Superior no Brasil

Nos últimos anos deparamos com a expansão da educação superior no Brasil, principalmente pelo setor privado. Alguns fatores que contribuíram para a expansão foram: regulamentação da educação à distância, implementação das políticas afirmativas, modalidades de ensino diversificadas, diferentes organizações acadêmicas, categoria administrativa e principalmente exploração mercantil incentivada pelas políticas neoliberais, apoiados nas ações do governo com discurso de democratização do acesso em elevar a taxa líquida para 33% dos jovens entre 18 a 24 anos, prevista no PNE 2014 – 2024.

Para cumprir as metas do governo foi aprovado em junho de 2014 o novo PNE 2014-2024, (MEC, 2015), estabelece na Meta 12, o processo para a expansão da educação superior. Prevê a elevação da “taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por

cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, *assegurada a qualidade* da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

Na verdade, o que está acontecendo é um processo de massificação dos cursos superiores, de acordo com Silva e Nogueira (2011, p. 16):

Entende-se massificação como a expansão indiscriminada da educação superior, com foco no atendimento a metas de crescimento e absorção da demanda por acesso, sem necessariamente levar em conta a preocupação com a formação, que presume financiamento, titulação e dedicação docente, estrutura institucional, ensino articulado à produção de pesquisa, autonomia de gestão e acadêmicas, entre outros aspectos. Nesse sentido, a massificação, comumente, relaciona-se ao ingresso na educação superior de um extrato específico da população: o trabalhador, oriundo da escola pública, o que se encontra fora da faixa etária de escolarização líquida, enfim, o estudante que, por conta da sua condição social, não consegue acessar o seletivo mundo da produção do conhecimento de ponta. (SILVA E NOGUEIRA, 2011, p. 16)

As autoras ressaltam a preocupação com o cumprimento de metas, sem levar em consideração a questão da qualidade. As universidades ministram cursos articulados com ensino, pesquisa e extensão, outras em especial as privadas, que representa 87% preocupam-se na venda de cursos de curta duração e com treinamento de conteúdo. As influências neoliberais, no setor educacional traz consigo o dialeto mercadológico. Os alunos são chamados de “clientes” e as instituições de ensino “empresa”, logo o que vale é o lucro e não a qualidade. Luchmann (2007 p. 40) em seu trabalho sobre políticas do acesso à educação superior verificou,

Essa questão tem levado instituições privadas a adotar, como por exemplo, o aumento de alunos nos primeiros anos como forma de compensação pela evasão, o que complica ainda mais a qualidade do ensino. Esta manobra executada por instituições privadas consiste em admitir mais candidatos nas classes iniciais dos cursos que o ideal, para que à medida que alguns alunos vão saindo no decurso dos anos, a instituição não fiquem com prejuízos, pois mantém mais alunos nas salas de aula. O estudante é visto como uma fonte de renda. (LUCHMANN, 2007, p. 40)

As salas com um número elevado de estudante, leva a precarização do trabalho do professor influenciando diretamente no ensino. A maioria dos professores que ministram aulas nas IES privadas têm contrato de trabalho por horas, chamados de professores “horistas”. São pagos pelas aulas de ensino, deixando de lado a pesquisa e a extensão. Esta nova realidade “professor horista” foi incluída nas pesquisas do censo da educação superior a partir de 2002, com a reordenação do mercado educacional superior. Antes o regime de trabalho do professor da educação superior era dividido em “tempo integral” e “tempo parcial”. O Censo da Educação Superior, considera o trabalho em tempo integral, o professor que cumpri jornada de trabalho

de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Já o trabalho em tempo parcial o Censo da Educação Superior, considera o professor que cumpri jornada de 20 a 40 horas semanas, com atividade não exclusiva no ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

Em 2002 os contratos por horas de professores para atuarem nas IES privadas era de 56,40% enquanto na pública apenas 5,55%. O regime de trabalho em tempo integral nas IES públicas alcançou os 75,91%, mais de $\frac{3}{4}$ dos docentes dedicados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, contrapondo a lógica do mercado das IES privadas, com 16,06% dos professores em dedicação exclusiva. A tabela 8, traz um avanço em relação ao regime de trabalho em 2014. As IES públicas ultrapassaram 4/5 dos professores com dedicação exclusiva, colaborando com a qualidade da educação superior. Ao elevar esta taxa, significa oportunizar aos estudantes a perspectiva em prosseguir seus estudos em nível de pós graduação. Nas IES privadas a taxa de professores com dedicação exclusiva em 2014 foi de 24,36%, com interesse em cumprir requisitos e elevar ou manter a nota no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Tabela 8: Percentual da Titulação e Regime de Trabalho dos professores da educação superior por categoria administrativa – (2002 – 2014) – Brasil

Titulação/Regime de Trabalho	2002		2014	
	Público	Privado	Público	Privado
Doutorado	36,01	17,61	55,77	19,76
Mestrado	30,35	57,07	28,79	47,02
Até Especialização	33,64	25,32	15,44	33,22
Total %	100,00	100,00	100,00	100,00
Tempo Integral	75,91	16,06	82,90	24,36
Tempo Parcial	18,53	27,53	11,43	40,40
Horista	5,55	56,4	5,67	35,25
Total %	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados pesquisados, Censo da Educação Superior (2002 - 2014).

A qualificação docente é um importante indicador de qualidade em qualquer nível de educação. A tabela acima nos mostra que o percentual de professores com titulação de doutor na rede pública é superior ao privado tanto em 2002 e 2014. No setor privado temos 74,68% dos professores com titulação de mestrado ou doutorado em 2002, com destaque aos mestres que representa 57,07%. Neste mesmo ano as instituições públicas tinham em seu quadro 66,36% dos docentes com título de mestre ou doutor, destacando os doutores com 36,01%. Assim podemos considerar que as IES públicas em 2002 tinham o quadro docente mais

qualificado em relação as privadas, por possuírem em seus quadros a maioria de professores doutores.

Em 2014 este quadro foi reforçado, as IES públicas contavam com 84,56% de professores mestres e doutores, com destaque aos doutores que representavam 55,77%, ou seja, mais da metade dos professores da rede pública da educação superior são doutores, atingindo a meta 13 do PNE 2014-2024, “Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) doutores”. Nas IES privadas tiveram um acréscimo de 7,9% de professores com titulação de especialização chegando a 33,22% em 2014. Mesmo com este acréscimo nas IES privadas, o percentual de mestre ainda são a maioria.

CAPÍTULO III

A UNEMAT E A EXPANSÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO INTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

A primeira referência que existe a respeito de “estudantes universitários” corresponde a uma ordem dada pela Câmara Municipal de Cuiabá, em 1799, para encaminhar sete estudantes mato-grossenses às universidades europeias, a fim de se instruírem nas artes e ciências úteis a esta capitania. (BRUNO, 1967; MOURA, 1978) apud (GIANEZINI, 2009 p.58)

O primeiro curso superior ministrado em Mato Grosso foi na área médica, chamava-se de “Curso Superior de Anatomia”, curso com duração de quatro anos, realizado na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1808 na época capital da Província de Mato Grosso. De acordo com Gianezini, (2009, p.59) “o primeiro sinal de curso superior em Mato Grosso surgiu em 1808, por meio de uma aula prática em anatomia e cirurgia, oferecida em Vila Bela da Santíssima Trindade”. Neste Período a cidade apresentava inúmeros doenças tropicais, típicas da região, causadas principalmente pelas constantes enchentes.

Durante 93 anos não houve registro de acesso à educação superior em Mato Grosso. Apenas em 1901 na cidade Cuiabá, atual capital do Estado de Mato Grosso, o estabelecimento de ensino denominado Lyceu Cuyabano³⁷ passou a conferir grau de Bacharel em Ciências e Letras conforme o Decreto nº 3.890, de 1901. O Lyceu Cuyabano foi criado em 1880 e ministrava cursos secundários com duração de dois anos de História, Latim, Inglês, Francês, Filosofia, Moral e Retórica.

Em 1902 o Lyceu Salesiano São Gonçalo, atualmente conhecido como Colégio São Gonçalo ministrava ensino secundário e cursos profissionalizante de alfaiataria, ferraria, carpintaria e curtição de couro, passou a ministrar também os cursos de Bacharel em Ciências e Letras respaldado na mesma lei do Lyceu Cuyabano. O acesso aos cursos superiores estava restrito as famílias tradicionais da capital.

Em 1914 segundo Gianezini (2009, p. 62) cria-se a primeira Instituição de Ensino Superior de Mato Grosso, trata-se da Escola Superior do Comércio, entretanto não teve êxito, após as primeiras turmas não prosperou e passou a ministrar cursos técnicos.

Durante o período de 1930 a início da década de 1950, várias tentativas de implementação de IES em Mato Grosso foram executadas, mas todas fadadas ao fracasso por

³⁷ Criado pela Lei Provincial de nº 536, de dezembro de 1879, lavrada em ata no dia 07 de março de 1880.

falta de investimento por parte do poder público, segregando assim, a população mato-grossense do acesso ao ensino superior. A consolidação de uma IES somente iniciou em 1956 em Cuiabá com a implantação da Faculdade de Direito de Mato Grosso (FDMT). Outras faculdades foram criadas nas décadas de 60 e 70 que posteriormente se integrariam para a formação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Do mesmo modo em 1961 em Campo Grande, localizada na região sul do Estado foi criada a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI). Gianezini (2009, p. 64) descreve que a FADAFI estava voltada para a formação de educadores, orientadores e agentes de transformação da sociedade mato-grossense e oferecia, inicialmente, os cursos de Pedagogia, Letras, Ciências (Biologia e Matemática), História, Geografia, Filosofia, Psicologia. Várias instituições também foram criadas em Campo Grande que mais tarde foram integradas para a criação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

A cidade de Cuiabá e Campo Grande viviam em conflitos. A principal causa foi econômica, onde a região sul, era forte, surgindo assim, as disputas políticas, estruturais, educacionais, que culminaram posteriormente na divisão territorial de Mato Grosso em 1977. No campo educacional estas disputas eram bem explícitas, pois em novembro de 1970 estimulado pelos políticos do sul, cria-se a primeira universidade estadual em Campo Grande, a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), sendo federalizada nove anos depois de sua criação, passando a se chamar Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pela Lei nº 6.674, de 05 de julho de 1979. No dia 10 de dezembro de 1970, um mês após a criação da UEMT, por incentivo da população e políticos do centro (Cuiabá), criam a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Segundo as autoras Veloso; Silva; Beraldo (2006, p. 27), até esta data “os mato-grossenses sentiam o desgosto de viver no estado que era o único da federação que não possuía universidade federal”

O acesso à educação superior em Mato Grosso ficou concentrado nestas duas cidades. Para o indivíduo cursar uma faculdade deveria se deslocar do interior em buscar da tão sonhada formação universitária em Cuiabá ou Campo Grande. Rieder (2011) descreve,

[...] no interior, distantes dos grandes centros de Educação Superior, o sonho de cursar faculdade, mantinha-se reprimido em indivíduos que suscitavam mudar de condição social e que viam na Educação Superior essa possibilidade. Mas para tal tinham que migrar para às capitais, as vezes levando consigo familiares. Predominantemente estes não retornavam, depois de formado, às suas origens. Isto então também representava drenagem de talentos do interior para a capital. (RIEDER, 2011, p. 231)

Em outubro de 1977 o Estado de Mato Grosso que possuía 1.231.549 km² foi dividido dando origem a Mato Grosso do Sul cuja capital é Campo Grande. (ALMEIDA e RODRIGUES, 2011, p. 07). Assim Cuiabá passou a ser a única cidade de Mato Grosso a oferecer cursos superiores na modalidade regular e contínuo. Em Cáceres eram oferecidos cursos superiores, porém na modalidade Parceladas³⁸. Logo os interessados em cursar o nível superior em Mato Grosso deveriam se deslocar para Cuiabá ou Cáceres.

Na cidade de Cáceres, foi instalado um Campus Avançado do Projeto Rondon³⁹ (1973-1989) e a instalação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC 1978), que, após passar por várias denominações: Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC 1985), Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC 1989) e Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMAT 1992), transformou-se em UNEMAT (1993)⁴⁰.

Na década de 80 e 90, surgiram várias IES em diversas cidades de Mato Grosso, porém de cunho privado. Notou-se também a expansão das IES públicas através do processo de interiorização da educação superior na década de 90. A UFMT passou a desenvolver segundo Gianezini (2009, p. 71) “cursos na modalidade Parceladas e com Turmas Especiais, além dos câmpus fora da sede em Cuiabá: Rondonópolis, Barra do Garças e Sinop; e das unidades fora de sede: Água Boa, Primavera do Leste, Campo Verde, Tangará da Serra e Juína”. A UNEMAT também teve o propósito de interiorizar a educação superior em Mato Grosso, porém com mais audácia. Passou a ser estrutura multicâmpus e multinucleada levando a educação superior em lugares longínquos de Estado, oportunizando assim, o acesso à educação superior à população, ascendendo a luz do desejo de ascensão social pela educação que outrora tivera apagado.

Então na década de 90 a UNEMAT, criou vários câmpus e núcleos universitário em todas as regiões do Estado além de Cáceres, câmpus em: Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Colíder, Juara, Luciara, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop, Tangará da Serra.

³⁸ São cursos de licenciaturas plenas oferecidas no interior do estado, ofertados em turmas especiais. Mais informações: <http://www.unemat.br/proeg/parceladas/?link=oquee>

³⁹ No início da década de 1970, a UFMT, em conjunto com outras universidades – UCPel, UFPel, FURG – participou da primeira edição do Projeto Rondon, cuja “concepção de atuação era essencialmente de extensão universitária, interativa, integrativa entre professores e alunos das universidades e as pessoas das comunidades” (RIEDER, 2009)

⁴⁰ IESC, criado pela Lei Municipal nº 703, de 20 de julho de 1978, publicado no Decreto Municipal nº 190; Fundação Centro Universitário de Cáceres (FCUC), criado através da Lei nº 4.960, de 19 de dezembro de 1985; Em 17 de julho de 1989, recebe nova denominação para se adequar às normas da Legislação Federal, passa a se chamar Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC), mediante Lei nº 5495, de 17 de julho de 1989; A instituição é estadualizada pela Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro de 1992; Em 17 de fevereiro de 1992 passa a se chamar Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMAT); A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) é criada pela Lei Complementar nº 30, de 15 de dezembro de 1993 (ZATTAR; TEIXEIRA; ARTIOLI, 2008).

Criaram ainda Núcleos Pedagógicos para os cursos na modalidade parceladas em: Aripuanã, Confresa, Juína, Lucas do Rio Verde, Mirassol D'Oeste, Poconé, Tapurah e Vila Rica. Criaram também, Polos de Ensino à Distância em: Alto Araguaia, Barra do Bugres, Juara, Pontes e Lacerda, Guarantã do Norte e Jauru. (ALMEIDA e RODRIGUES, 2011, p. 10)

3.1 Educação Superior em Mato Grosso Pós LDBEN

De acordo com Censo Estatístico da Educação Superior 2014, Mato Grosso – MT possuía 59 instituições de ensino superior, 55 privadas e 4 públicas. Nas pesquisas realizadas verificamos que a Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino (privada) e a União do Ensino Superior de Nova Mutum (pública municipal) integraram a Universidade do Estado de Mato Grosso a partir do segundo semestre de 2013. Considerando o critério de cientificidade, utilizaremos nesta pesquisa que o Estado de Mato Grosso possui 57 IES, 54 privadas e 3 públicas (IFMT, UFMT e UNEMAT), intenção é chegar o mais próximo da realidade. A educação superior em MT desde 1996 teve um aumento de número de IES de 247,8%, de 23 IES em 1996 para 57 IES em 2014. As IES particulares tiveram um aumento de 270% enquanto as IES públicas permaneceram com o mesmo número instituições.

Em relação a representatividade em 1996 as IES privadas representavam 87% e as públicas 13% passaram a representar 94,7% e 5,3% respectivamente em 2014. Verificamos que a representatividade das IES publicas reduziu em virtude do aumento das IES privadas. No período de 2000 a 2008 Mato Grosso presenciou grande expansão das IES privadas. Foram criadas 31 instituições, 23 no interior e 8 na capital. Vejam no quadro 8, as instituições.

Quadro 8: IES privadas criadas no período de 2000 – 2008 e localização - MT

Nº	Criação de novas IES - INTERIOR	Categoria Administrativa	Cidade	Ano
01	Fac. Integradas de Tangará da Serra (FITS = UNITAS TM)	Particular	Tangará da Serra	2000
02	Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas (UNICEN)	Particular	Tangará da Serra	
			Primavera do Leste	
			Sinop	
03	Faculdade de Lucas do Rio Verde (UNIVERDE)	Particular	Lucas do Rio Verde	2001
04	Faculdade de Sorriso (FAIS)	Particular	Sorriso	
05	Faculdade de Sinop (FASIP)	Particular	Sinop	
06	Faculdade Cathedral em Barra do Garças (FC)	Particular	Barra do Garças	
07	Faculdade de Colíder (FACIDER)	Comunitária	Colíder	
				Continua...

Nº	Criação de novas IES - INTERIOR	Categoria Administrativa	Cidade	Ano
08	Fac. de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino (UNED)	Particular	Diamantino	2001
09	Fac. de Ciências Sociais Aplicadas de Sinop (FACISAS)	Particular	Sinop	2002
10	Instituto Superior de Educação em Campo Verde (ISECV)	Particular	Campo Verde	2003
11	Faculdade Campo Verde (FCV)	Particular	Campo Verde	
12	Faculdade Teles Pires (UNITEP)	Particular	Itaúba	
13	Fac. de Ciências Sociais e Humanas Sobral Pinto (FAIESP)	Particular	Rondonópolis	2004
14	Faculdade Cenecista de Rondonópolis (FACER)	Comunitária	Rondonópolis	
15	Faculdade Cenecista de Sinop (FACENOP)	Comunitária	Sinop	
16	Faculdade de São Francisco de Assis (FASFA)	Filantropica	Nova Xavantina	
17	Instituto Superior de Educação do Vale do Jurena (AJES)	Particular	Juína	2005
18	Faculdade de Quatro Marcos (FQM)	Particular	S. José 4 dos Marcos	2006
19	Faculdade do Pantanal Mato-Grossense (FAPAN)	Particular	Cáceres	2007
20	Faculdade de Direito de Alta Floresta (FDAF)	Particular	Alta Floresta	
21	Faculdade Centro Mato-Grossense (FACEM)	Filantropica	Sorriso	
22	Faculdade Cândido Rondon (FCR)	Particular	Rondonópolis	2008
23	Fac. de Ciências Soc. Aplic. e Tecn. de Água Boa - FACESA	Particular	Água Boa	
	Criação de novas IES - CAPITAL	Categoria Administrativa	Cidade	Ano
24	Faculdades Integradas de Várzea Grande (FIAVEC)	Particular	Várzea Grande	2001
25	Faculdade de Ciências Administrativas (FCA)	Particular	Cuiabá	2002
26	Faculdade de Cuiabá (FAUC)	Particular	Cuiabá	
27	Fac. de para o Desenv. do Estado e do Pantanal Mato - Grossense (FAP)	Particular	Cuiabá	2004
28	Faculdade Católica Dom Aquino de Cuiabá (FAC)	Confessional	Cuiabá	2005
29	Instituto Superior de Mato Grosso (IESMT = "ICEC")	Particular	Cuiabá	2007
30	Faculdade Centro América (FACAM)	Particular	Cuiabá	
31	Faculdade AUM	Particular	Cuiabá	2008

Fonte: GENIAZINI, 2009

Até junho de 2016 das 141 cidades de Mato Grosso 65 tinham algum tipo de estabelecimento de ensino superior (núcleos, polos, universidades, câmpus, centros, institutos, faculdades, etc.)⁴¹. A UNEMAT por exemplo possui 40 estabelecimentos em 29 municípios com abrangência acadêmica em 106. O campus de Cáceres *locus* desta pesquisa abrange 9 municípios da região sudeste de MT. Temos em MT 380 estabelecimentos de ES que pertencem a 57 IES citadas anteriormente. A maior parte destes estabelecimentos 80,8% (303) estão no interior e 19,2% (73) nas cidades de Cuiabá e Várzea grande⁴². Diante da expansão das IES, consequentemente há o aumento das vagas nos cursos superiores. A tabela 9, traz a evolução das vagas oferecidas e a concorrência por categoria administrativa.

⁴¹ <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 15/07/2016

⁴² Consultar o ANEXO I desta pesquisa.

Tabela 9: Quantidade de vagas oferecidas, inscritos e concorrência por categoria administrativa nos cursos de graduação presencial 1996 a 2014 - MT

ANO	TOTAL	PRIVADA			PÚBLICA		
		VAGAS	INSCRITOS	INSC/VAG	VAGAS	INSCRITOS	INSC/VAG
1996	8.396	5.150	8.805	1,7	3.246	15.957	4,9
1997	10.008	6.634	16.723	2,5	3.374	18.876	5,6
1998	10.401	7.254	11.558	1,6	3.147	22.060	7,0
1999	11.567	7.845	14.260	1,8	3.722	27.225	7,3
2000	21.631	13.826	17.572	1,3	7.805	33.562	4,3
2001	21.740	16.797	20.665	1,2	4.943	42.147	8,5
2002	28.902	24.295	24.682	1,0	4.607	41.399	9,0
2003	35.514	28.680	21.922	0,8	6.834	51.470	7,5
2004	36.157	29.778	26.332	0,9	6.379	48.712	7,6
2005	41.572	33.652	31.593	0,9	7.920	53.262	6,7
2006	41.613	34.695	31.373	0,9	6.918	53.330	7,7
2007	49.199	41.713	36.590	0,9	7.486	44.129	5,9
2008	48.342	40.209	36.973	0,9	8.133	46.254	5,7
2009	50.260	41.697	49.165	1,2	8.563	48.230	5,6
2010	50.268	40.037	51.051	1,3	10.231	80.516	7,9
2011	56.406	45.656	71.509	1,6	10.750	128.962	12,0
2012	54.680	42.116	80.929	1,9	12.564	155.181	12,4
2013	56.515	43.867	96.930	2,2	12.648	166.222	13,1
2014	67.073	54.705	107.238	2,0	12.368	160.508	13,0

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Censo estatístico da Educação Superior – 1996 a 2014.

As vagas nos cursos superiores tiveram um aumento de 798,9% no período analisado. As IES privadas com um crescimento exponencial de 1.062,2% em suas vagas, enquanto as IES públicas tiveram um crescimento de 381,0%. Nota-se ainda, a preferência pelas vagas públicas, pois a concorrência é superior em relação a concorrências das vagas das IES privadas. Notemos que a maior média de concorrência nas IES privadas é de 2,5 em 1997 e a menor de 0,8 em 2003. Em relação a pública a maior média de concorrência foi de 13,1 encontrado em 2013 e a menor 4,3 em 2000.

Em 2010 as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES de Mato Grosso aderiram ao SiSU e, posteriormente, a UNEMAT em 2013 (apenas o primeiro semestre de cada ano). O resultado destas adesões foi o aumento da concorrência das vagas oferecidas por estas instituições. Entre 1996 a 2009 a média de concorrência era 6,7 passando para 11,7 no período de 2010 a 2014, ou seja, um aumento de 174,6% na procura destas vagas. A seleção pelo SiSU é no âmbito nacional. As quantidades de alunos matriculados em cursos superiores também aumentaram. A tabela 10 traz a evolução das matrículas nos cursos presenciais de graduação por categoria administrativa.

Tabela 10: Número de matrículas nos cursos de graduação presencial, por categoria administrativa no período de 1996 a 2014 – MT

ANO	TOTAL	PRIVADA	%	PÚBLICA	%
1996	24.213	11.955	49,4	12.258	50,6
1998	30.336	15.531	51,2	14.805	48,8
2000	42.681	23.116	54,2	19.565	45,8
2002	52.297	32.720	62,6	19.577	37,4
2004	64.598	39.773	61,6	24.825	38,4
2006	72.257	47.350	65,5	24.907	34,5
2008	84.763	56.452	66,6	28.311	33,4
2010	91.597	59.387	64,8	32.210	35,2
2012	110.411	74.847	67,8	35.564	32,2
2014	128.419	90.521	70,5	37.898	29,5

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Censo estatístico da Educação Superior – 1996 a 2014.

Em Mato Grosso 61,8% das matrículas nos cursos de graduação estão no interior, fruto da expansão do acesso à educação superior iniciado pelas IES públicas e, posteriormente, pelo setor privado.

Em 1996 foi o único ano, no período analisado, que o número de matrículas nas IES públicas foi superior em relação ao número das privadas. Desde então as matrículas das IES privadas evoluíram alcançando em 2014 o crescimento de 757,1%, enquanto as matrículas nas públicas, crescimento de 309,2%. Em 2014 as matrículas do setor privado correspondiam em 70,5% de todas as matrículas no ensino superior do Estado de Mato Grosso, totalizando em 90.521 matrículas. A cada ano, a partir de 2010 a representação do número de matrículas nos cursos de graduação nas IES públicas vem reduzindo, pois em 2010 representava 35,2% das matrículas passando para 29,5% em 2014.

Segundo o Censo Estatístico da Educação Superior 2014, 15.416 novos profissionais concluíram o curso de graduação nas IES do Estado de Mato Grosso, destes 70,2% em IES privadas. Nos anos de 1996 e 1997 a maior parte dos egressos eram do setor público com 59,3% e 57,4% respectivamente. Entre 1998 a 2000 a proporção de egressos era igual, mas a partir de 2001 os egressos do setor privado, sobrepôs o setor público, desde então este cenário não mudou. No período de 1996 a 2014 teve um aumento de 576,7% no número de egressos, a maior parte deste aumento, oriundo do setor privado com 995,6% (1.087 para 10.822 egressos), já o setor público com aumento de 289,6% (1.586 para 4.594 egressos).

3.2 Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

A Universidade do Estado de Mato Grosso remonta o ano de 1978, enquanto uma instituição de ensino superior municipal criada por iniciativa do prefeito, à época, Sr. Ernani Martins (PMDB), com a colaboração dos professores Edival dos Reis Vieira Silva – Diretor de Escola Técnica em Contabilidade, do Contador João Porto Rodrigues – proprietário de um Escritório de Contabilidade, da Prof^a Miriam Benedita Menezes – Delegada Regional de Ensino e do Prof. Luttgards Saavedras, bem como, outros que participavam mais esporadicamente como responsáveis pelo processo de criação do IESC. (RIEDER, 2011, p. 235)

Rieder 2011, descreve os primeiros escritos do projeto para a criação do IESC,

[...] os membros da ‘comissão’, reuniam-se após finalizar o expediente de seus afazeres, em fim de tarde, numa mesa em baixo de uma árvore ornamental chamada chuva de ouro (*Cassia fistula* L), no bar *Society*, à beira do cais do Rio Paraguai em Cáceres (MT), enquanto no horizonte eram acompanhados por belo por de sol. Era o horário que dispunham, pois todos tinham que estar em serviço no expediente comercial, em seus respectivos órgãos/empresas. Os primeiros rabiscos do projeto de educação superior em Cáceres aconteceram neste local, feito em papel guardanapo fornecido pelo próprio bar. Então aí foi concebida a criação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC). Havia uma grande necessidade e determinação de se dar encaminhamento a solução do problema de falta de profissionais de formação superior, em especial a de professores. Porém quase nada havia de condições apropriadas para esta oferta, como também para formação do quadro de professores, local e estrutura adequada, recursos financeiros para tal, e faltava também experiência em gestão de Educação Superior. Mas havia o problema para ser resolvido, o desejo de resolvê-lo, a determinação de fazê-lo resolvido, a solidariedade, a disposição de pessoas sensibilizadas e convictas da premência de dar encaminhamento para solução destes importantes desafios. E apostaram que a força coletiva seria canalizada para, então sim, conseguir superar os desafios que se apresentavam para instalar e manter promissora uma instituição de educação superior em Cáceres, Mato Grosso, Brasil. Inicialmente foram criados cursos de Licenciaturas: Letras, Estudos Sociais e, em seguida Ciências. O primeiro vestibular aconteceu em agosto de 1978, e as aulas inaugurais começaram em setembro daquele ano. E assim surgiu o embrião IESC. (RIEDER, 2011, p. 235 - 236)

A criação da UNEMAT foi consequência do processo de interiorização das Universidades Federais de Pelotas (UFPel), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) e da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e pela implantação, em julho de 1973, de um campus avançado Projeto Rondon no município (RIEDER, 2011, p. 235). Outra consequência foi em virtude da comemoração do bicentenário de fundação da cidade de Cáceres-MT

Logo a UNEMAT iniciou sua história na cidade de Cáceres no dia 20 de julho de 1978 através do ato legal (Decreto Municipal nº. 190), que criou o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), este foi o primeiro nome recebido. O instituto estava vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social e tinha como meta oferecer Educação Superior para a qualificação de pessoal no interior do estado. Iniciou seu funcionamento em 15 de agosto

1978 como Entidade Autárquica Municipal (UNEMAT, 2016).

Diante de várias dificuldades encontradas no início de sua implementação, Gianezi 2009 relata,

Diante das inúmeras dificuldades, financeiras e relativas ao corpo docente, logo nos primeiros anos do Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), teve início um movimento em prol da sua encampação pela UFMT. Apesar dos esforços dos cacerenses, a encampação do IESC pela UFMT não se efetivou, devido aos interesses e a impedimentos alegados pelos gestores da UFMT na época. (GIANEZINI, 2009, p. 148-149)

A ideia de federalização volta com propositura do governador de Mato Grosso Blairo Maggi no início de sua gestão 2001, mas recusado pela comunidade acadêmica da UNEMAT.

A primeira autorização de funcionamento para seus cursos só ocorreu em 30 de maio de 1984 através do Decreto Federal nº. 89.719. O período em que a instituição funcionou como autarquia municipal foi relativamente curto, pois a partir de 19 de dezembro de 1985 através da Lei Estadual nº. 4.960, o Poder Executivo Estadual transformou a instituição em uma entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. Essa lei alterou novamente o nome da instituição que passou a se chamar Fundação Centro Universitário de Cáceres (Fucuc), que passava a ter a missão de promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural (UNEMAT, 2016a).

Esse novo nome também perdurou por um curto período, pois em 17 de julho de 1989 através da Lei Estadual nº. 5.495, o nome foi novamente alterado para Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC). Este, novamente alterado em 1992, através da Lei Complementar nº. 14, quando passa a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (Fesmat). Foi apenas em 15 de dezembro de 1993, por meio da Lei Complementar nº. 30, que a instituição passou a usar o atual nome de Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e passou a ter como mantenedora a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (Funemat) (UNEMAT, 2016a).

Fatos importantes no processo histórico da UNEMAT, continuaram acontecendo, por exemplo: aprovação dos estatutos da Funemat e da Unemat pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/MT), por meio da Resolução nº. 001/95-CEE/MT de 10 de janeiro de 1995; credenciamento junto ao CEE/MT por cinco anos em 10 de agosto de 1999, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica; e em 30 de junho 2008 a Lei Complementar nº. 319 que alterou e revogou dispositivos da Lei Complementar nº. 30 (UNEMAT, 2016a).

No artigo 3º da resolução nº 02/2012 CONCUR referente ao Estatuto da UNEMAT, descreve as missões institucionais, valorizando a sua historicidade:

- ✓ Garantir a ambiência para produção e difusão do conhecimento através do ensino, da pesquisa e extensão em suas diferentes modalidades e formas de promoção;
- ✓ Promover através de suas atividades a igualdade social e a solidariedade;
- ✓ Promover o estudo da sustentabilidade, garantindo ampla aplicação do conhecimento adquirido;
- ✓ Promover ações que conjuguem a igualdade e equidade de gênero, etnia e credo, como pressupostos da emancipação humana;
- ✓ Fortalecer a democracia em todos os níveis, principalmente no que se refere à participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões e nos resultados alcançados;
- ✓ Garantir a articulação com outros níveis e modalidades de ensino;
- ✓ Promover o debate concernente às políticas públicas desenvolvidas na sociedade;
- ✓ Trabalhar em regime de cooperação com organismos e instituições que promovam a equidade social e a qualidade de vida;
- ✓ Valorizar através do ensino, da pesquisa e da extensão a integração entre o saber e o mundo do trabalho;
- ✓ Promover políticas de desenvolvimento de pessoal;
- ✓ Ofertar o ensino superior visando à habilitação e qualificação de profissionais para o exercício do ensino, pesquisa e extensão em todas as áreas do conhecimento;
- ✓ Promover e fortalecer a ciência, a tecnologia, a cultura, a arte, as manifestações da cultura corporal e o lazer;
- ✓ Contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional, realizando estudos sistêmicos de seus problemas e de suas potencialidades, orientando a formação de profissionais de acordo com as especificidades;
- ✓ Promover, nos termos da lei, o ensino superior público em todos os seus preceitos e prerrogativas;
- ✓ Promover a extensão numa relação dialógica, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação transformadora da universidade e da sociedade;
- ✓ Promover a avaliação processual, permanente e sistêmica de suas atividades, considerando a participação da sociedade e da comunidade interna, visando a qualidade e a relevância social, acadêmica, científica e cultural;

- ✓ Promover a integração e cooperação entre os povos através de suas atividades; e
- ✓ Oferecer serviços de difusão de som e imagens, sem finalidade comercial, com fins exclusivamente educativos e culturais.

Assim a UNEMAT tem o propósito de expandir e democratizar o acesso, fixando o indivíduo na sua própria região e contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural da instituição e da sociedade (ZATTAR; TEIXEIRA; ARTIOLI, 2008, p. 37).

Atualmente 13 câmpus universitários, 14 núcleos pedagógicos e 19 polos educacionais de Ensino a Distância. Atende mais de 20 mil acadêmicos em 60 cursos regulares de graduação e 101 cursos nas modalidades diferenciadas.

Na pós-graduação atende de 1.700 acadêmicos e conta com 4 doutorados institucionais, 4 doutorados interinstitucionais (Dinter), 3 doutorados em rede, 11 mestrados institucionais, 2 mestrados interinstitucional (Minter), 4 mestrados profissionais.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2014 a UNEMAT tem em seu quadro 1.618 servidores. Destes, 1.008 docentes (205 graduados/especialistas, 419 mestres, 384 doutores) e 610 técnicos administrativos. Tem 324 projetos de pesquisa e 257 projetos de extensão. Oferece aos acadêmicos 1.978 bolsas em diversas modalidades⁴³ e 2.113 auxílios⁴⁴ em 2014 (UNEMAT, 2015b, p. 13).

Atualmente a estrutura é dividida segundo o Estatuto da Universidade da seguinte maneira: a – Congresso Universitário, Conselho Curador, Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; b – Reitoria e Vice – Reitoria; c – Pró Reitoria de Ensino de Graduação, Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Pró Reitoria de Extensão e Cultura, Pró Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró Reitoria de Administração, Pró Reitoria de Gestão Financeira e Pró Reitoria de Planejamento e Tecnológica de Informação; d – Câmpus Universitários de (Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Cáceres, Colíder, Diamantino, Juara, Luciara, Nova Xavantina, Nova Mutum, Pontes e Lacerda, Sinop, Tangará da Serra; e – Núcleos Pedagógicos; e f - Polos Educacionais.

No Campus Universitário de Cáceres, local da realização desta pesquisa a estrutura é dividida da seguinte forma: a – Colegiado Regional; b- Diretoria de Unidade Regionalizada Pedagógico e Financeiro e Diretoria de Unidade Regionalizada Administrativa; c – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas (Bacharelado em Ciências da Computação e Licenciatura

⁴³ Bolsas: Pesquisa, Extensão, Permanência, Tutoria, Monitoria, Pibid, etc.

⁴⁴ Auxílios: Alimentação, Moradia e Publicação.

Plena em Matemática), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Bacharelado em Ciências Contábeis e Bacharelado em Direito), Faculdade de Educação e Linguagem (Licenciatura Plena em Letras e Licenciatura Plena em Pedagogia), Faculdade de Ciências Humanas (Licenciatura Plena em Geografia e Licenciatura Plena em História), Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas (Bacharelado em Agronomia e Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas) e Faculdade de Ciências da Saúde (Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado em Medicina e Licenciatura em Educação Física); d – Setores Administrativos. (UNEMAT, 2010)

3.2.1 Políticas de Acesso à Educação superior na UNEMAT

A UNEMAT desde a sua criação preocupa-se em democratizar o acesso à educação superior. Durante o percurso de sua história podemos observar diferentes formas adotadas para oferecer os cursos de graduação. Segundo Barbosa 2013, destaca que:

Desde a sua criação, a Unemat vem adotando diferentes e inovadoras formas de ofertar a graduação: ensino regular presencial (ofertada nos períodos diurno (matutino, vespertino ou integral) e noturno; cursos semipresenciais (licenciaturas parceladas destinadas à formação de professores em serviço, programa módulos temáticos); cursos a distância, cursos fora de sede, cursos para pessoas provenientes de movimentos sociais (curso de Pedagogia para professores da reforma agrária, CPERA e curso de Agronomia para os movimentos sociais do campo, CAMOSC - turmas únicas); cursos específicos visando à qualificação de professores das redes estadual e municipais de ensino e de outros profissionais em diferentes áreas de formação (plenificações/ graduação em licenciatura plena para professores com formação em licenciatura curta), além de ações de inclusão de grupos sociais específicos como indígenas (Projeto 3º Grau Indígena, posteriormente transformado na Faculdade Intercultural Indígena), de negros (cotas por meio do Programa de Integração e de Inclusão étnico-racial) e de demais comunidades menos assistidas do interior de Mato Grosso. (BARBOSA, 2013, p. 56)

A universidade adota diferentes estratégias para desenvolver as políticas de inclusão como forma de garantia do acesso e da permanência na ES pública e gratuita no interior do estado de Mato Grosso. Entre essas políticas desenvolvidas pela IES destacamos: o Programa Parceladas (inicialmente Licenciaturas Plenas Parceladas), a Educação à Distância, o Terceiro Grau Indígena, o Programa de Integração e de Inclusão Étnico-racial (Piier). (NODARI, 2016, p. 95)

O projeto das Parceladas surge com o propósito de qualificar os professores da rede pública de ensino que estão em exercício, porém sem formação superior, garantindo a estes profissionais a continuação de seus estudos.

São cursos de licenciaturas plenas oferecidas no interior do estado, exclusivamente para professores em exercício do Magistério e que ainda não tiveram a oportunidade de se qualificar para a profissão que exercem, através de um curso superior. Como o título está indicando, os tempos curriculares nas Parceladas são distribuídos parceladamente de forma intensiva nos meses de janeiro, fevereiro e julho, períodos de férias e recessos escolares, com a presença de docentes, monitores e coordenadores de curso. (UNEMAT, 2016b, p. 01)

Os cursos de graduação oferecidos através das Parceladas são destinados à população que reside em municípios distantes dos polos educacionais de nível superior, garantido a estas pessoas a qualificação e a permanência dos mesmos na região. Os cursos são ofertados em parceria com as prefeituras onde o curso será ministrado. As prefeituras fornecem a estrutura física e material didático (biblioteca, laboratórios, e outros conforme descrito no convênio). Nos últimos anos através de interesses políticos o Programa Parceladas vem perdendo sua identidade social e transformando em ambiente meramente eleitoral. No quadro abaixo seguem os cursos que estão em andamento⁴⁵:

Quadro 9: Cidades atendidas e cursos ofertados pela UNEMAT via Programa Parceladas (2016)

Cidades Atendidas	Cursos Ofertados
Alto Araguaia	Bacharelado em Direito – Matutino Bacharelado em Direito – Noturno Licenciatura Plena em Pedagogia
Aripuanã	Bacharelado em Direito
Cáceres (Caramujo)	Licenciatura em Pedagogia do Campo
Campos de Júlio	Bacharelado em Ciências Contábeis
Confresa	Licenciatura em Letras (Literatura/Espanhol) Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais
Itiquira	Bacharelado em Ciências Contábeis Licenciatura Plena em Pedagogia
Luciara	Licenciatura em Letras (Português/Espanhol) Licenciatura em Letras (Português/Inglês) Licenciatura em Matemática Licenciatura em Pedagogia do Campo Licenciatura em Química
Matupá	Licenciatura em História Licenciatura em Matemática Licenciatura em Química
Mirassol D'Oeste	Bacharelado em Administração Bacharelado em Ciências Contábeis
Nova Lacerda	Bacharelado em Ciências Contábeis
Rio Branco	Licenciatura em Matemática Licenciatura em Pedagogia
São José dos IV Marcos	Licenciatura em Pedagogia Tecnólogo em Agroecologia
	<i>Continua...</i>

⁴⁵ Refere-se que na época da pesquisa os cursos de graduação ainda não foram concluídos.

Cidades Atendidas	Cursos Ofertados
Vila Bela da Santíssima Trindade	Tecnólogo em Agroecologia
Vila Rica	Bacharelado em Direito – Matutino Bacharelado em Direito – Noturno

Fonte: NODARI/2016, atualizado pelo autor.

Os cursos oferecidos através das turmas fora da sede, correspondem a cursos de Bacharelado e/ou de Licenciatura, oferecidos de forma isolada e sem continuidade, com conteúdo ministrado em módulos durante o semestre. São realizadas em parceria com as prefeituras. Estas turmas fora da sede, turma única ou simplesmente Turmas Especiais são mecanismo para democratizar o acesso à educação superior em atendimento a demanda específica, seja demanda social, econômica ou geográfica. Os cursos de Pedagogia para os professores da reforma agrária - CPERA⁴⁶ e o curso de agronomia para os movimentos sociais do campo – CAMOSC⁴⁷ foram ofertados na forma de Turmas Especiais.

Atualmente há 07 cursos oferecidos na modalidade de turma especial nos seguintes municípios: Alta Floresta (Bacharelado em Comunicação Social), Araputanga (Bacharelado em Zootecnia), Brasnorte (Licenciatura Plena em Matemática), Sinop (Licenciatura em Computação), Sorriso (Bacharelado em Administração e Licenciatura Plena em Letras), Tapurah (Licenciatura Plena em Letras).

Outra forma de acesso é através da Educação à Distância que teve início na UNEMAT em 1999, quando foi criada a Divisão de Educação à Distância - DEaD com o principal objetivo a formação para o exercício da docência, na pedagogia de 1 a 4⁴⁸, Educação Infantil 1 à 6⁴⁹, Biologia, Letras e Matemáticas. Os primeiros cursos a distância ofertados segundo Gianezi 2009, foram:

Licenciatura Plena em Pedagogia (em três Núcleos Pedagógicos, nas cidades de Araputanga, Comodoro e Jauru); Licenciatura Plena em Educação Básica – 1ª à 4ª séries (Núcleos Pedagógicos nas cidades de Jauru e Nova Xavantina); Cursos de

⁴⁶ Na cidade de Nova Xavantina a UNEMAT, em 1999, promoveu o curso Pedagogia aos Educadores da Reforma Agrária, conhecido como “Pedagogia da Terra”. O curso, em nível de magistério, visava atender 65 professores da região leste do estado (Novo São Joaquim, Campinápolis, Água Boa, Nova Nazaré e Nova Xavantina) e, também, aqueles “oriundos das escolas dos assentamentos de sete estados brasileiros e do Distrito Federal, em convênio com PRONERA, INCRA, EMPAER e SEDUC” (ZATTAR, 2008, p. 57).

⁴⁷ Este curso foi ofertado na cidade de Cáceres (2005 – 2010) em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) com o objetivo de capacitar 67 integrantes dos assentamentos de Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais.

⁴⁸ Pedagogia de 1 a 4, significa a formação do pedagogo para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries. Com o sistema da escola ciclada em Mato Grosso temos 1º ao 5º ano.

⁴⁹ Pedagogia de 1 a 6, significa a formação do pedagogo para atuar na educação infantil de 1 a 6 anos de idade. Atualmente a educação infantil é até 5 anos de idade.

Letras, Matemática e Ciências Biológicas em Rosário Oeste (Núcleo Pedagógico Rosário Oeste). Todos esses cursos foram ministrados na condição de ensino semipresencial (a distância), por meio de seminários e encontros previamente agendados. (GIANEZINI, 2009, p. 178)

Posteriormente passou a se chamar Centro de Educação Aberta e Continuada a Distância - CEACD e a partir de 2010 integra a Universidade Aberta do Brasil – UAB, passando a se chamar Diretoria de Gestão de Educação a Distância - DEAD oferecendo desde então, cursos de graduação de licenciaturas e bacharelados, assim como cursos de pós graduação *lato sensu*. Nodari 2016, sistematizou no quadro abaixo as cidades polos e seus respectivos cursos ofertados na modalidade de educação à distância.

Quadro 10: Cidades polos e cursos ofertados pela UNEMAT via Universidade Aberta do Brasil (2015)

Polos	Cursos Graduação	Cursos Pós-graduação
Água Boa	Licenciatura em Letras (Língua Inglesa)	-----
Alto Araguaia	Licenciatura em Ciências Biológicas Licenciatura em Física Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Arenápolis	Licenciatura em Letras (Língua Inglesa) Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Aripuanã	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Letras (Língua Inglesa)	-----
Barra do Bugres	Licenciatura em Física	-----
Cáceres	Licenciatura em Pedagogia	-----
Campo Verde	Licenciatura em Pedagogia	Gestão Pública
	Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Colíder	Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Comodoro	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Letras (Língua Espanhola) Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Diamantino	Licenciatura em Pedagogia	-----
Guarantã do Norte	Licenciatura em Letras (Língua Espanhola) Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Jauru	Licenciatura em Ciências Biológicas Licenciatura em Física Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Juara	Licenciatura em Letras (Língua Inglesa) Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Juína	Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Nova Xavantina	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Física	-----
Pontes e Lacerda	Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública

Continua...

Polos	Cursos Graduação	Cursos Pós-graduação
		Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Sapezal	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Letras (Língua Inglesa) Bacharelado em Administração Pública	Gestão Pública Gestão Pública Municipal Gestão em Saúde
Sorriso	Licenciatura em Ciências Biológicas Licenciatura em Física	-----

Fonte: NODARI, 2016.

A UNEMAT é a instituição pioneira no Brasil em ofertar cursos de graduação para os povos indígenas através do Projeto de Formação de Professores Indígenas - 3º Grau Indígena⁵⁰. Nodari 2016, relata os primeiros debates para a elaboração do projeto:

Os primeiros debates em torno da formação de professores indígenas em nível superior ocorreram em 1995, a partir da criação do Conselho de Educação Escolar Indígena (CEI/MT). Esses debates ganharam força após 1997 com a criação pelo Governo do Estado de uma Comissão Interinstitucional “constituída por representantes da Seduc/MT, Funai, CEE/MT, CEI/MT, UFMT, Unemat, CAIEMT e representantes indígenas”. Como resultado dos trabalhos dessa Comissão em 1998 e 1999 foi elaborado um anteprojeto estabelecendo as diretrizes gerais para a formação de professores indígenas em nível superior. Esse projeto foi entregue oficialmente ao Governo do Estado de Mato Grosso ainda no final de 1999. Durante o ano 2000 foram realizadas as negociações políticas e financeiras e a assinatura dos convênios e a aprovação interna da Unemat para dar início ao programa (UNEMAT, 2015c) apud (NODARI, 2016, p. 97-98)

O Projeto teve início em 2001, com o objetivo garantir a formação superior de professores indígenas, de diversas etnias localizadas em Mato Grosso e em 11 estados brasileiros, nas áreas de Línguas, Artes e Literatura, Ciências Matemáticas e da Natureza, e Ciências Sociais (Medeiros, 2008, p. 15). Os cursos compreendem Etapas de Estudos Presenciais (no Campus de Barra do Bugres) e Etapas de Estudos Cooperados de Ensino, incluindo as pesquisas desenvolvidas pelos estudantes nas comunidades de origem.

Os quatro cursos que integram o Terceiro Grau Indígena em 2001 foram reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso – CEE/MT, por meio da Portaria nº 321/04 – CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado, em 21 de setembro de 2004. O reconhecimento de todos os cursos foi renovado por meio da Portaria nº 311/05 – CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 2005. (GIANEZINI, 2009, p. 180)

Durante o II Congresso Universitário da UNEMAT, realizado em dezembro de 2008, foi aprovada a criação da Faculdade Indígena Intercultural, incorporando as ações relacionadas

⁵⁰ Além da UNEMAT, a formação de professores indígenas também vem sendo realizada em outras universidades estaduais e federais do país, como a USP, UEA, UFG, UFR, UFMG e UFGD. (MEDEIROS, 2008, p. 15)

a Educação Superior Indígena. O 3º grau indígena é um sucesso em considerar o baixo índice de evasão dos alunos e formação de recursos humanos para atuar nas escolas situadas nas aldeias. Nodari 2016, traz os seguintes números:

A primeira turma iniciou as aulas em 2001 e encerrou as atividades em 2006, com a diplomação de 186 acadêmicos indígenas. A segunda turma iniciou as aulas em 2005, encerrando as atividades em 2009 com a diplomação de mais 90 professores indígenas. A terceira turma teve início em 2008 e término em 2012 com a diplomação de mais 40 professores. A Faculdade Indígena Intercultural já graduou mais de 300 professores indígenas de 32 etnias do Estado de Mato Grosso e mais 14 etnias de outros estados. Esses profissionais estão atuando nas escolas em 146 aldeias situadas em 35 cidades do Estado. A Faculdade Indígena Intercultural ofereceu ainda três turmas do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena. A 1ª turma com 40 vagas 2002-2004, a 2ª turma com 60 vagas 2008-2010 e a 3ª turma com 50 vagas 2010-2012 (UNEMAT, 2015c) apud (NODARI, 2009, p. 98)

A UNEMAT abriu novas turmas em 2011/2, 2012/1 e 2016/1 esses cursos estão em andamento. Os cursos de graduação oferecidos aos povos indígenas foram de Licenciatura em **Pedagogia Intercultural** e Licenciatura Específica em **Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, e Línguas, Artes e Literaturas**. O quadro a seguir, mostra a distribuição de vagas por etnia e turmas.

Quadro 11: Distribuição de vagas nos cursos de graduação para os indígenas, conforme etnias – 2011-2016

ETNIAS	2011/2	2012/1	2016/1	
	Licenciatura Específica	Licenciatura Específica	Pedagogia Intercultural	Licenciatura Específica
Apiaká	1	1	2	2
Bakairi	2	2	3	3
Bororo	2	2	2	2
Chiquitano	2	2	2	2
Etnias do Parque Indígena do Xingu	6	6	7	7
Irantxe	1	1	2	2
Tapirapé e Karajá	4	4	5	5
Mebengokrê, Panará e Tapajúna	2	3	4	4
Munduruku	1	1	2	2
Nambikwara	2	2	2	2
Paresi	2	2	2	2
Rikbaktsa	2	2	2	2
Terena	2	3	3	3
Umutina	2	1	1	1
Xavante	6	5	6	6
Zoró	2	2	2	2
Cinta-Larga	3	4	4	4
Myky	2	2	2	2
<i>Continua...</i>				

ETNIAS	2011/2	2012/1	2016/1	
	Licenciatura Específica	Licenciatura Específica	Pedagogia Intercultural	Licenciatura Específica
Arara	2	1	1	1
Guató e Gavião	2	2	2	2
Outras etnias de Mato Grosso (não especificadas acima)	2	2	4	4
SUB TOTAL	50	50	60	60
TOTAL	220			

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme editais consultados 2011 a 2016.

O processo de democratização do acesso à educação superior na UNEMAT é reforçado pela implementação do Programa de Integração e Inclusão Étnico- Racial – PIIER - (Resolução nº. 200/2004 – CONEPE). Segundo Barbosa 2013, o programa é destinado a candidatos autodeclarados negros:

Até o primeiro semestre de 2005, as vagas dos cursos de graduação da UNEMAT eram ofertadas, em concurso vestibular, em ampla concorrência. A partir do segundo semestre daquele ano, com a criação e implantação do PIIER, 25% do total das vagas ofertadas em todos os cursos da IES passaram a ser destinadas a candidatos autodeclarados negros (de cor preta ou parda), de acordo com critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BARBOSA, 2013, p. 60)

Logo o artigo 2º da Resolução do PIIER, disciplina os percentuais de reserva de vagas nos cursos de graduação, assim como, descreve alguns critérios para os candidatos que desejam concorrer a estas vagas.

Art. 2º Disponibilizar, a partir do concurso vestibular 2005/2 e por um período de 10 (dez) anos, 25% (vinte e cinco) por cento das vagas de todos os processos seletivos da Unemat, para estudantes negros, em cada um dos cursos regulares de graduação, modalidades diferenciadas e turmas especiais oferecidos por esta Instituição de Ensino Superior, excetuando-se o 3º grau Indígena; §3º Estão aptos a candidatar-se às vagas previstas no caput deste artigo os estudantes; I. que tenham feito seus cursos Fundamental e Médio exclusivamente em escolas públicas ou; II. que comprovem residência no Estado de Mato Grosso, há pelo menos três anos ou; III. que tenham cursado o ensino Fundamental e Médio em estabelecimentos particulares, com bolsa de estudo total ou parcial. (UNEMAT, 2015b).

Podemos observar que a UNEMAT destina vagas aos estudantes negros, muito antes da aprovação da Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto adota medidas para "implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros" (Art. 4º, inciso VII).

O governo federal aprovou a Lei nº 12.711/2012, conhecida popularmente pela Lei de Cotas, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas IFES aos alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

A UNEMAT respaldada em um dos seus princípios estatutário “Promover através de suas atividades a igualdade social e a solidariedade”, aprovou a Resolução nº 017/2013 – CONEPE, que institui a política afirmativa de reserva de vagas a alunos oriundos da rede pública de ensino. No art. 2º garante que 35% (trinta e cinco por cento) das vagas dos cursos de graduação na UNEMAT, será destinada a estudantes de escolas públicas. Logo os candidatos que pretendem concorrer a estas vagas devem satisfazer os seguintes critérios:

Art. 3º. Para concorrer às vagas destinadas a estudantes de escolas públicas, o candidato deverá comprovar que cursou, integralmente, o ensino fundamental e médio em escola pública; §1º. Não poderão concorrer às vagas na modalidade de que trata este artigo os estudantes que tenham cursado o ensino fundamental e médio em escolas particulares mesmo que com bolsa de estudo. (UNEMAT, 2015b).

Assim as políticas de ações afirmativas para ingresso aos cursos de graduação ofertados pela UNEMAT, ficam da seguinte maneira, conforme a Resolução nº 017/2013 – CONEPE:

Art. 2º Dos 100% (cem por cento) das vagas para ingresso nos cursos de Graduação na UNEMAT, 40% (quarenta por cento) para ampla concorrência, 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes que se enquadrem no Programa de Integração e Inclusão Étnico - Racial – PIER e 35% (trinta e cinco por cento) será destinada a estudantes de escolas públicas. (UNEMAT, 2015b).

Para o preenchimento das vagas, a execução não caminha em acordo com as políticas de ações afirmativas aprovadas pela instituição. Os editais de seleção de candidatos aos cursos superiores divulgado pela Comissão do Vestibular - COVEST, fazem com que todos os candidatos concorram as vagas de ampla concorrência, seja pelo SiSU ou Vestibular:

- ✓ Todos os candidatos inscritos, independentemente de sua opção às vagas do PIER e escola pública, concorrerão às vagas de ampla concorrência.
- ✓ As vagas oferecidas ao PIER e a escola pública serão preenchidas pelos optantes da respectiva categoria que não obtiverem aprovação no limite das vagas ofertadas para os candidatos de ampla concorrência.

Isto significa que independente da escolha do candidato pela ação afirmativa (PIIER ou Escola Pública), o mesmo irá concorrer as vagas de ampla concorrência. Vejamos o que define o candidato aprovado nos editais de seleção da UNEMAT:

Candidatos aprovados ampla concorrência são os que obtiveram as maiores pontuações do curso ao qual concorreram (independente se a opção for às vagas do PIIER), no limite do número de vagas oferecidas para o curso. Tais candidatos são convocados a matricular-se em primeira chamada. **Candidatos aprovados PIIER** são os que obtiveram as maiores pontuações dentre os optantes da categoria e que não conseguiram aprovação dentro do limite de vagas de ampla concorrência. **Candidatos aprovados escola pública** são os que obtiveram as maiores pontuações dentre os optantes da categoria e que não conseguiram aprovação dentro do limite de vagas de ampla concorrência. (UNEMAT, 2015b)

Assim os aprovados pela ampla concorrência sempre terão as melhores notas, enquanto os aprovados pelas políticas afirmativas com as menores notas, favorecendo a fomentação de preconceito às políticas afirmativas.

As ações de políticas afirmativas na UNEMAT são diversas. Outra importante ação da UNEMAT é assegurar a realização do vestibular às pessoas que não tem condições financeira para realizar o pagamento da taxa de inscrição através da isenção de pagamento. “O candidato, que tenha renda familiar inferior a dois salários mínimos, aquele que é doador regular de sangue, ou ainda, seja Profissional Técnico da Educação Superior da UNEMAT (sem graduação), poderá usufruir do benefício da isenção de pagamento da taxa de inscrição”, amparado nas Leis Estaduais n. 6.390/94, n. 7.622/02 e Portaria n. 2.243/2005.

Na realização das provas do vestibular é assegurado ao candidato a solicitação de atendimento diferenciado de acordo com a deficiência comprovada através de atestado médico. Os atendimentos diferenciados são:

a) fiscal ledor – para candidato com deficiência visual total. Neste caso, o candidato deverá ditar as alternativas que deverão ser preenchidas no cartão de respostas; **b) fiscal transcritor** – para candidato Portador de Necessidades Especiais (PNE) e/ou com problema de saúde que esteja impossibilitado de transcrever as respostas para os cartões de respostas; **c) Intérprete de Libras** – para candidato com deficiência auditiva e que necessita de uma pessoa que interprete para a língua de sinais; **d) provas e cartões ampliados** – para candidato com deficiência visual parcial. Serão oferecidas provas e os cartões de respostas com tamanho de letra correspondente a corpo 24; **e) amamentação** – para a candidata que tiver necessidade de amamentar; e **f) cadeirante** – será oferecida uma carteira tipo “mesa”. (UNEMAT, 2015b)

3.2.2 Formas de Ingresso na UNEMAT

As formas de ingresso nos cursos de graduação da UNEMAT são regidas pela Normatização Acadêmica (Resolução nº. 054/2011 - CONEPE). Segundo o artigo 52 há três possibilidades de ingresso, “Há 03 (três) formas de ingresso nos cursos regulares de graduação da Unemat, a saber: I – Vestibular realizado pela Unemat e/ou SISU/MEC; II – Programa de mobilidade acadêmica; III – Preenchimento de vagas remanescentes de cursos”. (UNEMAT, 2011). Logo abaixo descreveremos as formas de ingresso nos cursos de graduação na UNEMAT, porém destacaremos que o foco desta pesquisa são as formas de ingresso pelo vestibular e SiSU.

a) Vestibular

O Vestibular é aplicado pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, por meio da Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares - COVEST, aberto aos portadores de Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente; aos portadores de diploma de Curso Superior e àqueles que comprovarem a conclusão do Ensino Médio na data da matrícula.

As vagas dos cursos de graduação são ofertadas da seguinte forma: 40% destinadas para ampla concorrência, 25% para candidatos optantes ao PIIER – Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial e 35% destinadas para candidatos oriundos de escolas públicas.

O Vestibular compreende em duas fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório. A Primeira Fase consta de 04 Provas Objetivas (Ciências da Natureza e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Linguagens, Códigos e suas tecnologias) cada questão vale 01 (um) ponto, contém 05 (cinco) itens (elencados de **a** a **e**) de múltipla escolha, que o candidato deve assinalar uma alternativa como resposta. E a Segunda Fase de 01 Prova de Redação, e ambas as Fases são realizados em etapa única, no mesmo dia com duração de 5 horas.

São selecionados para a correção da Segunda Fase – Prova de Redação, para cada curso, somente os candidatos não eliminados no Vestibular, classificados, segundo a ordem decrescente da pontuação obtida na Primeira Fase, no limite de 3 (três) vezes o número de vagas ofertadas. As provas objetivas são multiplicadas por diferentes pesos, de acordo com o curso optado pelo candidato. O resultado parcial da Primeira Fase é o somatório das notas obtidas em cada prova objetiva multiplicada por seus respectivos pesos, a saber:

$$RP = P1.N1 + P2.N2 + P3.N3 + P4.N4$$

Sendo:

Resultado Parcial = RP

Nota de cada prova objetiva = Ni (com $i = 1, 2, 3$ e 4)

Peso de cada prova objetiva = Pi (com $i = 1, 2, 3$ e 4)

A correção da Segunda Fase será realizada por banca especializada constituída de docentes indicados pela COVEST, cujas identidades serão mantidas em sigilo. A prova de redação possui peso 5 (cinco), cuja pontuação é a que segue:

$$PR = NP.5$$

Sendo:

Prova de Redação = PR

Nota da prova de Redação = NP

O resultado final será obtido através da soma do seu Resultado Parcial (RP) – Primeira Fase, com a sua respectiva nota obtida na Prova de Redação (PR) – Segunda Fase. A classificação dos candidatos é feita por ordem decrescente das notas e pela opção das vagas.

b) Sistema de Seleção Unificada - SiSU

A forma de ingresso pelo SiSU é dividida em duas etapas. A primeira etapa é o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e a segunda etapa é realizado pelo Sistema de Seleção Unificada - SiSU.

i) Do ENEM

O ENEM é aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP por meio da Fundação CESGRANRIO e pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE/UNB. Em Mato Grosso o responsável pela aplicação do Exame é a Fundação CESGRANRIO. O Exame é constituído de 1 (uma) redação em língua portuguesa e de 4 (quatro) provas objetivas (Ciências da Natureza e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Linguagens, Códigos e suas tecnologias), contendo cada uma 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha com 05 (cinco) itens (elencados de **a** a **e**).

O Exame é realizado em dois dias. No primeiro dia de aplicação do Exame, é realizada as provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias e de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com duração de 4 horas e 30 minutos. No segundo dia de aplicação do Exame, é realizada as provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Matemática e suas Tecnologias, com duração de 5 horas e 30 minutos.

O cálculo das proficiências dos Participantes, a partir de suas respostas às questões de múltipla escolha das provas objetivas, tem como base a Teoria de Resposta ao Item (TRI)⁵¹. A nota da redação, varia entre 0 (zero) e 1000 (mil) pontos. A redação é corrigida por dois corretores de forma independente, cada corretor atribui uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências⁵². A nota total de cada corretor corresponde à soma das notas atribuídas a cada uma das competências.

ii) Do SiSU na UNEMAT

A UNEMAT, por meio da Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares - COVEST, através de edital, seleciona estudantes para provimento de vagas nos cursos de graduação presencial, utilizando as notas do ENEM como parâmetro junto ao Sistema de Seleção Unificada.

As vagas dos cursos de graduação obedecem aos mesmos pesos e opções do vestibular (Ampla Concorrência, PIIER e Escola Pública). Os candidatos são classificados diariamente até o fechamento do Sistema de Seleção, onde é possível o candidato escolher até dois cursos de interesse e mudar enquanto o sistema estiver aberto.

Após o fechamento do sistema, o mesmo disponibiliza a classificação definitiva do candidato em relação ao curso e opção da vaga pleiteada. Todo o processo é *online*, porém caso seja aprovado, o candidato fará a matrícula presencial.

c) Mobilidade Acadêmica

A Mobilidade Acadêmica - MB na UNEMAT é realizada através da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM. O candidato

⁵¹ O documento com a metodologia utilizada e com os critérios adotados pela banca poderá ser obtido no endereço eletrônico http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/nota_tecnica/2011/nota_tecnica_procedimento_de_calculo_das_notas_enem_2.pdf

⁵² Ver <http://portal.inep.gov.br/enem>

interessado a estudar na UNEMAT deve estar regularmente matriculado nos cursos presenciais de graduação das universidades integrantes da ABRUEM⁵³. A mobilidade acadêmica **não dá o direito a vaga** no curso de graduação, pois não é transferência. Segue abaixo os requisitos para MB:

4. Do requisito para candidatura. 4.1 - O acadêmico que desejar se inscrever para participar do Programa de Mobilidade ABRUEM deve atender aos seguintes critérios: I. Estar regularmente matriculado em curso de graduação das IES conveniadas; II. Ter cumprido os percentuais exigidos quanto à integralização do currículo de, no mínimo, 20% e, no máximo, 90% da carga horária total do curso quando do início da mobilidade; III. Ter, no máximo, duas reprovações por média, acumuladas nos semestres letivos que antecedam ao pedido de mobilidade; IV. Não ter reprovação por falta em disciplinas cursadas nos semestres letivos anteriores; V. Ter coeficiente de rendimento acadêmico (CRA) igual ou superior 7,00; VI. Não possuir processo disciplinar instaurado e ainda em aberto na instituição de origem.

:

As outras três formas de ingresso (Vestibular, SiSU e Vagas Remanescentes) garantem ao candidato aprovado o direito a **uma vaga**⁵⁴ no curso de graduação.

d) Vagas Remanescentes

O ingresso pelas vagas remanescentes não contempla nenhuma política de ação afirmativa, porém há ordem de prioridades no preenchimento dessas vagas. Assim, a Normatização Acadêmica/UNEMAT estabelece que:

Art. 56. Para fins de preenchimento das vagas previstas no Art. 55, deverá ser observado o número de vagas existentes para o curso, cabendo às SAAs divulgar o quadro de ofertas de vagas, subsidiando os trabalhos de seleção de solicitação de vagas remanescentes, com exceção dos itens I e II, e na seguinte ordem de prioridade: I – REVOGADO; II – discentes de mesmo curso regular de *câmpus* da UNEMAT; III – discentes de cursos afins regulares de *câmpus* da UNEMAT; IV – discentes de mesmo curso regular de outras IES públicas, regulamentadas pelo MEC; V – discentes de cursos afins de outras IES públicas, regulamentadas pelo Conselho Estadual de Educação do Estado ou MEC; VI – discentes de mesmo curso regular de IES privadas, regulamentadas pelo MEC; VII – discentes de cursos afins de IES privadas, regulamentadas pelo MEC; VIII – REVOGADO; §1º As vagas remanescentes de que tratam os incisos II a VII deverão ser preenchidas de acordo com fase/ciclo em que estejam sendo ofertadas, observando os requisitos de seleção estabelecidos em edital. §2º Para determinação da fase/ciclo será verificada a vaga de acordo com o conceito de “turma”, conforme o estabelecido no artigo 41, da Resolução 054/2011 – CONEPE. §3º Será publicado edital para preenchimento de vagas remanescentes para

⁵³ Em 2016 há 20 IES conveniadas. Mais informações: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=mobilidade-academica&m=editais>

⁵⁴ Desde que o mesmo não esteja matriculado em outro curso de graduação em IES pública. Caso esteja matriculado deve solicitar o desligamento primeiro e posteriormente requerer o seu direito. A Lei nº 12.089 de 11 de novembro de 2009. Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112089.htm. Acesso em 10/07/2016

candidato portador de diploma de nível superior da área ou áreas afins, somente após esgotadas as possibilidades de preenchimento pelos incisos II a VII, aplicando-se, no que couber, os mesmos critérios de seleção para os casos de transferência externa (UNEMAT, 2016d).

O Candidato a vaga remanescente ainda deve levar em consideração a área do conhecimento estabelecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Na UNEMAT a resolução nº 069/2015 – CONEPE, criou um catálogo com cursos. Exemplo: Acadêmico do curso de matemática não pode transferir para o curso de direito, pois os cursos pertencem a áreas de conhecimento sem afinidades. Logo entendemos por área de afinidade de conhecimentos os cursos cujos currículos apresentem correspondências tanto na formação geral como na formação específica e que pertença às mesmas grandes áreas de conhecimento definidas pelo CNPq.

3.2.3 UNEMAT após implementação do SiSU nas análises documentais

Após a UNEMAT aderir a política do governo federal na tentativa de democratizar o acesso à educação superior, vários questionamentos surgiram em torno desta nova política de ingresso. Assim um dos objetivos desta pesquisa foi verificar se após adesão ao SiSU, o ingresso continua democratizado. Nos documentos analisados podemos verificar várias mudanças⁵⁵ e implicações⁵⁶. Primeiramente iremos trabalhar com as mudanças ocorridas e posteriormente com as implicações. Mudanças como: estrutura da prova do vestibular, datas de aplicação, pesos em conformidade com a área de conhecimento, dentre outros. Posteriormente indicaremos os atos criados em virtude de sua adesão.

Iniciamos descrevendo o modelo de vestibular aplicado anteriormente a adesão ao SiSU, subsidiado nos escritos de Nodari 2016,

[...] tratava-se de um processo seletivo unificado, realizado duas vezes por ano, com a aplicação de provas em dois dias (domingo e segunda) nos municípios onde a instituição possuía *campus* universitários. De acordo com o Edital nº. 001/2009 – Covest, constava de nove provas objetivas contendo 90 questões de múltipla escolha, com 5 alternativas cada (a, b, c, d, e), sendo 10 questões em cada uma das provas das disciplinas: Biologia, Física, Geografia, História, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol a escolha dos candidatos), Língua Portuguesa, Literatura, Matemática e Química e prova de Interpretação de Textos contendo 5 questões discursivas. Os candidatos que zerassem em qualquer uma das provas eram eliminados. A prova de cada disciplina valia de 0 a 10 pontos e para o cálculo da pontuação final era aplicado

⁵⁵ Consideramos nesta pesquisa, mudança refere-se a algo que já existia, porém foi modificado em virtude da implantação do SiSU.

⁵⁶ Consideramos nesta pesquisa, aos atos que não existiam, mas em virtude da implementação do SiSU, foram criados.

em cada uma, um peso que variava de 1 à 5 e que era definido de acordo com o curso de graduação de opção do candidato. O peso 5 era aplicado na prova de interpretação de textos para os candidatos de todos os cursos de graduação. A pontuação final de cada candidato no concurso vestibular era obtida através da soma das pontuações de cada uma das provas das disciplinas e da prova de Interpretação de Textos. Eram considerados classificados os candidatos com posição até três vezes o número de vagas para cada curso de graduação e aprovados os candidatos dentro do número de vagas. Para o câmpus em estudo todos os cursos possuíam 40 vagas, sendo 75% das vagas para ampla concorrência, ou seja, 30 ingressantes, e 25% das vagas para candidatos optantes pelo Piier, ou seja, 10 ingressantes (UNEMAT, 2009) apud NODARI, 2016, p.57 -58).

Atualmente o concurso vestibular da UNEMAT é aplicado **uma vez ao ano**, com início das aulas sempre no segundo semestre de cada ano. As provas são aplicadas nos municípios onde há oferta de vagas além da cidade de Cuiabá – MT. De acordo com o Edital nº 01/2015 – COVEST, o concurso vestibular 2015/2 compreende de duas fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório realizado em **um único dia**. (UNEMAT, 2015a).

A primeira fase consta de quatro provas objetivas com **44 questões** de múltipla escolha, com 5 alternativas cada (a, b, c, d, e), divididas em quatro áreas, sendo **10 questões na área de Ciências da Natureza e suas tecnologias; 12 na área de Matemática e suas tecnologias; 10 na área de Ciências Humanas e suas tecnologias e 12 questões na área de Linguagem, Códigos e suas tecnologias e suas tecnologias não podendo zerar a prova que corresponde a área do curso pretendido**. Cada questão vale um ponto que será multiplicada por diferentes pesos (**1 a 4**), de acordo com o curso optado pelo candidato. (UNEMAT, 2015a). Este modelo de prova utilizado pela UNEMAT é o mesmo modelo adotado pelo ENEM⁵⁷.

A segunda fase compreende de uma **prova de redação com proposta de produção escrita a partir da reflexão de texto** e tem valor numérico na escala **de zero a dez pontos**. Têm as redações corrigidas, segundo a ordem decrescente da pontuação obtida na primeira fase, no limite de 3 (três) vezes o número de vagas ofertadas. (UNEMAT, 2015a).

A pontuação final de cada candidato no concurso vestibular é obtida através da soma das pontuações de cada uma das provas objetivas e da prova de redação. Aprovação do candidato é considerado o seguinte: **40% destinado a ampla concorrência, 35% a candidatos oriundos das escolas pública e 25% reservado para os auto declarantes negros**. Os ingressantes

⁵⁷ **1. Ciências Humanas e suas Tecnologias** (Componente Curricular: História, Geografia, Filosofia e Sociologia), **2. Ciências da Natureza e suas Tecnologias** (Componente Curricular: Química, Física e Biologia), **3. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação** (Componente Curricular: Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação) e **4. Matemática e suas Tecnologias** (Componente Curricular: Matemática). Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf. Acesso em: 10/07/2016.

nos cursos de graduação da UNEMAT são aqueles que solicitam a matrícula inicial. (UNEMAT, 2015a).

As matrículas iniciais independentemente da forma de seleção e são feitas pessoalmente pelos candidatos aprovados. O SiSU possibilita a inscrição online para concorrer as vagas, porém para se matricular é preciso o deslocamento para o campus onde o curso é realizado. De acordo com UNEMAT 2011, a matrícula inicial é solicitada da seguinte forma:

Art. 65. O pedido de Matrícula Inicial no curso de graduação só deverá ser feito pessoalmente ou por procuração reconhecida em cartório e deverá ser acompanhado da seguinte documentação: I – cópia do certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente; II – cópia do histórico escolar do Ensino Médio; III – cópia do comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino); IV – cópia do título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral; V – cópia do número de Cadastro de Pessoa Física (CPF); VI – cópia da carteira de identidade ou equivalente; VII – cópia da certidão de nascimento ou de casamento; VIII – 1 (uma) fotografia 3 x 4 recente; IX – declaração de não ter vínculo como acadêmico em outra IES pública. §1º. As cópias dos documentos descritos nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII deste artigo, deverão ser entregues devidamente comprovadas e autenticadas com os documentos originais (UNEMAT, 2011).

As matrículas iniciais nos cursos ofertados pelo vestibular, encerram-se em média até a 5ª chamada quando preenche o número de vagas estipulado no edital de seleção. Enquanto via SiSU a realidade é outra, pois as vezes há **12 chamadas** e, mesmo assim, não completa o número de matrículas disponíveis no edital, implicando assim **o aumento das vagas ociosas**.

Esta situação poderia se agravar, porém a UNEMAT criou meios para frear o aumento das vagas ociosas nos cursos de graduação oferecidas via SiSU. Estes meios são aplicados em geral a partir da 5ª chamada via SiSU. Estes meios são: a **Chamada Presencial**, o candidato que fez o ENEM e que não está matriculado em nenhum curso, manifesta presencialmente o seu interesse pela vaga do qual está classificado, não importando a sua colocação na classificação. É selecionado o candidato que tiver a maior nota no ENEM, caso as vagas sejam inferiores a número de interessados, caso contrário o candidato já garante sua vaga; **Reopção de curso** a candidatos que fizeram o ENEM, mas não estão matriculados em nenhum curso, para estes são ofertadas as vagas nos cursos que não há candidatos classificados ou não houve o preenchimento das vagas; o **“Edital Utilização ENEM”** seleciona candidato para o preenchimento das vagas ociosas. O candidato pode ter feito o ENEM em anos anteriores (2010, 2011, 2012, 2013...); a **“Chamada Especial”**, seleciona candidatos para as vagas ociosas via histórico escolar do ensino médio. Ações como estas citadas anteriormente geram um **aumento de atividades na rotina administrativa** em todos os setores envolvidos na seleção.

Após a implementação do SiSU houve avanços na política de permanência ao instituir os Auxílios (Alimentação e Moradia), destinados aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica. Estes auxílios foram implementados em virtude da exigência da adesão ao PNAEST. O primeiro Edital para a concessão de auxílios foi publicado no dia 09 de agosto de 2013, disponibilizando 2.000 auxílios (1.000 alimentação e 1.000 moradia).

Entende - se por Auxílio Moradia, o aporte financeiro destinado a auxiliar os custos com moradia aos discentes, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, que residam fora do domicílio de seus pais, tutores ou equivalentes, para desenvolver seus estudos e devidamente aprovados em seleção específica, através de Edital publicado pela Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. O Auxílio Moradia está estabelecido em R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais). (UNEMAT, 2013c)

Entende - se por Auxílio Alimentação, o aporte financeiro destinado a auxiliar nas necessidades alimentares de discentes regularmente matriculados em cursos de graduação na UNEMAT, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, devidamente aprovados em seleção específica, através de Edital publicado pela Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. O Auxílio Alimentação está estabelecido em R\$ 180,00 (Cento e oitenta reais). Ambos os auxílios são concedidos aos discentes selecionados pelo período de 12 meses. (UNEMAT, 2013c)

Os discentes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica poderão pleitear os dois tipos de Auxílios dispostos no presente Edital (Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação), desde que não possuam qualquer outra modalidade de Bolsa oferecida pela UNEMAT ou Agências Externas de Fomento. No caso do discente que já possui Bolsa Apoio, Extensão, IC, ou qualquer outra, o mesmo, poderá pleitear apenas um dos auxílios aqui ofertados, seja ele Auxílio Moradia ou Auxílio Alimentação. (UNEMAT, 2013c)

No próximo capítulo abordaremos sobre o perfil dos ingressantes. Serão analisados os perfis dos ingressantes, via SiSU (2013/1, 2014/1 e 2015/1) e via vestibular (2013/2, 2014/2 e 2015/2) com intuito de verificar o perfil do ingressante na UNEMAT pelo vestibular e SiSU, a fim de perceber as mudanças e implicações do SiSU na UNEMAT e verificar ainda, se com a adesão ao SiSU, o ingresso continua democratizado.

CAPÍTULO IV

PERFIL DOS INGRESSANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES

Neste capítulo, analisaremos os perfis dos ingressantes pelo SiSU e pelo Vestibular nos cursos de graduação presencial do Campus Universitário de Cáceres - UNEMAT no período de 2013 a 2015.

4.1 Procedimentos Metodológicos

Neste subitem vamos conhecer a população da pesquisa, a estrutura dos questionários (ENEM e vestibular), suas variáveis e as formas de preenchimento das vagas nos cursos de graduação presencial do campus de Cáceres – UNEMAT. Vamos identificar as variáveis do questionário do ENEM, onde as notas do mesmo, são utilizadas para ingresso nos cursos superiores através do Sistema de Seleção Unificado – SiSU (proposto pelo governo federal) e identificar as variáveis do questionário do Vestibular (proposto pela própria instituição). Nesta pesquisa foram analisados os dados socioeconômico de 2.859 ingressantes (1.414 do ENEM e 1.445 do Vestibular) de 13 cursos de graduação (Agronomia, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Educação Física, Enfermagem, Geografia, História, Letras, Matemática, Medicina e Pedagogia) nos anos de 2013, 2014 e 2015, com finalidade de verificar se houve mudança no perfil dos ingressantes nos cursos de graduação ofertados pela UNEMAT, após aderir ao Sistema de Seleção Unificado – SiSU.

As variáveis da base de dados do ENEM, disponibilizadas pelo INEP, através de microdados, são divididos por categorias: **Dados de inscrição, da escola, do candidato, das necessidades especiais, da certificação do ensino médio, da aplicação da prova, da prova objetiva, da redação e do questionário socioeconômico**, totalizando em 145 variáveis, a maioria pertence ao questionário socioeconômico (76 variáveis). Nesta pesquisa foram selecionados para análise os **dados do candidato** e do **questionário socioeconômico** do ENEM. Já o questionário socioeconômico e educacional da UNEMAT é composto por 37 questões e não possui nenhuma divisão.

Ao relacionar as variáveis do questionário do ENEM e do vestibular/UNEMAT, foi possível encontrar 14 variáveis comuns e com grau de significância⁵⁸ para análise. Como o SiSU é uma forma de seleção nacional, é imprescindível sabermos a origem geográfica dos ingressantes na UNEMAT, assim, encontramos na base de dados do ENEM, a variável “UF da Residência”. No questionário do vestibular não há variáveis significantes para fazer este pareamento. No entanto, encontramos no SISUGESTÃO a variável “UF da cidade de residência”, com grau de significância, possibilitando a realização da análise.

No quadro nº 12, estão as variáveis/questions que foram analisadas, dos respectivos questionários, com o pareamento para facilitar a visualização dos leitores.

Quadro 12: Questões analisadas dos questionários do ENEM/SiSU e Vestibular/UNEMAT no período de 2013 a 2015

ITEN	QUESTIONÁRIO ENEM	QUESTIONÁRIO VESTIBULAR
DADOS PESSOAIS		
01	Sexo	Qual seu Sexo?
	Masculino Feminino	Masculino Feminino
02	Idade	Qual sua idade?
	Em aberto	Até 18 anos de 19 a 21 anos de 22 a 24 anos de 25 a 27 anos de 28 a 30 anos mais de 30 anos
03	Cor/raça	Como você se considera?
	Não declarado Branca Preta Parda Amarela Indígena	Branco (a) Pardo (a), Mulato (a) Negro (a) Amarelo (a) Indígena
04	Estado Civil	Qual seu Estado Civil?
	Solteiro(a) Casado(a)/Mora com um(a) companheiro(a) Divorciado(a)/Desquitado(a)/separado Viúvo(a)	Solteiro Casado Separado Viúvo
DADOS ESCOLAR		
05	Em que tipo de escola você cursou o Ensino Fundamental?	Como fez seus estudos do Ensino Fundamental?
	Somente em escola pública Maior parte em escola pública Somente em escola particular Maior parte em escola particular Somente em escola indígena Maior parte em escola indígena Somente em escola situada em comunidade quilombola	Todos em escola pública Todos em escola particular Maior parte em escola pública Maior parte em escola particular
<i>Continua...</i>		

⁵⁸ São variáveis com itens semelhantes ou igual que possam ser analisados por comparação.

ITEN	QUESTIONÁRIO ENEM	QUESTIONÁRIO VESTIBULAR
	Maior parte em escola situada em comunidade quilombola	
DADOS ESCOLAR		
06	Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio?	Como fez seus estudos do Ensino Médio?
	Somente em escola pública Maior parte em escola pública Somente em escola particular Maior parte em escola particular Somente em escola indígena Maior parte em escola indígena Somente em escola situada em comunidade quilombola Maior parte em escola situada em comunidade quilombola	Todos em escola pública Todos em escola particular Maior parte em escola pública Maior parte em escola particular
07	Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?	Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?
	Menos de 3 anos 3 anos 4 anos 5 anos 6 anos ou mais Não concluí Não cursei	Menos de três anos Três anos Quatro anos Cinco anos Seis anos Mais de seis anos
08	Tipo de instituição que concluiu ou concluirá o Ensino Médio?	Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio?
	Ensino Regular Ensino de jovens e Adultos Ensino Especial	Regular Supletivo Técnico Profissionalizante
DADOS FAMILIARES E ECONÔMICOS		
09	Até quando sua mãe estudou?	Qual o nível de instrução de sua mãe?
	Não estudou Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio) Ensino Médio (antigo 2º grau) incompleto Ensino Médio (antigo 2º grau) Ensino Superior incompleto Ensino Superior Pós-graduação Não sei	Analfabeto Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo Superior completo Superior incompleto Não sabe informar
10	Até quando seu pai estudou?	Qual o nível de instrução de seu pai?
	Não estudou Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio) Ensino Médio (antigo 2º grau) incompleto Ensino Médio (antigo 2º grau) Ensino Superior incompleto Ensino Superior Pós-graduação Não sei	Analfabeto Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo Superior completo Superior incompleto Não sabe informar
11	Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você)?	Quantas pessoas moram em sua casa?
	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20 ou mais	Duas pessoas Três pessoas Quatro pessoas
<i>Continua...</i>		

ITEN	QUESTIONÁRIO ENEM	QUESTIONÁRIO VESTIBULAR
	DADOS FAMILIARES E ECONÔMICOS	
		Cinco pessoas Mais de cinco pessoas Moro Sozinho (a)
12	A residência é de sua família é?	Qual é o tipo de residência de sua família?
	Própria e quitada Própria e em pagamento (financiada) Alugada Cedida Outra situação (loteamento não regularizado, ocupação etc.)	Própria, quitada Própria, não quitada Alugada Cedida
13	Você exerce ou já exerceu atividade remunerada?	Você exerce atividade remunerada?
	Sim, estou trabalhando Sim, já trabalhei, mas não estou trabalhando Não, nunca trabalhei	Sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais) Sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais) Sim, mas trata-se de trabalho eventual Não
14	Qual é a renda mensal de sua família?	Qual é a renda mensal da sua família?
	Nenhuma renda Até um salário mínimo (até R\$ 678,00) Mais de um até 1,5 (até R\$ 1.017,00) Mais de 1,5 e até 2 (de R\$ 1.017,01 até R\$ 1.356,00) Mais de 2 e até 2,5 (de R\$ 1.356,01 até R\$ 1.695,00) Mais de 2,5 e até 3 (de R\$ 1.695,01 até R\$ 2.034,00) Mais de 3 e até 4 (de R\$ 2.034,01 até R\$ 2.712,00) Mais de 4 e até 5 (de R\$ 2.712,01 até R\$ 3.390,00) Mais de 5 e até 6 (de R\$ 3.390,01 até R\$ 4.068,00) Mais de 6 e até 7 (de R\$ 4.068,01 até R\$ 4.746,00) Mais de 7 e até 8 (de R\$ 4.746,01 até R\$ 5.424,00) Mais de 8 e até 9 (de R\$ 5.424,01 até R\$ 6.102,00) Mais de 9 e até 10 (de R\$ 6.102,01 até R\$ 6.780,00) Mais de 10 e até 12 (de R\$ 6.780,01 até R\$ 8.136,00) Mais de 12 e até 15 (de R\$ 8.136,01 até R\$ 10.170,00) Mais de 15 e até 20 (de R\$ 10.170,01 até R\$ 13.560,00) Acima 20 salários mínimos (mais de R\$ 13.560,01)	Nenhuma renda Até 1 salário mínimo Até 2 salários mínimos Até 3 salários mínimos Até 4 salários mínimos Até 5 salários mínimos Entre 5 e 10 salários mínimos Entre 10 e 15 salários mínimos Mais de 15 salários mínimos
	QUESTIONÁRIO ENEM	SISUGESTÃO
15	Sigla da Unidade da Federação da Residência	UF da cidade que reside?
	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PB, PE, PI, PR, SE, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP, TO.	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PB, PE, PI, PR, SE, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP, TO.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

As questões nº 08 e 13, tiveram mudanças na forma de apresentar os resultados, que apresentaremos mais adiante. Para sistematizar os dados, adequamos os dados do ENEM, para o vestibular sem sofrer qualquer interferência nos resultados, ex.: a questão “idade” no ENEM, o candidato pode digitar sua idade no ato da inscrição, enquanto a questão “Qual sua idade?”, no vestibular, o candidato escolhe a faixa etária que o mesmo se encontra, até 18 anos, de 18 a 21 anos, 22 a 24 anos, etc. Logo vamos utilizar “Qual sua idade” e as faixa etárias.

Foi necessário que os questionários socioeconômicos fossem divididos em grupos, em virtude da particularidade das variáveis estudadas. Assim ficou dividido em: **Dados Pessoais**

(cor/raça, estado civil, idade e sexo), **Dados Escolares** (como fez os estudos: ensino fundamental, ensino médio, modalidade de ensino, tempo de conclusão do ensino médio), **Dados Familiares e Econômicos** (instrução do pai, instrução da mãe, tipo de residência, UF da residência, quantidade de pessoas que moram na residência, exerce atividade remunerada e renda mensal familiar), **Correlações** (Cor/Raça x Sexo, Cor/Raça x Renda, Cor/Raça x Escola, Escola x Renda, Escola x Atividade Remunerada e Sexo x Estado Civil). No decorrer da apresentação dos resultados, apresentaremos resultados de pesquisas encontradas no balanço de produção, assim como, referenciais teóricos pesquisados pelo autor, a fim de dialogar e enriquecer o nosso trabalho.

Antes de aprofundarmos nos dados dos questionários, buscamos identificar como se dá o processo de preenchimento das vagas dos cursos de graduação ofertado pela UNEMAT com base nos editais de seleção publicados no período 2013 a 2015. Nesse período, encontramos vários tipos de editais, assim descritos: editais de seleção unificados; editais de seleção através do SiSU; editais de seleção específicos, voltado para selecionar candidatos para os cursos ofertados no programa parceladas e indígena; editais específicos para ingresso na carreira militar (corpo de bombeiro e polícia militar); editais específico por agendamento, para selecionar candidatos para os cursos ofertados na modalidade turma fora de sede; e editais para selecionar candidatos para os cursos de graduação à distância pela Universidade Aberta do Brasil.

Dentre os editais citados, analisamos os editais de seleção regular, ou seja, o SiSU e Vestibular que tem uma periodicidade, enquanto os demais não seguem esta regra. Em todos os editais com exceção do indígena, foram identificados políticas afirmativas com reserva de vagas. A tabela abaixo mostra a distribuição das vagas por vias de ingresso, estabelecidos nos editais de seleção.

Tabela 11: Distribuição dos percentuais das vias de ingresso do Vestibular e SiSU no período de 2013 a 2015

VIAS	SISU			VESTIBULAR		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Ampla Concorrência	25%	40%	40%	75%	40%	40%
Escola Pública	50%	35%	35%	0%	35%	35%
PIIER	25%	25%	25%	25%	25%	25%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos Editais de seleção de ingresso da UNEMAT.

Podemos verificar na tabela anterior, que em 2013 a UNEMAT ainda não tinha adotado a política de reserva de vagas para candidatos oriundos das escolas públicas. Em 2014, houve a padronização dos percentuais das vias⁵⁹ de ingresso, 40% das vagas reservadas para Ampla Concorrência - AC, 35% para egressos das Escolas Públicas - EP e 25% para os auto declarantes negros - PIIER. É importante esclarecer que esta pesquisa está pautada nos ingressantes dos cursos de graduação e não na quantidade de vagas oferecidas nestes cursos.

As vagas destinadas ao PIIER, têm mais facilidade para preenchimentos, pois em alguns cursos como ciências biológicas, direito, educação física, geografia, medicina e pedagogia, são preenchidas em sua totalidade independente da forma de ingresso (SiSU ou Vestibular). Em relação as vagas de ampla concorrência, são poucos os cursos que atingem o número de matrículas esperadas⁶⁰. Os cursos que alcançam as matrículas esperadas, variam entre os anos e formas de ingresso. As vagas destinadas aos egressos das escolas públicas e as vagas do PIIER, encontramos quantidades de matrículas superiores aos estabelecidos nos editais de seleção, principalmente nos cursos de agronomia, direito e medicina. Segundo a Supervisão de Apoio Acadêmico – SAA, estas situações acontecem por dois principais motivos: primeiro em virtude que alguns candidatos concluem o ensino médio – EM em instituições particulares e não prova que foi na condição de bolsista, logo, são impedidos de efetivarem suas matrículas, convocando os próximos na classificação. Porém os mesmos entram com liminares⁶¹ judiciais garantindo as vagas, ultrapassado assim, a quantidade estabelecida no edital; segundo, em virtude dos ingressantes que não terminaram o EM pela greve dos profissionais da educação básica dos institutos federais, conseguindo ingressar também sob liminar. Estas situações são exclusivas pelo SiSU.

No processo de Seleção pelo SiSU, as vagas via ampla concorrência, são as menos preenchidas em todos os anos, como mostra o gráfico 08 a seguir. Em 2013 foi reservada para AC 25% das vagas e preenchidas 21,5%, nos anos posteriores, as reservas de vagas para ampla concorrência passaram para 40% e preenchidas 25,9% e 29,6% respectivamente. Já o percentual das vagas destinadas aos concluintes das escolas públicas excedeu em 10,3%. As matrículas via PIIER, ficaram na média de 28,3% entre 2013/1 a 2015/1.

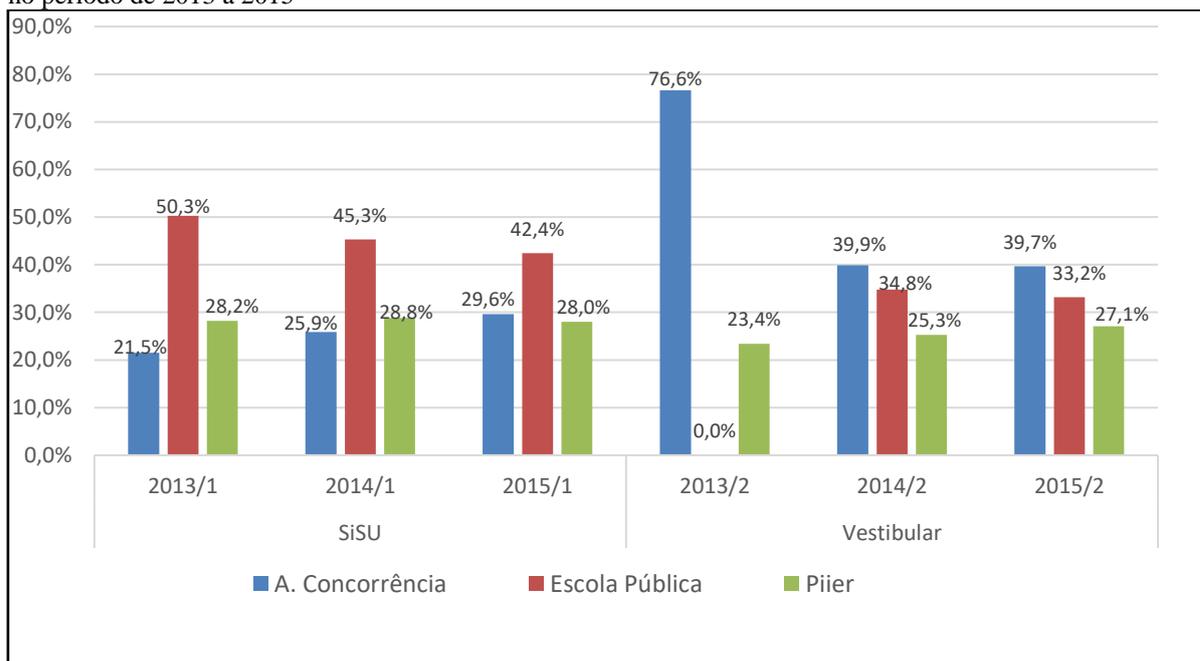
⁵⁹ Estamos considerando vias as distribuições de vagas dos cursos de graduação nas seguintes categorias: Ampla Concorrência, Escola Pública e PIIER.

⁶⁰ Cursos com 40 vagas são esperados os seguintes números de matrículas: 16 Ampla Concorrência, 14 Escola Pública e 10 PIIER. O Curso de Medicina que oferta 30 vagas são esperados os seguintes números de matrículas: 12 Ampla Concorrência, 10 Escola Pública e 8 PIIER.

⁶¹ As liminares judiciais, são encaminhadas para a assessoria jurídica da UNEMAT, para procedimentos cabíveis.

Já no processo de seleção pelo vestibular, as matrículas são mais próximas do esperado. Vejamos que em 2013/2 o vestibular ofertava as vagas por duas vias de ingresso, ampla concorrência e PIIER e alcançava a quantidade de matrículas significantes em relação ao estabelecido no edital de seleção.

Gráfico 08: Distribuição dos percentuais de matrículas dos ingressantes por vias de ingresso e formas de seleção no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

A partir de 2014/2, passou a ofertar mais uma via de ingresso, a escola pública, e continuou alcançando quantidades de matrículas significantes por vias. Após identificarmos as formas de preenchimento das vagas nos cursos de graduação, iniciaremos nossa análise dos questionários socioeconômicos.

4.2 Análise do Perfil dos Ingressantes

Iniciaremos as análises dos dados dos questionários de acordo com a divisão estabelecida anteriormente, **Dados Pessoais, Dados Escolares, Dados Familiares e Econômicos, e Correlações.**

4.2.1 Dados Pessoais

Conhecer o perfil acadêmico dos ingressantes nas IES, pode auxiliar os gestores na implementação de políticas que possam colaborar com o sucesso acadêmico.

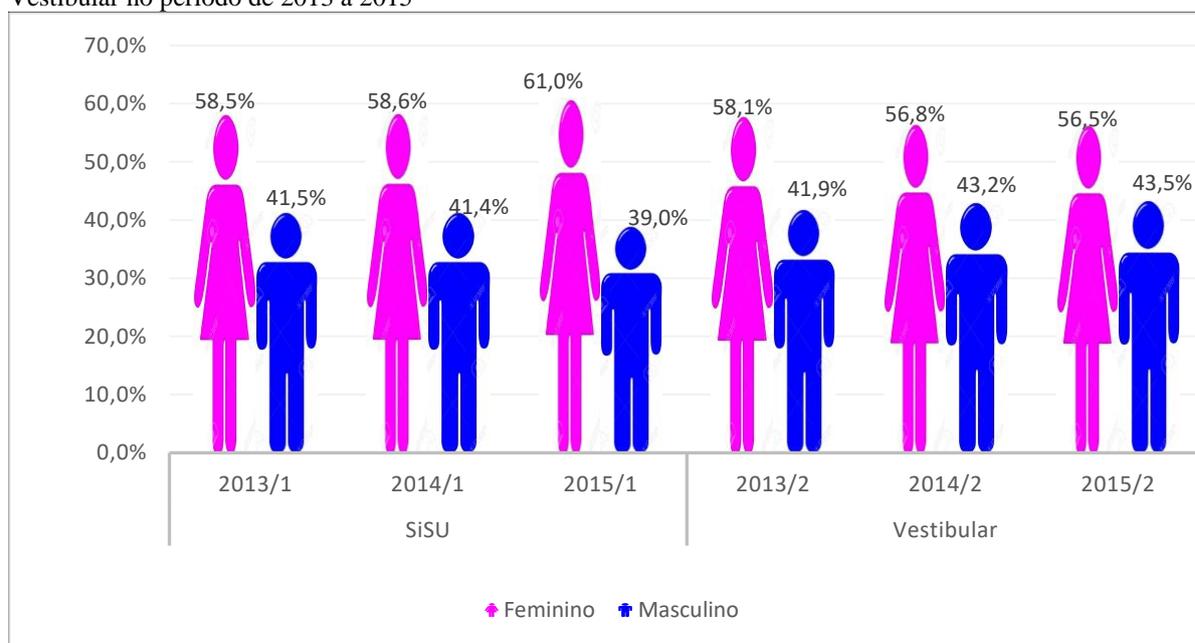
a) Qual seu Sexo?

De acordo com o censo da educação superior 2014, as matrículas nos cursos de graduação presencial no Brasil, são representadas por 55,7%, por estudantes do sexo feminino, enquanto, o sexo masculino representa 44,3%.

Considerando as duas formas de ingresso em estudo no período de 2013 a 2015 podemos destacar o seguinte: Em relação ao Sisu, os cursos de agronomia e matemática representam respectivamente 67,5% e 74,3% dos ingressantes, são do sexo masculino, contrapondo os cursos de pedagogia e letras com representação de 91,7% e 73,6% das ingressantes, do sexo feminino. Em relação ao vestibular, os cursos de agronomia e matemática representam 82,0% e 76,8% dos ingressantes, são do sexo masculino, enquanto pedagogia e letras são representadas por 90,5% e 76,4% do sexo feminino.

Os cursos com predominância masculina no SiSU, são reforçados no vestibular, com acréscimo de 14,5% no curso de agronomia e 2,5% no curso de matemática. No vestibular, as matrículas do sexo feminino no curso de pedagogia deram um recuo de -1,2% e no curso de letras um crescimento de 2,8% nas matrículas. O sexo feminino é predominante.

Gráfico 09: Distribuição de percentual - Qual seu Sexo? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

No SiSU a média das ingressantes do sexo feminino é 59,4% e no vestibular 57,1%, com média geral de 58,2% no período de 2013 a 2015, ultrapassando em 2,5% a média nacional que é de 55,7% dos ingressante do sexo feminino. A média de ingressantes do sexo masculino no SiSU é de 40,6% e no vestibular de 42,9%, com média geral de 41,7%, representando uma taxa negativa em comparação à média nacional de 2,5%.

Ao compararmos a variável “sexo” pelas duas formas de ingresso, podemos afirmar que **não houve** mudança de perfil, sendo que nas duas formas de ingresso, tanto pelo vestibular ou pelo SiSU ingressam mais pessoas do sexo feminino.

b) Qual sua idade?

Na pesquisa realizada por Corbucci (2014), sobre a evolução do acesso de jovens à Educação Superior no Brasil entre 2000 a 2010, afirma que nos últimos anos a quantidade de jovens matriculados nos cursos de graduação com faixa etária entre 18 a 24 anos aumentou.

O acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos mais que dobrou no período 2000-2010. A proporção destes jovens que declararam ter tido acesso a este nível de ensino era de apenas 9,1% no ano inicial deste período, mas ao final atingia 18,7% do total. Por sua vez, a taxa de frequência líquida nesta faixa etária, que abrange apenas os que estavam regularmente matriculados, ampliou-se de 7,4% para 14% no mesmo período. (CORBUCCI, 2014, p. 13)

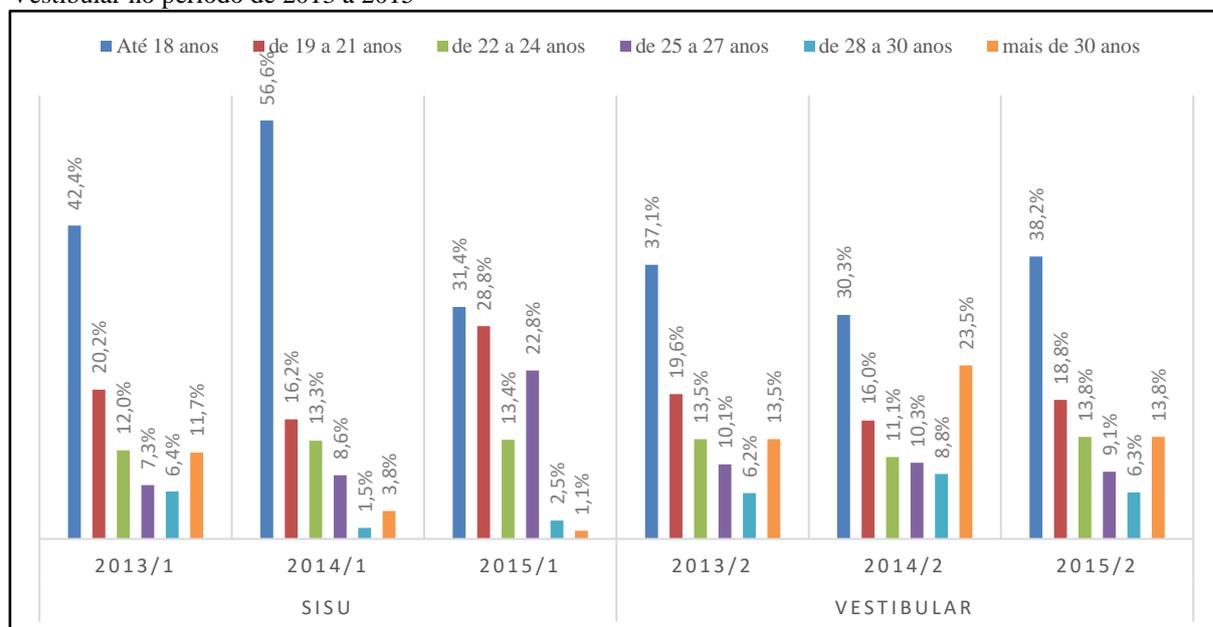
Na região Centro-Oeste, as matrículas destes jovens aumentaram em relação as outras regiões do Brasil. Corbucci (2014, p.14), descreve que “merece destaque o crescimento registrado no Centro-Oeste, que passou a ocupar a segunda posição entre as cinco macrorregiões, tanto em relação à taxa de acesso, quanto em termos da taxa de frequência líquida.

A UNEMAT reforça os dados de Corbucci 2014, ao notarmos em nossa pesquisa que a maioria dos estudantes matriculados nos cursos de graduação do Campus de Cáceres compreendem a faixa etária de 18 a 24 anos.

Verificamos que pelo SiSU, o curso de computação é o curso com estudantes mais jovem, com média de idade de 19 anos e o curso de letras com idade mais elevada, com média de 24 anos. No vestibular não há possibilidade de sabermos a média de idade dos estudantes, pois as opções no questionário são por faixa etárias. Assim o curso de agronomia possui 80% dos ingressos na faixa etária de “até 18 a 21 anos”, tornando o curso com os ingressos mais

jovens, enquanto o curso de educação física 55% dos ingressantes estão na faixa etária de “24 a mais de 30 anos”, tornando os cursos com a idade mais elevada.

Gráfico 10 – Distribuição do percentual “Qual sua Idade?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

No gráfico 10 mostra que o semestre com ingressantes mais jovem, foi o 2014/1 com 86,1% dos estudantes com idade até 24 anos, selecionados pelo SiSU. No vestibular o semestre mais jovem foi em 2015/2 com 70,8% dos estudantes com idade até 24 anos. Outro fato importante que notamos na tabela, é que no processo de seleção via SiSU, os ingressantes são mais jovens em relação ao vestibular. A média no processo de seleção via SiSU é de 78,1% dos ingressantes com idade até 24 anos. Já no vestibular a média é de 66,1% na mesma faixa etária. Logo a média geral dos ingressantes nos cursos de graduação do campus de Cáceres é de 72,1% com idade correspondente até 24 anos. O semestre com idade mais elevada foi constatado em 2014/2 com 42,6% dos estudantes que declararam que possuíam idade acima de 24 anos.

Não é objetivo desta pesquisa buscar o motivo, que pelo SiSU, os ingressantes sejam mais jovens, contudo analisamos a questão “Situação de Conclusão de Ensino Médio”, disponível no questionário do ENEM, identificamos a média 68,7% dos candidatos no ano da realização da prova estavam estudando e que iriam concluir o ensino médio até o final daquele ano, com média de idade de 17,3 anos. Outro fator é que os alunos do último ano do EM matriculados na rede pública de ensino são isentos da taxa de inscrição do ENEM. Outro motivo é que as vagas dos cursos ofertados pelo SiSU na UNEMAT são no primeiro semestre do ano,

o estudante que for aprovado prossegue seus estudos no início do ano letivo, enquanto o vestibular somente no segundo semestre.

De modo geral, **não houve** alteração no perfil dos ingressantes (vestibular e SiSU), quanto a variável “idade”.

c) Cor/Raça

O Censo do IBGE de 2010 mostra que pretos e pardos formam o grupo majoritário da população brasileira, com 50,7%, enquanto que 47,8% se identificam como brancos. Segundo Ristoff (2014, p. 9), “o câmpus brasileiro como um todo, no entanto, ainda está longe de refletir esse perfil populacional. [...]Em termos percentuais, pode-se afirmar que em média o câmpus brasileiro continua 17% mais branco do que a sociedade brasileira”. Em Mato Grosso 60% da população pertence ao grupo de pretos e pardos e 37,5% identificam como brancos segundo IBGE 2010.

Para Corbucci (2014), o perfil da cor do câmpus brasileiro varia de acordo com a região em que residem.

Entretanto, as diferenças entre as taxas de frequência dos três grupos étnicos em tela variam em função da região em que residem, sendo que as maiores disparidades são encontradas nas regiões Sul e Sudeste. De modo contrário, Centro-Oeste e Norte respondem pelas menores diferenças nas taxas de frequência à educação superior. (CORBUCCI, 2014, p.23)

A UNEMAT possui política de ação afirmativa que reserva 25% das vagas nos cursos de graduação para os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, através do Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial – PIIER, seja pelo SiSU ou Vestibular. É necessário esclarecer que as populações parda e preta não ingressam na universidade apenas por esse programa, as outras vias “ampla concorrência” e “escola pública”, não há requisito de cor/raça, portanto temos ingressantes pardos e pretos também nestas vias. No período de 2013 a 2015, 41,6% dos ingressantes pelas vias (ampla concorrência e escola pública), se autodeclararam no questionário socioeconômico pertencer ao grupo populacional de pardos ou pretos.

Pelo SiSU 72,5% dos ingressantes no curso de geografia, declararam que são pardos ou pretos, vestibular foi o curso de história com 64%, que declararam fazer parte desta mesma população. Logo os cursos predominantes da população parda e preta são geografia com média de 68% e história com média de 66%. Nas duas formas de ingresso pelo SiSU ou Vestibular o curso de direito é constituído em sua maioria por pessoas que se declararam pertencer a

população branca, com taxas de 71% e 64% respectivamente. Os cursos com predominância branca são: direito com média de 67,5%, enfermagem e medicina com médias de 65% e 64% respectivamente.

Verificamos ainda, que a maior parte da população branca nos cursos de graduação da UNEMAT, campus de Cáceres estão matriculados nos cursos com habilitação de bacharelado diurnos, enquanto as populações parda e preta estão matriculadas nos cursos com habilitação de licenciatura noturnos.

Ao analisar a base de dados da DATI/UNEMAT⁶², os percentuais de candidatos inscritos considerados brancos nos cursos de direito, enfermagem e medicina, seguem a lógica dos ingressos, pois o curso de medicina, 72,4% dos candidatos são brancos, direito 69% e enfermagem 67,1%.

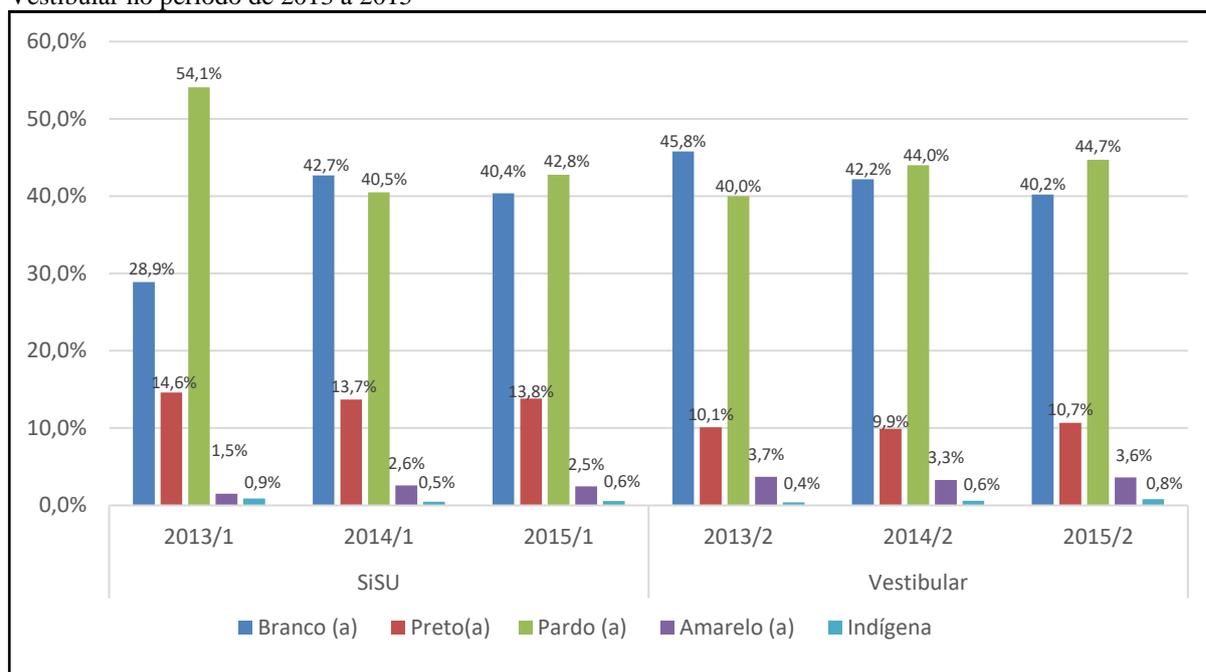
De acordo com Ristoff (2013) os cursos mais brancos na graduação brasileira fazem parte da área da saúde, medicina veterinária, medicina e odontologia com percentuais de brancos superiores a 80%. Esta situação é uma questão social e cultural do nosso país, onde as pessoas que se consideram pardas e pretas buscam os cursos de licenciatura enquanto as brancas almejam os bacharéis.

O curso de direito na UNEMAT é considerado o mais branco, curso este pertencente a área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Os cursos de enfermagem e medicina UNEMAT/Cáceres são considerados o segundo e o terceiro respectivamente mais brancos, cursos estes, pertencentes a área de conhecimento da Saúde. Assim o curso de graduação mais branco na UNEMAT/Cáceres faz parte da área de conhecimento das ciências sociais aplicadas no período em estudo de 2013 a 2015.

O gráfico a seguir, mostra que em 2013/1, foi o semestre com a maior taxa de ingressantes declarados pardos ou pretos com 68,7%. Neste mesmo ano 2013/2, constatamos também, a maior taxa de ingressantes da cor branca com 45,8%. A média dos brancos ingressos pelo SiSU é 37,3% e pelo vestibular é 42,7%, logo a média geral dos ingressantes considerados brancos no período de 2013 a 2015 é de 40%. A média dos pardos e pretos ingressos pelo SiSU é de 59,8% e 53,1% pelo vestibular, com média geral no período de 56,4%. Assim podemos verificar que ambos os processos de seleção, a maioria dos ingressantes são pardos ou negro, porém no vestibular a taxa de ingressos dos brancos é superior a do SiSU, em 5,4%.

⁶² Diretoria Administrativa de Tecnologia da Informação, setor que faz parte da Pró Reitoria de Planejamento e Tecnologia da Informação da UNEMAT. Possui todos os dados referente aos inscritos nos processos de seleção pelo vestibular e possui acesso a base de dados do SISUGESTÃO, sistema que gerencia as inscrições pelo SiSU. A DATI/UNEMAT disponibilizou ambas bases de dados para o pesquisador na extensão *Comma Separated Values* "CSV".

Gráfico 11: Distribuição do percentual “Cor/Raça” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Os resultados encontrados do perfil dos ingressantes do campus de Cáceres/UNEMAT, localizado na região Centro Oeste do Brasil, estão de acordo com a pesquisa realizada por Corbucci 2014, ao afirmar que esta região possui umas das menores diferenças em relação a cor da população acadêmica *versus* população regional.

Segundo o IBGE 2015, a taxa populacional dos declarados brancos em Mato Grosso é de 34,5% e a taxa de ingresso desta população no campus Cáceres/UNEMAT é de 40,0%. Logo temos 5,5% a mais da representação branca no campus. O grupo majoritário (pardos e pretos) em Mato Grosso com representação de 64,8%. Já em relação a taxa de matrícula dos ingressantes deste grupo no campus de Cáceres é de 56,8%, com desfalque de representatividade na educação superior de 8% em relação a taxa da população mato-grossense. Estas taxas ainda são consideradas as menores, ao compararmos com outras regiões do Brasil.

De acordo com a análise dos dados, podemos concluir que **não houve** mudança no perfil em relação a cor/raça, pois tanto no vestibular, quanto no SiSU a maioria dos ingressantes são brancos ou pardos.

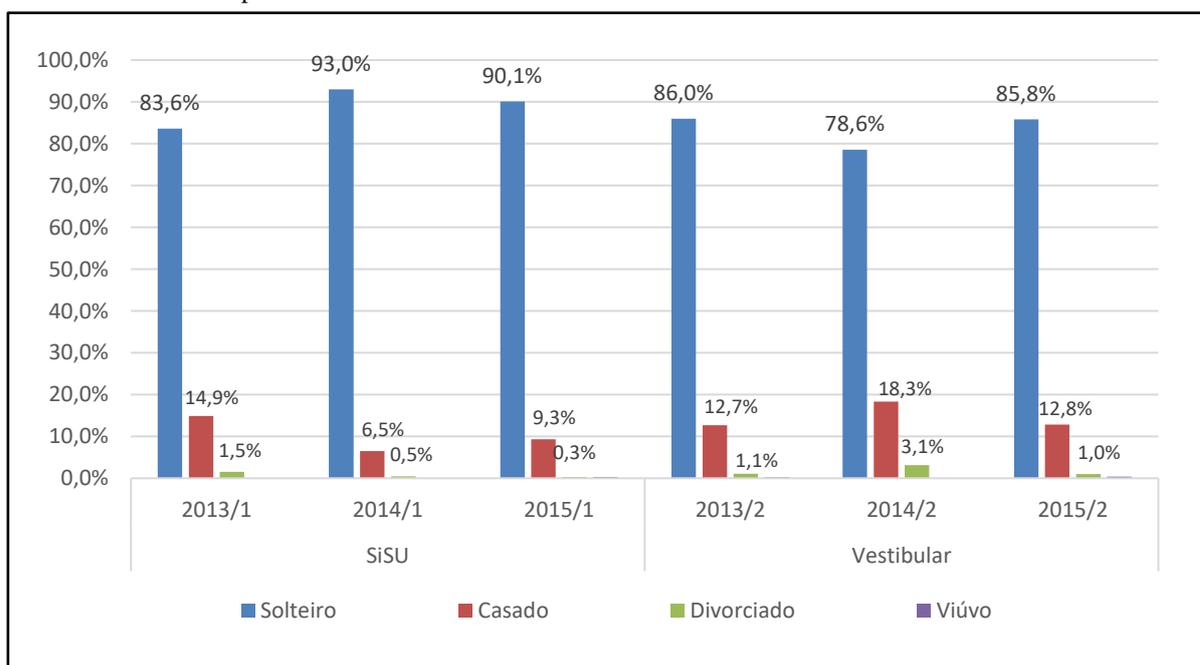
d) Qual seu Estado Civil?

Segundo o PNAD/2014 em Mato Grosso 47,3% da população de 15 anos acima de idade, são casados⁶³, 4,1% são divorciados, desquitados ou separados judicialmente, 3,0% viúvos e 45,6% consideram solteiros.

Ao compararmos a categoria “estado civil” encontramos semelhanças entre os ingressantes quando comparados a habilitação do curso. Assim vamos dividir os ingressantes em dois grupos, os ingressantes nos cursos com habilitação de bacharelados e outro com habilitação de licenciaturas.

Nos cursos bacharéis 91,6% dos ingressantes são solteiros, 8,3% casados e 0,1% divorciados/desquitados. Já nos cursos de licenciaturas a realidade é um pouco diferente com 77,9% solteiros, 17,2% casados e 4,9% divorciados/desquitados.

Gráfico 12: Distribuição do percentual “Qual seu estado civil?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

O gráfico 12, mostra que em 2014/1 foi a maior taxa de solteiros ingressos nos cursos de graduação com 93,0% e 2014/2 a maior taxa de casados com 18,3%. A média de solteiros ingressantes pelos Sisu é de 88,9% e pelo Vestibular 83,5%. A média geral dos ingressantes

⁶³ Soma-se todos as pessoas nas seguintes situações: união consensual, união civil, união religioso, união civil e religioso, com sexo diferentes e do mesmo sexo.

declarados solteiros entre 2013 a 2015 é de 86,2%. A média dos casados pelo SiSU é 10,2% e pelo Vestibular 14,6%, com média geral no período analisado de 12,4%. A média geral dos divorciados, desquitados, separados judicialmente e viúvos, é de 1,3%.

Após análise, podemos afirmar que em relação a variável “Estado Civil”, **não houve** alteração no perfil ao compararmos as duas formas de ingresso, pois ambas ingressam absolutamente pessoas que se consideram solteiras.

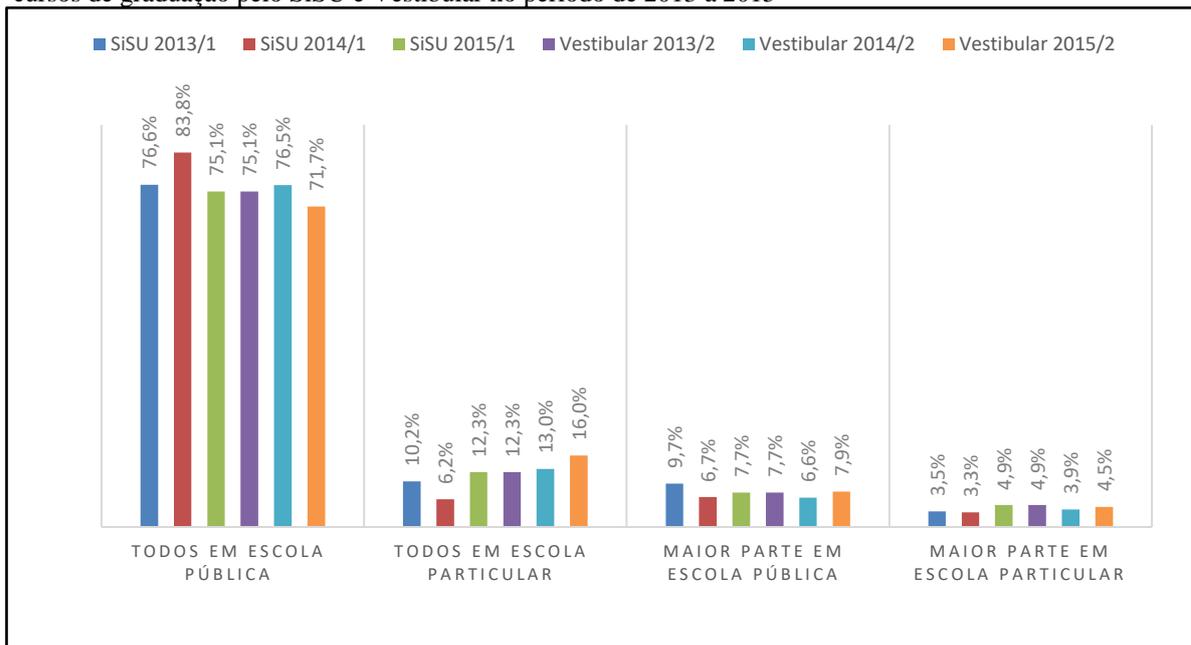
4.2.2 Dados Escolares

Ao conhecer as origens escolar dos nossos acadêmicos é possível verificarmos, se as políticas afirmativas instituídas pela instituição sobre acesso à educação superior, estão alcançando resultados satisfatórios.

a) Como fez seus estudos do Ensino Fundamental?

O gráfico nº 13 mostra a origem dos ingressantes aos cursos de graduação presencial do campus de Cáceres e que 84,1% destes ingressantes afirmaram que cursaram o ensino fundamental exclusivamente em escola pública ou cursaram a maior parte do ensino fundamental na mesma.

Gráfico 13: Distribuição do percentual “Como fez seus estudos do Ensino Fundamental?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Pelo SiSU a média ficou em 86,5% e pelo vestibular em 81,8%. O auge dos ingressantes que cursaram o ensino fundamental exclusivamente em escola pública se deu em 2014/1 pelo SiSU alcançando 83,8%. O auge também foi registrado para os ingressantes que cursaram o ensino fundamental exclusivamente em escola particular alcançando em 2015/2 o percentual de 16,0%. Em relação aos mesmos cursos de graduação 15,9% dos ingressantes afirmaram que cursaram o ensino fundamental exclusivamente em escola particular ou cursaram a maior parte do ensino fundamental em escola particular. A média de ingressantes que cursaram em escola particular pelo SiSU ficou em 13,5% e pelo vestibular em 18,2%.

Em relação aos cursos 69,7% dos ingressantes que cursaram o ensino fundamental exclusivamente em escola pública ou cursaram a maior parte do ensino fundamental em escola pública, optaram por cursos de licenciaturas e 78,5% que cursaram o ensino fundamental, todos em escola particular ou maior parte na mesma, optaram por bacharelados.

De acordo com os dados analisados, **não houve** mudança no perfil ao comparar as duas formas de ingresso em relação a conclusão do ensino fundamental.

b) Como fez seus estudos do Ensino Médio?

Na pesquisa realizada por Ristoff (2014), analisou o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação e concluiu que:

[...] a grande maioria dos estudantes dos cursos de alta demanda tem origem no ensino médio privado. Dito de outra forma, 89% dos estudantes de Medicina e 75% dos estudantes de Odontologia dizem ter cursado integralmente o ensino médio privado – setor que representa apenas 13% das matrículas do ensino médio como um todo. Por outro lado, percebe-se que são altos os percentuais de estudantes originários da escola pública em História e em Pedagogia, podendo-se dizer o mesmo de todas as licenciaturas e cursos de baixa relação candidato/vaga. (RISTOFF, 2014, 738 – 739)

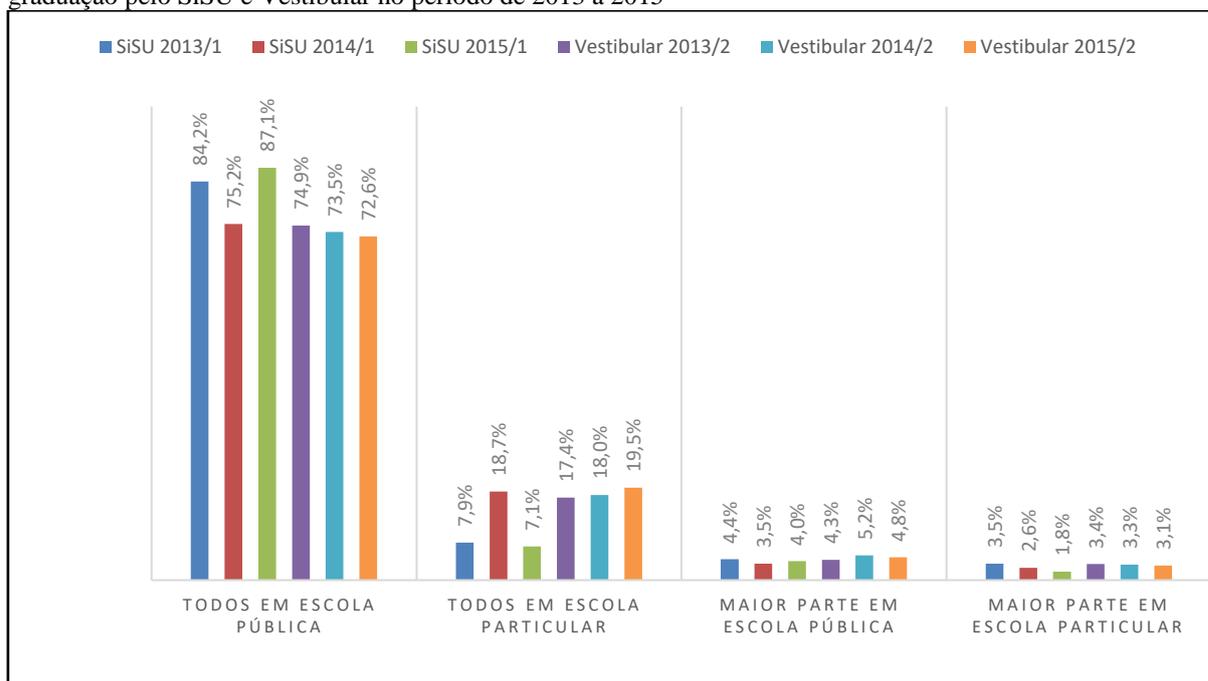
Ristoff (2014, p. 739) salienta “a importância da Lei das Cotas para a geração de oportunidades a estudantes das escolas públicas em cursos de alta demanda nas IFES e sugerindo que, talvez, nas instituições privadas, especialmente naquelas que se beneficiam de recursos públicos, através de programas como Prouni, Proies⁶⁴ e Fies, demandas semelhantes possam vir a ser consideradas.

⁶⁴ O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proies-apresentacao> . Acesso em 05/08/2016

Na UNEMAT o curso de graduação com maior quantidade de estudantes oriundos do setor público, através do SiSU, é o curso de pedagogia com média de 97,3% e com a maior quantidade de estudantes oriundos do setor privado é medicina com média de 46,7%. Em relação ao vestibular, o curso com maior quantidade de estudantes de escolas públicas é o curso de pedagogia também, com média 94,4% e o curso de direito com média de 39,2% dos estudantes oriundos das escolas privadas.

O gráfico 14 a seguir, mostra como os ingressantes fizeram os estudos do ensino médio. No período analisado, 77,3% dos ingressantes declararam que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola pública ou maior parte em escola pública. Pelo SiSU ingressaram 86,1% e pelo vestibular 78,5%. Notemos ainda, que em 2015/1 através SiSU foram ingressos 87,1% dos acadêmicos oriundos exclusivamente do ensino secundário público. Neste mesmo ano em 2015/2 pelo vestibular os ingressantes oriundos exclusivamente do setor privado, alcançaram 19,5%, o maior índice registrado no período em análise.

Gráfico 14: Distribuição do percentual “Como fez seus estudos do Ensino Médio?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Em relação aos ingressantes oriundos das escolas privadas, 14,7% afirmaram que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola privada ou maior parte na mesma. Através dos SiSU ingressaram 11,2% e através do vestibular 18,3%. Podemos identificar no gráfico

que, pelo vestibular a entrada é maior dos estudantes que afirmaram serem oriundos exclusivamente das escolas privadas ou estudaram a maior parte nestas instituições.

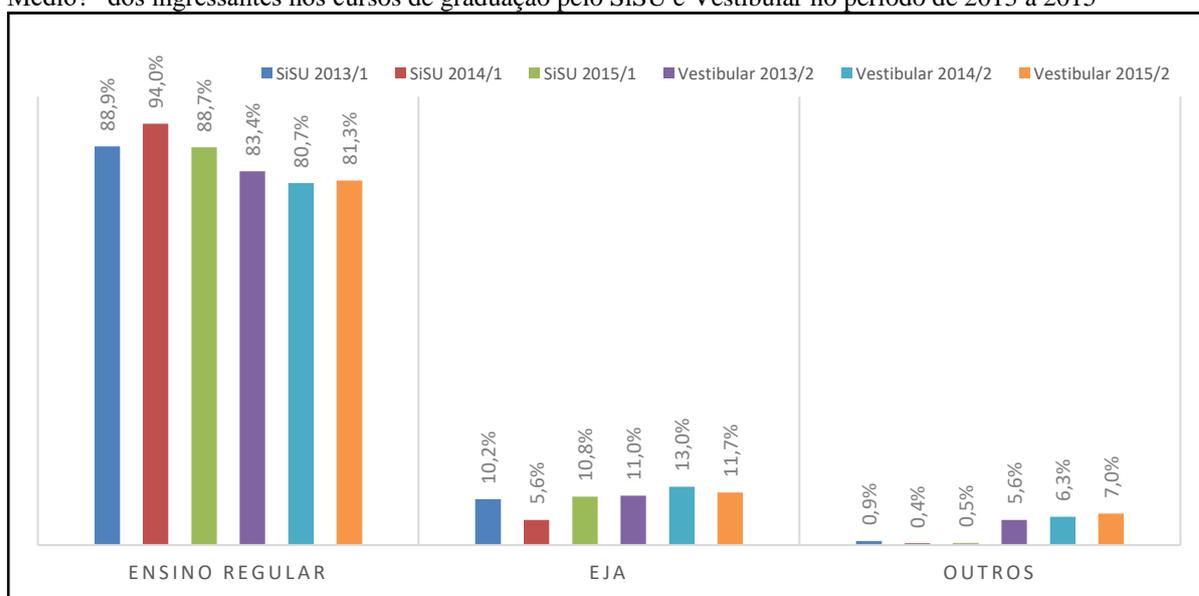
O número de ingressantes oriundos do setor privado é considerado baixo na UNEMAT, ao relacionarmos no âmbito nacional. A baixa quantidade de ingressantes oriundos das escolas privadas é em virtude das ações afirmativas de ingresso instituídas pela UNEMAT, já abordadas anteriormente no capítulo III.

De acordo com os dados analisados, podemos afirmar que o perfil dos ingressantes **não mudou** em relação a origem do ensino médio entre as duas formas de ingresso analisadas.

c) Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio?

O gráfico nº 15 apresenta as modalidades que os estudantes afirmaram no momento da inscrição para concorrer aos cursos de graduação ofertados no campus de Cáceres. Primeiramente vamos esclarecer o que é a modalidade “ensino regular” e “outros”. O ensino regular nesta pesquisa refere-se aos cursos de ensino médio com duração de 3 anos. Os “outros” referem-se a conclusão do ensino médio nas seguintes situações: provão em massa, certificação do ensino médio pelo ENEM, cursos técnicos e cursos de ensino médio integrado⁶⁵.

Gráfico 15: Distribuição do percentual “Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

⁶⁵ Os cursos de ensino médio integrado são cursos que tem duração em média de 4 anos, em virtude de possuir currículo do ensino médio propedêutico e ensino médio profissionalizante.

A maior parte dos estudantes ingressantes afirmaram que concluíram ou iriam concluir o EM na modalidade regular, representando a média de 86,1% nesta modalidade. O vestibular e o SiSU representam respectivamente 81,8% e 90,5% do EM na modalidade regular.

Os egressos da modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA (Supletivo), ingressam em maior número nos cursos superiores através do vestibular. Notemos no gráfico acima, a média de ingressantes pelo SiSU de 8,9%, enquanto pelo vestibular a média é de 11,9%. Um dos motivos da média da EJA ser um pouco mais elevada, deve-se pelo motivo dos estudantes que concluem o EM em meados dos anos e coincidi com o processo seletivo da UNEMAT (vestibular), com início do semestre letivo no segundo semestre de cada ano.

O curso de agronomia possui a média de 32,1% dos ingressantes oriundos da modalidade “outros” e o curso de computação com 12,5% nesta mesma modalidade. São apenas estes dois cursos que verificamos que possuem estudantes que cursaram o ensino médio técnico profissionalizante ou ensino médio integrado. Uma das possibilidades que possa explicar a quantidade de ingressantes oriundos da modalidade “outros” pelo vestibular, deve-se em virtude que o Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, campus Cáceres, oferta cursos técnicos integrado ao ensino médio, descritos a seguir: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria, Técnico em Aquicultura, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Florestas, Técnico em Rede de Computadores e Técnico em Zootecnia.

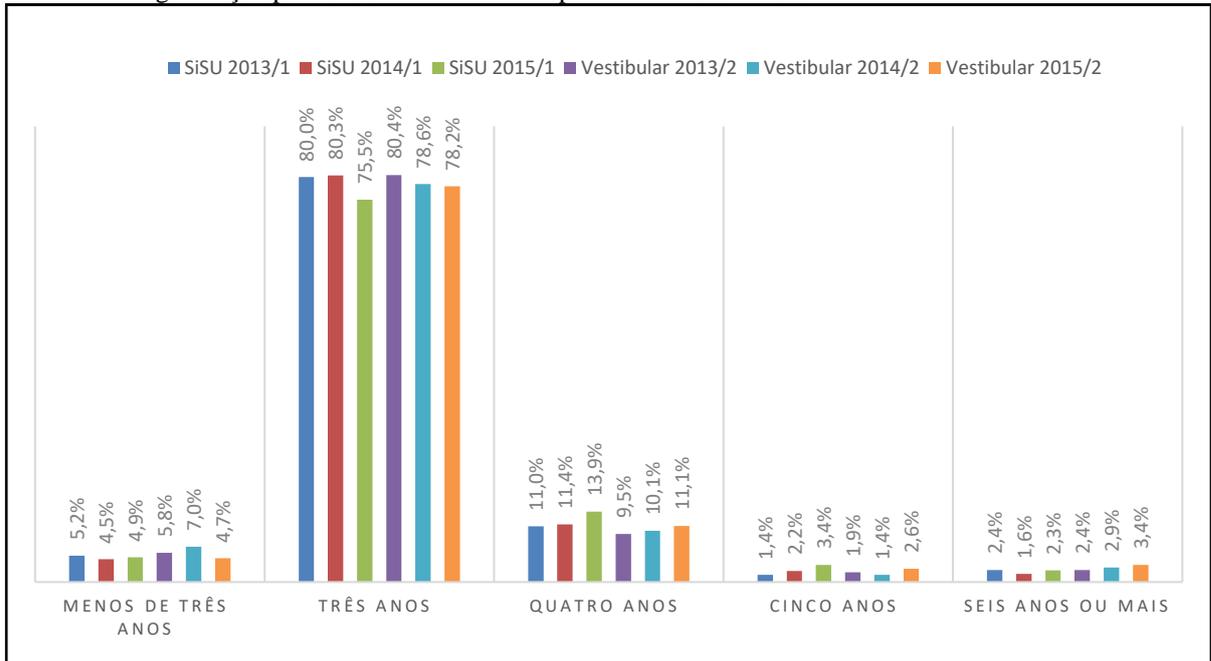
Após analisar a variável “modalidade de ensino”, concluímos que o perfil dos ingressantes **não mudou**, pois, a maioria, tanto pelo vestibular, quanto pelo SiSU, são oriundos do ensino regular, seguido do vestibular e por último pela categoria “outros”.

d) Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?

Segundo o gráfico 16 a seguir, a maioria absoluta dos ingressantes terminaram o ensino médio em 3 anos. Temos nos cursos de graduação ofertados pelo campus de Cáceres 84,1% dos ingressantes que terminaram o ensino médio em menos de três anos a três anos. Os estudantes que levaram de quatro anos a seis anos ou mais para concluir o EM representam 15,9%.

Dentre os cursos de graduação, encontramos o curso de educação física com maior taxa de estudantes que concluíram o ensino médio acima de 3 anos, com média de 13,2% pelo SiSU e 16,8% pelo vestibular.

Gráfico 16: Distribuição do percentual “Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Conforme dados analisados, verificamos que o perfil **não alterou** em relação ao tempo de conclusão dos ingressantes.

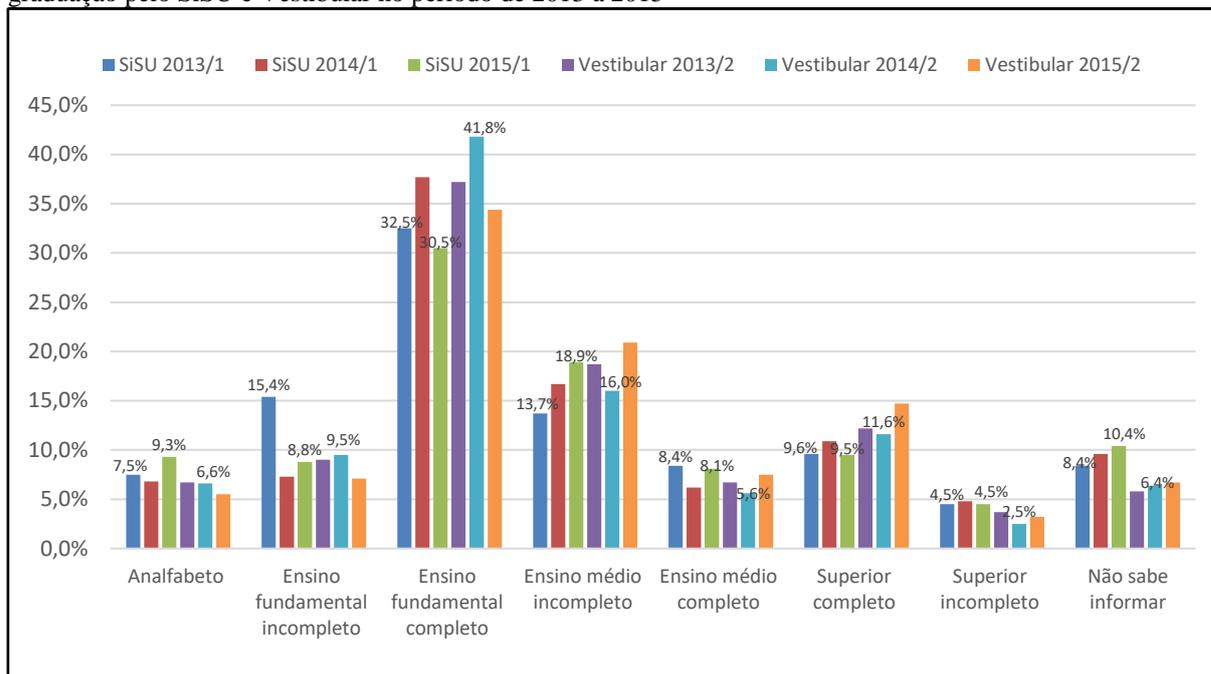
4.2.3 Dados Familiares e Econômicos

Abordaremos nestes tópicos as perguntas referentes aos dados familiares e econômicos dos ingressantes nos cursos de graduação e apresentar trabalhos que possam dialogar com a nossa pesquisa.

a) Qual o nível de instrução de seu pai?

Os dados apontam que há uma certa padronização nas respostas dos estudantes quando se trata da instrução do pai, seja pelo SiSU ou Vestibular como mostra o gráfico a seguir. De acordo com estas respostas temos a maior quantidade de pais com o ensino fundamental completo, representando a média geral de 35,7%. O gráfico mostra ainda que 10% dos pais dos estudantes que ingressaram pelo SiSU possuem nível superior completo e pelo vestibular o percentual é de 12,8%, resultando na média de 11,4% de pais com ensino superior completo.

Gráfico 17: Distribuição do percentual “Qual o nível de instrução de seu pai?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Ristoff (2014), afirma sobre o perfil dos estudantes de graduação do Brasil, que:

Os dados do Questionário Socioeconômico mostram que há uma forte correlação entre renda familiar, origem escolar, cor, trabalho e escolaridade dos pais. Cursos identificados como os mais brancos, com os estudantes mais ricos, que não trabalham e que vêm da escola privada de ensino médio são também os cursos que têm a maioria de estudantes que vêm de famílias cujo pai tem escolaridade superior. [...] Não surpreende, portanto, a partir das dimensões até aqui analisadas, que os estudantes de Medicina sejam em percentuais expressivos filhos de pai com escolaridade superior e que nos cursos de baixa demanda, nas licenciaturas e na Pedagogia os percentuais de filhos de pai com escolaridade superior sejam inferiores aos percentuais da sociedade. Em Pedagogia, o percentual está 6% abaixo do baixo percentual observado na sociedade brasileira. (RISTOFF, 2014, p. 738)

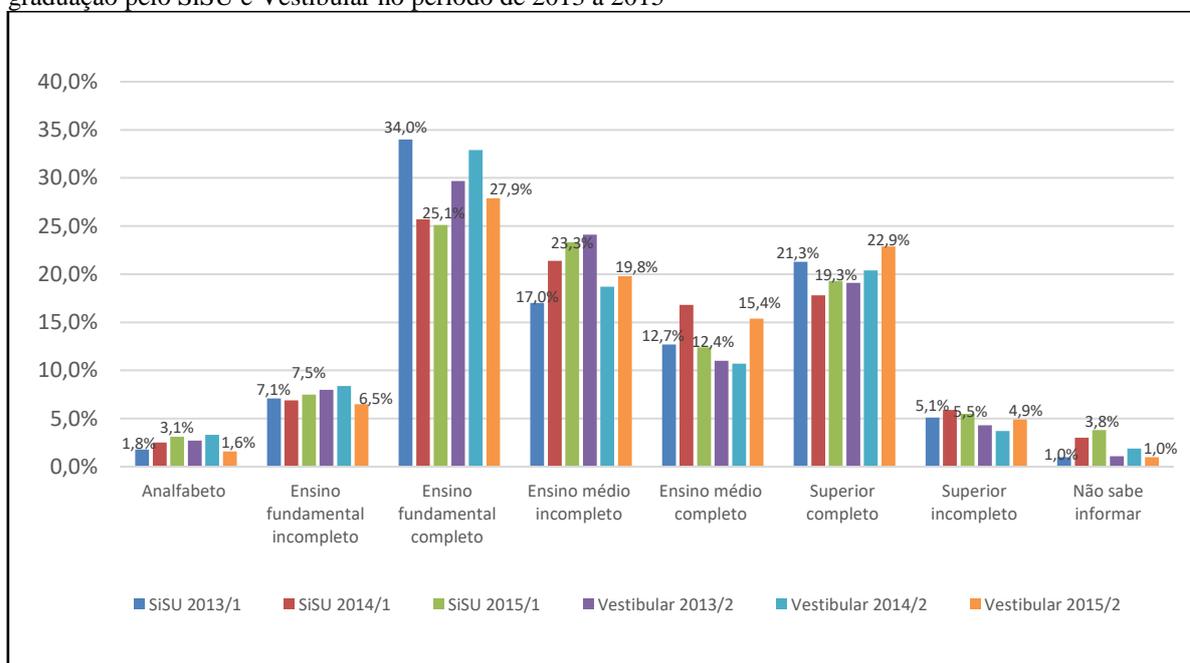
Nos cursos de graduação do campus de Cáceres a realidade não é diferente, pois a média de estudantes cujos pais possuem escolaridade de nível superior é de 7,3% nos cursos de bacharelados e 4,1% nos cursos de licenciatura. Destaca-se entre os bacharelados o curso de medicina com 90,0% dos estudantes com pais com nível superior e entre os cursos de licenciaturas destaca-se o curso de Letras com 24,6%.

Após análise dos dados (vestibular x SiSU), podemos afirmar que o perfil **não mudou** em relação ao nível de instrução dos pais dos ingressantes.

b) Qual o nível de instrução de sua mãe?

De acordo com os dados dos questionários 29,2% dos ingressantes responderam que possuem mães com ensino fundamental completo, sendo destes 28,3% ingressantes pelo SiSU e 30,2% pelo vestibular. O gráfico 18 nos mostra ainda que 20,1% das mães dos ingressantes nos cursos de graduação presencial do campus de Cáceres concluíram o ensino superior 19,5% pelo SiSU e 20,8% pelo vestibular. Verificamos também que, 31,9% das mães estão com ensino médio incompleto ou ensino médio completo.

Gráfico 18: Distribuição do percentual “Qual o nível de instrução de sua mãe?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

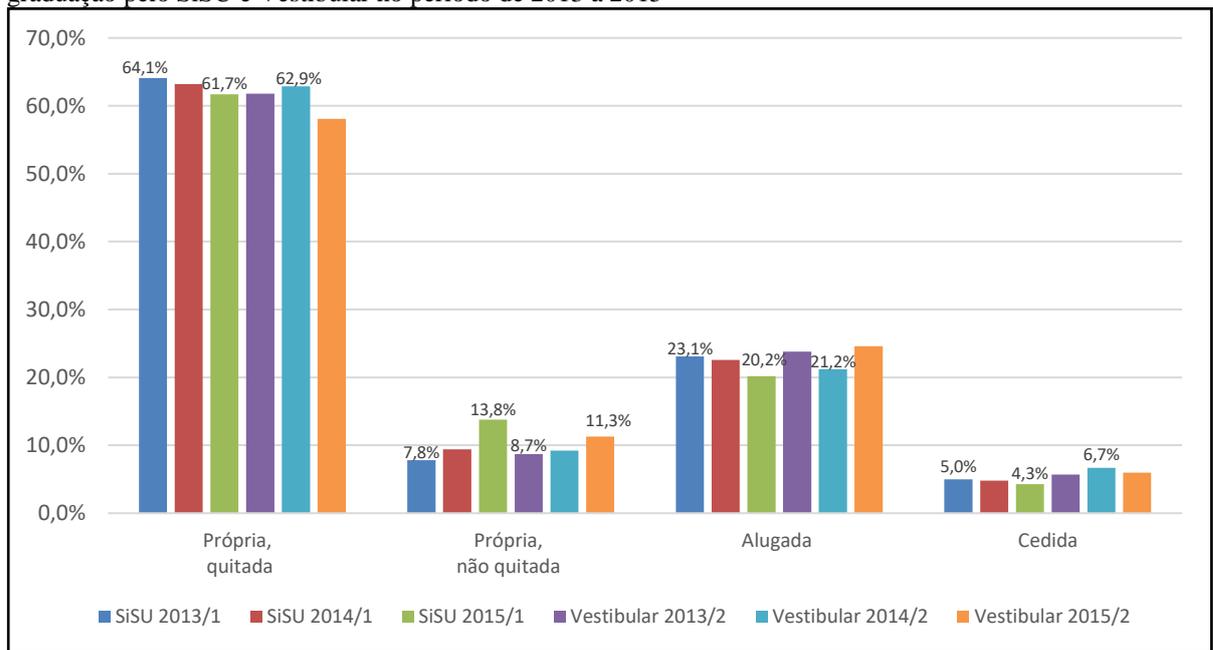
Os cursos com ingressantes com mães que possuem escolaridade até o ensino fundamental completo são: geografia (56,8%), agronomia (57,6%), educação física (61,9%), matemática (63,5%) e pedagogia (67,3%) ou seja, os cursos com mães de ingressantes com menores instruções. Os cursos com ingressantes com mães que possuem o nível superior completo ou cursando são: Letras (39,6%), Medicina (44,2%) e Direito (46,4%).

De acordo com a análise dos dados, podemos afirmar que o perfil **não mudou** em relação ao nível de instrução das mães dos ingressantes.

c) Qual é o tipo de residência de sua família?

De acordo com o próximo gráfico, 62,0% dos ingressantes declararam que as residências de suas famílias são próprias e quitadas. Desses que declararam residências próprias e quitadas, 63,0% ingressaram pelo SiSU e 60,9% pelo Vestibular. O gráfico mostra ainda, que 22,6% dos ingressantes declararam que as residências de suas das famílias são alugadas. Desses que declararam residências alugadas 22,0% ingressaram pelo SiSU e 23,2% pelo vestibular. Em relação as residências próprias e não quitadas das famílias dos ingressantes, tiveram um aumento no período analisado, seja pelo SiSU ou vestibular. Pelo SiSU em 2013/1 os ingressantes que declararam que suas famílias tinham residências próprias e não quitadas foi de 7,8%, e em 2015 o percentual foi para 13,8%. Pelo vestibular as residências próprias e não quitadas das famílias dos ingressantes foi de 8,7% em 2013/1 passando para 11,3% em 2015/2.

Gráfico 19: Distribuição do percentual “Qual é o tipo de residência de sua família? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

De acordo com o IBGE 2015, nos últimos 10 anos no Brasil, houve um acréscimo de 126,2% de financiamento para aquisição de imóveis residenciais, resultado este, condizente com a forte expansão do crédito habitacional, registrado a partir de 2009 e pelas políticas públicas do governo federal como minha casa, minha vida. Segundo o IBGE (2015, p. 102) em 2014 o Brasil tinha as seguintes condições habitacionais: 68,5% residências próprias quitadas, 5,3% próprias não quitadas, 18,5% alugadas e 7,7% cedidas ou em outras condições.

O curso de agronomia se destacou em relação as residências familiares dos ingressantes serem próprias e quitadas 88,7%, enquanto o curso de Medicina 74,1% dos ingressantes declararam que possuem residência familiar própria e não quitada.

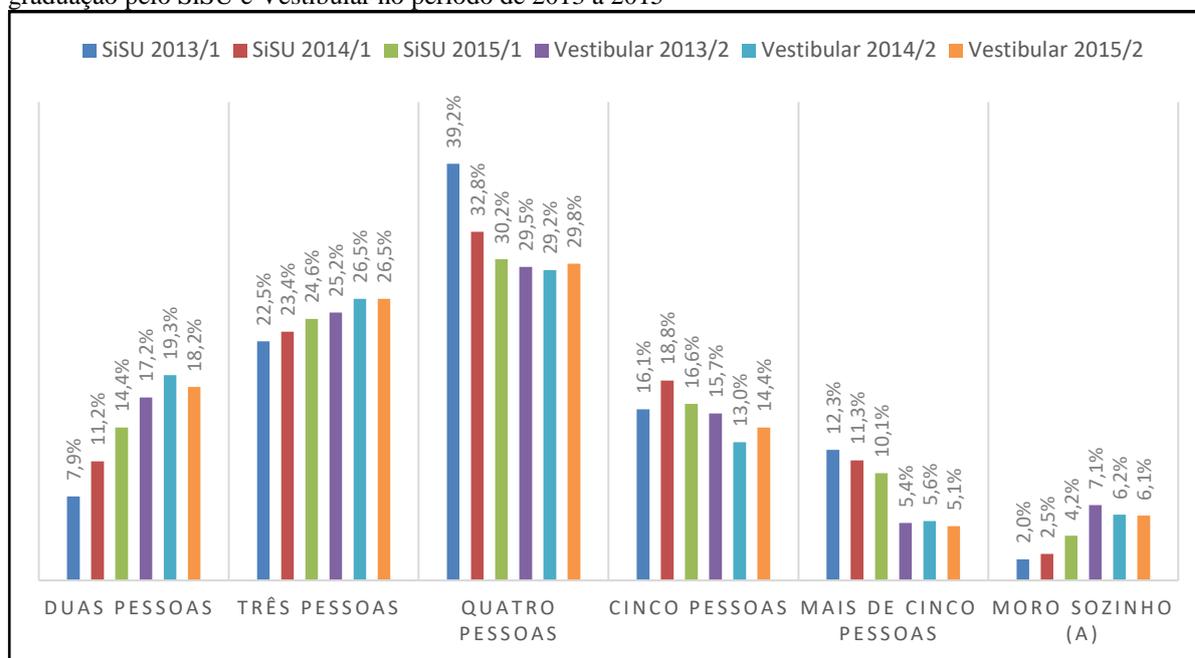
Após comparar a variável “tipo de residência” (vestibular x SiSU), verificamos que **não houve** mudança no perfil dos ingressantes.

d) Quantas pessoas moram em sua casa?

Segundo o IBGE (2015, p. 93) o número médio de pessoas por domicílio no Brasil é de 3,03 e no Centro Oeste a média é de 3,19 pessoas por domicílio. Na UNEMAT, campus de Cáceres, 31,8% dos ingressantes responderam que residem com 4 pessoas, 34,1% ingressos pelo SiSU e 29,5% ingressos pelo vestibular.

No gráfico 20, notemos que, em relação as alternativas “moro sozinho (a)” a “três pessoas”, ingressam mais pelo vestibular e as alternativas “quatro pessoas” a “mais de cinco pessoas” ingressam pelo SiSU.

Gráfico 20: Distribuição do percentual “Quantas pessoas moram em sua casa?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

De acordo com as respostas nos questionários, pelo SiSU, os cursos de computação e geografia possuem a maior média de pessoas por domicílios, representando 4,3 e 4,7 respectivamente e os cursos com a menor média de pessoas por domicílio são: enfermagem

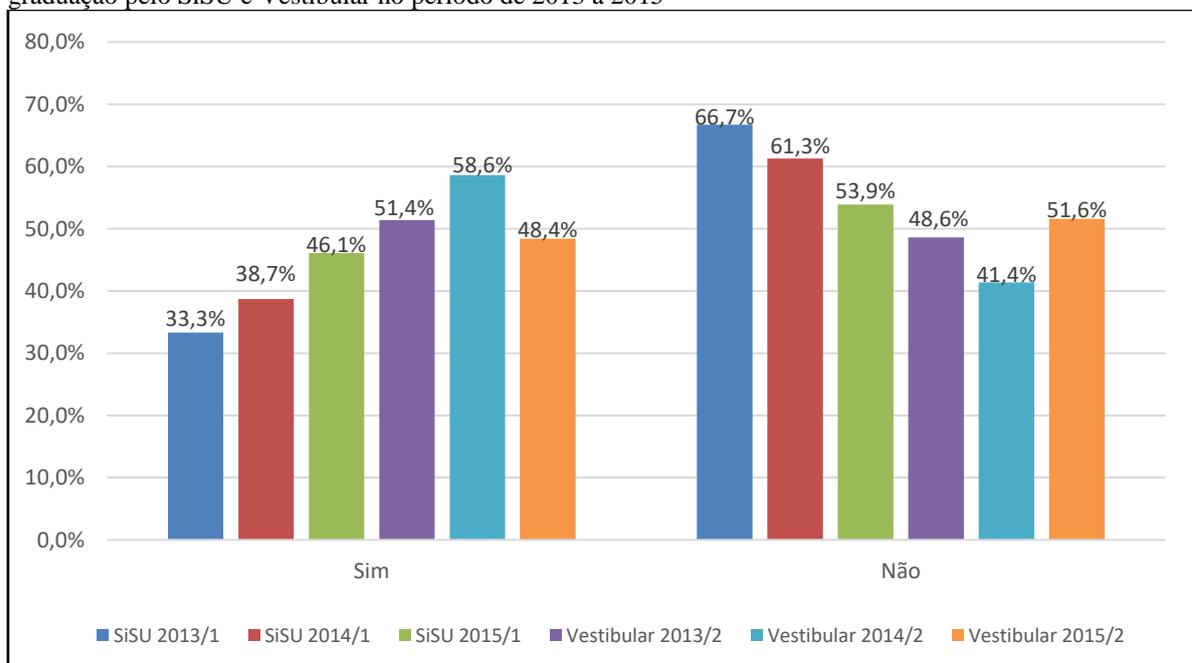
com 3,4 e medicina e ciências contábeis com 3,6⁶⁶. Pelo vestibular, os cursos de matemática e geografia possuem a maior média de pessoas por domicílio 4,4 e 4,6 respectivamente e os cursos com a menor média de pessoas por domicílio são: Medicina com 3,3 e agronomia com 3,5.

De acordo com a análise, **há mudança** no perfil quando comparado a variável “número de pessoas que residem no mesmo domicílio” em relação as formas de ingresso. Os ingressantes pelo **vestibular** são pessoas que em sua maioria, residem com **até três indivíduos**. Na outra forma de ingresso (**SiSU**), os ingressantes residem em sua maioria com números de indivíduos **acima de três pessoas**, isto é, pelo SiSU ingressam famílias com maior número de pessoas.

e) Você exerce atividade remunerada?

Na UNEMAT a média geral dos ingressantes que afirmaram que exercem atividade remunerada é de 46,1% pelas duas formas de ingresso. Pelo SiSU ingressaram a média de 39,4%. Vejamos no gráfico abaixo, que a cada ano o percentual de ingressantes que trabalham aumenta pelo SiSU, pois em 2013/1 o percentual foi de 33,3% e em 2015/1 passou para 46,1%.

Gráfico 21: Distribuição do percentual “Você exerce atividade remunerada?” dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

⁶⁶ Medicina e Ciências Contábeis houve um empate técnico. Medicina com média de 3,59 e Ciências Contábeis com 3,57, ambos arredondamos para 3,6.

A média dos ingressantes que exercem atividade remunerada pelo vestibular foi de 52,8%, com uma pequena variação no intervalo analisado, pois em 2013/2 foi de 51,4% passou para 48,4% em 2015/2. De acordo com os dados apresentados acima, pelo SiSU ingressam menos pessoas que exercem atividade remunerada.

Os cursos com menores percentuais de ingressantes trabalhadores são: medicina com apenas 3,7%, seguidos de enfermagem com 21,3% e agronomia com 23,8%. O curso de direito considerado elitizado no Brasil, o percentual de 52,3% dos ingressantes na UNEMAT, campus de Cáceres afirmaram que exercem atividade remunerada, isto é, mais da metade dos estudantes na época da inscrição trabalhavam. Os cursos com maiores taxas de ingressantes trabalhadores são: pedagogia com 83,0%, seguidos de matemática e geografia com 84,7% e 85,3% respectivamente.

Em relação aos estudantes universitários que exercem atividades remuneradas, Ristoff (2013) salienta,

[...] O curso que tem o menor percentual de estudantes trabalhadores é Medicina (com apenas 8%), seguida de Odontologia (15%) e por Medicina Veterinária e Zootecnia (20%). Trata-se evidentemente de um contraste significativo quando observado no contexto de um sistema educacional que tem como média 56% de estudantes trabalhadores. [...] Enquanto Medicina e Odontologia têm 8% e 15% de estudantes trabalhadores, Pedagogia tem 79%, História 73% e Biblioteconomia 69%. Os cursos com os mais altos percentuais de estudantes trabalhadores (RISTOFF, 2013, p. 17).

Assim, podemos considerar que os cursos de licenciaturas no Brasil ou especificamente na UNEMAT, campus de Cáceres possuem as maiores taxas de estudantes que exercem atividades remuneradas. Enquanto aos cursos de bacharelados as menores taxas de estudantes, em especial, nas áreas de saúde.

Ao comparar a variável “exerce atividade remunerada” (vestibular x SiSU), verificamos que **houve diferença** no perfil. Pelo vestibular ingressaram mais estudantes que declararam que exerciam algum tipo de atividade remunerada, enquanto pelo SiSU ingressaram mais estudantes que na época da inscrição afirmaram que não exerciam atividade remunerada.

f) Qual é a renda mensal da sua família?

Para Corbucci 2014, a renda é apontada como o principal fator para o desempenho acadêmico, e quando se trata do ingresso, a renda pode constituir empecilho na continuidade dos estudos para os estudantes trabalham.

As condições socioeconômicas, em particular a renda, têm sido apontadas como fator de alta correlação com o desempenho educacional dos estudantes. No caso do acesso à educação superior que, via de regra, ocorre com o advento da maioridade, a necessidade de gerar renda e ingressar no mercado de trabalho pode constituir empecilho à continuidade nos estudos (CORBUCCI, 2014, p. 18 e 19).

Ristoff (2013, p. 13), em sua pesquisa, fez relação entre a renda familiar dos estudantes universitários e renda média da população nacional com base no PNAD 2011. “Mais de um terço dos estudantes brasileiros (34%) estão na faixa de renda mensal familiar de até três salários mínimos. Na sociedade brasileira, o grupo de famílias nesta faixa de renda é de 52%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/IBGE de 2011”.

Diante da crise econômica e política no Brasil, a situação registrada em 2011 pela PNAD piorou, pois a taxa de desempregados aumentam a cada trimestre, alcançando em maio de 2016 a taxa de 11,2% de desempregados⁶⁷. Situação que afeta diretamente ao estudante da educação superior, quando se trata de financiamento, custeio, transporte, alimentação, moradia, dentre outros, tanto para o ingresso, quanto para a permanência.

De acordo com o PNAD 2014 a renda média familiar por domicílio da população brasileira foi de 3,1 salários mínimos e 85,4% das famílias recebem mensalmente até 3 salários mínimos. Vejamos que em 2011, o grupo de famílias com rendimento mensal de até 3 salários mínimos era de 52% passando para 85,4% em 2014. Diante do exposto, vamos analisar a categoria “renda mensal familiar” dos ingressantes nos cursos de graduação da UNEMAT, campus de Cáceres.

No gráfico 22 a seguir, podemos verificar que no campus de Cáceres, 68,8% dos ingressantes pertencem ao grupo familiar com rendimentos de até 3 salários mínimos. Conforme os dados dos questionários (ENEM e vestibular), 32,2% dos ingressantes pertencem ao extrato⁶⁸ de renda de até 2 salários mínimos, evidenciado no gráfico, sendo a maior faixa salarial dos ingressantes.

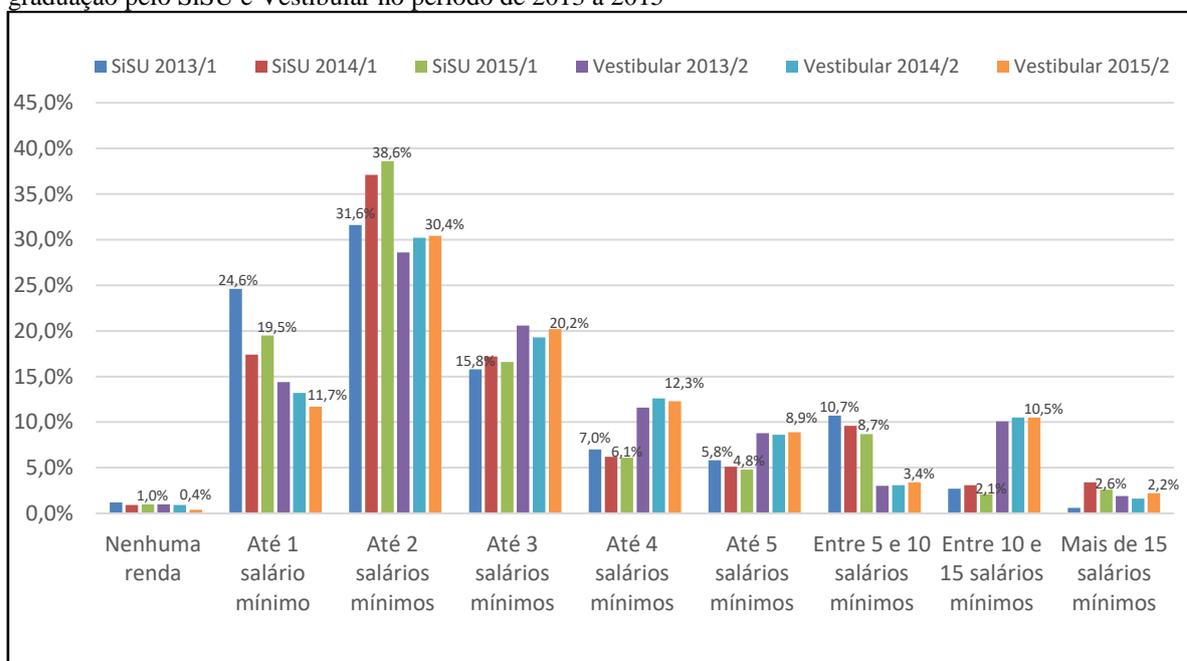
Pelo SisU, notemos que algumas faixas de renda familiar, prevalecem independente do ano que ocorreu a seleção dos ingressantes. As faixas de renda familiar que prevalecem pelo SiSU são: “até 1 salário mínimo”, “até 2 salários mínimos” e “entre 5 a 10 salários mínimos”.

⁶⁷ A taxa de desemprego no Brasil, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, ficou em 11,2% no trimestre encerrado em maio deste ano. Ela é superior aos 10,2% de fevereiro e aos 8,1% do trimestre encerrado em maio de 2015, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Informações em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/calendario.php>

⁶⁸ Extrato na Estatística, significa população heterogênea onde se distinguem sub - populações mais ou menos homogêneas.

As outras faixas de renda família que prevalecem pelo vestibular: ‘até 3 salários mínimos’, ‘até 4 salários mínimos’, ‘até 5 salários mínimos’ e ‘entre 10 a 15 salários mínimos’.

Gráfico 22: Distribuição do percentual “Qual é a renda mensal da sua família? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Os cursos que ingressaram candidatos com renda média familiar até 3 salários mínimos pelo SiSU são: ciências contábeis, computação, enfermagem, geografia, história, matemática, biologia, pedagogia. Os cursos com ingressantes com maior poder aquisitivo pelo SiSU, com renda familiar acima de 5 salários mínimos, destacam-se os cursos de agronomia, direito e medicina. Pela mesma forma de ingresso, os cursos compreendidos entre “até 4 salários mínimos” a “até 5 salários mínimos”, de renda média familiar, estão os cursos de educação física e letras.

Os cursos com ingressantes pelo vestibular, com renda média familiar de até 3 salários mínimos são: computação, geografia, matemática, biologia, pedagogia. Os cursos com ingressantes com renda familiar acima de 5 salários mínimos, destacam-se os cursos de agronomia, direito e medicina. E por fim, os cursos compreendidos entre “até 4 salários mínimos” a “até 5 salários mínimos”, de renda média familiar, estão os cursos de ciências contábeis, educação física, enfermagem, história e letras.

Em relação a renda/cursos no Brasil, Ristoff (2015, p. 733) salienta que “Para que se entenda melhor o que ocorre no campus brasileiro é necessário lembrar que apenas 7% das famílias brasileiras têm renda mensal superior a 10 salários mínimos. É raro, no entanto,

encontrar na graduação brasileira um curso/área em que esta representação seja igual ou inferior à da sociedade”.

Diante da análise dos dados, podemos afirmar que na UNEMAT campus de Cáceres, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) possibilita maior inserção de pessoas de baixa renda. Logo **houve mudança**, se comparado a outra forma de seleção (vestibular).

g) UF da cidade que reside?

A adesão do novo sistema de seleção pelas universidades (SiSU), traz expectativas diferentes ao cenário do ingresso a educação superior brasileira, na medida em que possibilita que o processo seletivo de diversas instituições públicas, de Norte ao Sul do Brasil, se realize de forma unificada. Assim, candidatos dos lugares mais longínquos da nação, passam a ter a oportunidade de concorrer para uma instituição do território nacional sem que, para isso, tenha que se deslocar para o processo seletivo no local desejado. Estas expectativas, atribuídas aos esforços realizados pelo governo federal na tentar de redistribuir as vagas dos cursos superiores através de programas de democratização do acesso à Universidades Brasileiras.

Dentro destas expectativas na UNEMAT campus de Cáceres, apenas 8% dos ingressantes são de fora do Estado de Mato Grosso. No quadro abaixo trazemos a unidade de federação dos ingressantes pelo SiSU e pelo vestibular no período de 2013 a 2015.

Quadro 13: UF da cidade que reside? dos ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015

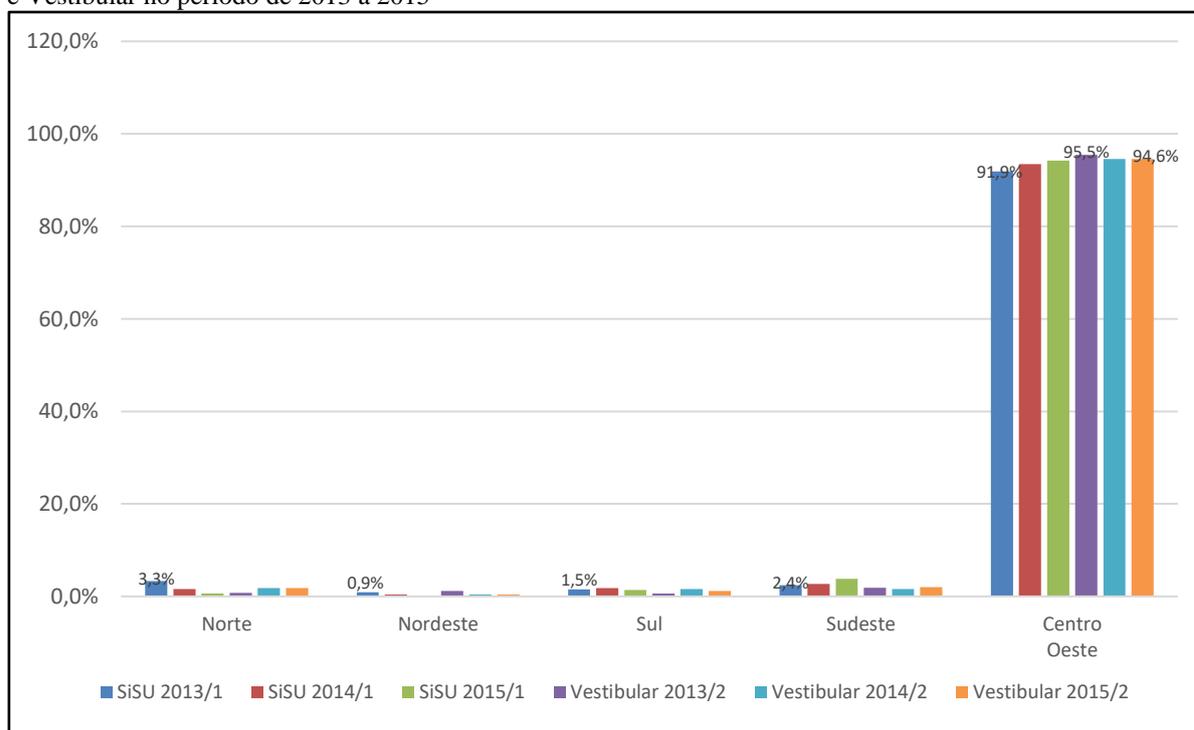
UF	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Acre	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Alagoas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Amapá	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Amazonas	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Bahia	0	0,0	1	0,2	0	0,0	2	0,4	0	0,0	0	0,0
Ceará	3	0,6	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,2
Distrito Federal	4	0,9	3	0,6	5	1,0	3	0,6	1	0,2	1	0,2
Espírito Santos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0
Goiás	4	0,9	6	1,2	7	1,4	3	0,6	5	1,0	7	1,4
Maranhão	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,2
Mato Grosso	394	89,5	440	91,1	446	91,0	436	93,8	453	93,2	456	92,3
Mato Grosso do Sul	3	0,6	2	0,4	3	0,6	1	0,2	0	0,0	3	0,6
Minas Gerais	3	0,6	2	0,4	1	0,2	2	0,4	2	0,4	3	0,6
Pará	1	0,3	1	0,2	0	0,0	2	0,4	2	0,4	3	0,6

Continua...

UF	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Paraná	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0
Paraná	3	0,6	4	0,8	7	1,4	2	0,4	6	1,2	4	0,8
Pernambuco	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0
Piauí	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Rio de Janeiro	3	0,6	3	0,6	6	1,2	2	0,4	1	0,2	1	0,2
Rio Grande do Norte	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Rio Grande do Sul	1	0,3	5	1,0	0	0,0	1	0,2	2	0,4	1	0,2
Rondônia	8	1,8	6	1,2	3	0,6	2	0,4	7	1,4	5	1,0
Roraima	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Santa Catarina	3	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2
São Paulo	5	1,2	8	1,7	12	2,4	4	0,9	5	1,0	6	1,2
Sergipe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Tocantins	3	0,6	1	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Outro País (Exterior)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Gráfico 23: Distribuição do percentual por região que residem os ingressantes nos cursos de graduação pelo SiSU e Vestibular no período de 2013 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

O curso mais procurado pelos ingressantes de fora do Estado de Mato Grosso é o curso de Medicina com média de 92,4% dos ingressos. Destes 89,7% ingressos pelo SiSU e 95,1%

pelo vestibular. O curso com menor ingresso, é de pedagogia com apenas um ingressante do Estado de Rondônia – RO pelo Sisu em 2013/1, e pelo vestibular 100% do Estado de MT.

De modo geral, após comparação e análise dos dados, verificamos que **não houve** alteração no perfil dos ingressantes (vestibular x SiSU) em relação origem da UF.

4.3 Correlações

Neste tópico foram analisadas as correlações das variáveis no sentido de conhecermos as relações entre as duas formas de seleção. Assim realizamos as seguintes correlações: Cor/Raça x Sexo, Cor/Raça x Renda Familiar, Cor/Raça x Escola, Escola x Renda Familiar, Escola x Atividade Remunerada e Sexo x Estado Civil). E finalizamos este capítulo, com um quadro onde é possível verificar as principais especificidades e mudanças no perfil dos ingressantes, após implementação do SiSU.

Para a correlação foi aplicado o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson⁶⁹. Este coeficiente é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas, que varia entre os valores -1 e 1. O valor 0 (zero) significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversa, ou seja, quando uma das variáveis aumenta a outra diminui. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis. O coeficiente de correlação de Pearson é representado pela letra **r** e a sua fórmula de cálculo é:

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

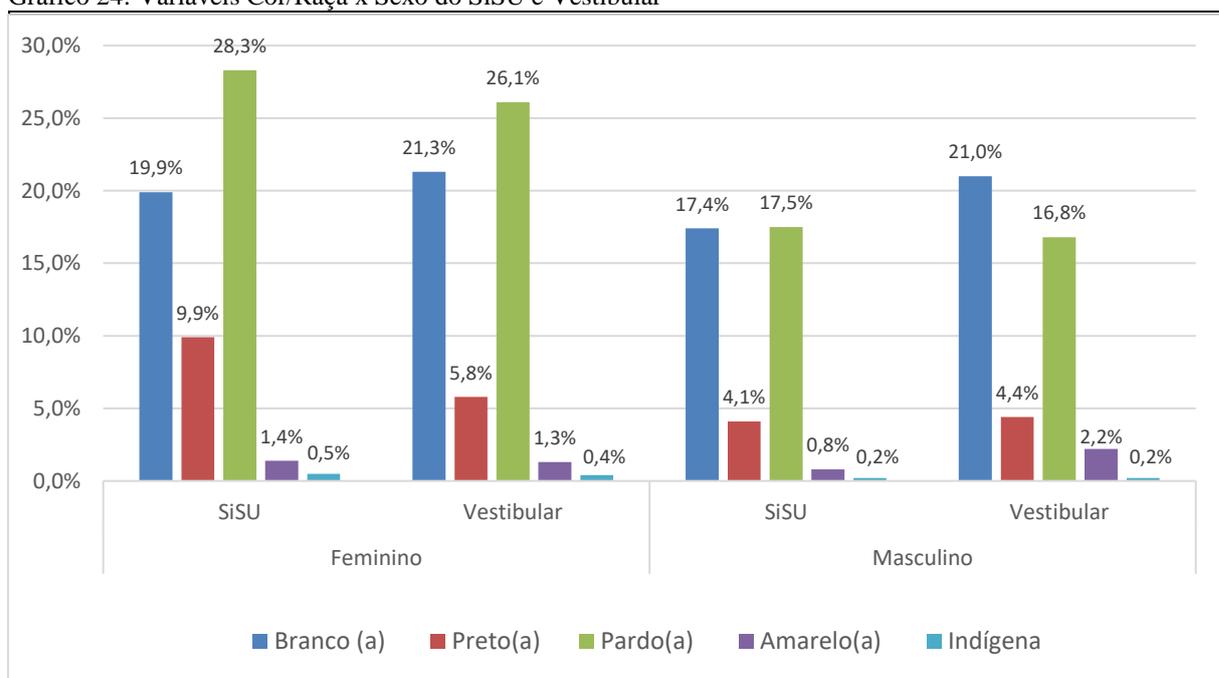
Pela grande quantidade de dados, o coeficiente de relação de Person não vai ser apresentado originalmente onde r varia de -1 a 1. Aplicamos o cálculo das correlações, porém didaticamente, apresentamos os resultados em síntese para melhor visualização dos dados, resultados estes, analisados pelo programa estatístico SPSS.

⁶⁹ É uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. Este coeficiente varia entre os valores -1 e 1.

a) Cor/Raça x Sexo

Na correlação Cor/Raça x Sexo, foi considerado o percentual médio dos ingressantes de cada categoria populacional (branca, preta, parda, amarela e indígena) em relação ao sexo. Para exemplificar tal relação vejamos que: em 2013/1, 2014/1 e 2015/1 ingressaram respectivamente 28,9%, 42,7% e 40,4% de estudantes brancos pelo SiSU, logo a média dos ingressantes brancos é de 37,3%. Após encontrar este percentual, relacionamos com o sexo, para saber, destes 37,3% quantos são do sexo feminino e do sexo masculino. Assim, fizemos com as demais categorias, tanto pelo SiSU, quanto pelo Vestibular. E finalizamos com o pareamento de cada categoria ex.: (branco, masculino, SiSU) x (branco, masculino, Vestibular).

Gráfico 24: Variáveis Cor/Raça x Sexo do SiSU e Vestibular



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados

No gráfico anterior, comparamos as duas formas de seleção. Observamos que pelo SiSU, as estudantes do sexo feminino (pretas e pardas) tem maior percentual de ingresso, com destaque as pessoas consideradas pretas, pois ingressaram pelo SiSU 4,1% a mais em relação ao vestibular. Já no vestibular são os estudantes do sexo masculino branco com percentual maior de ingresso. Logo pelo SiSU ingressaram mais estudantes do sexo feminino de cor preta e parda do que pelo vestibular. Do mesmo modo, o vestibular ingressou mais estudantes do sexo masculino de cor branca do que pelo SiSU.

b) Cor/Raça x Renda Familiar

As discussões (cor/raça x rendimento familiar) nos últimos anos vem ganhando espaço na comunidade acadêmica, especialmente na questão da permanência. De acordo com o PNAD 2014, 85,4% das famílias brasileira recebem mensalmente até 3 salários mínimos. Este cenário piora quando relacionamos com etnia/cor. A pesquisa de Corbucci 2014, levanta a questão de etnia/cor em relação a renda domiciliar dos estudantes universitários brasileiros.

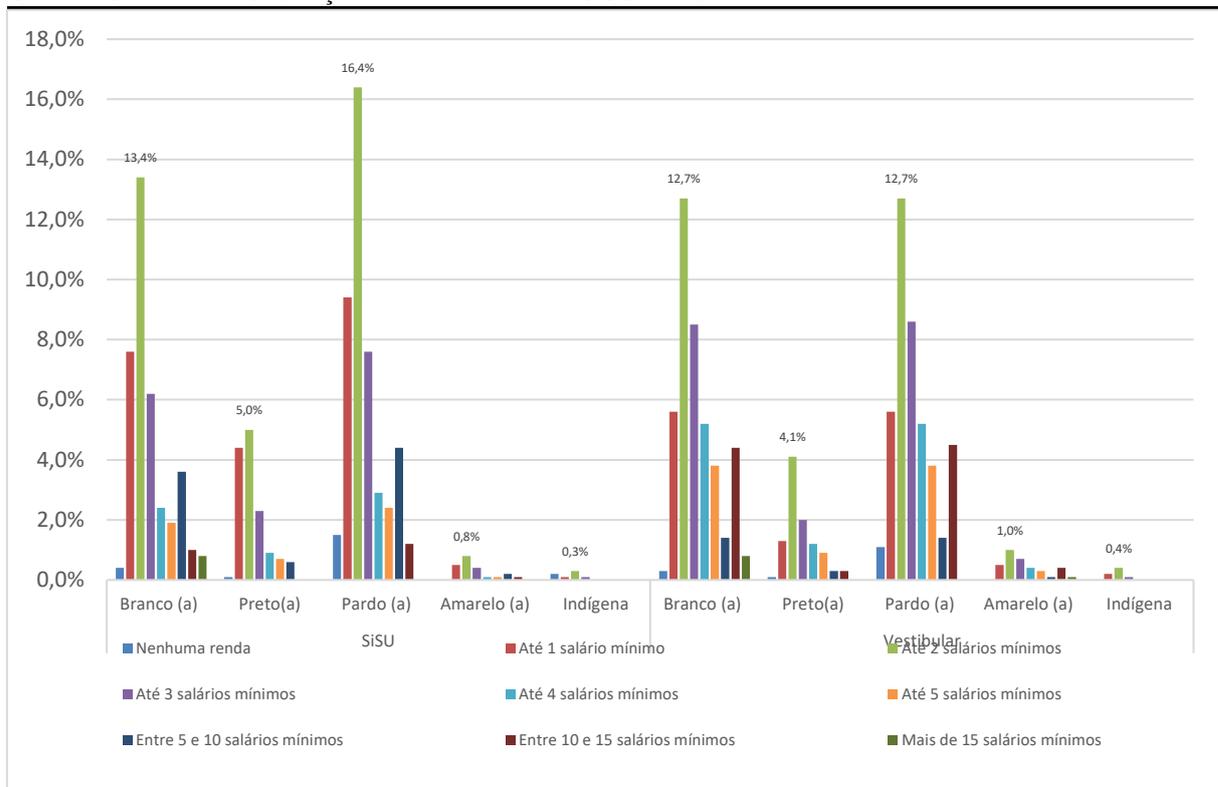
As desigualdades relativas à apropriação da renda também são bastante pronunciadas quando se desagrega a população segundo a variável etnia/cor. A proporção de brancos com renda domiciliar *per capita* de até 1 SM era bastante inferior à de pretos e pardos. Enquanto os primeiros somavam 48%, estes últimos atingiam, respectivamente, 72% e 73% do total. Também eram muito desiguais as proporções de jovens com renda acima de 2 SMs, entre os grupos étnicos selecionados. Entre brancos, a proporção era de cerca de 23%, mas entre pretos/pardos sequer chegava a 8% do total. (CORBUCCI, 2014, p. 24)

Então, fizemos correlações para identificar, quais relações étnico/cor vs rendimento familiar que pertencem os ingressantes na UNEMAT Campus de Cáceres. Assim, após a análise das correlações, identificamos as seguintes ocorrências:

- As famílias dos ingressantes brancos, pretos e pardos pelo Vestibular possuem rendimentos maiores em relação as famílias dos ingressantes pertencentes ao mesmo grupo ingressos pelo SiSU;
- Identificamos que as famílias que possuem renda superior a 15 salários mínimos são brancas;
- Dentre os rendimentos familiares dos ingressantes brancos e pardos pelo SiSU, os pardos possuem maiores rendimentos;
- Os rendimentos familiares dos ingressantes brancos e pardos pelo vestibular são praticamente iguais;
- As menores rendas encontram-se nas famílias dos ingressantes indígenas e pretas.

O gráfico 25 mostra ainda, que o maior estrato de rendimento das famílias dos ingressantes, seja pelo SiSU ou Vestibular são até dois salários mínimos. De modo geral, o SiSU possibilitou maior entrada de estudantes com menores condições socioeconômicas.

Gráfico 25: Variáveis Cor/Raça x Renda Familiar do SiSU e Vestibular



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados

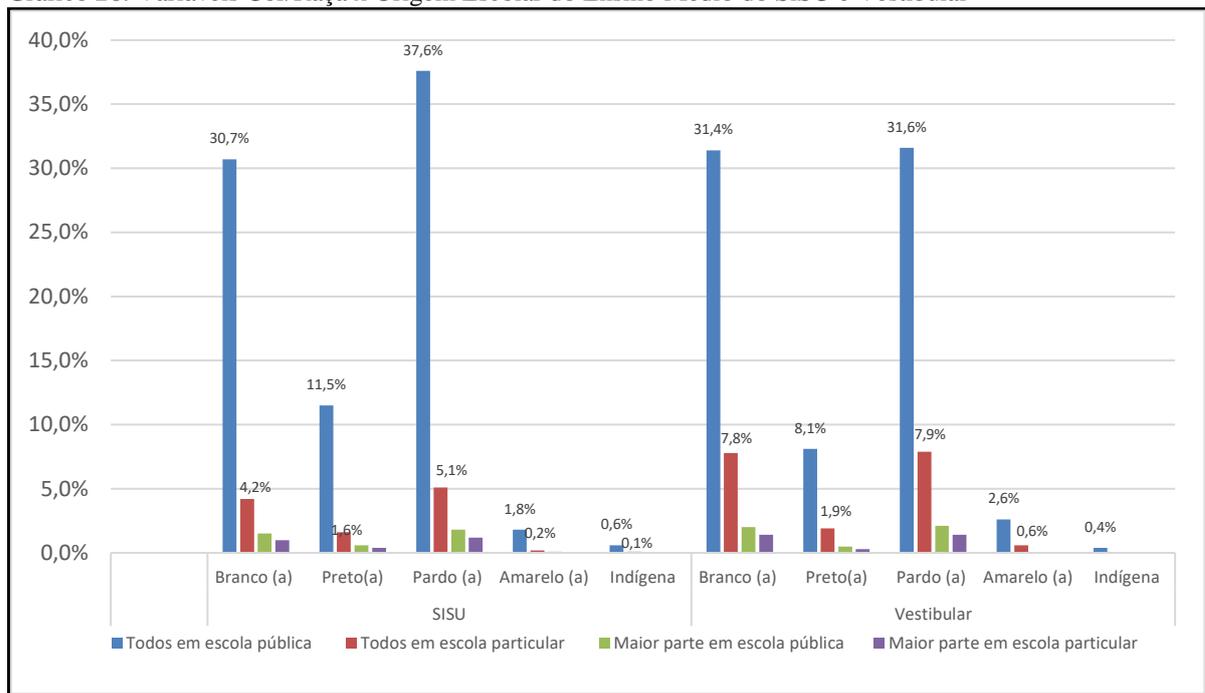
c) Cor/raça x Origem Escolar Ensino Médio

Após análise dos dados, observamos que independente da forma de seleção, os ingressantes nos cursos de graduação do Campus de Cáceres são estudantes oriundos do ensino médio da escola pública, e a maioria pertencentes ao grupo racial pardo.

Durante a observação dos dados, identificamos que os estudantes pretos, pardos e indígenas, oriundos do ensino secundário público, entram em maior número pelo SiSU, enquanto brancos e amarelos pelo vestibular. Entre os estudantes oriundos do ensino médio do setor particular, notamos que, o vestibular possibilitou o maior número de ingressos do que pelo SiSU.

Logo, o SiSU possibilita a inserção em sua maioria de estudantes, pretos, pardos e indígenas oriundos do setor público de ensino, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 26: Variáveis Cor/Raça x Origem Escolar do Ensino Médio do SiSU e Vestibular



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

d) Origem Escolar do Ensino Médio x Renda Familiar

A tabela 12 notamos, que os maiores percentuais de ingressantes, tanto pelo SiSU ou Vestibular são estudantes que concluíram todo o ensino médio em escola pública e que possuem renda familiar até dois salários mínimos. Pelo SiSU 60,7% dos ingressantes fizeram todo o ensino médio no setor público e percebem rendimentos de até três salários mínimos, enquanto pelo Vestibular este percentual é de 46,9%.

Tabela 12: Variáveis Origem Escolar do Ensino x Renda Familiar do SiSU e Vestibular

Renda Familiar	SiSU				Vestibular			
	Todos em escola pública	Todos em escola particular	Maior parte em escola pública	Maior parte em escola particular	Todos em escola pública	Todos em escola particular	Maior parte em escola pública	Maior parte em escola particular
Nenhuma renda mínima	0,8%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%	0,1%	0,0%	0,0%
Até 1 salário mínimos	16,9%	2,3%	0,8%	0,5%	9,7%	2,4%	0,6%	0,4%
Até 2 salários mínimos	29,4%	4,0%	1,4%	0,9%	21,9%	5,4%	1,4%	1,0%
Até 3 salários mínimos	13,6%	1,8%	0,7%	0,4%	14,7%	3,7%	1,0%	0,7%
Até 4 salários mínimos	5,3%	0,7%	0,3%	0,2%	9,0%	2,2%	0,6%	0,4%
Até 5 salários mínimos	4,3%	0,6%	0,2%	0,1%	6,5%	1,6%	0,4%	0,3%
Entre 5 e 10 salários mínimos	8,0%	1,1%	0,4%	0,3%	2,4%	0,6%	0,2%	0,1%

Continua...

Renda Familiar	SiSU				Vestibular			
	Todos em escola pública	Todos em escola particular	Maior parte em escola pública	Maior parte em escola particular	Todos em escola pública	Todos em escola particular	Maior parte em escola pública	Maior parte em escola particular
Entre 10 e 15 salários mínimos	2,1%	0,3%	0,1%	0,1%	7,7%	1,9%	0,4%	0,3%
Mais de 15 salários mínimos	1,8%	0,2%	0,1%	0,1%	1,4%	0,3%	0,0%	0,1%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Em relação aos estudantes que concluíram integralmente o ensino médio em escolas particulares, 18,3% ingressaram na UNEMAT Campus de Cáceres pelo Vestibular e 11,2% pelo SiSU. Ao comparar rendimentos acima de três salários mínimos, verificamos que 21,5% destes estudantes ingressaram pelo SiSU e 26,9% pelo Vestibular.

Portanto podemos afirmar que no Campus de Cáceres pelo SiSU houve maior inserção de jovens de classe baixa que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas nos cursos superiores da instituição.

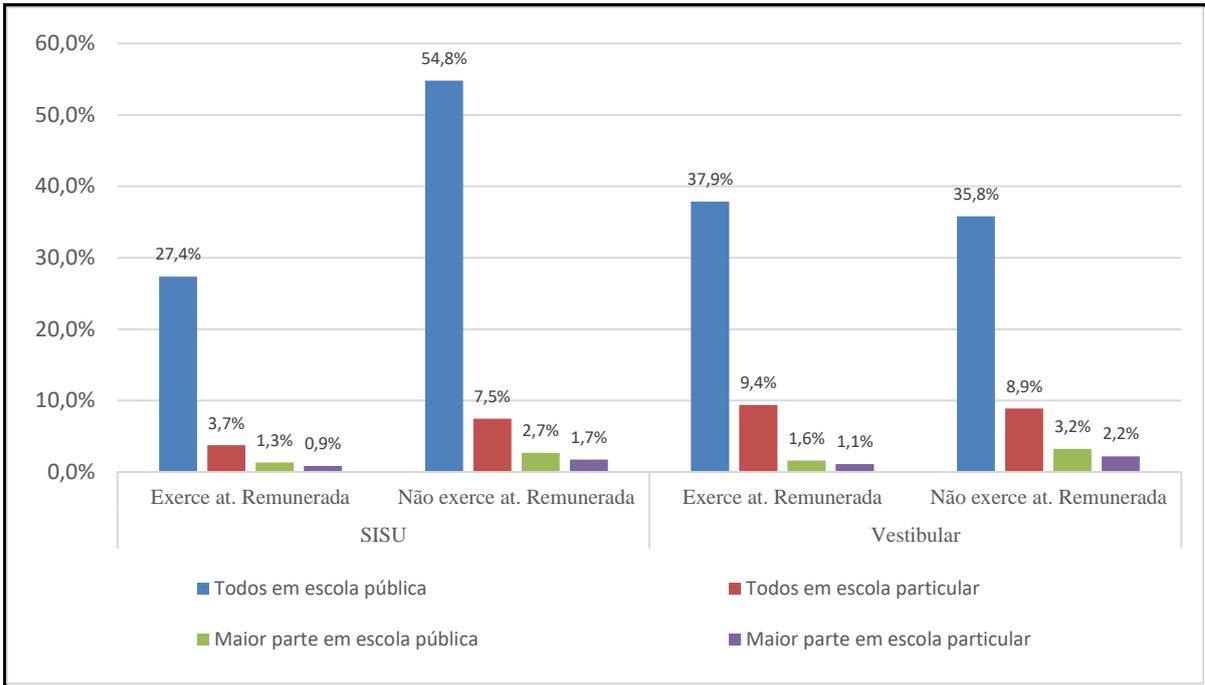
e) Atividade Remunerada x Origem Escolar do Ensino Médio

De acordo com o próximo gráfico, identificamos que, 54,8% dos ingressantes pelo SiSU fizeram todo o ensino médio em escolas públicas e não exercem atividade remunerada. Este percentual é de 19% superior em relação aos ingressantes do Vestibular, pois 35,8% dos ingressos afirmaram que não exercem atividade remunerada.

Identificamos ainda que, 9,4% dos estudantes ingressos pelo Vestibular, cursaram todo o ensino médio em escolas particulares e exercem atividade remunerada, contrapondo os 3,7% dos ingressantes do SiSU.

Os ingressantes pelo Vestibular em todas as categorias relacionadas a origem escolar do ensino médio, possuem percentual maior em relação ao SiSU se comparados a questão de ingressantes que exercem atividade remunerada.

Gráfico 27: Correlação das variáveis Atividade Remunerada x Origem Escolar do Ensino Médio do SiSU e Vestibular

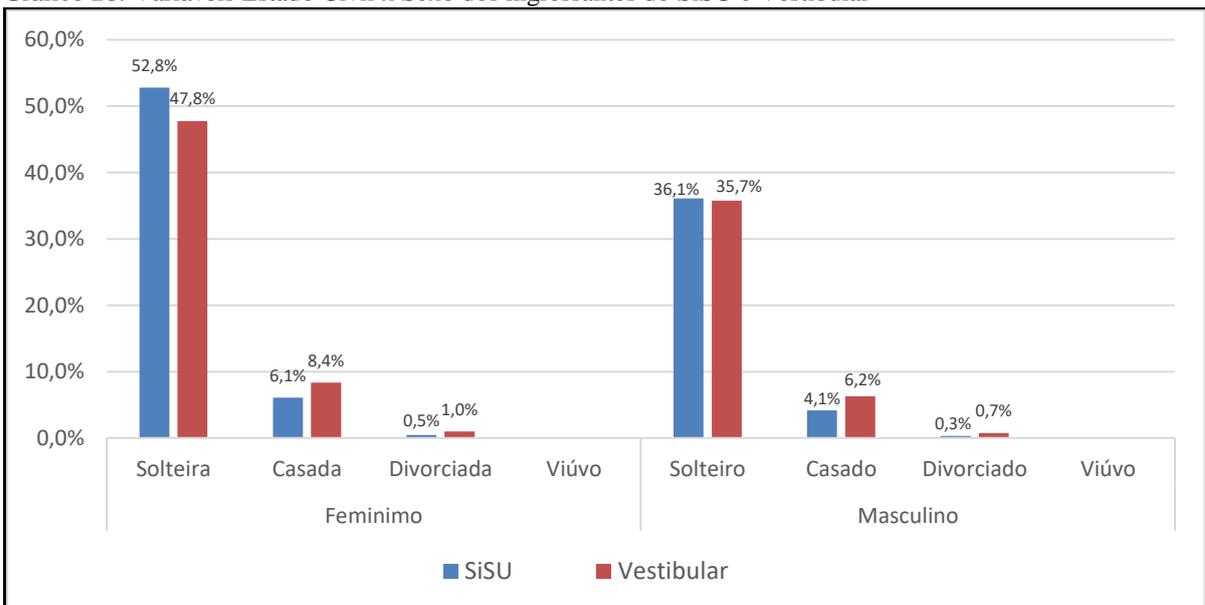


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

f) Sexo x Estado Civil

No gráfico 28, observamos que a maioria dos ingressantes da UNEMAT Campus de Cáceres são solteiros. A média de mulheres solteiras é de 50,3%, destas 52,8% ingressas pelo SiSU e 47,8% pelo Vestibular.

Gráfico 28: Variáveis Estado Civil x Sexo dos ingressantes do SiSU e Vestibular



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados

Da mesma forma, a média dos homens solteiros é de 35,9%, destes 36,1% pelo SiSU e 35,7% pelo Vestibular. Os ingressantes do sexo masculino e feminino casados, ingressam em maior percentual pelo Vestibular. Logo os solteiros ingressam em sua maioria pelo SiSU e os casados pelo Vestibular.

Na próxima página apresentamos um quadro para visualizar as especificidades e mudanças do perfil dos ingressantes em relação as formas de ingresso.

Quadro 14: Correlação Perfil SiSU x Perfil Vestibular

Análise de perfil dos ingressantes após implementação do SiSU				
Item	Questões	Ingressantes SiSU	Ingressantes Vestibular	Análise
01	Qual é seu Sexo?	Feminino 59,4% Masculino 40,6%	Feminino 57,1% Masculino 42,9%	Não houve alteração do perfil, pois em ambas as formas de ingresso o sexo feminino é predominante.
02	Qual é a sua Idade?	78,1% possuem idade até 24 anos De 25 a 27 anos 12,9% De 28 a 30 anos 3,5% Mais de 30 anos 5,5%	66,1% possuem idade até 24 anos De 25 a 27 anos 9,8% De 28 a 30 anos 7,1% Mais de 30 anos 16,9%	Pelo SiSU ingressam mais jovens com idade de até 24 anos. Destacamos ainda, que no Vestibular, o percentual de ingressantes com mais de 27 anos é maior. No entanto não houve mudança no perfil dos ingressantes, pois tanto pelo SiSU, quanto pelo vestibular a maioria dos ingressantes são jovens de até 24 anos.
03	Como você se Considera?	37,3% branca 14,0% preta 45,8% parda 2,2% Amarela 0,7% Indígena	42,7% branca 10,2% preta 42,9% parda 3,5% Amarela 0,6% Indígena	O processo de seleção (SiSU), possibilitou maior inserção de ingressantes considerados cor/raças preta, parda e indígena, enquanto o Vestibular possibilitou a inserção dos ingressantes considerados cor/raças branca e amarela. Porém, não houve alteração no perfil, pois as cor/raças parda e branca continuam sendo a maioria em ambas seleção.
04	Qual é o seu Estado Civil?	Solteiro (a) 88,9% Casado (a) 10,2% Divorciado (a) 0,8% Viúvo (a) 0,1%	Solteiro (a) 83,5% Casado (a) 14,6% Divorciado (a) 1,7% Viúvo (a) 0,2%	Encontramos maior percentual de ingressantes solteiros pelo SiSU e maiores percentuais de ingressantes casados, divorciados e viúvos pelo Vestibular. Mas, de modo geral, não houve mudança no perfil dos ingressantes após a implementação do SiSU, pois os ingressantes solteiros continuam com percentuais acima de 83% em ambos processos de seleção.
05	Como fez seus Estudo do Ensino Fundamental?	Todos em escola pública 78,5% Todos em escola particular 9,6% Maior parte em escola pública 8,0% Maior parte em escola particular 3,9%	Todos em escola pública 74,4% Todos em escola particular 13,8% Maior parte em escola pública 7,4% Maior parte em escola particular 4,4%	Podemos afirmar que pelo SiSU e Vestibular ingressaram mais estudantes que concluíram todo o ensino fundamental na rede pública. Notamos ainda que pelo Vestibular, houve um crescimento de percentual dos ingressantes nas seguintes categorias: “Todos em escola particular” e “Maior parte em escola particular”. Mas não houve alteração de perfil em relação a esta variável, se comparado as duas formas de seleção, pois a ordem de entrada ainda continua sendo a mesma, ou seja, “todos em escola pública”, “todos em escola particular”, “maior parte em escola pública” e “maior parte em

Continua...

Análise de perfil dos ingressantes após implementação do SiSU				
Item	Questões	Ingressantes SiSU	Ingressantes Vestibular	Análise
				escola particular”.
06	Como fez seus Estudo do Ensino Médio?	Todos em escola pública 82,2% Todos em escola particular 11,2% Maior parte em escola pública 4,0% Maior parte em escola particular 2,6%	Todos em escola pública 73,7% Todos em escola particular 18,3% Maior parte em escola pública 4,8% Maior parte em escola particular 3,2%	Verificamos que tanto pelo SiSU ou Vestibular o ingresso se deu, por estudantes que concluíram o ensino médio integralmente em escola pública. Pelo SiSU houve em acréscimo de 8,5% destes estudantes em relação ao Vestibular. Verificamos ainda, que pelo Vestibular houve maior entrada de estudantes nas seguintes categorias: “Todos em escola particular”, Maior parte em escola pública” e Maior parte em escola particular”. Não houve mudança no perfil, a origem dos estudantes seguem a mesma ordem de ingresso.
07	Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?	Menos de três anos 4,9% Três anos 78,4% Quatro anos 12,6% Cinco anos 2,1% Seis anos ou mais 2,0%	Menos de três anos 5,8% Três anos 79,1% Quatro anos 10,2% Cinco anos 2,0% Seis anos ou mais 2,9%	Não houve alteração nesta categoria, em ambos os processos de seleção, ingressam mais de 83% de estudantes que concluíram o ensino médio em até três anos.
08	Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio?	Ensino Regular 90,5% EJA 8,9% Outros 0,6%	Ensino Regular 81,8% EJA 11,9% Outros 6,3%	A maioria dos estudantes são oriundos do ensino regular, tanto pelo SiSU ou Vestibular. Notemos que pelo SiSU houve maior acesso destes estudantes. Notemos ainda, que pelo Vestibular houve a entrada de aproximadamente dez vezes em relação ao SiSU na categoria “outros”. No entanto, não mudou o perfil dos ingressantes, pois em ambas as formas de seleção a ordem de entrada continuam as mesmas.
09	Qual o nível de instrução de sua mãe?	Analfabeto 2,5% Ensino fundamental incompleto 7,2% Ensino fundamental completo 28,3% Ensino médio incompleto 20,6% Ensino médio completo 14,0% Superior completo 19,5% Superior incompleto 5,5% Não sabe informar 2,6%	Analfabeto 2,5% Ensino fundamental incompleto 7,6% Ensino fundamental completo 30,2% Ensino médio incompleto 20,9% Ensino médio completo 12,4% Superior completo 20,8% Superior incompleto 4,3% Não sabe informar 1,3%	Após análise, verificamos que a maioria dos ingressantes possuem mães com os seguintes níveis de instrução respectivamente: “Ensino fundamental completo”, “Ensino fundamental incompleto” e “Superior completo”, seja no SiSU ou Vestibular. Assim, podemos afirmar que não houve mudança de perfil após implementação do SiSU.
10	Qual o nível de instrução de seu pai?	Analfabeto 7,9% Ensino fundamental incompleto 10,5% Ensino fundamental completo 33,6% Ensino médio incompleto 16,4% Ensino médio completo 7,6%	Analfabeto 6,3% Ensino fundamental incompleto 8,5% Ensino fundamental completo 37,8% Ensino médio incompleto 18,5% Ensino médio completo 6,6%	Segue a mesma lógica do nível de instrução da mãe. Não houve mudança de perfil.

Continua...

Análise de perfil dos ingressantes após implementação do SiSU				
Item	Questões	Ingressantes SiSU	Ingressantes Vestibular	Análise
		Superior completo 10,0% Superior incompleto 4,6% Não sabe informar 9,4%	Superior completo 12,8% Superior incompleto 3,1% Não sabe informar 6,4%	
11	Quantas pessoas moram em sua casa?	Moro sozinho (a) 2,9% Duas pessoas 11,2% Três pessoas 23,5% Quatro pessoas 34,1% Cinco pessoas 17,2% Mais de cinco pessoas 11,1%	Moro sozinho (a) 6,5% Duas pessoas 18,2% Três pessoas 26,1% Quatro pessoas 29,5% Cinco pessoas 14,4% Mais de cinco pessoas 5,3%	Há mudança no perfil quando comparado o “número de pessoas que residem no mesmo domicílio” após implementação do SiSU. Os ingressantes pelo vestibular são estudantes que em sua maioria, residem com até três pessoas . Já pelo SiSU, os ingressantes residem em sua maioria com números de indivíduos acima de três pessoas , isto é, pelo SiSU ingressam famílias com maior número de pessoas.
12	Qual é o tipo de residência de sua família?	Própria quitada 63,0% Própria não quitada 10,3% Alugada 22,0% Cedida 4,7%	Própria quitada 60,9% Própria não quitada 9,7% Alugada 23,2% Cedida 6,2%	Após correlacionar a variável “tipo de residência”, verificamos que não houve mudança no perfil dos ingressantes.
13	Você exerce atividade remunerada?	Sim 39,4% Não 60,6%	Sim 52,8% Não 47,2%	Ao comparar a variável “exerce atividade remunerada”, verificamos que houve diferença no perfil. Pelo vestibular ingressaram mais estudantes que declararam que exerciam atividade remunerada, enquanto pelo SiSU ingressaram mais estudantes que na época da inscrição afirmaram que não exerciam atividade remunerada.
14	Qual é a renda mensal da sua família?	Nenhuma renda 1,0% Até 1 salário mínimo 20,5% Até 2 salários mínimos 35,9% Até 3 salários mínimos 16,5% Até 4 salários mínimos 6,4% Até 5 salários mínimos 5,2% Entre 5 e 10 salários mínimos 9,7% Entre 10 e 15 salários mínimos 2,6% Mais de 15 salários mínimos 2,2%	Nenhuma renda 0,8% Até 1 salário mínimo 13,1% Até 2 salários mínimos 26,6% Até 3 salários mínimos 20,0% Até 4 salários mínimos 12,2% Até 5 salários mínimos 8,8% Entre 5 e 10 salários mínimos 3,2% Entre 10 e 15 salários mínimos 10,4% Mais de 15 salários mínimos 1,9%	Verificamos que o SiSU possibilitou a inserção das famílias com menor poder aquisitivo. Famílias estas, com rendimentos de até dois salários mínimos. O Vestibular por sua vez, teve um aumento de percentual de ingressantes com renda familiar de 3 a 5 salários mínimos. Logo, o perfil mudou após adesão ao SiSU, pois encontramos mais estudantes de classe baixa inseridas nos cursos superiores.
15	UF da cidade que reside?	AC 0,1%, AL 0,0%, AP 0,0%, AM 0,1%, BA 0,1, CE 0,2%, DF 0,8% ES 0,0%, GO 1,2% MA 0,1%, MT 90,7% , MS 0,5%, MG 0,4%, PA 0,2%, PB 0,0%, PR 0,9%, PE 0,0%, PI 0,1%, RJ	AC 0,0%, AL 0,1%, AP 0,0%, AM 0,0%, BA 0,1, CE 0,1%, DF 0,3% ES 0,1%, GO 1,0% MA 0,1%, MT 93,3% , MS 0,3%, MG 0,5%, PA 0,5%, PB 0,1%, PR 0,8%, PE 0,1%, PI	Mais de 90% dos ingressantes na UNEMAT campus Cáceres, residem em Mato Grosso independente da forma de seleção. Logo não houve alteração em relação a origem da Unidade Federativa.

Continua...

Análise de perfil dos ingressantes após implementação do SiSU				
Item	Questões	Ingressantes SiSU	Ingressantes Vestibular	Análise
		0,8%, RN 0,0%, RS 0,4, RO 1,2% , RR 0,0%, SC 0,2%, SP 1,8% , SE 0,0% e TO 0,3%.	0,1%, RJ 0,3%, RN 0,0%, RS 0,3, RO 0,9% , RR 0,0%, SC 0,1%, SP 1,0% , SE 0,0% e TO 0,1%.	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados analisados.

Posto as correlações, podemos concluir que após a implementação do SiSU, houve mudança no perfil dos ingressantes nos cursos de graduação presencial da UNEMAT, campus de Cáceres, sendo que as principais mudanças encontradas no perfil foram: estudantes que residem com maior número de pessoas; estudantes que não exercem atividade remunerada e possuem renda familiar até dois salários mínimos. Podemos constatar que o ingresso na UNEMAT, tanto pelo Vestibular quanto pelo SiSU atende a um público variado de ingressantes: pretos, brancos, pardos, indígenas, da escola pública, da escola particular, oriundos de classes e raças distintas, condizentes com a população regional – Centro-Oeste.

Não foi o foco dessa pesquisa, mas é preciso analisar a trajetória desses estudantes a fim de verificar a permanência desses nos cursos. A democratização do acesso à educação superior não deve se restringir apenas a democratização do ingresso, é preciso que o estudante tenha condições de ingressar e de concluir o curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Democratização do Acesso à Educação Superior do MEC, instituída pelo Sistema de Seleção Unificada – SiSU, traz consigo, mecanismos com propósito de democratizar as vagas nos cursos superiores públicos nas Instituições da Educação Superior. Em 2012 a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT adere ao SiSU. Então passou a ter duas principais formas de seleção (SiSU no primeiro semestre e Vestibular no segundo semestre) de cada ano. Pesquisas realizadas afirmam que a UNEMAT já tinha um processo de acesso, que era considerado democratizado, quando nos referimos a ingresso (LIMA, MALANGE, BABRBOSA, 2015, 1033). A questão levantada nesta pesquisa foi: com a adesão ao SiSU, o ingresso continua democratizado? Assim, o objetivo da pesquisa foi compreender o ingresso no Campus Universitário de Cáceres e sua relação com o processo de democratização da IES. Para tanto, analisamos o perfil dos acadêmicos ingressantes pelo Vestibular e pelo SiSU.

O processo de expansão da UNEMAT, se deu na década de 1990, através da política de interiorização da educação superior pública com propósito de interiorizar a educação superior em Mato Grosso. Passou a ser estrutura multicâmpus e multinucleada levando a educação superior em lugares longínquos do Estado, oportunizando assim, o acesso à educação superior à população, ascendendo a luz do desejo de ascensão social pela educação que outrora tivera apagado.

Então na década de 90 a UNEMAT, criou vários câmpus e núcleos universitário em todas as regiões do Estado além de Cáceres, câmpus em: Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Colíder, Juara, Luciara, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop, Tangará da Serra. Criaram ainda Núcleos Pedagógicos para os cursos na modalidade parceladas em: Aripuanã, Confresa, Juína, Lucas do Rio Verde, Mirassol D'Oeste, Poconé, Tapurah e Vila Rica. Criaram também, Polos de Ensino à Distância em: Alto Araguaia, Barra do Bugres, Juara, Pontes e Lacerda, Guarantã do Norte e Jauru. (ALMEIDA e RODRIGUES, 2011, p. 10)

Desde a sua criação, a Unemat vem adotando diferentes e inovadoras formas de ofertar a graduação: ensino regular presencial (ofertada nos períodos diurno (matutino, vespertino ou integral) e noturno; cursos semipresenciais (licenciaturas parceladas destinadas à formação de professores em serviço, programa módulos temáticos); cursos a distância, cursos fora de sede, cursos para pessoas provenientes de movimentos sociais (curso de Pedagogia para professores da reforma agrária, CPERA e curso de Agronomia para os movimentos sociais do campo, CAMOSC - turmas únicas); cursos específicos visando à qualificação de professores das redes

estadual e municipais de ensino e de outros profissionais em diferentes áreas de formação (plenificações/ graduação em licenciatura plena para professores com formação em licenciatura curta), além de ações de inclusão de grupos sociais específicos como indígenas (Projeto 3º Grau Indígena, posteriormente transformado na Faculdade Intercultural Indígena), de negros (cotas por meio do Programa de Integração e de Inclusão étnico-racial) e de demais comunidades menos assistidas do interior de Mato Grosso. (BARBOSA, 2013, p. 56)

Assim a UNEMAT tem o propósito de expandir e democratizar o acesso, fixando o indivíduo na sua própria região e contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural da instituição e da sociedade (ZATTAR; TEIXEIRA; ARTIOLI, 2008, p. 37).

A UNEMAT disponibiliza três formas de ingresso, o Vestibular, o SiSU e as Vagas Remanescentes nas modalidades Regular, Parceladas, Turmas Especiais e educação à Distância. A disponibilização das vagas nos cursos é da seguinte maneira: 40% destinadas para ampla concorrência, 25% para candidatos optantes ao PIIER – Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial e 35% destinadas para candidatos oriundos de escolas públicas. Para efetivação das matrículas dos candidatos aprovados, tanto pelo vestibular ou pelo SiSU é de forma presencial.

O resultado encontrado sobre o perfil dos ingressantes pelo SiSU no período de 2013 a 2015, indica que a maioria são do sexo feminino 59,4%. Jovens com idade de até 24 anos 78,1%. Ingressantes consideradas pardas 45,8% e brancas 37,3% e maior inserção de ingressantes consideradas pretas, pardas e indígenas. Solteiros 88,9%. Estudantes que concluíram todo o ensino fundamental na rede pública 78,5%. Estudantes que concluíram o ensino médio integralmente em escola pública 82,2%. 83,3% dos ingressos concluíram o ensino médio em até três anos. Estudantes oriundos do ensino regular 90,5%. Ingressantes com mães nos seguintes níveis de instrução, Ensino Fundamental Completo 28,3%, Ensino Médio Incompleto 20,6% e Superior Completo 19,5%. Ingressantes com pais nos seguintes níveis de instrução, Ensino Fundamental Completo 33,6%, Ensino Médio Incompleto 16,4% e Ensino Fundamental Incompleto 10,5%. Número de pessoas que residem no mesmo domicílio acima de três pessoas 62,4%. Residência familiar própria quitada 63,0%. Ingressantes que não exercem atividade remunerada 60,6%. Famílias com menor poder aquisitivo, com rendimentos de até dois salários mínimos 57,4%. 90,7% dos ingressantes são domiciliados no Estado de Mato Grosso.

O resultado encontrado sobre perfil dos ingressantes pelo Vestibular no período de 2013 a 2015, constata que a maioria são do sexo feminino 57,1%. Jovens com idade de até 24

anos 66,1% e maior inserção de ingressantes com mais de 27 anos. Ingressantes consideradas pardas 42,9% e brancas 42,7% e maior inserção de ingressantes consideradas brancas e amarelas. Solteiros 83,5%. Estudantes que concluíram todo o ensino fundamental na rede pública 74,4% com crescimento de percentual dos ingressantes nas categorias “Todos em escola particular” e “Maior parte em escola particular”. Estudantes que concluíram o ensino médio integralmente em escola pública 73,7% com crescimento de percentual dos ingressantes nas categorias “Todos em escola particular”, “Maior parte em escola particular” e “Maior parte em escola pública”. Estudantes que concluíram o ensino médio em até três anos 84,9%. Estudantes oriundos do ensino regular 81,8%. Ingressantes com mães nos seguintes níveis de instrução, Ensino Fundamental Completo 30,2%, Ensino Médio Incompleto 20,9% e Superior Completo 20,8%. Ingressantes com pais nos seguintes níveis de instrução, Ensino Fundamental Completo 37,8%, Ensino Médio Incompleto 18,5% e Superior Completo 12,8%. Número de pessoas que residem no mesmo domicílio abaixo de quatro pessoas 50,8%. Residência familiar própria quitada 60,9%. Ingressantes que exercem atividade remunerada 52,8%. Famílias com maior poder aquisitivo, com rendimentos acima de dois salários mínimos 56,5% e 93,3% dos ingressantes são residentes em Mato Grosso.

Na correlação Cor/Raça x Sexo, constatamos que pelo SiSU ingressaram mais estudantes do sexo feminino de cor preta e parda do que pelo vestibular. O vestibular ingressou mais estudantes do sexo masculino de cor branca do que pelo SiSU.

Na correlação Cor/Raça x Renda Familiar, as famílias dos ingressantes brancos, pretos e pardos pelo Vestibular possuem rendimentos maiores em relação as famílias dos ingressantes pertencentes ao mesmo grupo ingressos pelo SiSU. As famílias que possuem renda superior a 15 salários mínimos são brancas. As menores rendas encontram-se nas famílias dos ingressantes indígenas e pretas. O maior estrato de rendimento das famílias dos ingressantes, seja pelo SiSU ou Vestibular são até dois salários mínimos. O SiSU possibilitou maior inserção de estudantes com menores condições socioeconômicas.

Na correlação Cor/Raça x Origem Escolar do Ensino Médio, verificamos que independente da forma de seleção, os ingressantes nos cursos de graduação do Campus de Cáceres são estudantes oriundos do ensino médio da escola pública e a maioria pertencentes ao grupo racial pardo. Os estudantes pretos, pardos e indígenas, oriundos do ensino secundário público, entraram em maior número pelo SiSU, enquanto brancos e amarelos pelo vestibular. O vestibular possibilita maior entrada de estudantes oriundos do ensino médio das escolas

particulares do que pelo SiSU. O SiSU possibilita a inserção em sua maioria de estudantes, pretos, pardos e indígenas oriundos do setor público de ensino.

Na correlação Origem Escola do Ensino Médio x Renda Familiar, tanto pelo SiSU ou Vestibular são estudantes que concluíram todo o ensino médio em escola pública e que possuem renda familiar até dois salários mínimos. Pelo SiSU 60,7% dos ingressantes fizeram todo o ensino médio no setor público e percebem rendimentos de até três salários mínimos, enquanto pelo Vestibular este percentual é de 46,9%. Os estudantes que concluíram integralmente o ensino médio em escolas particulares, 18,3% ingressaram na UNEMAT Campus de Cáceres pelo Vestibular e 11,2% pelo SiSU. Os rendimentos acima de três salários mínimos, verificamos que 21,5% destes estudantes ingressaram pelo SiSU e 26,9% pelo Vestibular. Logo pelo SiSU houve maior inserção de jovens de classe baixa que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas nos cursos superiores da instituição.

Na correlação Atividade Remunerada x Origem Escolar do Ensino Médio, 54,8% dos ingressantes pelo SiSU fizeram todo o ensino médio em escolas públicas e não exercem atividade remunerada. Este percentual é de 19% superior em relação aos ingressantes do Vestibular, pois 35,8% dos ingressantes afirmaram que não exercem atividade remunerada. 9,4% dos estudantes ingressos pelo Vestibular, cursaram todo o ensino médio em escolas particulares e exercem atividade remunerada, contrapondo os 3,7% dos ingressantes do SiSU oriundos das escolas particulares e exercem atividade remunerada.

Na correlação Sexo x Estado Civil, a maioria dos ingressantes da UNEMAT Campus de Cáceres são solteiros. A média de mulheres solteiras é de 50,3%, destas 52,8% ingressam pelo SiSU e 47,8% pelo Vestibular. A média dos homens solteiros é de 35,9%, destes 36,1% ingressaram pelo SiSU e 35,7% pelo Vestibular. Os ingressantes do sexo masculino e feminino casados, ingressam em maior percentual pelo Vestibular. Logo os solteiros ingressam em sua maioria pelo SiSU e os casados pelo Vestibular.

Podemos concluir que pelas correlações dos itens do perfil dos ingressantes houve mudança no perfil dos ingressantes nos cursos de graduação presencial da UNEMAT, campus de Cáceres. No que diz respeito a: estudantes que residem com maior número de pessoas, estudantes que não exercem atividade remunerada e possuem renda familiar até dois salários mínimos.

Esse estudo demonstrou que o ingresso na UNEMAT tanto pelo Vestibular quanto pelo SiSU continua democratizado, pois atende a um público variado, ingressantes oriundos de classes e raças distintas. É preciso analisar a trajetória acadêmicas desses estudantes com intuito

de verificar a permanência desses nos cursos. Pois a democratização do acesso à educação superior não deve se restringir apenas a democratização do ingresso, é preciso que o estudante tenha condições de ingressar e de concluir o curso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanusa Aparecida; RODRIGUES, Luiz. **Aspectos Histórico do Ensino Superior em Mato Grosso**. 2011. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-0HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/ASPECTOS%20HISTORICOS%20DO%20ENSINO%20SUPERIOR%20EM%20MATO%20GROSSO.pdf>. Acesso em: 02/07/2016

AREQUE, Ingrid Câmara. **O Programa Universidade para Todos - Prouni no Contexto da Reforma Universitária (1990-2010)**. Universidade Federal do Amazonas. Dissertação. Manaus/AM – 2014.

BARBOSA, V. A. **Políticas de Democratização da Educação Superior: análise do Programa de Integração e de Inclusão Étnico-Racial da Unemat – Piier/Unemat (2005/2 a 2011/1)**. 2013. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 3.890, de 1901**. Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30/06/2016.

_____. **Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911**. Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na República.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN)**.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro 2010**. Brasília, 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, ano 2014**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291983>. <Acessado em 10/04/2016>

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre alterações no Exame, Nacional do Ensino Médio. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf. <Acessado em 10 mar. 2016.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510250>. <Acessado em 13/03/2016>

CONCEIÇÃO, Maicon da. **História da Educação**. Instituto Educacional São Lucas. Santa Filomena - PE. 2013. Disponível em http://pt.slideshare.net/paulodavid980/histria-da-educacao-26413712?from_action=save. Acesso em: 26/10/2015.

CORBUCCI, P. R. **Evolução do acesso de jovens à Educação Superior no Brasil**. Texto para discussão (IPEA), Brasília: Rio de Janeiro, n. 1950, abr. 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre a democracia e socialismo. 2. Ed. ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, Luís A. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Luís. A. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: **democratização, acesso e permanência com qualidade**. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Norberto Fernández. (Orgs.). Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011. p.121-152.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 15 junho 2015.

FERNANDES, Aline Marques. **Avaliação de Programa social de Acesso à Educação Superior: O novo ENEM na Universidade Federal de Lavras**. 2013. 96 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais – MG.

FLORES, Cezar Augusto da Silva. **A ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR NO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA – SiSU: o caso do curso de enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário de Sinop**. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá – MT.

GENRO, Tarso. **Público, gratuito e de qualidade**. ACS. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2004.12.16.18.17.49.pdf>>. Acessado em 18/03/2016.

GIANEZINI, Quelen. **O Processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/490.pdf>. Acesso em 30/06/2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMEZ, Magela Reny Fonticiella. **Acesso e permanência de alunos de engenharia da UTFPR - Câmpus Medianeira** /Dissertação – Marília, 2015.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibplex, 2009.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; MORAES, Valéria Silva de. **A expansão da educação superior no Brasil: análise a partir dos Programas nacionais PROUNI e FIES**. XX Seminário Nacional UNIVERSITAS/Br: Políticas de educação superior no Brasil – expansão, acesso e igualdade social. Anais... João Pessoa, UFPB, 2012.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das condições de vida da população brasileira 2015**. Estudos & pesquisas. Brasília – DF, 2015.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014**. Brasília – DF, 2015b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>>. Acesso: 03/08/2016

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo estatístico da Educação Superior 1970**. Brasília – DF, 1971.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo estatístico da Educação Superior 2008**. Brasília – DF, 2009.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação Institucional: o uso dos resultados como estratégia de (re) organização dos espaços de discussão nas universidades** (Tese de Doutorado). Campinas, SP. 2008.

LIMA, E. G. S.; MALANGE, F. C. V.; BARBOSA, V. A. Políticas de expansão da Educação Superior implantadas pelo estado brasileiro: reflexões sobre a democratização. In: **ANAIS XIII Seminário da rede Universitas/Br**, 2015, Belém, Universidade Federal do Pará. p. 1032-1050.

LUCHMANN, J. C. **Ensino Superior no Brasil (1994 – 2006):** políticas de acesso e permanência. 2007. 77f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. **O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Universidade Federal de Mato Grosso – câmpus Cuiabá – e a relação com a democratização do acesso**. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá – MT.

MARQUES, E. P. S. **Inter/multiculturalidade e formação continuada de educadores: o protagonismo do movimento social negro por uma pedagogia decolonial**. Série-Estudos, v. 1, p. 121-139, 2014.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; ROSA, Aline Anjos da; OLIVEIRA, Jonas de Paula; ALMEIDA, Fernanda Alexandrina. **A Permanência de Acadêmicos Superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil na UFGD**. ANAIS XXIII Seminário da rede Universitas/Br Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão. Belém/PA, 20 a 23 de maio de 2015

MARTINS, Mariele. **A Expansão da Educação Superior Brasileira: Diferentes oportunidades, segundo a origem social e diferentes percursos, segundo o gênero**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2014.

MEC. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_LDBENn1.pdf. <Acessado em 10 mar. 2016.

_____. **LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. <Acessado em 07 mar. 2016.

_____. **Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. <Acessado em 17 mar. 2016.

_____. **Decreto nº 5.800, de 8 de Junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). <Acessado em 17 mar. 2016.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. <Acessado em 07 mar. 2016.

_____. **Lei nº 12.202, de 14 de Janeiro de 2010** - Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12202.htm#art1. <Acessado em 17 mar. 2016.

_____. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de Janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificado – SiSU. Diário oficial da União. Brasília, DF, 27 jan. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192 <Acessado em 17 mar. 2016.

_____. **Lei nº 12.202, de 14 de Janeiro de 2010** - Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12202.htm#art1. <Acessado em 17 mar. 2016.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. <Acessado em 17 mar. 2016.

_____. **Portaria Normativa nº 25, de 28 de Dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais -PNAEST. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/24011870/pg-36-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-12-2010>. <Acessado em 10 mar. 2016.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. <Acessado em 10 mar. 2016.

_____. **Portaria Normativa nº 21 de novembro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – SiSU. Diário oficial da União. Brasília, DF, 26 nov. 2011. Disponível em: <http://sisugestao.mec.gov.br/doc/portaria.pdf>. <Acessado em 17 mar. 2016.

_____. Balanço Social SESu 2003-2014. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília, 2015.

_____. **Anuário Brasileiro de Educação Básica 2015**. Todos pela Educação. Ed. Moderna. Brasília – DF. 2015

MEDEIROS, Iraci Aguiar. **Inclusão social na universidade: experiências na UNEMAT**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, São Paulo, 2008.

MILHOMEM, André Luiz Borges. **A Formação inicial de professores nos cursos de Licenciatura do Câmpus Universitário Jane Vanini UNEMAT/Cáceres-MT em relação ao uso do computador na educação básica**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres – MT.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000

NODARI, Douglas Ehle. **O Desempenho dos estudantes no vestibular e a permanência nos cursos de graduação da UNEMAT**./Douglas Ehle Nordari. 173f. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

RISTOFF, Dilvo. **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDBEN – da expansão à democratização**. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. Educação superior no Brasil: 10 anos pós LDBEN. Brasília: INEP, 2008. p. 39-50.

_____. **Vinte e Um Anos de Educação Superior: expansão e democratização**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 3, jan./jun. 2013.

_____. **O novo perfil do câmpus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Avaliação, Câmpusnas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2008.

SANTIAGO, A. E. N.; NORBETO, P. A.; RODRIGUES, C. M. S. O Direito à inclusão: implantação de políticas de ações afirmativas nas IES públicas brasileiras – experiência na UFC. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 136-147, jan./jun. 2008.

SANTOS, Janete. **Acesso à educação superior: a utilização do Enem/Sisu na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.

SILVA, Maria das Graças M. & NOGUEIRA, Patrícia Simone. **Expansão na educação superior e a política de democratização: avanços e contradições**. In: Maria das graças M. (org). Políticas Educacionais: faces e interfaces da democratização. Cuiabá: UFMT. 2001. p. 13-37

VIEIRA. Evaldo, **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1992.

SILVA, M. G. M.; NOGUEIRA, P. S. **Expansão na educação superior e a política de democratização: avanços e oportunidades**. In: SILVA, M. G. M. (org.). Políticas educacionais: faces e interfaces da democratização. Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 13-37.

SILVA, M. G. M.; VELOSO, T. C. M. A. **Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão**. Avaliação, Câmpusnas, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013.

UNEMAT. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2008-2014**. 2008. Disponível em: http://www.unemat.br/prpti/pdi/docs/pdi/PDI_2008-2014.pdf. Acesso em: 02/07/2016

_____. Conselho Curador. **Resolução nº 001/2010**. Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso aprovado pela Resolução nº 001/2010-CONSUNI. 2010. Disponível em: <http://portal.unemat.br/>. Acesso em: 07/0/2015.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº. 054/2011 – CONEPE**. Institui a Normatização Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. 2011. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/2649_res_co nepe_54_2011.pdf. Acesso em: 02/07/16.

_____. Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares. **Edital nº. 003/2012 – COVEST**. Concurso Vestibular 2013/1 - UNEMAT. 2012. Disponível em: http://vestibular.unemat.br/sites/documentos/20131/vest2013_1_edital_003_abertura.pdf >. Acesso em: 23/08/2015.

_____. **Resolução nº 024/2012 – CONEPE**. Dispõe sobre a adesão da Universidade do Estado de Mato Grosso –UNEMAT, ao Sistema de Seleção Unificado - SISU, do Ministério de Educação e Cultura. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/2793_res_conepe_24_2012.pdf. <Acessado em 16 mar. 2016>

_____. Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares. **Edital nº. 001/2013 – COVEST**. Concurso Vestibular 2013/2 - UNEMAT. 2013a. Disponível em: http://vestibular.unemat.br/sites/documentos/20132/vest2013_2_edital_01_abertura.pdf.> Acesso em: 23/08/2015

_____. Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares. **Edital nº. 003/2013 – COVEST**. Concurso Vestibular 2014/1 - UNEMAT. 2013b. Disponível em: http://vestibular.unemat.br/sites/documentos/20141/vest2014_1_edital_003_abertura_retificado.pdf.> Acesso em: 23/08/2015

_____. Pró Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. **Edital nº. 003/2013 – PRAE**. 2013c. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/oldfiles/prae/docs/2013/edital_de_auxilios_2013_2.pdf.> Acesso em: 10/07/2016

_____. Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares. **Edital nº. 001/2014 – COVEST**. Concurso Vestibular 2014/2 - UNEMAT. 2014a. Disponível em: [http://177.67.198.46/concurso/2014_022/Docs/Edital_001_Concurso_Vestibular_2014_2_A TUALIZADO.pdf](http://177.67.198.46/concurso/2014_022/Docs/Edital_001_Concurso_Vestibular_2014_2_A_TUALIZADO.pdf).> Acesso em: 23/08/2015

_____. Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares. **Edital nº. 003/2014 – COVEST.** Concurso Vestibular 2015/1 - UNEMAT. 2014b. Disponível em: <http://vestibular.unemat.br/sites/documentos/20151/vest2015_1_edital_003_abertura_atualizado.pdf> Acesso em: 23/08/2015

_____. Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares. **Edital nº. 001/2015 – COVEST.** Concurso Vestibular 2014/2 - UNEMAT. 2015a. Disponível em: http://177.67.198.46/concurso/2015_012/Docs/Edital%20001_Concurso%20Vestibular_2015_2_atualizado.pdf. Acesso em: 23/08/2015.

_____. **Anuário estatístico Unemat 2015.** Cáceres: Unemat, 2015b.

_____. **Resolução nº 069/2015 - CONEPE.** 2015c. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3099_res_conepe_69_2015.pdf. Acesso em: 15/09/2016.

_____. **Portal da Instituição.** 2016a. Disponível em: <<http://portal.unemat.br/?pg=universidade/>>. Acesso em: 08/07/2016.

_____. **Portal da Parceladas.** 2016b. Disponível em: <http://www.unemat.br/proeg/parceladas/?link=oquee>. Acesso em: 03/07/2016.

_____. **Programa de Mobilidade Acadêmica.** 2016c. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Edital_004_2016_Programa_Mobilidade_Nacional_ABRUEM.pdf. Acesso em: 03/07/2016.

_____. **Resolução nº 006/2016 - CONEPE.** 2016d. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/conepe/3329_res_conepe_6_2016.pdf. Acesso em: 15/09/2016.

RIEDER, Arno. **A Interiorização da Educação Superior no Brasil: Caso de Mato Grosso.** Rev. GUAL., Florianópolis, v. 4, n. 3, p.228-247, set/dez. 2011

_____. **Extensão Universitária: Características da 1ª Edição do Projeto Rondon e seus Programas.** In: Anais do IV CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2009, Dourados (MS). Anais do 4 CBEU. Dourados: UFGD, 2009.

TAVARES, Renata Neves. **Universidade Federal de Mato Grosso: memórias de uma conquista.** Cuiabá: UFMT. Dissertação de Mestrado, 2001.

VELOSO, Tereza C.M.A.; SILVA, Maria das Graças G.M. da; BERALDO, Tânia M. **Educação superior no mato grosso: 1991 – 2004.** In: A Educação Superior Brasileira: 1991 – 2004, Mato Grosso. Brasília, INEP, 2006.

ZATTAR, Neuza Benedita da Silva; TEIXEIRA, Danielle Tavares; ARTIOLI, Luiza Bernadete. **UNEMAT 30 anos: Pelos Caminhos de Mato Grosso.** Editora da UNEMAT, Cáceres, 2006.

_____, N. B. da S. **Do IESC à UNEMAT: uma história plural 1978-2008.** Cáceres-MT: Unemat Editora, 2008.

APÊNDICE I

INDICADORES ACADÊMICOS DA UNEMAT 1996 – 2014

Ano	Nº de Cursos	Vagas Novas Oferecidas	Nº de Inscritos	Concorrência	Ingressos pelas Vagas	Vagas Ociosas	Nº de Matrículas	Nº de Concluintes	Nº de Servidores				
									Total	DOCENTES			Técnicos
										G/E*	M**	D***	
1996	24	1.100	3.664	3,3	1.099	1	1.683	292	431	313	10	0	108
1997	17	1.293	3.774	2,9	1.231	62	2.641	355	392	276	22	0	94
1998	33	1.090	3.546	3,3	1.035	55	4.468	344	638	434	32	2	170
1999	35	1.310	7.096	5,4	1.309	1	4.914	488	616	410	42	2	162
2000	45	3.130	8.091	2,6	2.420	710	6.497	517	928	437	108	13	370
2001	52	1.910	9.253	4,8	1.870	40	7.485	827	928	437	110	11	370
2002	48	2.030	13.299	6,6	1.990	40	7.273	899	1.306	516	188	21	581
2003	50	2.270	16.095	7,1	2.270	0	7.767	852	1.460	547	247	21	645
2004	63	2.576	13.676	5,3	2.568	8	5.759	1.473	3.773	1.965	911	190	707
2005	73	5.369	22.405	4,2	5.350	19	10.812	1.675	1.556	475	266	70	745
2006	60	3.360	20.875	6,2	3.338	22	9.866	1.757	1.585	472	363	84	666
2007	61	3.510	18.484	5,3	3.476	34	11.254	1.620	1.395	401	396	111	487
2008	72	4.020	17.805	4,4	3.940	80	15.122	1.679	1.554	502	440	158	454
2009	55	3.600	16.293	4,5	4.106	-506	12.163	1.058	1.414	419	388	167	440
2010	64	4.648	16.893	3,6	3.192	1.456	13.932	1.895	1.276	271	373	209	423
2011	62	4.690	20.885	4,5	3.259	1.431	13.607	2.220	1.324	310	376	226	412
2012	69	5.120	28.254	5,5	4.755	365	14.197	1.837	1.410	347	393	249	421
2013	74	5.865	47.443	8,1	3.730	2.135	14.572	1.504	1.461	207	363	281	610
2014	74	5.604	48.203	8,6	3.744	1.860	14.526	1.641	1.618	205	419	384	610

* G/E – Professores Graduados ou Especialistas

* M – Professores Mestres

*** D – Professores Doutores

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos Censos da Educação Superior 1996 a 2014.

APÊNDICE II

INDICADORES ACADÊMICOS DA UNEMAT 2011 – 2014

Total de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância			Nacionalidade Brasileira				Nacionalidade Estrangeira			Procedência do Aluno			
Ano	Total	Matriculados	Matrícula Trancada	Matrícula* Desvinculada do Curso	Transferência para outro curso na mesma IES	Falecidos	Total	Matriculados	Total	Matriculados	Escola Pública	Escola Privada	Não Informada
2011	16.152	13.607	790	1.719	15	21	16.146	13.603	6	4	13.707	2.098	347
2012	17.115	14.197	849	2.058	5	6	17.108	14.193	7	4	14.866	2.087	162
2013	17.226	14.572	600	2.042	7	5	17.219	14.565	7	7	14.383	2.050	793
2014	17.567	14.526	614	2.399	25	3	17.559	14.522	8	4	14.672	2.182	713

* Acadêmicos que evadiram dos cursos de graduação, perderam o vínculo com a instituição.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos Censos da Educação Superior 2011 a 2014.

APÊNDICE III

TABELAS ANALISADAS NA PESQUISA

1 - Qual seu sexo?							
Forma	Entrada	Total	Feminino	Δ%	Masculino	Δ%	%
SiSU	2013/1	441	258	58,5	183	41,5	100,0
	2014/1	483	283	58,6	200	41,4	100,0
	2015/1	490	299	61,0	191	39,1	100,0
Vestibular	2013/2	465	270	58,1	195	41,9	100,0
	2014/2	486	276	56,8	210	43,2	100,0
	2015/2	494	279	56,5	215	43,5	100,0

02. Qual seu Estado Civil?											
Forma	Entrada	Total	Solteiro	Δ%	Casado	Δ%	Divorciado	Δ%	Viúvo	Δ%	%
SiSU	2013/1	441	368	83,6	66	14,9	7	1,5	0	0,0	100,0
	2014/1	483	450	93,0	31	6,5	2	0,5	0	0,0	100,0
	2015/1	490	443	90,1	45	9,3	1	0,3	1	0,3	100,0
Vestibular	2013/2	465	400	86,0	59	12,7	5	1,1	1	0,2	100,0
	2014/2	486	382	78,6	89	18,3	15	3,1	0	0,0	100,0
	2015/2	494	424	85,8	63	12,8	5	1,0	2	0,4	100,0

03. Qual sua idade?												
Faixa etária	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Até 18 anos	187	42,4	273	56,6	153	31,4	172	37,0	147	30,2	189	38,3
de 19 a 21 anos	89	20,2	79	16,2	141	28,8	91	19,6	78	16,0	93	18,8
de 22 a 24 anos	53	12,0	64	13,3	66	13,4	63	13,5	54	11,1	68	13,8
de 25 a 27 anos	32	7,3	42	8,6	112	22,8	47	10,1	50	10,3	45	9,1
de 28 a 30 anos	28	6,4	7	1,5	12	2,5	29	6,2	43	8,8	31	6,3
mais de 30 anos	52	11,7	18	3,8	6	1,1	63	13,5	114	23,5	68	13,8
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

04. Como você se considera?												
Cor/Raça	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Branco (a)	127	28,9	206	42,7	198	40,4	213	45,8	205	42,2	198	40,2
Preto(a)	64	14,6	66	13,7	68	13,8	47	10,1	48	9,9	53	10,7
Pardo (a)	239	54,1	196	40,5	209	42,8	186	40,0	214	44,0	221	44,7
Amarelo (a)	7	1,5	13	2,6	12	2,47	17	3,7	16	3,3	18	3,6
Indígena	4	0,9	2	0,5	3	0,58	2	0,4	3	0,6	4	0,8
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

05. Como fez seus estudos do Ensino Fundamental?												
Cat. Administrativa	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Todos em escola pública	338	76,6	332	68,7	411	83,8	349	75,1	372	76,5	354	71,7
Todos em escola particular	45	10,2	82	17,0	31	6,2	57	12,3	63	13,0	79	16,0
Maior parte em escola pública	43	9,7	42	8,7	33	6,7	36	7,7	32	6,6	39	7,9
Maior parte em escola particular	15	3,5	27	5,6	16	3,3	23	4,9	19	3,9	22	4,5
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

06. Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio?												
Cat. Administrativa	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Todos em escola pública	371	84,2	363	75,2	427	87,1	348	74,9	357	73,5	359	72,6
Todos em escola particular	35	7,9	90	18,7	35	7,1	81	17,4	87	18,0	96	19,5
Maior parte em escola pública	19	4,4	17	3,5	20	4,0	20	4,3	25	5,2	24	4,8
Maior parte em escola particular	15	3,5	13	2,6	9	1,9	16	3,4	16	3,3	15	3,1
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

07. Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?												
Anos	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Menos de três anos	23	5,2	22	4,5	24	4,9	27	5,8	34	7,0	23	4,7
Três anos	353	80,0	388	80,3	370	75,5	374	80,4	382	78,6	386	78,1
Quatro anos	49	11,0	55	11,4	68	13,9	44	9,5	49	10,1	55	11,1
Cinco anos	6	1,4	11	2,2	17	3,4	9	1,9	7	1,4	13	2,6
Seis anos ou mais	11	2,4	8	1,6	11	2,3	11	2,4	14	2,9	17	3,4

TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0
--------------	------------	--------------	------------	--------------	------------	--------------	------------	--------------	------------	--------------	------------	--------------

08. Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio

Forma	Entrada	Total	Ensino Regular	Δ%	EJA	Δ%	Outros	Δ%	%
SiSU	2013/1	441	392	88,9	45	10,2	4	0,9	100,0
	2014/1	483	454	94,0	27	5,6	2	0,4	100,0
	2015/1	490	435	88,7	53	10,8	2	0,5	100,0
Vestibular	2013/2	465	388	83,4	51	11,0	26	5,6	100,0
	2014/2	486	392	80,7	63	13,0	31	6,3	100,0
	2015/2	494	402	81,3	58	11,7	34	7,0	100,0

09. Qual o nível de instrução de sua mãe?

Instrução	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Analfabeto	8	1,8	12	2,5	15	3,1	13	2,8	16	3,3	8	1,6
Ensino fundamental incompleto	31	7,1	33	6,9	37	7,5	37	8,0	41	8,4	32	6,5
Ensino fundamental completo	150	34,0	124	25,7	123	25,1	138	29,7	160	32,9	138	27,9
Ensino médio incompleto	75	17,0	103	21,4	114	23,3	112	24,1	91	18,7	98	19,8
Ensino médio completo	56	12,7	81	16,8	61	12,4	51	11,0	52	10,7	76	15,4
Superior completo	94	21,3	86	17,8	95	19,3	89	19,1	99	20,4	113	22,9
Superior incompleto	22	5,1	28	5,9	27	5,5	20	4,3	18	3,7	24	4,9
Não sabe informar	4	1,0	14	3,0	19	3,8	5	1,1	9	1,9	5	1,0
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

10. Qual o nível de instrução de seu pai?

Instrução	SiSU						Vestibular					
	2013/1	Δ%	2014/1	Δ%	2015/1	Δ%	2013/2	Δ%	2014/2	Δ%	2015/2	Δ%
Analfabeto	33	7,5	33	6,8	46	9,3	31	6,7	32	6,6	27	5,5
Ensino fundamental incompleto	69	15,4	35	7,3	43	8,8	42	9,0	46	9,5	35	7,1
Ensino fundamental completo	143	32,5	182	37,7	149	30,5	173	37,2	203	41,8	170	34,4
Ensino médio incompleto	60	13,7	81	16,7	93	18,9	87	18,7	78	16,0	103	20,9
Ensino médio completo	37	8,4	30	6,2	40	8,1	31	6,7	27	5,6	37	7,5
Superior completo	42	9,6	53	10,9	47	9,5	57	12,3	57	11,7	73	14,8
Superior incompleto	20	4,5	23	4,8	22	4,5	17	3,7	12	2,5	16	3,2
Não sabe informar	37	8,4	46	9,6	50	10,4	27	5,8	31	6,4	33	6,7
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

11. Quantas pessoas moram em sua casa?												
Moram com Você	SiSU						Vestibular					
	2013/ 1	Δ%	2014/ 1	Δ%	2015/ 1	Δ%	2013/ 2	Δ%	2014/ 2	Δ%	2015/ 2	Δ%
Duas pessoas	35	7,9	54	11,2	70	14,4	80	17,2	94	19,3	90	18,2
Três pessoas	99	22,5	113	23,4	120	24,6	117	25,2	129	26,5	131	26,5
Quatro pessoas	173	39,2	158	32,8	149	30,2	137	29,5	142	29,2	147	29,8
Cinco pessoas	71	16,1	91	18,8	81	16,6	73	15,7	63	13,0	71	14,4
Mais de cinco pessoas	54	12,3	55	11,3	49	10,1	25	5,4	27	5,6	25	5,1
Moro sozinho (a)	9	2,0	12	2,5	21	4,2	33	7,1	30	6,2	30	6,1
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

12. Qual é o tipo de residência de sua família?											
Forma	Entrada	Total	Própria, quitada	Δ%	Própria, não quitada	Δ%	Alugada	Δ%	Cedida	Δ%	%
SiSU	2013/1	441	283	64,1	34	7,8	102	23,1	22	5,0	100
	2014/1	483	305	63,2	46	9,4	109	22,6	23	4,8	100
	2015/1	490	302	61,7	68	13,8	99	20,2	21	4,3	100
Vestibular	2013/2	465	287	61,8	40	8,7	111	23,8	27	5,7	100
	2014/2	486	305	62,9	45	9,2	103	21,2	33	6,7	100
	2015/2	494	287	58,1	55	11,3	122	24,6	30	6,0	100

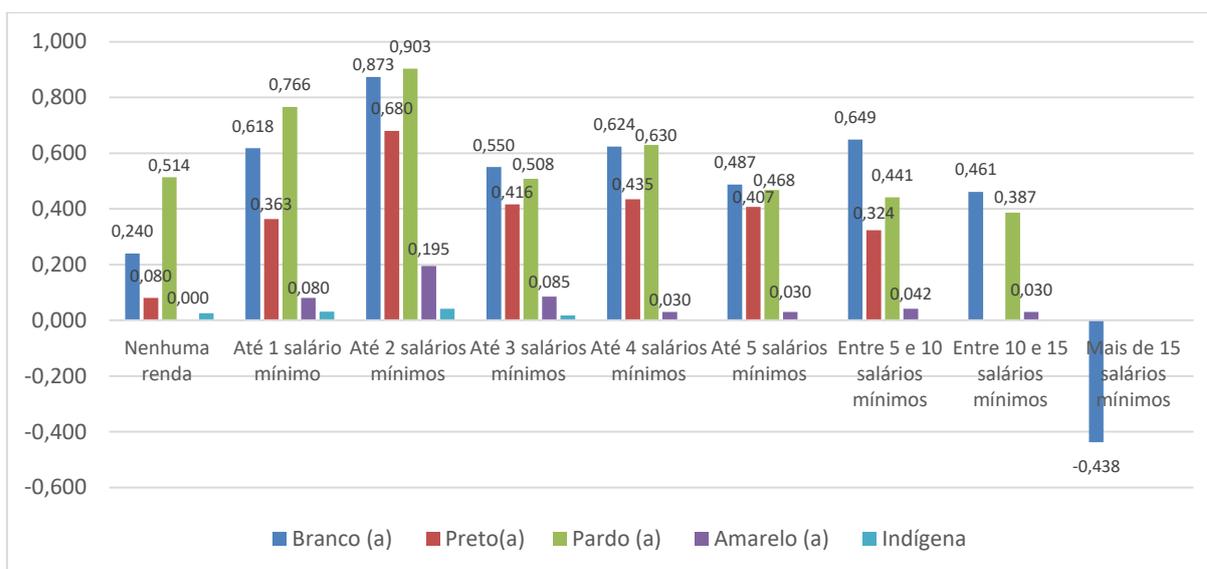
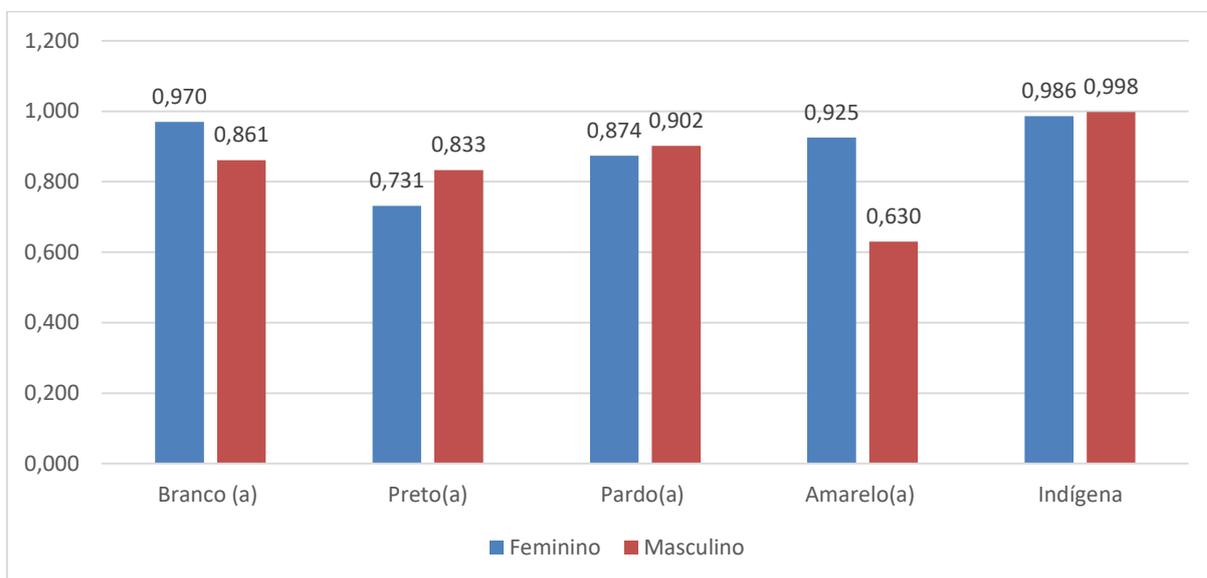
13. Você exerce atividade remunerada?						
Forma	Entrada	Total	Sim	Δ%	Não	Δ%
SiSU	2013/1	441	147	33,3	294	66,7
	2014/1	483	187	38,7	296	61,3
	2015/1	490	226	46,1	264	53,9
Vestibular	2013/2	465	239	51,4	226	48,6
	2014/2	486	285	58,6	201	41,4
	2015/2	494	239	48,4	255	51,6

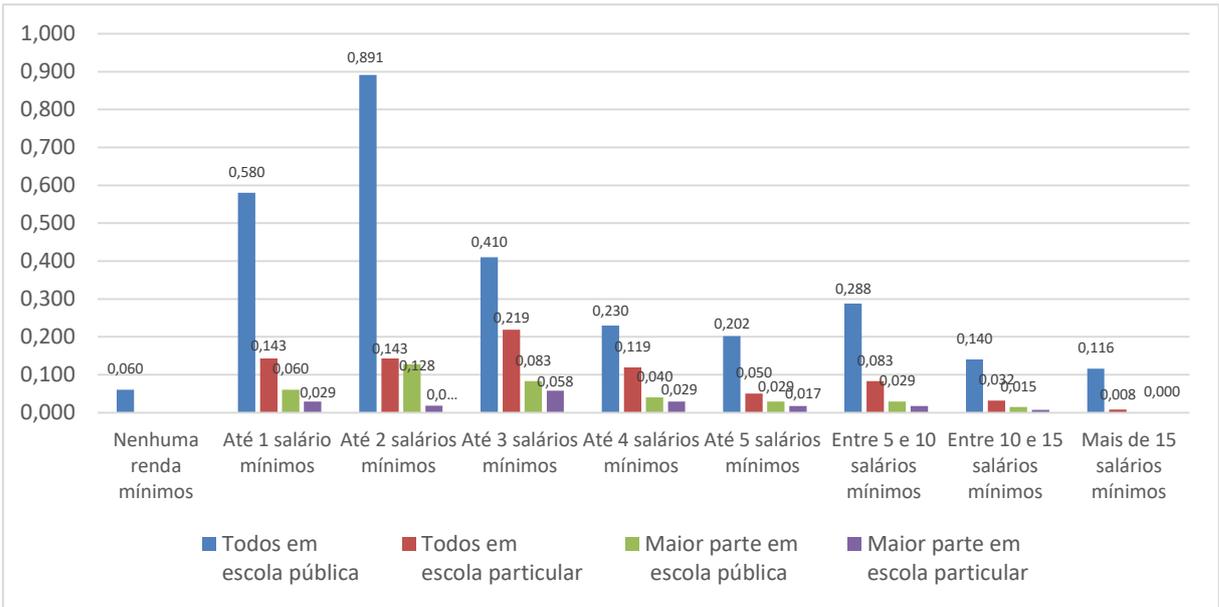
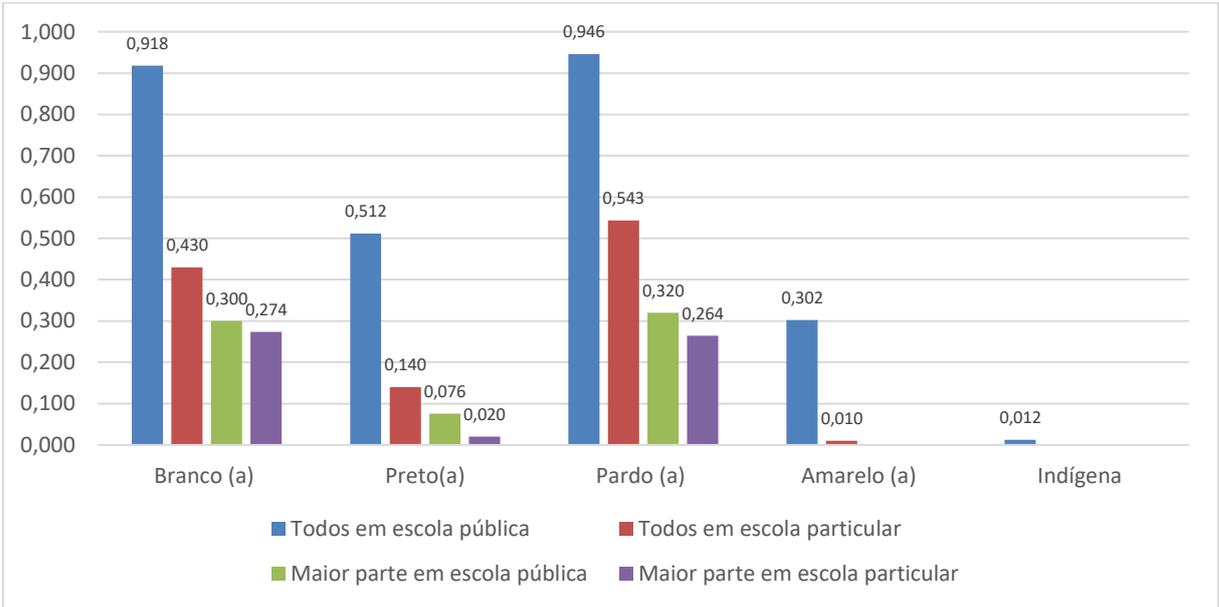
14. Qual é a renda mensal da sua família?												
Rendimentos	SiSU						Vestibular					
	2013/ 1	Δ%	2014/ 1	Δ%	2015/ 1	Δ%	2013/ 2	Δ%	2014/ 2	Δ%	2015/ 2	Δ%
Nenhuma renda	5	1,2	5	0,9	5	1	5	1,0	5	0,9	2	0,4
Até 1 salário mínimo	108	24,6	84	17,4	96	19,5	67	14,4	64	13,2	58	11,7
Até 2 salários mínimos	139	31,6	179	37,1	189	38,6	132	28,6	146	30,2	149	30,4

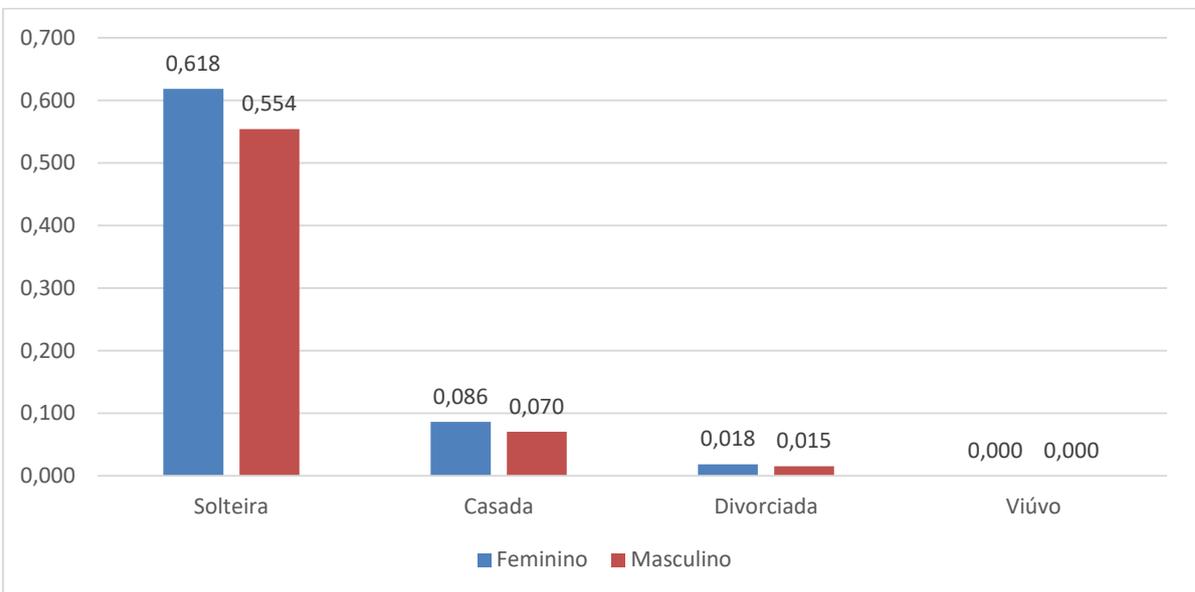
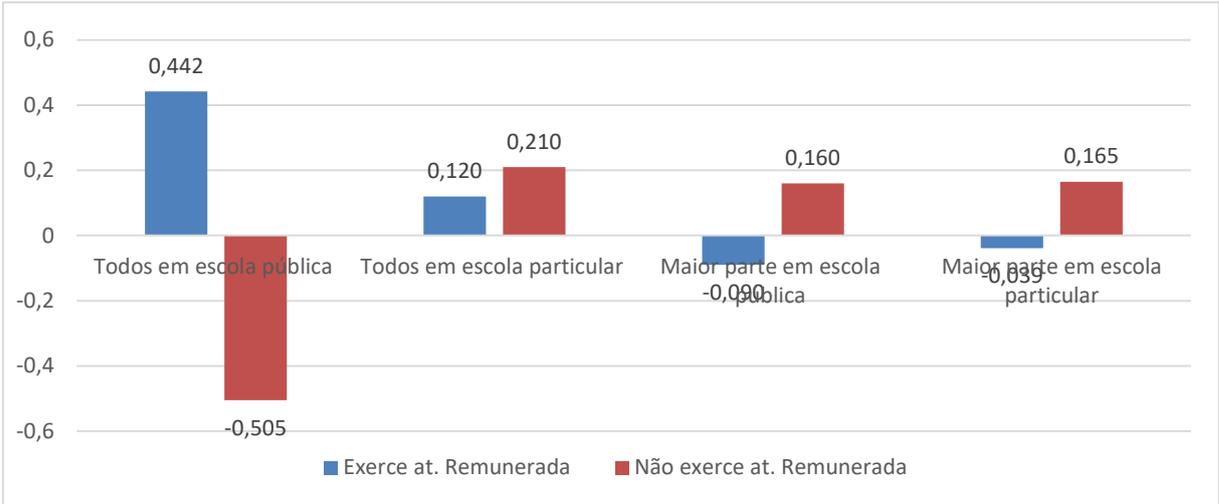
Até 3 salários mínimos	70	15,8	83	17,2	81	16,6	96	20,6	94	19,3	100	20,2
Até 4 salários mínimos	31	7	30	6,2	30	6,1	54	11,6	61	12,6	61	12,3
Até 5 salários mínimos	26	5,8	25	5,1	24	4,8	41	8,8	42	8,6	44	8,9
Entre 5 e 10 salários mínimos	47	10,7	46	9,6	43	8,7	14	3,0	15	3,1	17	3,4
Entre 10 e 15 salários mínimos	12	2,7	15	3,1	10	2,1	47	10,1	51	10,5	52	10,5
Mais de 15 salários mínimos	3	0,6	16	3,4	12	2,6	9	1,9	8	1,6	11	2,2
TOTAL	441	100,0	483	100,0	490	100,0	465	100,0	486	100,0	494	100,0

APÊNDICE IV

GRÁFICOS – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO LINEAR DE PEARSON







ANEXO I

DICIONÁRIO DAS VARIÁVEIS DO ENEM

DADOS DOS INSCRITOS	
NU_INSCRICAO	Número de inscrição ¹
NU_ANO	Ano do Enem
IDADE	Idade ²
TP_SEXO	Sexo
COD_MUNICIPIO_INSC	Código do Município de residência
	1º dígito: Região
	1º e 2º dígitos: UF
	3º, 4º, 5º e 6º dígitos: Município
	7º dígito: dígito verificador
NO_MUNICIPIO_INSC	Nome do município de residência
UF_INSC	Sigla da Unidade da Federação de residência
ST_CONCLUSAO	Situação de conclusão do Ensino Médio
ANO_CONCLUIU	Ano de Conclusão do Ensino Médio
TP_ESCOLA	Tipo de escola do ensino médio
IN_TP_ENSINO	Tipo de instituição que concluiu ou concluirá o Ensino Médio
TP_ESTADO_CIVIL	Estado Civil
TP_COR_RACA	Cor/raça
IN_UNIDADE_HOSPITALAR	Indicador de inscrição em Unidade Hospitalar
NECESSIDADES ESPECIAIS	
IN_BAIXA_VISAO	Indicador de baixa visão ³
IN_CEGUEIRA	Indicador de cegueira ³
IN_SURDEZ	Indicador de surdez ³
IN_DEFICIENCIA_AUDITIVA	Indicador de deficiência auditiva ³
IN_SURDO_CEGUEIRA	Indicador de surdo-cegueira ³
IN_DEFICIENCIA_FISICA	Indicador de deficiência física ³
IN_DEFICIENCIA_MENTAL	Indicador de deficiência mental ³
IN_DEFICIT_ATENCAO	Indicador de déficit de atenção ³
IN_DISLEXIA	Indicador de dislexia ³
IN_GESTANTE	Indicador de gestante ³
IN_LACTANTE	Indicador de lactante ³
IN_IDOSO	Indicador de inscrito idoso ³
IN_AUTISMO	Indicador de autismo ³
IN_SABATISTA	Indicador de solicitação de prova aplicada em horário diferenciado para os guardadores dos sábados ³
ATENDIMENTO NECESSIDADES ESPECIAIS	
IN_BRILLE	Indicador de solicitação de prova em braille ³
IN_AMPLIADA	Indicador de solicitação de prova ampliada ³
IN_LEDOR	Indicador de solicitação de auxílio de leitor ³

IN_ACESSO	Indicador de solicitação de sala de fácil acesso ³
IN_TRANSCRICAO	Indicador de solicitação de transcrição ³
IN_LIBRAS	Indicador de solicitação de libras ³
IN_LEITURA_LABIAL	Indicador de solicitação de leitura labial ³
IN_MESA_CADEIRA_RODAS	Indicador de solicitação de cadeira de rodas ³
IN_MESA_CADEIRA_SEPARADA	Indicador de solicitação de cadeira separada ³
IN_APOIO_PERNA	Indicador de solicitação de apoio de perna ³
IN_GUIA_INTERPRETE	Indicador de solicitação de guia interprete ³
CERTIFICAÇÃO	
IN_CERTIFICADO	Indicador de solicitação de certificação no Ensino Médio
NO_ENTIDADE_CERTIFICACAO	Nome da Entidade Certificadora
UF_ENTIDADE_CERTIFICACAO	UF da Entidade Certificadora
DADOS DA ESCOLA	
PK_COD_ENTIDADE	Código da Escola ⁴
COD_MUNICIPIO_ESC	Código do Município da escola
	1º dígito: Região
	1º e 2º dígitos: UF
	3º, 4º, 5º e 6º dígitos: Município
	7º dígito: dígito verificador
NO_MUNICIPIO_ESC	Nome do Município da escola
UF_ESC	Sigla da Unidade da Federação da escola
ID_DEPENDENCIA_ADM	Dependência administrativa (Escola)
ID_LOCALIZACAO	Localização (Escola)
SIT_FUNC	Situação de funcionamento (Escola)
DADOS MUNICÍPIO DA APLICAÇÃO DA PROVA	
COD_MUNICIPIO_PROVA	Código do Município da aplicação da prova
	1º dígito: Região
	1º e 2º dígitos: UF
	3º, 4º, 5º e 6º dígitos: Município
	7º dígito: dígito verificador
NO_MUNICIPIO_PROVA	Nome do Município da aplicação da prova
UF_MUNICIPIO_PROVA	Sigla da Unidade da Federação da aplicação da prova
DADOS DA PROVA OBJETIVA	
IN_PRESENCIA_CN	Presença na prova objetiva de Ciências da Natureza
IN_PRESENCIA_CH	Presença na prova objetiva de Ciências Humanas
IN_PRESENCIA_LC	Presença na prova objetiva de Linguagens e Códigos
IN_PRESENCIA_MT	Presença na prova objetiva de Matemática
NU_NT_CN	Nota da prova de Ciências da Natureza
NU_NT_CH	Nota da prova de Ciências Humanas
NU_NT_LC	Nota da prova de Linguagens e Códigos
NU_NT_MT	Nota da prova de Matemática
TX_RESPOSTAS_CN	Vetor com as respostas da parte objetiva da prova de Ciências da Natureza ⁵
TX_RESPOSTAS_CH	Vetor com as respostas da parte objetiva da prova de Ciências Humanas ⁵
TX_RESPOSTAS_LC	Vetor com as respostas da parte objetiva da prova de Linguagens e Códigos ⁶
TX_RESPOSTAS_MT	Vetor com as respostas da parte objetiva da prova de Matemática ⁵
ID_PROVA_CN	Código do tipo de prova de Ciências da Natureza
ID_PROVA_CH	Código do tipo de prova de Ciências Humanas
ID_PROVA_LC	Código do tipo de prova de Linguagens e Códigos
ID_PROVA_MT	Código do tipo de prova de Matemática
TP_LINGUA	Tipo de Língua Estrangeira
DS_GABARITO_CN	Vetor com o gabarito da parte objetiva da prova de Ciências da Natureza ⁷
DS_GABARITO_CH	Vetor com o gabarito da parte objetiva da prova de Ciências Humanas ⁷
DS_GABARITO_LC	Vetor com o gabarito da parte objetiva da prova de Linguagens e Códigos ⁸
DS_GABARITO_MT	Vetor com o gabarito da parte objetiva da prova de Matemática ⁷
DADOS DA REDAÇÃO	
IN_STATUS_REDACAO	Presença à redação

NU_NOTA_COMP1	Nota da competência 1
NU_NOTA_COMP2	Nota da competência 2
NU_NOTA_COMP3	Nota da competência 3
NU_NOTA_COMP4	Nota da competência 4
NU_NOTA_COMP5	Nota da competência 5
NU_NOTA_REDACAO	Nota da prova de redação
QUESTIONARIO SOCIOECONOMICO	
Q001	Até quando seu pai estudou?
Q002	Até quando sua mãe estudou?
Q003	Qual é a renda mensal de sua família? (Some a sua renda com a dos seus familiares)
Q004	Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você)?
Q005	A residência de sua família é
Q006	A residência de sua família está localizada em
Q007	Você tem em sua casa? TV em cores
Q008	Você tem em sua casa? Videocassete e/ou DVD
Q009	Você tem em sua casa? Rádio
Q010	Você tem em sua casa? Microcomputador
Q011	Você tem em sua casa? Automóvel
Q012	Você tem em sua casa? Máquina de lavar roupa
Q013	Você tem em sua casa? Geladeira
Q014	Você tem em sua casa? Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)
Q015	Você tem em sua casa? Telefone fixo
Q016	Você tem em sua casa? Telefone celular
Q017	Você tem em sua casa? Acesso à Internet
Q018	Você tem em sua casa? TV por assinatura
Q019	Você tem em sua casa? Aspirador de pó
Q020	Você tem em sua casa? Empregada mensalista
Q021	Você tem em sua casa? Banheiro
Q022	Você exerce ou já exerceu atividade remunerada?
Q023	Indique os motivos que levaram você a participar do ENEM: Testar meus conhecimentos
Q024	Indique os motivos que levaram você a participar do ENEM: Aumentar a possibilidade de conseguir um emprego
Q025	Indique os motivos que levaram você a participar do ENEM: Progredir no meu emprego atual
Q026	Indique os motivos que levaram você a participar do ENEM: Ingressar na Educação Superior Pública
Q027	Indique os motivos que levaram você a participar do ENEM: Ingressar na Educação Superior Privada
Q028	Indique os motivos que levaram você a participar do ENEM: Conseguir uma bolsa de estudos (ProUni, outras)
Q029	Indique os motivos que levaram você a participar do ENEM: Participar do Programa de Financiamento Estudantil - FIES
Q030	Quantos anos você levou para concluir o Ensino Fundamental?
Q031	Você deixou de estudar durante o Ensino Fundamental?
Q032	Em que tipo de escola você cursou o Ensino Fundamental?
Q033	Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?
Q034	Você deixou de estudar durante o Ensino Médio?
Q036	Caso você ingresse no Ensino Superior privado pretende recorrer aos auxílios abaixo para custeio das mensalidades? Pró-Uni (Programa Universidade para Todos)

Q037	Caso você ingresse no Ensino Superior privado pretende recorrer aos auxílios abaixo para custeio das mensalidades? Bolsa de estudos da própria Instituição de Ensino Superior
Q038	Caso você ingresse no Ensino Superior privado pretende recorrer aos auxílios abaixo para custeio das mensalidades? Bolsa de estudos da empresa onde trabalho
Q039	Caso você ingresse no Ensino Superior privado pretende recorrer aos auxílios abaixo para custeio das mensalidades? Auxílio do Programa de Financiamento Estudantil - FIES
Q040	Com que idade você começou a exercer uma atividade remunerada?
Q041	Quantas horas semanais você trabalha ou trabalhou aproximadamente?
Q042	Indique a importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Ajudar meus pais nas despesas com a residência
Q043	Indique a importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Sustentar minha família (esposo/a, filhos/as etc.)
Q044	Indique a importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Ser independente/ganhar meu próprio dinheiro
Q045	Indique a importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Adquirir experiência
Q046	Indique a importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Custear/pagar meus estudos
Q047	Indique os cursos que você frequenta ou frequentou: Curso profissionalizante
Q048	Indique os cursos que você frequenta ou frequentou: Curso preparatório para vestibular
Q049	Indique os cursos que você frequenta ou frequentou: Curso superior
Q050	Indique os cursos que você frequenta ou frequentou: Curso de língua estrangeira
Q051	Indique os cursos que você frequenta ou frequentou: Curso de computação ou informática
Q052	Indique os cursos que você frequenta ou frequentou: Curso preparatório para concursos públicos
Q053	Indique os cursos que você frequenta ou frequentou: Outro curso
PARTICIPANTES QUE IRÃO REQUERER CERTIFICAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	
Q054	Você cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos – EJA?
Q055	Como é ou era o principal curso de EJA que você frequenta ou frequentou?

Q056	Indique o que levou você a deixar de cursar a EJA (Se você não deixou de cursar a EJA, vá para a questão...): Trabalhava, não tinha tempo de estudar
Q057	Indique o que levou você a deixar de cursar a EJA (Se você não deixou de cursar a EJA, vá para a questão...): Estudava no curso da empresa e foi interrompido
Q058	Indique o que levou você a deixar de cursar a EJA (Se você não deixou de cursar a EJA, vá para a questão...): Ocorreram problemas de saúde ou acidentes comigo ou familiares
Q059	Indique o que levou você a deixar de cursar a EJA (Se você não deixou de cursar a EJA, vá para a questão...): Mudei de bairro, cidade ou município
Q060	Indique o que levou você a deixar de cursar a EJA (Se você não deixou de cursar a EJA, vá para a questão...): Por motivos pessoais, casamento, filhos etc.
Q061	Indique o que levou você a deixar de cursar a EJA (Se você não deixou de cursar a EJA, vá para a questão...): Faltava-me interesse, desisti
Q062	Indique o que levou você a deixar de cursar a EJA (Se você não deixou de cursar a EJA, vá para a questão...): Senti-me discriminado(a)
Q063	Indique o que levou você a deixar de cursar a EJA (Se você não deixou de cursar a EJA, vá para a questão...):Temi/Sofri violência
Q064	Você já frequentou o ensino regular?
Q065	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Falta de vaga em escola pública
Q066	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Ausência de escola perto de casa
Q067	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Dificuldades após reprovação
Q068	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Falta de interesse em estudar
Q069	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Falta de condições adequadas na escola
Q070	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Trabalho, falta de tempo para estudar
Q071	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Motivos pessoais, casamento/filhos etc.
Q072	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Falta de apoio familiar.

Q073	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Problemas de saúde ou acidente comigo ou familiares
Q074	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Discriminação/Preconceitos (sexo, raça, idade, classe etc.)
Q075	Indique o que levou você a deixar de cursar o ensino regular: Medo de sofrer violência
Q076	Quantos anos você tinha quando deixou de frequentar o ensino regular?

Fonte: Elaboração própria, dados do dicionário de variáveis do ENEM 2014

ANEXO II

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DA UNEMAT

Nº	QUESTÕES
01	Qual é seu Sexo?
02	Qual é o seu Estado Civil?
03	Qual é a sua Idade?
04	Como você se Considera?
05	Em que Estado Concluiu ou concluirá o Ensino Médio?
06	Como fez seus Estudo do Ensino Fundamental?
07	Como fez seus Estudo do Ensino Médio?
08	Em que ano concluiu ou concluirá o Ensino Médio?
09	Quantos anos você levou para concluir o Ensino Médio?
10	Em que modalidade de Ensino você concluiu ou concluirá o Ensino Médio?
11	Em que turno você cursou ou está cursando o Ensino Médio?
12	Você frequentou ou frequenta curso pré-vestibular?
13	Quantas vezes você já prestou vestibular?
14	Qual o motivo que o levou a escolher o curso para o qual se inscreveu?
15	Você se inscreveu para o curso desejado?
16	Se não, então qual é o curso desejado?
17	Você já fez ou está fazendo curso superior?
18	De que meio de comunicação você mais se utiliza?
19	Você utiliza microcomputador?
20	Qual a periodicidade de suas leituras?
21	O que você gosta de ler?
22	Você possui dificuldades na leitura:
23	Você escreve, frequentemente:
24	Você se utiliza da internet para ler e escrever textos?
25	Qual a sua maior dificuldade no processo de escrita?
26	Qual o meio de transporte que utilizará para locomover-se até a Unemat?
27	Você exerce atividade remunerada?
28	Quantas pessoas moram em sua casa?
29	Qual o nível de instrução de seu pai?
30	Qual o nível de instrução de sua mãe?
31	Qual é o tipo de residência de sua família?
32	Durante o curso você terá obrigatoriamente que trabalhar?
33	Qual é a renda mensal da sua família?
34	Você é fumante
35	Você consome bebida alcoólica?
36	Onde você residiu no ano anterior?
37	Nome da escola onde você concluiu ou concluirá o ensino médio:

Fonte: Elaboração do autor, dados do Edital nº 001/2014 - COVEST